

COLECCIÓN LUCUS-LINGUA

14

Edición a cargo de
ALEXANDRE VEIGA

**GRAMÁTICA E LÉXICO
EM SINCRONIA E DIACRONIA.**

**Um contributo da
Linguística portuguesa**

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
SERVICIO DE PUBLICACIÓNS

2003

COLECCIÓN LUCUS-LINGUA

Director: Alexandre Veiga

Universidade de Santiago de Compostela. Facultade de Humanidades. E-27002 Lugo (España)

Tel.: (+34) 982 285 870. Fax: (+34) 982 285 875. C. e.: aveiga@lugo.usc.es

(Máis información sobre *Lucus-lingua* en <http://www.usc.es/spubl/wlucus.html>).

A colección *Lucus-Lingua* publícase como serie anexa á revista

MOENIA. REVISTA LUCENSE DE LINGÜÍSTICA & LITERATURA

(máis información sobre *Moenia* en <http://www.usc.es/spublic/wmoen.html>).

Os traballos publicados en *Moenia* recóllense nas bases de datos CIRBIRC (CSIC), FRANCIS (INIST-CNRS), ISOC-CINDOC, LINGUISTIC BIBLIOGRAPHY, LLBA, MLA INTERNATIONAL BIBLIOGRAPHY, REBIUN e ULRICH'S INTERNATIONAL PERIODICALS DIRECTORY.

DIRECTORES:

Alexandre Veiga (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Claudio Rodríguez Fer (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo).

SECRETARIA:

Ana Chouciño Fernández (U. Santiago de Compostela: Campus de Lugo).

COMITÉ DE REDACCIÓN:

Silvia Alonso Pérez (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Mar Campos Souto (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

M. Victorina Crego García (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Luis Miguel Fernández Fernández (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Carlos Folgar (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Amparo de Juan Bolufer (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Cristina Patiño Eirín (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

M. Ángeles Rodríguez Fontela (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Javier Serrano Alonso (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Mercedes Suárez Fernández (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo)

Manuel Enrique Vázquez Buján (Universidade de Santiago de Compostela).

COLABORADORA DO COMITÉ DE REDACCIÓN:

JoDee Anderson (Universidade de Santiago de Compostela: Campus de Lugo).

COMITÉ CIENTÍFICO:

Vsevolod Bagno (Sankt Peterburg)

Ignacio Bosque (Madrid)

Rafael Cano Aguilar (Sevilla)

†Eugenio Coseriu (Tübingen)

Manuel C. Díaz y Díaz (Santiago de Compostela)

Carlos García Gual (Madrid)

Claudio Guillén (Madrid)

Salvador Gutiérrez Ordóñez (León)

Susan Kirkpatrick (San Diego)

†Rafael Lapesa (Madrid)

Isaías Lerner (New York)

Lily Litvak (Austin)

Jens Lüdtke (Heidelberg)

Robert Marrast (Bordeaux)

José Luis Moralejo (Alcalá de Henares)

Wiaczesław Nowikow (Łódź)

Andrés Pociña (Granada)

Francisco Rico (Barcelona)

Emilio Ridruejo (Valladolid)

José Luis Rivarola (Padova)

Guillermo Rojo (Santiago de Compostela)

Serge Salaün (Paris)

Lia Schwartz (Hanover)

Carmen Silva-Corvalán (Los Angeles)

Giuseppe Tavani (Roma)

Noël Valis (Yale)

Darío Villanueva (Santiago de Compostela)

Gerd Wotjak (Leipzig)

Roger Wright (Liverpool)

Alonso Zamora Vicente (Madrid).

DESEÑO DA CUBERTA: Paula Iglesias Rois.

ISSN: 1137-2346.

DEPÓSITO LEGAL: LU-406/96.

© Universidade de Santiago de Compostela.

COLABORACIÓN E CORRESPONDENCIA: Deben dirixirse á Secretaria da Revista:

Ana Chouciño Fernández, Facultade de Humanidades, Campus Universitario, 27002 Lugo.

SUBSCRICIÓN E INTERCAMBIOS: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico

Universidade de Santiago de Compostela, Campus Universitario Sur,

15782 Santiago de Compostela.

C.e.: spublic@usc.es

Edición a cargo de
ALEXANDRE VEIGA

**GRAMÁTICA E LÉXICO
EM SINCRONIA E DIACRONIA.
Um contributo da
Linguística portuguesa**

**Colección LUCUS LINGUA, Anexos de *Moenia*,
Revista Lucense de Lingüística & Literatura
Número 14**

2003

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



Esta obra se encuentra bajo una licencia internacional Creative Commons BY-NC-ND 4.0. Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra no incluida en la licencia Creative Commons BY-NC-ND 4.0 solo puede ser realizada con la autorización expresa de los titulares, salvo excepción prevista por la ley. Puede Vd. acceder al texto completo de la licencia en este enlace:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>

© Universidade de Santiago de Compostela, 2003

EDITA
Edicións USC
Campus Vida
15782 Santiago de Compostela
www.usc.gal/publicacions

DOI: <https://dx.doi.org/10.15304/IL2026.333>

ÍNDICE

Graça Rio-Torto: Classes morfológicas e tipologia derivacional.....	5-15
Augusto Soares da Silva: Significado do verbo e esquema valencial: alguns condicionamentos recíprocos.....	17-28
Ernestina Carrilho: Construções de expletivo visível em português europeu (não-padrão).....	29-38
Benjamim Moreira: Determinação quantitativa, qualitativa e grau.....	39-48
Joana Castro Fernandes: Semantic Roles Revisited: Langacker's <i>Billiard-ball Model</i> Applied to Portuguese Subject-object Clause Structures.....	49-57
Rosa Maria Baptista Amaral: Embodiment and Polisemy in Semantic and Syntactic Structures. The Color Paradigm in the Poetry of Vasco Graça Moura.....	59-70
Jenny Brumme: O campo semântico dos «verbos de luz» em português, comparado com o francês, espanhol e galego. Análise dos verbos centrais.....	71-84
Maria Helena Saianda: Léxico da política: realidade ou ficção?.....	85-92
Miguel Gonçalves: As interjeições nos dicionários de língua: estatuto e tratamento.....	93-104
Maria Filomena Gonçalves: La terminología lingüística a finales del siglo XIX: los primeros diccionarios terminológicos en lengua portuguesa.....	105-114
Maria Alexandra Fiéis: A Diachronic Approach to Interpolation.....	115-130
Maria Cristina Vieira da Silva: A Diachronic Analysis of the Portuguese Causative Constructions.....	131-141
Aida Sampaio: Edição de textos, elaboração de glossários e estudo linguístico: a <i>Primeira Partida</i> de Afonso X.....	143-153
Maria José Carvalho: Algumas notas sobre a morfologia da língua portuguesa por volta de 1500.....	155-166
Paulo José Tente da Rocha Santos Osório: A entrada de latinismos e cultismos em português. A situação da língua desde meados do século XIII até meados do século XVI.....	167-178
Rubiane Maria Tôres de Souza: A forma verbal -RA em português e espanhol: evolução de ontem, interferências de hoje.....	179-194

Classes morfológicas e tipologia derivacional

Graça Rio-Torto
Universidade de Coimbra

1. O presente trabalho tem por objectivo conhecer as relações entre as classes morfológicas das bases e os tipos de operações genolexicais da língua portuguesa, descritas em Rio-Torto (1993 e 1998).

Como Aronoff salienta (1994: §§ 1.1, 2.2 e 2.3), não são unívocas as concepções disponíveis acerca de cada uma das classes morfológicas denominadas raíz, radical, tema e palavra. A diversa adaptação dos termos *root*, *stem* e *word* avoluma as dificuldades terminológicas com que a teoria morfológica actualmente se debate. Selkirk (1982: 77-78) adopta os conceitos de *word* e de *root* para descrever os níveis categoriais e os tipos afixais das palavras inglesas. Mas a estrutura dos verbos em português dificilmente permitirá dispensar a presença do conceito de *tema*, que Aronoff (1994: 32) concebe como “The root followed by the theme vowel”. Para este autor *root* define-se como um constituinte inanalísável (“what is left when all morphological structure has been wrung out of a form” (1994: 40)), que comunga com o conceito de *stem* a natureza puramente fónica. Todavia, Aronoff assenta a sua análise no binómio *stem-based morphology vs word-based morphology*.

Vasconcelos (1914: 54-55) considera que *tema* e *radical* são equivalentes, e reserva o termo *raíz* para as estruturas (conjecturais) etimológicas das línguas primitivas. Na *GDLE* não se utiliza o conceito de *radical*, mas o de *raíz*, encarada como segmento básico e inanalísável de uma palavra, que permanece após a eliminação de todos os afixos derivativos e/ou flexivos, e o de *tema* “la forma que sirve de base para la flexión de la palabra” (Pena, 1999: 4315). O tema pode coincidir com a raíz ou com a palavra.

No quadro da teoria X-Barra, Villalva (1994: 113-120) postula que a categoria morfológica das bases com que cada processo de formação de palavras opera é constante, sendo a natureza dessa categoria que permite distinguir os processos de formação de palavras entre si. O Quadro I dá conta da distribuição que esta autora preconiza para as diferentes categorias morfológicas seleccionadas pelos diversos processos morfológicos. O sinal + representa uma possibilidade activada na língua portuguesa; a sua ausência corresponde a uma situação estruturalmente inaceitável.

	Categoria Morfológica da base:	Tema	Radical	Palavra
Processo morfológico:				
Sufixação deverbal		+	+	
Sufixação deadjectival			+	
Sufixação denominal			+	
Derivação adverbial				+
Derivação de z-avaliativos				+
Prefixação				+
Flexão		+		+

Quadro 1

Duas questões intimamente relacionadas se colocam: uma prende-se com as categorias terminológicas seleccionadas como operatórias em português, e as concepções a elas associadas; outra prende-se com o problema de saber como se distribuem as diferentes estruturas formais das bases pelas categorias morfológicas.

Enquanto não dispomos de um estudo sistemático e morfofonologicamente sustentado sobre a estrutura interna das bases genolexicais (ou dos constituintes não afixais) do português, observaremos quais os sentidos das reflexões produzidas a este respeito em relação às línguas portuguesa, castelhana e catalã.

Câmara defende que a distinção entre *radical* e *tema* seja aplicada a nomes e a verbos. O *radical* representa o tema desprovido da sua vogal temática (que não se confunde com a desinência de género). O *tema* define-se como o “radical ampliado por uma vogal determinada, que entra assim na flexão dos nomes e verbos” (1970: 76). Para este autor há nomes de tema em *-a*, em *-o* e em *-e*, e nomes atemáticos (oxítonos terminados em vogal). Os nomes terminados, no singular, em consoante (*-r*, *-l*, *-s/-z*) são encarados como tendo, em estrutura profunda, um constituinte temático *-e*, que emerge no plural.

Para além dos nomes de tema em *-a* e em *-o*, Villalva (1994) entende que configuram Temas \emptyset os nominais terminados em *-e*, *-s/-z*, *-r* e *-l*, e que são atemáticos os demais (terminados em ditongo oral ou nasal e em vogal que não *-a* ou *-o* átonos). No âmbito da flexão nominal, Pena (1999) distingue temas vocálicos (em *-a*, *-o* e *-e* átonos) e temas não vocálicos (temas em consoante *-l*, *-r*, *-s/-z* e temas em vogal tónica). Já Pereira (1999), tendo em conta a estrutura prosódica, encarada à luz da Fonologia métrica, considera que representam radicais as estruturas dos nominais não terminados em *-a*, *-o* e *-e* átonos. Por seu turno, Lloret (1998) distingue marcas flexionais de género, afectadas pelas regras morfológicas (*-a* e *-o* em castelhano e *-a* e \emptyset em catalão), de formativos especiais constitutivos de radicais, lexicalmente especificados ([bigot+i], [problem+a], [flor+ \emptyset], em catalão, e [obo+e] ou [man+o], em castelhano).

Pela nossa parte, reservamos o conceito de *raíz* (*root* para Aronoff 1994: 40) para a estrutura etimológica indecomponível, não raro reconstruída, que representa o denominador comum aos termos de uma família etimológica. Utilizamos *radical* na

acepção de constituinte, simples ou derivado, cuja fronteira direita é frequentemente seguida de constituinte temático, e que se obtém após supressão deste e dos sufixos derivacionais e/ou flexionais. Ao radical estão associadas informações de natureza morfológica e sintáctica, em regra herdadas pelo tema. O *tema* é composto pelo radical e pelo constituinte temático.

2. Para apurar quais os tipos de classes morfológicas que operam nos diferentes paradigmas derivacionais (em sentido amplo, incluindo os que envolvem derivação e os que envolvem composição) e quais as combinações possíveis entre operadores sufixais e tipos categoriais de base diversos, observemos os dados da língua.

No Quadro 2 representam-se as classes morfológicas activadas na derivação sufixal, heterocategorial (formação de produtos nominais, adjectivais e verbais) ou isocategorial (formação de nomes denominais, de adjectivos de adjectivais e de verbos deverbais). No Quadro 4 representam-se as classes morfológicas activadas na composição.

No Quadro 2 figuram ainda a formação de advérbios (cf. secção 10) e a formação de produtos que tomam por base palavras (cf. 3D, 6D e 9D). Não se analisa aqui, com a profundidade desejável, a especificidade destes dois tipos de produtos, que para alguns se situam mais no campo da composição do que no da derivação. A singularidade dos processos que presidem à formação dos produtos em referência é salvaguardada através da sua representação em secção própria e diferenciada das demais (D). A inclusão destes produtos no Quadro 2 deve-se ao carácter não absolutamente impositivo da adjunção de *-z-*, salientada por alguns contrastes (cf. 6C e 6D, 9C e 9D), e destina-se a sublinhar as semelhanças e as diferenças entre os processos que tomam por base palavras (representados em D) e os demais.

No Quadro 2 os produtos lexicais são apresentados por forma a apenas destacar a estrutura categorial de base, que se apresenta entre []. Na coluna mais à esquerda figuram, de 1 a 10, as relações derivacionais mais representativas da língua, organizadas com base nas categorias sintácticas das bases e dos respectivos produtos (à esquerda e à direita da seta, respectivamente). Nas restantes colunas (A, B, C e D) estão representadas as categorias morfológicas das bases. O * sinaliza as relações estruturais / morfológicas não possíveis e [±Flex] a possibilidade de a base poder evidenciar marcas de flexão. A ausência de qualquer sinal corresponde a uma situação não activada. Entre () figuram os constituintes que podem funcionar como facultativos. Para facilitar a visualização, os sufixos flexionais não se apresentam dissociados dos sufixos derivacionais.

Produtos derivacionais				
Base → Produto	A. Base: Tema	B. Base: Radical [-autónomo]	C. Base: ?Radical [+autónomo]	D. Base: Palavra [±Flex]
1.V → A	[transita] vel [compensa] dor/a	[respond] ão [intruj] ão [chup] ista (execut] ivo/a	*	*
2.V → N	[educa] ção [rendi] ção [dobra] gem [aconteci] mento	[facilit] ismo [alarm] ismo [intruj] ice [aldrab] ice [tropeç] ão [zomb] aria	*	*
3.V → V	*	[salt] itar [escrev] inhar [ferv]ilhar [mord] iscar [dorm] itar [toss] icar [adoc] icar	*	[saltar] icar [mexer] icar [beber] icar [cantar] olar [saltar]ilhar
4.N → A		[ambient] al [rug] oso/a [metod] ico/a [cervej] eiro/a [aventur] eiro/a [club] ista [fantas] ista	[robot] ico/a [alcool] ico/a [moral] ista [czar] ista [autor] al	*
5.N → V		[exempl] ificar [frut] ificar [got] ejar [bord] ejar	[valor] izar [horror] izar [calor] ificar [flor] escer [rumor] ejar	*
6.N → N		[fest] inha [cest] inho/a [cord] ame [tub] agem [caix] ote [mes] inha [mes] ada [mulher] io [gent] inha	[rigor] ismo [lençol] (z) inho [papel] (z) inho [papel] ada [papel] aria [flor] (z) inha [calor] (z) ão [calor] eira	[festa] zinha [[cesto/a]zinho/a [lençoi] zinhos [papei] zinhos [avô] zinho [avó] zinha [pãe] zinhos [limõe] zinhos
7. A → N		[pacat] ez [velh] ice [seren] idade [despot] ismo	[igual] dade [aprendiz] agem	*

8. A → V		[imun] izar [obscur] ecer [solid] ificar [verd] ejar [clar] ear	[igual] izar [regional] izar [militar] izar [alcool] ificar	*
9.A → A		[fugid] io/a [sumid] iço/a [gord] ito/a [baix] ote/a	[azul] inho/a	[azul] zinho/a [azui] zinho/as [bom] zinho(s) [boa] zinha(s)
10.A → Adv		*		[rica] mente [boa] mente

Quadro 2

Pela observação do Quadro 2, verificamos que a categoria morfológica das bases sobre as quais operam os processos de sufixação podem ser (I) temas verbais (sufixação deverbal), (II) radicais verbais, nominais e adjectivais (sufixação deverbal, denominal e deadjectival), e (III) palavras.

A categoria morfológica dominante nos processos derivacionais da língua portuguesa é a de radical, uma vez que o tema apenas é activado na formação de produtos deverbais (cf. 1A e 2A). O predomínio dos radicais, sobretudo dos marcados como não autónomos, faz-se sentir não apenas nos processos que envolvem relações heterocategoriais (adjectivos e nomes deverbais, adjectivos e verbos denominais, nomes e verbos deadjectivais), mas também nos processos isocategoriais (cf. 3B, 6B, 8B).

A relevância do radical avulta de forma particular na formação de verbos deverbais (3B), por duas ordens de razões: pelo facto de este processo de formação de verbos coexistir, sobrelevando-se-lhe, com um outro esquema de construção de verbos isocategoriais, em que o sufixo se agrega não ao radical, mas ao infinitivo; e sobretudo pelo facto de, não obstante a ausência de constituinte temático na base, uma vez que é o radical e não o tema que está em jogo, a classe temática da base poder ser alterada por efeito da sufixação isocategorial. Desta realidade se dá conta o quadro que se segue.

V com VT _x	Produto verbal com VT -a-
escrever	escrevinhar
ferver	fervilhar
morder	mordiscar
dormir	dormitar
tossir	tossicar

Quadro 3

A comparação entre *namorar* e *namoriscar* ou entre *saltar* e *saltitar*, em que o produto não acusa alteração de constituinte temático relativamente à base, permite constatar que a classe temática disponível nos verbos deverbais é a que é portadora

do marcador *-a*, assim se justificando a alteração de paradigma temático verificada em relação aos verbos de base inscritos na segunda e na terceira conjugações.

Analisemos agora as incompatibilidades estruturais assinaladas.

Por definição, os radicais verbais não são marcados como [+autónomos], assim se explicando as marcas de impossibilidade assinaladas em 1C, 2C e 3C.

Apenas quando há lugar a relações isocategoriais de tipo avaliativo (3D, 6D e 9D) ou de adverbialização (cf. 10D), a base pode ser uma palavra marcada flexionalmente. Nos demais casos de derivação, seja heterocategorial ou isocategorial, é interdita essa possibilidade.

A circunstância de a base de um produto avaliativo poder ser uma palavra flexionada põe em causa a natureza derivacional/sufixal da formação z-avaliativa, que assim se aproxima do processo de composição.

A derivação isocategorial que não avaliativa ou de adverbialização, exemplificada em 6B, 6C, 9B e em 9B, comunga de propriedades de subcategorização idênticas às que caracterizam a derivação heterocategorial, uma vez que também opera com base em estruturas não flexionadas, em estruturas não autónomas ou em estruturas dotadas de autonomia sintáctica. Tal como acontece na sufixação heterocategorial, são essencialmente os radicais, sejam nominais, adjectivais, ou verbais, que estão na base dos respectivos produtos isocategoriais.

O tema verbal não se encontra disponível para a formação de produtos isocategoriais (3A), estando apenas ao serviço de relações heterocategoriais (1A e 2A). O facto de os sufixos verbais isocategoriais começarem por vogal (*-inh-*, *-ilh-*, *-isc-*, *-it-*, *-ic-*) não pode ser invocado para justificar a preferência por um radical pois, como em outros casos, ao tema poder-se-ia agregar, virtualmente, *-z-*. Mas assim não acontece, reservando-se a adjunção de *-z-* exclusivamente para os não verbos. Esta restrição é tanto mais de salientar quanto os mesmos sufixos avaliativos que seleccionam radicais verbais ([pul] *icar*) podem igualmente combinar-se com o infinitivo do mesmo verbo ([pular] *icar*). Falta averiguar quais os condicionalismos, atinentes à classe temática da base, ao sufixo, ou a factores de outra ordem, que impendem sobre a selecção de um radical ou de uma forma de infinitivo. Pelos dados arrolados, parece não haver verbos de tema em *-i-* cujo infinitivo sirva de base a verbos avaliativos (cf [dorm] *itar*, [ped] *inchar*), mas os pares [salt] *itar* e [saltar] *icar*, ou [pul] *icar* e [pular] *icar* atestam a dualidade de opções derivacionais.

O predomínio da classe dos radicais sobre a dos temas de base explica-se, em parte, pelo facto de a maior parte dos sufixos, hetero- ou isocategoriais, ser começada por vogal. A derivação deverbal ilustra bem a distribuição que se verifica na subcategorização da categoria morfológica em função da natureza fónica da fronteira inicial do sufixo. Quando os sufixos deverbais que agenciam operações heterocategoriais começam por consoante (*-vel*, *-dor*, *-ção*, *-mento*), a base seleccionada é um tema; quando o sufixo começa por vogal (*-ão*, *-ista*, *-ivo*), a base é um radical.

Em síntese, a análise das classes morfológicas de base envolvidas nos paradigmas sufixais do português assentes em relações heterocategoriais permite concluir que apenas quando a base é marcada com o traço [+V] há a possibilidade de ela ser um radical ou, mais frequentemente, um tema. Quando a base é nominal ou adjectival, apenas os radicais se encontram ao serviço da derivação heterocategorial. Deste facto comungam os processos que envolvem uma relação isocategorial. Mas neste caso nem só os radicais nominais ou adjectivais estão disponíveis para a formação de novos produtos. Quando a base é nominal ou adjectival, também as unidades terminadas em marcador de classe se encontram ao serviço da derivação isocategorial. Neste caso, contudo, é activado um processo derivacional que envolve a adição de *-z-*. Como anteriormente foi assinalado, também os infinitivos verbais podem servir de base a verbos isocategoriais. Em complementaridade, os temas verbais não estão disponíveis para formar novos verbos isocategoriais.

A adição de *-z-* não é exclusiva da derivação isocategorial, e menos ainda da avaliativa. Ela é impositiva em vários paradigmas genolexicais, assentes em relações isocategoriais (*pazada*) e heterocategoriais (*gabiruzice*, *chonezismo*), manifestando-se sempre que estão em jogo determinadas condições de ordem formal (cf. Rio-Torto 1999). Em todo o caso, na derivação avaliativa e, ainda que menos frequentemente, em outros paradigmas derivacionais (*caju(z)eiro*), a adição de *-z-* é facultativa (cf. 6B,C,D, 9C e D do Quadro 2), violando até por vezes (cf. *boiada* vs **boizada*) as condicionantes formais mais impositivas (cf. Rio-Torto 1999) que determinam a sua activação.

A adição de *-z-* está interdita às bases / aos temas verbais. Esta circunstância reforça a tese de que a derivação *z-*avaliativa opera sobre palavras, e não sobre temas. Dada esta interdição, em caso de verbalização deverbal avaliativa a base tem a configuração de Infinitivo (cf. 3D). Aliás, é a propriedade de seleccionar palavras [\pm Flex], comum aos verbos deverbais (3D), aos produtos *z-*avaliativos (6D, 9D) e a *-mente* (10D), que estrutura a unidade da Coluna D.

A análise efectuada evidencia uma parcial distribuição complementar entre (I) as categorias de tema e de radical das bases e a derivação deverbal e não deverbal, e (II) permite distinguir, com base na selecção de diferentes categorias morfológicas de base, dois grandes tipos de operações genolexicais: a derivação (na qual se inclui a avaliativa não portadora de *-z-*), que opera com radicais [\pm autónomos]; e a adverbialização, a formação de verbos avaliativos e a *z-*derivação (em que *-z-* é obrigatório), que opera com palavras.

O carácter facultativo da adição de *-z-*, ilustrado em 6 e em 9, coloca o processo genolexical em que este constituinte está envolvido na fronteira entre a derivação mais prototípica, em que a base é um radical e o produto um derivado portador de um só acento lexical (*fes'tinha*, *pape'linho*, *calo'rão*), e um processo análogo ao da composição, em que o produto tem por base uma palavra e apresenta vestígios do primitivo acento lexical, configurado sob a forma de acento secundário, aqui re-

presentado por ['], por contraste com o acento principal ['] ('festa"zinha, pa'pel"zinho, ca'lor"zão). Uma reflexão mais acurada sobre a estrutura acentual destes produtos e sobre o acento secundário (cf. Perreira, 1999: cap. 5) ajudará, por certo, a clarificar a natureza do processo genolexical envolvido na produção destes nominais isocategoriais.

3. Observemos agora as estruturas de compostos existentes no português. Por composição morfológica entende-se aquela em que o produto é portador de um só acento lexical, e por composição sintáctica aquela em que o produto apresenta dois domínios acentuais (cf. Villalva 1994: 345 e Pereira 1999: 208-216).

Tipos de composição	Categoria morfológica das bases	Produtos
Composição morfológica	Radical + Radical	raticida, sambódromo, biótipo, hemeroteca, ambientólogo
Composição sintáctica	Radical + Palavra	fruticultura, quimioterapia, imuno-deficiente, anarco-militância, vaso-dilatador
Composição sintáctica	Palavra + Palavra	saia-casaco, surdo-mudo, homem-rã, carro-bomba, abre-latas, pisa-papéis, vaivem

Quadro 4

Pelo que diz respeito aos compostos do português, verificamos que nestes as categorias morfológicas activadas são as de radical e de palavra.

Se considerarmos conjuntamente a estrutura dos compostos e a dos derivados, podemos concluir que as categorias morfológicas predominantemente seleccionadas para formar novos produtos genolexicais são, por ordem decrescente, a de radical e a de palavra. A aceitação deste quadro descritivo requer, contudo, uma clarificação mais apurada da natureza dos radicais que servem de base a novos produtos derivacionais.

4. Equacionemos então qual a natureza morfológica das bases que constam da coluna C do Quadro 2.

Admitir que as bases dos produtos da coluna C são radicais, como se propõe hipoteticamente no Quadro 2, representa uma forma optimizada de homogeneizar a descrição das bases derivacionais do português, na medida em que permite considerar que os produtos derivacionais tomam por base palavras ([+Flex]), temas e radicais [\pm autónomos]. Mas em teoria outras propostas de análise podem ser arroladas, nomeadamente a de que se trata de temas, com constituinte \emptyset (cf. Lloret, 1998), ou outro, ou de palavras.

Considerar, na senda de Mattoso Câmara, que os nomes da coluna C, terminados, no singular, em *-r*, *-l*, *-s/-z*) são nomes de tema em *-e*, carece de sólida

fundamentação fonológica, ao mesmo tempo que não ajuda a respeitar o diferente comportamento daqueles e dos terminados em superfície em *-e*, não tanto no tocante à adjunção de *-z-* (*pentezinho*, mas **pentinho*, *pentezito*, mas *?*pentito*, *dent(ez)inho*, *dentola*, mas **dentezola*, *dentuça*, mas **dentezuça*, *tapet(ez)inho*, *gent(ez)inha*, *genti(ez)ita*, *gent(ez)eca*, *gentalha*, mas **gentezalha*, *sabonet(ez)inho*, *redezinha*, mas **redinha*, *ignorantezinho*, mas **ignorantinho*), mas no âmbito da demais sufixação, pois que o marcador de classe *-e* é geralmente suprimido aquando da adjunção de um sufixo não avaliativo.

Não obstante aceitarmos que os constituintes *-a*, *-o* e *-e* que finalizam muitos dos nominais são marcadores de classe temática, apresentando portanto as palavras em que ocorrem a configuração de temas, existem argumentos em desfavor da consideração destas como tal. O Tema, nos nomes e nos adjetivos, pode coincidir com uma palavra, sendo portanto dotado de autonomia sintáctica. Mas assim não acontece com os temas verbais, necessariamente não autónomos. Esta diferença legítima, portanto, um tratamento diferenciado para os temas verbais e para os temas dos nominais.

Se aceitarmos que em português, como em espanhol (Pensado 1999: 4459), a maioria das palavras tem por base um radical terminado em consoante, então os nominais da coluna C podem ser encarados como radicais. O quadro 5 visualiza a distribuição dos diferentes tipos de produtos em função das diferentes categorias morfológicas de base: palavra [\pm Flex], tema e radical [\pm autónomo]. Na coluna dos radicais, os sinais +, - e \pm representam radical autónomo, não autónomo e de um ou de outro tipo.

A ser assim, a língua portuguesa poderia participar da dicotomia tipológica que distingue os “root affixes” dos “word affixes”, definidos não com base no carácter acentualmente não neutro / neutro, como propõe Selkirk (1982: 89-100), mas com base na diferente categoria morfológica da base. Um problema adicional de dupla categorização se coloca se considerarmos, com Villalva (1994), que *papel*, *lençol*, *flor* são radicais quando bases de derivação avaliativa desprovida de *-z-*, e são palavras quando bases de *-z-* avaliação. A investigação futura nesta área permitirá determinar qual das propostas de análise se revela mais adequada para descrever a estrutura formal dos nominais não terminados em constituinte temático/marcador de classe.

Produtos derivacionais			
Categoria sintáctica Base → Produto	Base: Tema	Base: Radical [±autónomo]	Base: Palavra [±Flex]
1. V → A	+	-	
2. V → N	+	-	
3. V → V		-	+
4. N → A		±	
5. N → V		±	
6. N → N		±	+
7. A → N		±	
8. A → V		±	
9. A → A		±	+
10. A → Adv			+

Quadro 5

Não obstante os aspectos partilhados pela derivação heterocategorial e pela derivação isocategorial, no que toca nomeadamente à selecção da categoria morfológica das bases, as diferenças entre ambos exigem a especificação singularizada do comportamento de cada tipo de processo, seja heterocategorial, seja isocategorial. Uma análise que tenha em conta apenas o carácter deverbal, deadjectival, denominal ou z-avaliativo do produto (cf. Quadro 1) não reflecte as diversas modalidades que assume a distribuição dos diferentes processos genolexicais, em função das categorias morfológicas das bases seleccionadas. Só uma representação que contenha todas estas variáveis atesta que a adjunção de -z- não se limita à derivação z-avaliativa, e que a formação de produtos avaliativos não se confina à de tipo z-derivativo, uma vez que esta pode operar com base em radicais. Por último, só uma análise deste tipo permite evidenciar que a adjunção de -z- está interdita à bases verbais. Em IC, regista-se a formação de verbos isocategoriais, de tipo avaliativo, que tomam por base a forma de Infinitivo.

BIBLIOGRAFIA

- Aronoff, M. (1994): *Morphology by itself. Stems and inflectional classes*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Bosque, I. & V. Demonte (1999): *Gramática descriptiva de la lengua española* [GDLE]. Madrid: Espasa Calpe.
- Câmara Jr, J. M. (1970): *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Lloret, M.-R. (1998): "Sobre l'estructura morfològica dels noms en català e en castellà". In Ruffino (1998: 557-566).
- Pena, J. (1999): "Partes de la morfología. Las unidades del análisis morfológico". In Bosque & Demonte (1999: 4305-4366).

- Pereira, I (1999): *O acento de palavra em português. Uma análise métrica*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento.
- Rio-Torto, G. (1993): *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento.
- Rio-Torto, G. (1998): *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.
- Rio-Torto, G. (1999): "Configurações sufixais e z-sufixais em português". *Revista Portuguesa de Filologia* XXIII.
- Ruffino, G (ed.) (1998): *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, vol. 3 (*Morfologia e sintassi delle lingue romanze*). Tübingen: Niemeyer.
- Selkirk, E. O. (1982): *The syntax of words*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Vasconcelos, C. M. de (1914 ?): *Lições de Filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro.
- Villalva, A. (1994): *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento.

Significado do verbo e esquema valencial: alguns condicionamentos recíprocos

Augusto Soares da Silva
Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Filosofia de Braga

1. INTRODUÇÃO

Partindo do princípio, explorado sobretudo pela Gramática Cognitiva de Langacker (1987/1991) e pela Gramática de Construções de Fillmore (Fillmore, Kay & O'Connor 1988, Fillmore & Kay 1994, Goldberg 1995, Croft a publicar), de que as construções sintáticas são também entidades *simbólicas* e o significado da construção existe independentemente do significado do verbo que a integra, procura-se analisar neste estudo em que medida é que o significado da construção intervém no significado do verbo (especialmente, de um verbo fortemente polissémico) e, inversamente, como é que o significado do verbo condiciona o respectivo esquema valencial e, ainda, como é que se dá a integração de ambos. As respostas a esta problemática da relação entre léxico e sintaxe serão dadas com base num caso concreto: o verbo *deixar*, por nós estudado em Silva (1999a)¹. Mas antes vamos conhecer os significados e as construções deste verbo.

2. OS SIGNIFICADOS DE *DEIXAR*

Começemos pelo lado semântico de *deixar*. A Figura 1 sistematiza o campo de aplicação semântica deste verbo, identificando os seus sentidos básicos.

¹ Agradeço a José M^a García-Miguel, da Universidade de Vigo, os comentários e as sugestões à versão original deste estudo (dissertação de doutoramento defendida em 1997), com incidência nas questões que abordarei no ponto 5 do presente texto. Os erros que permanecem são, obviamente, de minha inteira responsabilidade.

	activamente		passivamente
	sem intervenção prévia	com intervenção prévia	
<i>deixar I</i> suspender a interacção com o que se caracteriza como estático	1. ir embora 2. não levar consigo 3. abandonar relação/função 4. não alterar	5. fazer ficar depois de deslocar 6. fazer ficar depois de alterar 7. transferir a posse 8. fazer ficar parte de si depois de si 9. fazer ficar parte de si depois de si	10. não se aproximar 11. não levar (abster-se de levar) 12. não tomar (abster-se de tomar) 13. não alterar (abster-se de alterar) 14. não tomar em posse
<i>deixar II</i> não se opor ao que se apresenta como dinâmico	16. permitir, consentir, autorizar	17. não mais impedir: largar-soltar-libertar	15. não impedir

Figura I. Sistematização do campo semasiológico de *deixar*

I. *deixar I*

- (1) O Zé deixou a sala, quando ela entrou.
- (2) Deixei a pasta no carro.
- (3) O Zé deixou a sua mulher / o emprego.
- (4) Saiu e deixou a porta aberta / a luz ligada.
- (5) Podes deixar os livros em cima da mesa.
- (6) Deixou-me sem palavras / nervoso / escandalizado com o que me disse.
- (7) O pai deixou-lhe uma casa no Algarve.
- (8) O assaltante deixou marcas de sangue (no chão).
- (9) Ele deixou(-nos) uma boa recordação/muitas saudades
- (10) Deixei Braga à direita e segui para Viana.

- (11) Deixou a sua pasta no hotel para não ser assaltado.
- (12) Comeu o bife e deixou as batatas.
- (13) Não mexas em nada; deixa tudo como estava!
- (14) Deixa esse problema para os entendidos!

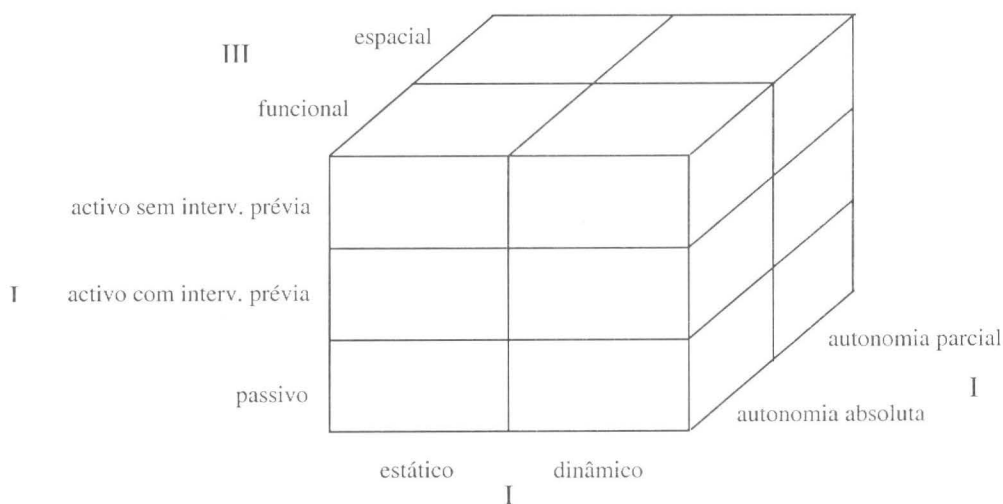
II. *deixar II*

- (15) O Zé pôs-se a fazer disparates, e eu deixei-o fazer.
- (16) O Zé pediu-me para ir ao cinema, e eu deixei-o ir.
- (17) Ele deixou o pássaro voar (abrindo a gaiola).

O complexo semasiológico de *deixar* distribui-se por dois grupos principais: *deixar I* ‘suspender a interacção com o que se caracteriza como estático’ (objecto expresso num complemento nominal) e *deixar II* ‘não se opor ao que se apresenta como dinâmico’ (objecto expresso num complemento verbal – oração de infinitivo ou, menos frequentemente, completiva de *que*). Em cada um dos grupos, o agente pode actuar ‘activamente’ (com ou sem ‘intervenção prévia’) ou ‘passivamente’. O sujeito toma uma atitude activa nos exemplos (1) a (9) de *deixar I*: ele vai-se embora, abandona uma relação ou função, transfere a posse (o uso, o controlo) do objecto a alguém, etc. E nos exemplos (16) e (17) de *deixar II*: concede permissão ou autorização a alguém, em (16), e solta (larga, cessa de impedir) o objecto, em (17). Mas nos exemplos (5) a (9) de *deixar I* e em (17) de *deixar II* essa actividade é posterior a um acto prévio sobre o objecto: o sujeito vai embora (ou abandona o objecto) depois de ter deslocado, alte-

rado (o estado de), transferido (a posse, o uso, o controlo de) o objecto; e em (17), o sujeito cessa de impedir o objecto. A passividade do sujeito está presente nos exemplos (10) a (14) de *deixar*I —ele não se aproxima de um lugar, abstém-se de levar, alterar ou tomar o objecto, não se apropria, etc.— e no exemplo (15) de *deixar*II —ele não impede que o objecto continue a realizar esse processo ou, por outras palavras, passivamente não se opõe a um processo em curso ou já existente. Uma outra dimensão da estrutura semântica de *deixar* tem a ver com a natureza da actividade do sujeito e opõe os casos de actividade “espacial” (deslocação no espaço), exemplificada em (1), (2), (5), (8), (10), (11) e (17), aos casos de actividade “funcional”, os restantes exemplos. Ainda uma outra dimensão é a da “autonomia” do objecto: os exemplos (7) e (14) de *deixar*I e (16) de *deixar*II configuram uma autonomia “parcial”, na medida em que o objecto passa para o controlo (7) ou permanece sob o controlo (14) de outrem e, em (16), é-lhe concedida liberdade dentro de um campo de possibilidades de-ônticas; por oposição, em todos os restantes casos a autonomia do objecto é “absoluta”. Com base num *corpus* de 5000 registos de *deixar*, pudemos verificar que os sentidos espaciais são conceptualmente básicos mas não são prototípicos e que o verbo *deixar* apresenta dois diferentes centros prototípicos: os sentidos “activos” e “funcionais”, a começar por (3) “abandonar”, constituem o centro prototípico de *deixar*I, ao passo que o significado prototípico de *deixar*II é “passivo”.

Combinando as quatro dimensões semânticas estruturantes, duas já representadas na Figura 1 e outras duas acabadas de identificar, a Figura 2 representa a estrutura *multidimensional* do verbo *deixar*:



- | | |
|-----------------------------------|--|
| I. construção do objecto | III. natureza da actividade do sujeito |
| II. grau de actividade do sujeito | IV. grau de autonomia do objecto |

Figura 2. A estrutura multidimensional de *deixar*

A Figura 3 propõe uma representação espacial que permite compreender melhor a *coerência* semântica deste complexo. Estão representados seis *esquemas imagéticos* (“image schema”)² (EI), correspondentes aos seis pólos da Figura 1 – P₁ e P₂ designam, respectivamente, os participantes sujeito e objecto; as setas indicam movimento. Estes EI são instanciados nos sentidos espaciais indicados e metaforicamente elaborados em vários domínios abstractos, resultando daí os restantes usos de *deixar*.

Nos casos da parte superior (EI1-EI3), e portanto em *deixar*I, é o participante sujeito (P₁) quem realiza o movimento. Nos casos da parte inferior (EI4-EI6), e portanto em *deixar*II, é o participante objecto (P₂) que é construído como realizando um movimento. Nos casos da parte esquerda (EI1, EI2, EI4 e EI5), o ponto de partida do processo é uma situação em que há contacto entre P₁ e P₂. E nos casos da parte direita (EI3 e EI6), P₁ e P₂ estavam separados e assim continuam.

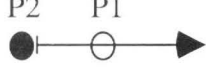
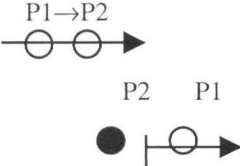
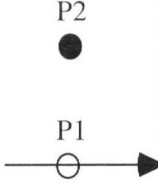
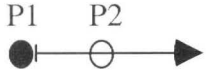
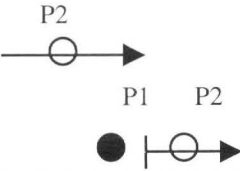
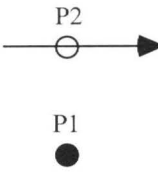
	activamente		passivamente
	sem intervenção prévia	com intervenção prévia	
<i>deixar</i> I suspender a interacção com o que se caracte- riza como estático	EI 1 (ir embora) 	EI 2 (fazer ficar depois de deslocar) 	EI 3 (não se aproximar) 
<i>deixar</i> II não se opor ao que se apresenta como dinâmico	EI 4 (permitir) 	EI 5 (não mais impedir) 	EI 6 (não impedir) 

Figura 3. Esquemas imagéticos de *deixar*

Assim se compreende que as duas categorias *deixar*I e *deixar*II se opõem por esquemas imagéticos diferentes e o que essencialmente as distingue é a *construção* estática / dinâmica do seu objecto sintáctico (P₂). Ao mesmo tempo, torna-se claro que as duas categorias estão sistematicamente ligadas entre si por uma *transformação de*

² Em Semântica Cognitiva, *esquemas imagéticos* são padrões dinâmicos, não-proposicionais e imaginativos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interacções perceptivas, que emergem da actividade sensorio-motora e da percepção de acções e eventos.

esquemas imagéticos de inversão do participante dinâmico: os esquemas imagéticos subjacentes a uma das duas categorias são a inversão dos esquemas imagéticos da outra³.

3. AS CONSTRUÇÕES SINTÁCTICAS DE *DEIXAR*

Passemos agora ao lado sintáctico do verbo *deixar*. A Figura 4 sistematiza o seu comportamento sintáctico, retomando a numeração das definições e dos exemplos apresentados na Figura 1. À parte a perífrase *deixar de* + Inf e outras construções menores, o verbo *deixar* integra-se em dois diferentes grupos de construções: construções transitivas e construções causativas, correspondentes, respectivamente, à oposição entre *deixar*I e *deixar*II. O primeiro grupo compreende cinco esquemas transitivos: dois bivalentes (locativo e não-locativo) e três trivalentes (locativo, predicativo e dativo ou di-transitivo)⁴. Diferentes são também as construções causativas do segundo grupo: três sub-estruturas com infinitivo —VOV (*deixar* + causado + Inf) com infinitivo flexionado e não-flexionado e VV (*deixar* + Inf + causado no acusativo ou dativo)—, a construção reflexiva com infinitivo e a construção completiva com *que*.

	Bivalente		Trivalente		
	SUJ-V-OD	SUJ-V-ODLoc	SUJ-V-OD-Loc	SUJ-V-OD-Pred	SUJ-V-OD-OI
Complemento nominal <i>deixar</i> I	3 8 9 12 17	1 10	2 5 11	4 6 13	7 14
Complemento verbal <i>deixar</i> II	15 16 17				

Figura 4. As construções sintácticas de *deixar*

Eis o significado das construções em que *deixar* se integra:

—SUJ-V-OD: X age sobre Y, (extensão causativa: X faz com que Y faça algo), esquema conceptual de ‘fazer’;

—SUJ-V-OD-LOC: X faz com que Y se desloque para Z, esquema do ‘movimento causado’ (variante: X permite que Y se desloque para Z [lugar do sentido 17]; variante meronímica: SUJ-V-LOC [lugar dos sentidos 1, 10]);

³ Para uma análise mais detalhada da importância dos *esquemas imagéticos* na coerência de *deixar* e da categoria verbal em geral, ver, além de Silva (1999a: capp. 2, 4), Silva (2000a).

⁴ Os exemplos (8) e (9) são aparentemente trivalentes: o sintagma locativo e o sintagma dativo não são complementos do verbo. Também aparentemente trivalente, ou pelo menos duvidoso, é o exemplo (14), mas já não, no mesmo sentido, “Deixa-lhe o que não te pertence!”. Ainda em relação ao esquema transitivo bivalente SUJ-V-OD, os exemplos (8) e (9) distinguem-se dos outros por apresentarem o objecto directo como “effectum” e o sentido de (17) pode realizar-se neste mesmo esquema com complemento nominal, como nos exemplos de (20), a seguir. Aí, interpretaremos esta falta de isomorfismo.

—SUI-V-OD-PRED: X faz com que Y se torne Z, esquema da ‘alteração causada’ ou ‘resultativo’ – extensão metafórica da construção do ‘movimento causado’;

—SUI-V-OD-OI: X faz com que Y seja recebido por Z, esquema da ‘transferência’.

4. DO SIGNIFICADO DO VERBO À CONSTRUÇÃO SINTÁCTICA

Facilmente se reconhecerá que a oposição fundamental entre os dois grupos de sentidos *deixar*I e *deixar*II, evidenciada na Figura 3 em termos de esquemas imagéticos, é iconicamente expressa pela natureza sintáctica da complementação de *deixar*. E assim se poderá afirmar que as diferentes imagens conceptuais esquemáticas condicionam diferentes comportamentos sintácticos de *deixar*. Olhando de novo para a Figura 3, a imagem do movimento do participante sujeito (P_1) e da condição estática do participante objecto (P_2) instancia-se naturalmente numa construção transitiva com complementação nominal —*deixar* P_2 . A construção bivalente configura o movimento do sujeito e a construção trivalente —*deixar* P_2 em lugar / em estado / a P_3 — acrescenta o estado específico em que o objecto passa a ficar ou continua a estar, pelo que a imagem básica do movimento do sujeito se mantém intacta na construção trivalente. Em qualquer dos casos, a transitividade de *deixar* não é prototípica, devido justamente à imagem do afastamento (afastar-se ou manter-se afastado) do sujeito. Por outro lado, a imagem da tendência dinâmica do participante objecto (P_2), mais concretamente, a imagem do seu movimento já existente ou a realizar-se instancia-se iconicamente numa construção com complementação verbal, e a *dinâmica de forças* de não-impedimento (ou cessação de impedimento) desse movimento implica a construção causativa —*deixar* P_2 V (ou *deixar* V P_2). Intervêm aqui outros factores semântico-cognitivos que explicam a variação da posição e do caso do sujeito do infinitivo, mas que neste contexto não urge analisar⁵. Por último, a inversão imagética do participante dinâmico deixa perceber a afinidade conceptual entre uma transitividade não-prototípica, marcada pelo afastamento do sujeito, e uma causatividade muito especial, uma causatividade *negativa*, também ela não-prototípica⁶.

Os condicionamentos que acabamos de identificar ficam reforçados em casos-limite relativamente à distinção entre as duas categorias. Atente-se nos seguintes exemplos:

(18) O Zé deixou a Maria na dúvida.

(19) O Zé deixou a Maria enganar-se.

Na interpretação da passividade do sujeito, (18), não obstante a sua complementação nominal, parece inscrever-se na categoria da complementação verbal (*deixar*II), já que é bem possível imaginar actividade da parte de P_2 (a Maria): ela questiona-se,

⁵ Ver Silva (1999a: 571-603).

⁶ Para a caracterização da causação categorizada por *deixar*, ver Silva (1999a: 563-570) e Silva (2000b).

tenta encontrar uma solução, os seus pensamentos não param. Mas este aspecto dinâmico de P_2 não é construído no sentido de o conduzir a algum lugar: esta actividade de P_2 é *construída* como um estado, ainda que *referencialmente* não seja um estado. Por isso, *deixar alguém na dívida* não deixa de pertencer à categoria de complementação nominal (*deixarI*), embora seja um exemplo menos típico do que *deixar o carro em casa*, na mesma interpretação da passividade do sujeito. Comparativamente, (19), embora *referencialmente* seja quase idêntico a (18), pertence a *deixarII*, já que P_2 é agora construído dinamicamente; mas, e tal como acontece com *deixar cair P_2* , é um exemplo não típico, visto que esta actividade de P_2 não é voluntária nem consciente e, além disso, não é considerada como sendo benéfica para P_2 pelo próprio P_2 .

Todavia, existem algumas restrições a esta iconicidade sintáctica. Com efeito, encontram-se construções de *deixarII* com complemento nominal:

- (20) O cão deixou a presa.
Não deixes a mão; segura-a bem!
Deixou o volante e despistou-se.
Deixa-me!

Mas esta construção nominal, que é uma espécie de construção *pregnante*, no sentido de que parte importante do seu significado não é formalmente expressa, continua a apresentar P_2 como portador de uma actividade independente, como sujeito de uma tendência dinâmica inevitável. E do lado de *deixarI*, não há diferença essencial entre os exemplos de (21)

- (21) (a) O Zé deixou a porta aberta.
(b) O Zé deixou estar/ficar a porta aberta.

visto que também em (21b), com complemento verbal, a situação de P_2 (a porta) continua a ser construída como estática. O que importa, portanto, não é a construção sintáctica superficial, mas a semântica expressa por essa construção, ou seja, a maneira como a construção sintáctica exprime uma certa construção conceptual do evento, a construção conceptual de P_2 . E nos exemplos acabados de referir, essa construção continua a inscrever-se nos respectivos esquemas imagéticos representados na Fig. 3.

5. DA CONSTRUÇÃO SINTÁCTICA AO SIGNIFICADO DO VERBO

Vejamos agora em que medida é que a construção sintáctica intervém no significado do verbo *deixar* que a integra. Para começar, as quatro dimensões semânticas de *deixar*, representadas na Figura 2 e pelas quais se definem as variantes básicas sistematizadas na Figura 1, estão ligadas, pelo menos parcialmente, às posições estruturais que definem o esquema sintáctico-semântico. Assim

—no sujeito é elaborada a dimensão ‘actividade/passividade’,

—no objecto directo é elaborada a própria distinção fundamental entre as duas categorias *deixarI* e *deixarII*; além disso, é nesta mesma posição que é elaborada a dimensão da ‘autonomia do objecto’ (absoluta/parcial) e também, nas estruturas

bivalentes, a dimensão ‘espacial/funcional’ dependendo da possibilidade de o objecto se interpretar como lugar;

—no terceiro actante dos esquemas trivalentes é elaborada a dimensão ‘espacial / funcional’, em correlação bastante estreita com a forma desse actante: sintagma preposicional locativo nas variantes espaciais, sintagma predicativo nas variantes funcionais e objecto indirecto na transferência de posse, uma actividade, esta última, mais funcional do que espacial⁷.

O esquema sintáctico-semântico intervém também, de certa forma, na definição de significados de *deixar* e na determinação de algumas sobreposições ou “parecenças de família” entre eles. É certo que se compararmos os significados de *deixar* e as suas construções sintácticas encontraremos duas “forças” que nem sempre actuam no mesmo sentido, donde resultam as faltas de isomorfismo entre forma e significado. Nesta relação de forças, as dimensões semânticas parecem ter um peso maior na configuração da rede semântica de *deixar*, o que leva a aproximar sentidos de diferentes esquemas sintáctico-semânticos, como, por exemplo, a variante bivalente ‘ir embora’ (1) e a variante trivalente, igualmente do domínio espacial, ‘não levar consigo’ (2), e a admitir que, neste caso como noutros equivalentes, ambas as variantes elaboram um mesmo conteúdo esquemático, sendo que a variante trivalente é uma versão “alargada” e metonímica da outra (‘não levar consigo’ é uma extensão metonímica de ‘ir embora’ por perspectivação de uma implicação deste último sentido: afastar-se de um lugar é, por implicação, distanciar-se também das entidades que podem estar nesse lugar). Mas também é verdade que a esquemas sintáctico-semânticos iguais tendem a corresponder sentidos semelhantes ou próximos. Retomando o mesmo exemplo, será também de admitir uma maior aproximação de ‘ir embora’ a outras variantes que partilham o mesmo esquema bivalente, como a variante funcional ‘abandonar’ (3) ou a variante espacial ‘não se aproximar’ (10), do que àquela variante espacial trivalente ‘não levar consigo’. Este aparente paradoxo é resultado da estrutura multidimensional de *deixar*. Por outro lado, o mesmo esquema sintáctico pode ser lugar para leituras ambíguas e, assim, sinal de uma relação de polissemia (distintividade de sentidos). É o que acontece muitas vezes com qualquer um dos esquemas trivalentes e com o esquema causativo. Por exemplo, as frases

- (22) (a) Deixei o carro na garagem.
 (b) Deixaram-no sem tostão.
 (c) O tribunal deixou as crianças à sua mãe.
 (d) Ele deixou-o ir / sair.

são ambíguas entre os dois sentidos de actividade e o sentido de passividade do sujeito no domínio espacial, no exemplo (22a), e no domínio funcional, em (22b), entre

⁷ A semântica do objecto indirecto e da construção di-transitiva combina duas dimensões do processo de transferência: a *espacial*, deslocação de um objecto de um ponto a outro, e a *funcional*, como um processo com efeitos específicos na pessoa que recebe o objecto. Mas é esta última a dimensão prototípica. Ver Silva (1999b).

a actividade e a passividade do sujeito no domínio da transferência de posse, em (22c), e entre os três sentidos da construção causativa em (22d).

O esquema sintáctico-semântico é relevante também para a determinação de sentidos mais específicos, para sobreposições e neutralizações de sentidos básicos (por exemplo, a expressão *deixar algo de lado* neutraliza a oposição entre actividade e passividade do sujeito) e, como já referimos, para a definição e a diferenciação dos sentidos de *deixar*. Foi a partir de um conjunto de parâmetros não só semânticos como também sintácticos que identificámos as 17 variantes básicas de *deixar* sistematizadas na Figura 1⁸.

Vejamos ainda qual o papel específico de cada esquema sintáctico-semântico no significado de *deixar*. O esquema bivalente SUJ-V-OD é elaborado como aplicado ao domínio espacial ou ao domínio funcional dependendo, em parte, da possibilidade de conceptualizar o objecto como um lugar. Este esquema permite pois um desvio ao evento canónico, aquele em que se conceptualiza uma interacção *energética* entre dois *participantes* (Langacker 1991: 285-286), ao construir o *cenário* (ou um seu fragmento – a *localização*) à maneira de um *participante* e portanto como objecto directo. É esta imagem espacial mantém-se metonimicamente nas restantes variantes de *deixar*I, o que afecta a transitividade das suas construções, tanto bivalentes como trivalentes. Os esquemas trivalentes, esses *seleccionam* e, nalguns casos, também *modulam* mais do que *elaboram* conteúdos de *deixar*, que se distinguem pelas diferenças de conceptualização do terceiro actante. Diferenças que os exemplos de (23) ilustram bem: simples locativo, em (23a), para a localização do objecto (“crianças”) num cenário adequado (“na casa da avó”), predicativo, em (23b), para focalizar o estado resultante do processo de mudança sofrido pelo objecto e assim aumentar a proeminência deste segundo e último participante (“crianças”), e objecto indirecto, em (23c), construindo assim um terceiro *participante* (“avó”) do evento, um recipiente activo de um objecto (“crianças”) transferido para o seu domínio de controlo:

- (23) (a) A Maria deixou as crianças na avó.
(b) A Maria deixou as crianças entregues (à avó).
(c) A Maria deixou as crianças à avó.

Voltando à função de cada um dos três esquemas trivalentes, o esquema SUJ-V-OD-LOC *selecciona* sentidos espaciais com um conteúdo que, *posteriormente*, se *elabora* como activo com intervenção prévia (5 ‘fazer ficar depois de deslocar’), activo sem intervenção prévia (2 ‘não levar consigo’) ou passivo (11 ‘abster-se de levar’). O esquema SUJ-V-OD-PRED *selecciona* sentidos funcionais, com idêntica *elaboração* posterior (6 ‘fazer ficar depois de alterar’, 4 ‘não alterar’, 13 ‘abster-se de alterar’). Mas o esquema SUJ-V-OD-OI não só selecciona sentidos funcionais com um conteúdo que depois é elaborado como activo ou passivo, como os *modula* situando-os no domínio da transferência de posse, em relação metonímica de implicação (biunívoca) com o conteúdo esquemático de *deixar*II ‘não intervir’ (quem transfere o direito de

⁸ Ver Silva (1999a: 87-102, 125-130).

uso, de posse, de responsabilidade, etc. não pode mais intervir, pelo menos directamente; inversamente, quem não intervém dá a outrem a possibilidade ou o direito de intervenção), facilitada, esta relação, pelo facto de ambos os esquemas sintáctico-semânticos (o de transferência e o causativo) partilharem um segundo participante *activo*.

Quanto ao grupo de *deixar*II, semântica e sintacticamente menos heterogéneo, em virtude da sua (semi)gramaticalização para a expressão de uma causação especial, já a construção sintáctico-semântica (e as diferentes construções causativas acima identificadas) pouco intervém(êm) na diferenciação das suas variantes básicas (15 ‘não impedir’, 16 ‘permitir, consentir, autorizar’, 17 ‘largar-soltar-libertar’).

6. RELACIONANDO O SIGNIFICADO DO VERBO E O SIGNIFICADO DA CONSTRUÇÃO

Ainda não respondemos à questão de como é que a semântica de *deixar* se relaciona com a semântica da construção sintáctica em que ocorre. No seu estudo sobre a relação entre o significado do verbo e o significado da construção que o integra, Goldberg (1997) identifica uma hierarquia de três tipos de relacionamento ou integração daquele nesta: (I) simples *elaboração* ou *instanciação* (o verbo lexicaliza o significado da construção), o caso mais prototípico; (II) relação de *dinâmica de forças* no sentido de Talmy (1988) (o verbo lexicaliza o meio, o instrumento, o resultado ou a negação do evento designado pela construção)⁹, e (III) o caso mais periférico em que o verbo lexicaliza a pré-condição ou uma actividade co-ocorrente. Vejamos então qual a relação entre cada um dos significados básicos de *deixar*, identificados na Figura 1, e cada uma das construções sintácticas, referidas na Figura 4. Não existe aqui nenhum caso de relacionamento prototípico, isto é, nenhum dos sentidos de *deixar* lexicaliza o significado da construção de que faz parte, o que equivale a dizer que em nenhum caso *deixar* é uma actualização prototípica da semântica da construção que o integra. E isto porquê? Justamente em virtude da imagem do afastamento do sujeito, que não se compagina com a semântica das construções transitivas em que entra, e também devido à semântica da negação que *deixar* carrega. O que aqui se verifica são diferentes maneiras do segundo relacionamento da hierarquia de Goldberg, na maior parte dos casos, a relação dinâmica de negação. Todas as variantes bivalentes da categoria *deixar*I lexicalizam a *negação* (‘não mais’ nas variantes activas, ‘não’ nas variantes passivas) do evento expresso pela construção transitiva SUJ-V-OD (a negação de ‘X actua sobre Y’). As variantes trivalentes que denotam ‘actividade do sujeito posterior a uma intervenção prévia’ lexicalizam o *resultado* do evento expresso por cada uma das três construções trivalentes: o resultado do ‘movimento causado’ da construção locativa SUJ-V-OD-LOC, o resultado da ‘mudança de estado’ da construção predicativa SUJ-V-OD-PRED e o resultado da ‘transferência de posse’ da construção ditransitiva SUJ-V-OD-OI. As outras variantes trivalentes, quer as que denotam

⁹ Sobre este relacionamento, ver também Talmy (1985) e Croft (1991).

‘actividade sem intervenção prévia’ quer as que denotam ‘passividade’, lexicalizam a negação do evento da respectiva construção. Finalmente, as três variantes de *deixar*II lexicalizam a negação da influência, da intervenção ou, enfim, da manipulação própria da construção causativa (a negação de ‘X faz com que Y faça algo’), ora na forma de cessação do impedimento, nas duas variantes activas, ora na forma de não-ocorrência de impedimento, na variante passiva. Mas *deixar* no sentido de ‘permitir, consentir, autorizar’ lexicaliza uma noção causalmente relacionada com o evento causativo: a noção de ‘possibilitação positiva’ (“enablement”), como possibilitação deontica interpessoal.

7. CONCLUSÕES

Concluindo, o verbo *deixar* ilustra bem aspectos da verdadeira relação entre léxico e sintaxe e alguns dos condicionamentos recíprocos entre a semântica do verbo e a semântica da construção.

Quanto à interacção entre verbo e construção, *deixar* mostra:

1) A conexão entre os esquemas imagéticos do verbo e as construções sintáticas que o integram e a consequente iconicidade destas.

2) A relevância do esquema sintáctico-semântico na determinação dos sentidos de um verbo, seleccionando-os, modulando-os ou mesmo elaborando-os, e na organização do complexo polissémico, justificando dimensões semânticas estruturantes e favorecendo “parecenças de família”.

3) A integração do significado do verbo no significado da construção através do que Goldberg (1997) designa, utilizando a teoria de Talmy (1988), como relação (temporalmente contígua) de *dinâmica de forças*, e uma relação, na maior parte das vezes, de *negação* (do evento conceptualizado na construção). E este relacionamento *dinâmico* está em sintonia com o próprio modelo cognitivo de causação categorizado por *deixar*: uma causação *negativa*, uma causação que em termos de *dinâmica de forças* se define como remoção de uma *barreira* potencialmente presente ou já existente.

A nível mais geral da relação entre Léxico e Sintaxe, *deixar* mostra, corroborando princípios de teorias gramaticais cognitivas (Gramática Cognitiva e Gramática de Construções):

1) O *continuum léxico-sintaxe* e a *representação uniforme de todo o conhecimento gramatical* na mente dos falantes, contrariando assim o modelo componencial da gramática, exemplarmente defendido pelas teorias da Gramática Generativa.

2) A natureza *simbólica* da construção sintáctica, constituída como um par de forma e de significado, contrariando assim os modelos formalistas (generativistas e outros) da gramática.

3) A autonomia do significado da construção sintáctica, contrariando assim a ideia generalizada de que o significado do verbo determina ou *projecta* o significado

associado a toda a construção (por outras palavras, a ideia de que a construção é *projectada* exclusivamente a partir das propriedades semânticas e sintáticas do verbo).

BIBLIOGRAFIA

- Croft, William (1991): *Syntactic Categories and Grammatical Relations: The cognitive organization of information*. Chicago: The University of Chicago Press.
- (a publicar): *Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Cuyckens, Hubert, Rene Dirven & John R. Taylor (eds.) (a publicar): *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Fillmore, Charles J. & P. Kay, (1994): *Construction Grammar*. Unpublished manuscript, University of California at Berkeley.
- Fillmore, Charles J., P. Kay & M. C. O'Connor (1988): "Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*". *Language* 64, 501-538.
- Goldberg, Adele (1995): *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press.
- (1997): "The relationships between verbs and constructions". Em Verspoor *et al.* (1997: 383-398).
- Langacker, Ronald W. (1987/1991): *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Shopen, Timothy (ed.) (1985): *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3, *Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, Augusto Soares (1999a): *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- (1999b): "A semântica do objecto indirecto em Português: um espaço cognitivo multi-dimensional". *Revista Portuguesa de Humanidades* 3: 63-99. Faculdade de Filosofia de Braga, UCP.
- (2000a): "Image schemas and coherence of the verb category: The case of the Portuguese verb *deixar*". Em Cuyckens *et al.* (a publicar).
- (2000b): "The 'letting' causation: Evidence from Portuguese". Aarhus: Center for Semiotic Research. www.hum.au.dk/semiotics.
- Verspoor, Marjolijn, K. Lee & E. Sweetser (eds.) (1997): *Lexical and Syntactical Constructions and the Construction of Meaning*. Amsterdam: John Benjamins.
- Talmy, Leonard (1985): "Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms". Em Shopen (1985: 57-149).
- (1988): "Force dynamics in language and cognition". *Cognitive Science* 12: 49-100.

Construções de expletivo visível em português europeu (não-padrão)

Ernestina Carrilho
Universidade de Lisboa

1. A construção da teoria da gramática, em especial no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981 e trabalhos posteriores), tem alimentado a discussão acerca da natureza e da forma das expressões linguísticas que envolvem expletivos em posição de sujeito frásico (entre muitos outros, Cardinaletti 1990, Lasnik 1992, Vikner 1995, Dikken 1995, Holmberg 2000, Svenonius (no prelo), além de Chomsky 1991, 1995). As construções com expletivos adquirem uma relevância universal, a partir da evidência de línguas como o Inglês ou o Francês, nas quais qualquer frase finita satisfaz o requisito gramatical de ter uma posição de sujeito com preenchimento visível obrigatório, independente do conteúdo semântico:

- (1) *(II) a téléphoné
- (2) *(II) pleut tout le temps
- (3) *(Ce) sont les livres dont je t'ai parlé
- (4) *(He) has called
- (5) *(It) is raining
- (6) *(There) are few books on the shelf.

Este tipo de evidência das línguas naturais levou à estipulação em Chomsky (1981) de um princípio universal na linguagem humana que exige precisamente que todas as frases tenham um sujeito, conhecido sob a designação de Princípio de Projeção Alargado (“Extended Projection Principle” ou EPP). Assumido este princípio, uma parte significativa da investigação em sintaxe incidiu, sobretudo nos anos 80, sobre o tipo e sobre as propriedades das categorias que nas diferentes línguas naturais podem realizar o sujeito frásico. Em especial, permitiu um melhor conhecimento de uma diferença paramétrica entre línguas como o Italiano ou o Português europeu (daqui em diante, PE), por um lado, e o Francês ou o Inglês, por outro, em relação à obrigatoriedade de realização visível do sujeito em frases finitas, classicamente formulada sob o consagrado Parâmetro do Sujeito Nulo¹.

¹ A investigação desenvolvida sobre o assunto tem, no entanto, revelado insuficiente a redução a um único parâmetro do conjunto de efeitos encontrados nas línguas naturais associados à ex-

Os expletivos visíveis, categorias sem conteúdo referencial nem estatuto argumental, meros preenchedores não significativos de uma posição gramatical obrigatória, têm sido preferencialmente associados às línguas de sujeito não-nulo obrigatório, como o Francês ou o Inglês. E, embora esta correlação se tenha revelado imprópria, dada a evidência de línguas que permitem sujeitos expletivos nulos a par de sujeitos referenciais obrigatoriamente não-nulos², é bem sabido que as variedades padrão de línguas de sujeito nulo apresentam de forma generalizada sujeitos expletivos sem realização visível³:

- (7) Piove
- (8) Chove
- (9) Llueve
- (10) Está um livro no chão.

Os sujeitos sem conteúdo referencial nem argumental são portanto aqueles que são omitidos com maior facilidade, já que não têm normalmente expressão lexical visível não só nas línguas de sujeito nulo, como também em parte das línguas de sujeito referencial não-nulo.

2. Ora, o Português europeu permite, em algumas das suas variedades, a realização visível de um elemento expletivo *ele*, idêntico na forma ao nominativo do pronome referencial masculino de 3ª pessoa do singular.

- (11) Ele choveu toda a noite
- (12) Ele há marotos muito grandes na tropa. (Camilo Castelo Branco, *Corja*).

Tem-se considerado esta propriedade sintáctica como característica de variedades de natureza popular (“ou popularizante”, segundo Cunha & Cintra 1984: 284). Leite de Vasconcellos (1901, 1987: 122) nota-a entre o escasso número de particularidades de sintaxe popular e dialectal que inclui na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Como muitos daqueles que têm assinalado a presença do expletivo em construções impessoais do Português (Moreira 1913, Epifânio Dias 1918, Cunha & Cintra 1984, Duarte & Matos 1984, Peres & Mória 1995, entre outros), Leite de Vasconcellos

pressão do sujeito de uma frase finita. Para uma revisão das questões relevantes, veja-se Lobo Gonçalves (1994).

² Vejam-se, entre outros, Borer (1986), para o Hebraico, Franks (1990), para o Russo, e Vainikka & Levy (1999), para o Hebraico e o Finlandês.

³ Esta maior permissividade das línguas naturais à omissão de um sujeito não-referencial, ignorada nas primeiras formulações do Parâmetro do Sujeito Nulo, encontra um tratamento possível na distinção introduzida por Rizzi (1986) entre, por um lado, condições de legitimação formal e, por outro, recuperação do conteúdo de uma categoria vazia na posição de sujeito de oração finita. Este modelo prediz adequadamente a existência de categorias vazias como os expletivos, legitimadas formalmente, mas não sujeitas à necessidade de identificação de conteúdo, o que torna os expletivos nulos independentes dos requisitos mais estritos de legitimação e identificação de uma categoria vazia com conteúdo referencial.

analisa como um “pronomesujeito” este *ele*, que é idêntico na forma a um pronome nominativo e que, nos exemplos mais frequentes, ocorre em construções sem outro sujeito visível.

A possibilidade de realizar visivelmente um sujeito expletivo em variedades que têm sujeito nulo sugere que, pelo menos nestas, o expletivo não é um mero elemento gramatical necessário à realização do sujeito de uma frase finita:

(13) Choveu toda a noite

(14) Há marotos muito grandes na tropa.

Enquanto categorias semanticamente vácuas, os expletivos não podem ser sujeitos contrastivos ou enfáticos, não manifestando, portanto, os efeitos normalmente associados ao uso de um pronome realizado numa língua de sujeito nulo (cfr. (15) e (16) a par de (17) e (18), equivalentes de (19)).

(15) *Foi ele que choveu toda a noite

(16) *Ele é que choveu toda a noite

(17) Eu é que trouxe o bilhete

(18) Fui eu que trouxe o bilhete

(19) Eu trouxe o bilhete.

No entanto, em usos expressivos próximos de um padrão linguístico (possíveis, por exemplo, nos *media* de expressão oral ou mesmo escrita), o expletivo visível ocorre preferencialmente em contextos que envolvem alguma ênfase, como (11) e (12)⁴.

3. Considerarei seguidamente a distribuição do expletivo *ele* em Português europeu popular dialectal, já que reconhecidamente se trata de um elemento associado a variedades populares. Os dados que aqui apresento são, em grande parte, provenientes dos materiais integrados no Corpus Dialectal com Anotação Sintáctica - CORDIAL-SIN⁵ ou de estudos monográficos⁶, mas também recolho numerosas atestações num romance regionalista (Ribeiro 1927) que reproduz algumas das características do português do Alentejo (cfr. Verdelho 1982).

⁴ Aproxima-se assim de um certo valor enfático “fossilizado” de *ello*, que Ureña (1939) assinala em algumas variedades do Castelhana e que também pode ter um uso expletivo.

⁵ Projecto PRAXIS XXI P/PLP/113046/1998, financiado pela FCT e em desenvolvimento no CLUL. Este *corpus* é constituído por excertos de fala espontânea ou semi-dirigida de inquéritos dialectais realizados pelo Grupo de Dialectologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, para Atlas Linguísticos (*Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* ou *Atlas Linguístico do Litoral Português*) ou para outros trabalhos de investigação dialectal (Segura da Cruz 1987).

⁶ Salvo Azevedo (1928-9), trata-se de dissertações de licenciatura apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa.

3.1. Os dados revelam uma predominância de *ele* expletivo em construções impessoais, com o verbo na 3ª pessoa do singular e sem outro candidato a sujeito. O expletivo⁷, que apresenta morfologia de 3ª pessoa do singular e forma nominativa (como a forma sujeito do pronome referencial de 3ª pessoa do singular masculino), codifica portanto propriedades de sujeito frásico e aproxima-se de expletivos como *il* ou *it* em Francês e Inglês, respectivamente.

Nestas construções impessoais, o expletivo aparece como sujeito de:

I. Predicados que referem fenómenos naturais – verbos meteorológicos como *chover*, *trovejar* ou *nevar* (cfr. (20)-(24)), estruturas de verbo predicativo (*ser*, *estar*, *ficar...*) ou *fazer(-se)* e uma categoria (nome, advérbio, adjectivo) que faz referência a um fenómeno natural, como *calor*, *frio*, *tarde* (cfr. (25)-(27)):

- (20) Ele não tem chovido nada. (Castro Laboreiro, CORDIAL CLB 48)
- (21) Ele estava a nevar, nevava muito, eles não puderam ir. (Perafita, CORDIAL PFT11)
- (22) Ele chove tanto! (Soajo, in Pereira 1970: 194)
- (23) Então se ele chover já não vais. (Odeleite, in Segura da Cruz 1969: 153)
- (24) Ele choverá hoje? (Ervedosa, Azevedo 1928-9: 160)
- (25) Ele está calor. (Odeleite, in Segura da Cruz 1969: 152)
- (26) Vou-me, que ele já é tarde. (Terceira, in Dias 1982: 329)
- (27) ainda ele faz frio no mês de Abril! (Arronches, in Paulino 1959: 168).

II. Verbos existenciais, como *haver* ou *ter* (usado dialectalmente como existencial impessoal):

- (28) Ele há espadilha no mar. (Vila Praia de Âncora, CORDIAL VPA53)
- (29) E então ele há muitas [igrejas]. (Perafita, CORDIAL PFT24)
- (30) É a estrela da manhã [AB] e há] e há a estrela... Bom, ele há várias estrelas, não é? (Nisa, CORDIAL AAL92)
- (31) Ele há o sete-estrelas, há o cacheiro. (Nisa, CORDIAL AAL93)
- (32) O tempo das quadrilhas já lá ia. Que êle houvera-as, de uma pessoa se benzer(...) (Ribeiro 1927: 136)
- (33) Ele tinha mais campo para levar [=Havia espaço para mais] (Odeleite, in Segura da Cruz 1969: 153).

III. *Ser* impessoal em diferentes construções:

- (34) Ele tem sido —da maneira que eu tenho conhecido isto— todos os anos pior, todos os anos pior. (Porches, CORDIAL PAL12)
- (35) Mas, ora!, êle sempre foi assim toda a vida e nem por isso as igrejas fecharam nem deixou de haver gente cristã. (Ribeiro 1927: 224)
- (36) Que êle não podia deixar de ser. (Ribeiro 1927: 173).

⁷ As configurações sintáticas em que surgem os expletivos sugerem uma distinção mais fina entre quase-argumentos, como os sujeitos de verbos atmosféricos e temporais, não-argumentos ou expletivos “puros”, que normalmente estabelecem uma determinada relação com um constituinte associado na mesma frase (cfr. Chomsky 1981). Na apresentação dos dados utilizo o termo expletivo num sentido lato, englobando estes dois tipos de categorias.

IV. Outras construções impessoais:

(37) ..., êle diz que chegara já o menino Joanito. (Ribeiro 1927: 171).

V. Um predicado de elevação:

(38) —Ele até parece que foi milagre, compadre! (*id.*: 329).

VI. Construções pseudo-impessoais com verbos que denotam estados psicológicos de um Experienciador ou que envolvem um Beneficiário, argumentos realizados como Dativo:

(39) —Ele já me constava que vinha prior novo. (*id.*:20).

(40) —Que êle me conste, agora não há aí ninguém morto, mas não sei se amanhã se poderá dizer o mesmo. (*id.*:239).

(41) Que êle também não se lhe daria apartar-se do mundo (*id.*: 92).

Outra das construções em que o expletivo co-ocorre necessariamente com um verbo na 3ª pessoa do singular é uma construção com extraposição de sujeito oracional (infinitivo, neste caso):

(42) ... que êle é sempre bom contar com êles. (Ribeiro 1927: 243).

3.2. Em (43) a (49) encontram-se construções que também não incluem um constituinte argumental que exiba as propriedades canônicas de sujeito frásico. São construções de sujeito indeterminado, com *se* impessoal ou com o verbo na 3ª pessoa do plural. Apesar de os predicados envolvidos atribuírem normalmente uma função semântica a um argumento em posição de sujeito, esta posição deixa de poder receber uma interpretação referencial, pela criação de um contexto sintático particular. A interpretação “impessoal” destas construções resulta, portanto, do contexto gramatical, o que as distingue das construções consideradas acima, cuja impessoalidade deriva da natureza do próprio predicado (Fernández Soriano & Táboas Baylin 1999).

(43) ele nunca se soube quem roubou! (Terceira DIAS 325)

(44) Já está o céu nublado, são nuvens: {fp} “Hoje há nuvens, hoje está o céu nublado”
Ele aqui nem se diz nublado, eu cito-lhe até a palavra que aqui se emprega:
“*enuvrado”. (Porto de Espada, AAL69)

(45) [...] Agora a reforma da Casa do Povo também nunca pode ser muito grande porque ele não se desconta muito poucachinho dinheiro... (Sapeira, ALL)

(46) Pois conservava-se, está bem de ver, e começava a fazer pela vida, que êle até não se falava agora noutra coisa senão no derriço do padre prior com a filha do José Mingorra. (Ribeiro 1927 199)

(47) O Santo mais festejad’ aqui? Ele agora já nã festejom santes nenhuns, nem resguardom nada!... (Odeleite 152)

(48) E, então, /depois, ele/ /pôs-lhe ele/, um dia que esteve cá, e quando... Ele mataramno [AB|quando] quando daqui abalou. Em Portalegre é que o mataram. Este. (Castelo de Vide, AAL52).

(49) INQ Mas é tudo a mesma coisa?

INF Ah, [AB|consta, ele dizem] há quem diga [AB|que] que é diferente {pp}, uma coisa da outra. Que há aí algumas que são diferentes, [AB|agora, se] agora, eu é que não sei se são diferentes nem se não são. (Porto de Espada, AAL56).

3.3. Noutra série de exemplos com expletivo visível em PE dialectal, *ele* surge em construções pessoais com o verbo *ser*. Em (51) o expletivo manifesta visivelmente falta de acordo com o verbo de 3ª pessoa do plural (que manifesta concordância com o sintagma à sua direita, como normalmente acontece nestas estruturas).

(50) Deixa-me ir que êle é já quasi meio-dia. (Ribeiro 1927: 69)

(51) ... êle são boas quatro horas bem andadas de jornada. (Ribeiro 1927: 136)

(52) Uma parcela ou não sei (...) ou uma francela ou... ele era qualquer coisa assim. (Alpalhão, CORDIAL AAL85)

(53) ... que o que tem de ser tem muita força e êle não é o primeiro caso que se dá. (Ribeiro 1927: 240)

(54) Parece qu'ele vai ser ano de milho. (Terceira, Dias 1982: 325)

(55) Seja ele trigo ou cevada ou aveia. (Alte, CORDIAL PAL22).

O exemplo (55), com inversão do verbo, parece ser de natureza enfática.

3.4. As construções que se seguem caracterizam-se pelo facto de nelas o *ele* expletivo estar associado a um argumento em posição pós-verbal. Estes exemplos apresentam, portanto, alterações à ordem não-marcada do Português (SVO).

Assim, em (56) o expletivo realiza-se visivelmente numa estrutura predicativa de oração pequena com sujeito não elevado:

(56) Não há quem semeie, não há quem vá fazer esse serviço, porque [...] ele está tudo muito caro e não há quem faça. (Porches, CORDIAL PAL11).

De igual modo, em estruturas com verbos inacusativos, o expletivo visível co-ocorre um associado pós-verbal:

(57) Ele há-de vir uma trovoadá, não demora nada (Colos, in Guerreiro 1968: 351)

(58) E de forma que, depois, quando era para o ano [...] agora neste tempo, mais ou menos, Fevereiro, Março, é que ele ia outra máquina (Sapeira, CORDIAL AAL01).

Os contextos de *ele* expletivo considerados em (20)-(58) são, portanto, compatíveis com uma análise deste elemento como um sujeito, como contrapartida visível de uma categoria expletiva nula na variedade padrão.

3.5. No entanto, o grupo de dados seguinte reúne construções que exibem o expletivo em co-ocorrência com um outro constituinte com propriedades de sujeito frásico na sua posição canónica. Assim, *ele* expletivo surge como elemento inicial de interrogativas, tanto totais (cfr. (59)) como parciais (cfr. (60) e (61)), em co-ocorrência com

um sujeito visível, que pode mesmo ser expletivo (como o demonstrativo neutro em (59), sujeito de *ser* em construção clivada).

(59) Ele isto é assim que se corta aqui o centeio? (Quadrazais, in Braga 1971: 171)

(60) Ele quem foi que pôs aqui o arroz?

(61) Ele que homem é este? (Germil, in Peixoto 1968: 176).

Como os exemplos (62)-(64) revelam, também em frases exclamativas e declarativas, o expletivo visível co-ocorre com um sujeito, quase sempre específico, em posição pré-verbal. As construções envolvidas são diversificadas —podem ser transitivas como (62), predicativas como (66) ou passivas como (63). Todos estes exemplos têm em comum a posição periférica do expletivo, adjacente ao sujeito:

(62) Ele a gente sempre faz cada asneira!(Ervedosa do Douro, in Azevedo 1928-29: 160)

(63) [a propósito de um roubo] Parece impossível [AB] mas com-] mas ele aquilo lá foi feito e /atê/ /então/ ninguém deu por isso. (Castelo de Vide, CORDIAL AAL34)

(64) Devem de estar a chegar que ele o sol já se pôs! (Arronches, in Paulino 1959: 168)

(65) Se ele isso é assim... (Quadrazais, in Braga 1971: 171)

(66) Ele a brincadeira está torta

(67) Ele uma [pulga] fugiu lá para o cerro. (Colos, in Guerreiro 1968: 351).

A ordem relativa expletivo-sujeito parece favorecer uma análise que relacione o *ele* que aqui nos ocupa com uma posição periférica à posição canónica de sujeito ([Spec, IP]).

3.6. No entanto, um grupo restrito de dados contraria esta generalização: trata-se de atestações que evidenciam contextos de inversão V-expletivo, caracterizados, pelo menos quando o contexto permite essa observação, pela presença, à esquerda do Verbo, de um constituinte associado a algum efeito discursivo de tópico (de retoma —(69), (70)— ou mesmo contrastivo —(68?), (70)).

(68) Aqui está ele um buraco... (Escusa, Baptista 1967: 145)

(69) INQ Mais diferente que os de Portalegre?

INF {fp} Mais diferente e bem mais. Bem, os de Portalegre falam melhor do que nós, não é?

INQ Mas os senhores e os de Nisa compreendem-se perfeitamente?

INF Ah, a gente compreende, pois. Isso compreendemos ele bem. (Alpalhão, CORDIAL AAL 79)

(70) <inq> INQ1 Diz que faz bem aos olhos. </inq>

<inf> INF2 </inf> Ah, bem aos olhos faz ele tudo, <break> (...) </break> quando não haver pouca sorte. (Alte, CORDIAL PAL28).

3.7. Finalmente, resta ainda notar a presença do expletivo em contextos que não envolvem localmente uma predicação verbal: à esquerda de um constituinte aposto (em (73)) ou a anteceder o elemento mínimo de uma resposta negativa a uma interrogativa total:

- (71) —Então a água não falha? —Ele não!(Ervedosa do Douro, in Azevedo 1928-29: 160n)
- (72) —Vais trabalhar? —Ele não! (Colos, in Guerreiro 1968: 351)
- (73) Estas joldas ajustam-se por um tanto em dinheiro e mais as comedoiras, le tantos alqueires de farinha e de grãos, tantos arrates de tocinho, tantas canadas d'azeite e resto; (Ribeiro 1927: 89).

Nestes contextos, *ele* expletivo parece adquirir um papel estritamente enfático, bastante diferenciado, portanto, daquele que caracteriza os expletivos de línguas de sujeito não-nulo (satisfazer o EPP).

3.8. Verificamos, portanto, que *ele* expletivo cobre uma variedade de contextos sintáticos que dificilmente favorecem a sua relação estrita com o preenchimento da posição de sujeito, como suspeitámos. Em casos como os de 3.5., em especial, a possibilidade de o expletivo ocupar uma posição de sujeito parece estar comprometida pela co-ocorrência com um sujeito pré-verbal. A presença do expletivo visível numa língua de sujeito nulo como o PE poderá, portanto, vir a ser mais adequadamente correlacionada com a codificação de determinados efeitos discursivos, que certamente merecem uma atenção mais sistemática. É neste momento possível formular a hipótese de que, numa língua de sujeito nulo, na qual uma categoria vazia de natureza expletiva pode normalmente satisfazer o EPP, a realização visível do expletivo, não dependendo de requisitos estritamente sintáticos, pode estar associada à codificação de efeitos de natureza mais discursiva.

4. A sintaxe dos expletivos levou-nos assim a considerar a hipótese de correlacionar com efeitos discursivos este *ele* não-referencial, que integra o léxico de algumas variedades do PE. Importará agora definir a forma precisa desses efeitos, integrando-os na análise das estruturas sintáticas dos dados aqui apresentados. Será então possível tornar mais explícita uma informação lexical que o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* já esboça:

Aparece, às vezes, como sujeito fictício de verbos impessoais ou unipessoais, ao jeito do francês, do inglês e do alemão, uso ainda observável, sobretudo na linguagem do povo, em Portugal [...]. Tem, às vezes, carácter expletivo, servindo para realçar o sujeito dantes expresso [...]. Outras vezes, sem perder esse carácter, apresenta-se (no falar lusitano) contaminado de afetividade mais ou menos intensa e despido de qualquer conteúdo lógico. (Ferreira 1986: 623, s.v. *ele*, sublinhados meus).

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, C. (1928-29): "Linguagem popular de Ervedosa do Douro". *Revista Lusitana* XXVII.
- Baptista, C. (1967): *O Falar da Escusa*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras Univ. Lisboa.
- Borer, H. (1986): "I-subjects". *Linguistic Inquiry* 17, 375-416.

- Bosque, I. & V. Demonte (orgs.) (1999): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol. 2 *Las construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*. Madrid: Espasa Calpe.
- Braga, F. (1971): *Quadrazais. Etnografia e Linguagem*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras Univ. Lisboa.
- Cardinaletti, A. (1990): *Pronomi Nulli e Pleonastici nelle Lingue Germaniche e Romanze*. Tese de Doutoramento. Univ. Pádua.
- Chomsky, N. (1981): *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- (1991): “Some notes on economy of derivation and representation”. In Freidin (ed.) (1991: 417-54).
- (1995): *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Cunha, C. & L. F. Lindley Cintra (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Dias, A. E. da S. (1918): *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Dias, M. A. (1982): *Ilha Terceira. Estudo de Linguagem e Etnografia*. Secretaria Regional de Educação e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Dikken, M. den (1995): “Binding, Expletives, and Levels”. *Linguistic Inquiry* 26, 347-354
- Duarte, I. & G. Matos (1984): “Clíticos e Sujeito Nulo no Português: Contribuições para uma teoria de pro”. *Boletim de Filologia* 29, 479-538.
- Fernández Soriano, O. & S. Táboas Baylin (1999): “Construcciones impersonales no reflejas”. In I. Bosque & V. Demonte (orgs.) (1999: cap. 27).
- Ferreira, A. (1986): *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2ªed., revista e aumentada.
- Franks, S. (1990): “On the Status of Null Expletives”. *Lingua* 81, 1-24.
- Freidin, R. (ed.) (1991): *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Guerreiro, A. M. (1968): *Colos (Alentejo). Elementos monográficos*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- Holmberg, A. (2000): “Scandinavian Stylistic Fronting: How Any Category Can Become an Expletive”. *Linguistic Inquiry* 31, 445-483.
- Lasnik, H. (1992): “Case and expletives: Notes toward a parametric account.”. *Linguistic Inquiry* 23, 381-405.
- Lobo Gonçalves, M. (1994): *Para uma Redefinição do Parâmetro do Sujeito Nulo*. Diss. de Mestrado. Fac. Letras Univ. Lisboa.
- Maia, M. L. (1965): *O Falar da Ilha Terceira*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- Moreira, J. (1913): *Estudos da língua Portuguesa. Subsídios para a Syntaxe Historica e Popular*. Lisboa: Clássica Editora. 2ª ed., 1922.
- Paulino, M. de L. (1959): *Arronches. Estudo de linguagem e etnografia*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- Peixoto, M. E. (1968): *Germil. Notas Etnográficas e Linguagem*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- Pereira, M. F. (1970): *O Falar de Soajo*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.
- Peres, J. & T. Mória (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Ribeiro, M. (1927): *A Plantície Heróica*. Lisboa: Guimarães.
- Rizzi, L. (1986): “Null Objects and the Theory of pro”. *Linguistic Inquiry* 17, 501-557.
- Segura da Cruz, L. (1969): *O Falar de Odeleite*. Diss. de Licenciatura. Fac. Letras da Univ. Lisboa.

- Segura da Cruz, L. (1987): *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar, CLUL/INIC.
- Svenonius, P. (ed.) (a publicar): *Subjects, Expletives, and the EPP*. Oxford: Oxford University Press.
- Vainikka, A. & Y. Levy (1999): "Empty Subjects in Finnish and Hebrew". *Natural Language and Linguistic Theory* 17, 613-671.
- Vasconcellos, J. Leite de (1901): *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: CLUL/INIC, 3ª edição, 1987.
- Verdelho, E. (1982): "Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português". *Boletim de Filologia* 27, 39-154.
- Vikner, S. (1995): *Verb movement and expletive subjects in the Germanic languages*. Oxford: Oxford University Press.

Determinação quantitativa, qualitativa e grau

Benjamim Moreira
Universidade de Santiago de Compostela

0. INTRODUÇÃO

Dois motivos principais nos levaram a este trabalho. Primeiro, e mais imediato, a pouca importância que a Linguística tem atribuído à variabilidade categorial de algumas palavras que as gramáticas discriminam com a etiqueta de indefinido (adjectivo ou pronome), determinante, quantificador, aparecendo também como nominalização ou com um estatuto ainda não definido em enunciados exclamativos. Neste último caso limitando-se à etiquetagem de valor 'intensivo' que pressupõe o uso discursivo como se não se tratasse de uma unidade de língua.

Escolhemos a unidade *cada*¹ como objecto principal a problematizar.

Em segundo lugar, a metodologia de trabalho que aqui utilizamos, procurando dar conta do quadro de variação de um termo, poderá eventualmente estender-se à descrição de outras unidades cuja diversidade de estatutos e valores tem impedido uma abordagem unitária. Consideramos deste modo que a tradicional discussão à volta da polissemia ou da homonímia de uma palavra poderá ser explicada no quadro de uma formalização dos mecanismos de variação inerentes à própria constituição da sua identidade. Partimos assim da hipótese de que um termo não só determina o contexto em que ocorre como ganha determinação a partir das interacções que se vão estabelecendo entre os elementos constitutivos do enunciado na medida em que são mergulhados (metáfora abusiva) num espaço em construção.

Sabemos que há dois modos diferentes de abordar a variação das unidades linguísticas. Um considera a unidade com um núcleo semântico estável que constitui o seu sentido primeiro, próprio, do qual podemos derivar todos os outros valores. Nesta perspectiva a unidade contém em si mesma uma pluralidade de valores que são activados, filtrados em função do co-texto da palavra. O outro defende que o sentido é construído no e pelo enunciado e por isso a palavra não contém *a priori* por si mesma um conteúdo semântico estável. A estabilização só surge na rede de interacções da

¹ Vejam-se os estudos monográficos de Elena López Palma (López Palma 1985: 57-83, 1999). Ao analisar as propriedades formais de *cada* em espanhol a autora levanta o problema da identificação da categoria dessa palavra.

palavra com o seu co-texto. Não se nega que o sentido de uma palavra está associado a um conteúdo mas este só é determinado, estabilizado, num enunciado. O que se define é que as interações da palavra com os outros elementos obedecem por hipótese a princípios regulares. Nesta perspectiva a plasticidade do sentido é constitutiva da identidade da palavra definida pelos modos de interação da palavra com o co-texto (Culioli 1990, 1999; Franckel & Paillard 1999, Moreira no prelo, entre outros).

Trabalhamos nesta última perspectiva, construtivista, que, sem pôr em causa a existência de um núcleo semântico de um determinado termo, considera que a significação surge na/atraves da construção de um acontecimento enunciativo. A variação é assim entendida como o espaço dinâmico de construção da significação num determinado espaço-tempo em que intervêm termos localizadores e termos localizados em interação mútua e que por isso não é estável, definitivamente, mas estabilizável. Na construção da significação partimos de um termo localizado que desde logo estabelece relações com outro termo localizador.

Finalmente esboçaremos uma conclusão que permita confirmar a hipótese de que os funcionamentos diversos de *cada* não põem em causa a sua unidade, pelo contrário são eles que a fundam.

1. PONTO DE PARTIDA

Ao defendermos que o sentido de uma unidade (de língua) existe na e pela relação interactiva que estabelece com os outros elementos do enunciado, aceitamos que descrever a identidade de uma palavra como *cada* é procurar o invariante. Mas o invariante não é o produto de uma descontextualização tendo em vista a detecção de um núcleo semântico nem de um valor primeiro de onde os outros apareceriam por um processo de metaforização. O invariante é definido como uma “forma esquemática”, realçando-se que por um lado a palavra estrutura o co-texto e por outro, enquanto forma, é do co-texto que recebe a sua substância (cf. Paillard 1998). A hipótese fundamental que colocamos é que a variação é constitutiva da própria identidade da palavra.

Numa comunicação ao XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística² apresentámos uma parte da abordagem que é agora complementada. Decidimos estudar o marcador *cada* porque por um lado a construção do valor de alto grau põe em evidência a imbricação das *operações de quantificação e de qualificação* e por outro permite estabelecer algumas *relações, a priori estranhas entre os chamados indefinidos e o valor de intensidade*³. A procura de uma abordagem unitária capaz de dar conta da diversidade de valores não deixa de ser atraente.

² Encontro realizado na Universidade de Coimbra em Setembro de 2000 na mesma ocasião em que decorreu este Congresso Internacional de Linguística em Lugo.

³ O valor intensivo de *cada* é omissivo, ou quase, nos estudos monográficos sobre os quantificadores (cf. nomeadamente López Palma 1985, 1999), como sobre a exclamação (cf. nomea-

Na realidade, este problema surgiu de forma premente em Junho passado na elaboração de um exame de Gramática Portuguesa 3 (Léxico e Semântica). Pretendia-se que os estudantes fossem capazes de explicar e distinguir a má formação de algumas sequências em que se conjugavam a determinação nominal e a determinação verbal, nomeadamente os valores do pretérito perfeito composto português⁴ e as incompatibilidades entre as duas determinações.

Foram então formuladas as seguintes hipóteses assim resumidas:

a) *cada* (intensivo) opera uma estruturação do domínio nocional a partir de uma instância subjectiva S;

b) *cada* (distributivo) opera sobre uma instância localizadora temporal.

Os exemplos eram os seguintes:

- (1) ?a Ana estava em casa
- (2) *a Maria nasceu durante duas horas
- (3) *todo o homem está lá fora
- (4) ?o João tem comprado um livro
- (5) a Sara tem comprado cada livro!
- (6) ?a Sara tem comprado cada livro.

Enquanto em (5) estamos perante um enunciado, isto é, uma relação predicativa localizada enunciativamente, as sequências (2) e (3) são mal formadas, agramaticais e as sequências (1) e (4) poderiam formalmente constituir-se em enunciados: em (1) bastaria encontrar um localizador suplementar a que obriga o pretérito imperfeito

(1a) a Ana estava em casa quando eu telefonei;

em (4) a incompatibilidade do pretérito perfeito composto com um argumento determinado singular pode ser resolvida com a recuperação do valor iterativo

(4a) o João tem comprado um livro por semana.

Poderíamos dar um outro exemplo:

(4b) ?a Rita tem lido um livro

que de igual modo só seria um enunciado bem construído como

(4c) a Rita tem lido um livro por semana.

damente Alonso-Cortés 1999). Apesar de não se procurar uma explicação razoável, é de notar no entanto a breve referência ao valor intensivo ou ponderativo de *cada* na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, 1999, tomo I, 1058. A abordagem que propomos também permite descrever fenómenos só aparentemente estranhos como os designados de interrogação indirecta em enunciados exclamativos.

⁴ A especificidade do pretérito perfeito composto apresenta para qualquer falante de nível elevado, mas não português, algumas dificuldades subtis que estudos rigorosos como os de M. Henriqueta Campos (1997) permitem resolver.

Comparando as sequências (5) e (6) verificamos que a primeira constitui um enunciado, ou seja, é uma sequência enunciativamente bem construída, enquanto que a segunda não o é. Em (5) estamos perante um enunciado exclamativo: a operação de determinação qualitativa que incide sobre a relação predicativa estabilizada /comprar livro/ coloca a ocorrência no gradiente da noção /ser livro/ identificando-a com o alto grau da noção⁵. Esse processo apreciativo localiza a ocorrência no centro atrator correspondendo ao valor de alto grau ('livro magnífico') ou num percurso para o exterior ('livro horroroso', 'que não é bem um livro'), livro que não corresponde bem à noção /livro/ do enunciador. Além disso esta operação suplementar de qualificação que está na base da exclamação, não é incompatível com o valor iterativo do pretérito perfeito composto nem com o carácter singularizador e distributivo de *cada*.

Compreendemos então as dificuldades da sequência (6): o quantificador⁶ distributivo *cada* está associado à construção de uma ocorrência singularizada. Ora, como neste caso não está explícito o domínio que contém características distributivas, (6) assemelha-se a (4) quanto às restrições que expusemos. No entanto (6) é um enunciável se inscrito numa operação de retoma de um conjunto já construído que se pode verificar em

(6a) a Sara tem comprado cada livro a um preço diferente,

que pode ser glosado por 'cada vez que a Sara compra um exemplar do mesmo livro paga preços diferentes'.

Lobo Antunes, ao afirmar⁷ que "cada livro é uma pergunta" não está a referir-se a todos os exemplares de livros que circulam (a menos que queiramos entender que cada leitor pode encontrar uma formulação diferente) mas a ambiguidade poderá surgir: tratando-se de uma (nova) pergunta que todo o livro contém, ou se todos os livros contém uma (a mesma) pergunta ou ainda uma (qualquer) pergunta —se se abre a possibilidade de vários tipos de perguntas. A questão é com certeza interessante mas não poderá ser aqui desenvolvida.

2. CARACTERIZAÇÃO DE *CADA*

Muito sumariamente diremos que *cada* é o marcador de dois tipos de ponderações:

A) Uma ponderação de tipo Discreto⁸, a quantificação QNT⁹ é preponderante e o tipo (é a relação ao tipo que funda a estabilidade da ocorrência) é privilegiado em re-

⁵ Cf. Culioli (1974, 1999), Milner (1978).

⁶ Não nos preocupamos com a designação 'quantificador distributivo'. Para esta problemática veja-se López Palma (1985, 1999) e as referências bibliográficas que aponta.

⁷ *Diário de Notícias*, 21.10.2000.

⁸ Por razões de espaço não é possível desenvolver aqui o aparelho teórico elaborado no quadro da Teoria Formal Enunciativa de A. Culioli e seus colaboradores sobre a tipologia *discreto*,

lação ao atrator: QNT (QLT¹⁰). A delimitação de uma porção de espaço-tempo é preponderante na construção de uma ocorrência.

B) No caso de uma ponderação de tipo Compacto¹¹, é a construção do gradiente do domínio nocional que é importante. Estamos perante o homogéneo. A estabilidade provém neste caso do atrator. A única singularização possível é de ordem *qualitativa* (*ele diz cada disparate! Ele tem uma cabeça!*). *Ele tem cada carro!* Carro tem a propriedade do Discreto mas diz-se o indizível (o que não se pode/deve dizer mas também o que não se diz porque não se consegue dizer; o valor localizador e estabilizador da ocorrência em causa não é propriamente o carro x ou y: é o alto grau de /ser carro/.

Vejamos, sinteticamente, alguns modos de co-textualização de *cada*.

2.1. Cada num processo gradativo

Cada é marcador de duas operações distintas: uma operação distributiva, de tipo QNT; uma operação atributiva de tipo QLT (identificação de uma ocorrência com a noção). Para sermos mais rigorosos, no primeiro caso [qnt (qlt)], no segundo [qlt (qnt)]. Neste último *cada* é um intensificador, constrói um gradiente para o centro atrator e o alto grau: o valor qualitativo é preponderante.

Cada distributivo introduz uma variação quantitativa, inscrevendo-se num trabalho sobre a classe dos instantes: há uma descontinuidade temporal sem variação qualitativa.

(7) a Laica está cada vez mais carinhosa

(8) o canário canta cada vez menos.

A mudança de grau, crescente ou decrescente está associada por construção ao gradiente temporal. Esta gradação no Interior do domínio nocional em direcção ao alto grau (cada vez mais) ou em direcção ao Exterior (cada vez menos) até à fronteira mas sem sair do domínio (que significaria 'já não') associa o grau à quantificação do processo. Quer dizer, o processo é visto como uma sucessão de instantes graduáveis, estando o grau e o aspecto interligados.

denso, compacto (ver, entre outros, Culioli 1990, 1991-1992, 1999; C. Correia 1998; C. Fuchs (ed.) 1991).

⁹ Tal como é apresentada em Culioli (1990, 1999, nomeadamente). A noção gramatical de Determinação exige uma muito breve definição de conceitos. *Quantificação* (Qnt) é um meta-termo que se refere à operação pela qual construímos a representação de "qualquer/uma coisa" (ocorrência) que podemos distinguir e situar num espaço de referência, o espaço-tempo enunciativo (Culioli 1999: 4). A *Qualificação* (Qlt) refere-se a uma operação de identificação / diferenciação.

¹⁰ Culioli, *ibid.*

¹¹ Ver referências acima na nota 8.

Por isso (8) é possível e (7a), um processo onde não há graduação¹², não é:

(7a) *a Laica está cada vez carinhosa

Pelas mesmas razões (9) e (10) são enunciados bem formados ao invés de (9a) e (10a) em que não havendo mudança de grau o enunciado passa a ser impossível:

(9) cada dia há mais alunos na sala

(9a) *cada dia há os mesmos alunos na sala

(10) o número de cães assassinos é cada vez maior (CRPC)¹³

(10a) *o número de cães assassinos é cada vez igual/o mesmo.

Uma observação deverá ser feita a propósito de (9a). Um enunciado muito próximo de (9a) fazendo intervir uma modalização de expectativa, inscrevendo a significação na alteridade entre o estado de coisas actual e o estado desejado (p.e. a expectativa da chegada de novos alunos) tornaria aceitável um enunciado como por exemplo:

(11) cada dia que passa e os alunos são sempre os mesmos.

Notamos assim que *cada ... que* não equivale plenamente a *sempre que / todas as vezes que* nem ao valor frequentativo que se atribui a este marcador, tal como se pode ver na manipulação controlada de (10) em (12):

(12) o número de cães assassinos é sempre igual/o mesmo.

Cada marca assim uma expectativa do sujeito enunciadador de mudança (para mais ou para menos) aliada ao próprio desenrolar do processo temporal-aspectual e por isso é incompatível com marcadores de manutenção do estado de coisas como nos casos que vimos com *sempre, o mesmo*.

2.2. O valor frequentativo do morfema descontínuo *cada ... que*

Os enunciados comportando o morfema descontínuo *cada... que e sempre ... que, todas as vezes que* são semanticamente muito próximos pelo valor de *que* são marcadores. A iteratividade presente permite que o sujeito expresse muitas vezes um ponto de vista crítico, negativo no segundo termo do enunciado:

(13) cada vez que/sempre que/todas as vezes que te encontro perguntas-me pela minha saúde

(14) cada vez que abres a boca ou entra ar ou sai asneira

¹² Ver também Bosque (1999: 640).

¹³ Alguns outros exemplos: Ele está cada vez pior; Ele está cada vez mais insolente / preguiçoso.

2.3. *Cada* numa relação interproposicional consecutiva: intervenção de *cada* num primeiro termo encaminha para uma conclusão (segundo termo)

(15) este tipo tem cada mania que ninguém o suporta!

Numa relação interproposicional, *cada* conduz a ocorrência até ao ponto teoricamente máximo (constituindo todas as propriedades do predicado), sendo essa localização no alto grau que conduz à progressão e à conclusão. Estabelece-se, portanto, uma relação directa entre /ter manias/ e /suportar os sujeitos de manias/, ou seja, há uma proporcionalidade directa entre o grau (marcado por *cada*) e a consequência (consecução: ninguém acreditar). O mesmo acontece em (16) com *tal* e em (17) com *cada*:

(16) ele diz tais disparates que depois ninguém acredita nele!

(17) ele diz cada disparate que depois ninguém acredita nele!

Em (16) e (17) é nítida a relação entre o processo nocional-aspectual (a) *dizer disparates* e o processo (b) *ninguém acreditar nele*. Trata-se de uma relação consecutiva entre (a) e (b): o processo (a) serve de localizador ao processo (b); o processo (b) está localizado pelo processo (a).

O valor localizador nocional-aspectual de (a) é a ocorrência alto grau de /ser disparate/. *Cada* é o marcador da avaliação subjectiva situando-a no gradiente e com uma orientação modal negativa: quanto maiores são os disparates que ele diz, menos acreditam nele: *se P então Q*.

2.4. *Tanto* como intensificador¹⁴

O enunciado seguinte permite-nos observar algumas relações entre *cada* e *tanto*:

(18) ele tem encontrado tantos problemas!

O indefinido *tanto*¹⁵ tem aqui um funcionamento semelhante a *cada*. Em enunciados exclamativos há uma *pré-construção de existência* ‘ele ter encontrado problemas’ a que se segue uma *operação intensificadora* da quantificação. Não é por isso o mesmo que dizer

(18a) ele tem encontrado muitos problemas.

¹⁴ Observações incidindo sobre enunciados assertivos, comparativos, exclamativos e com o imperativo afirmativo e negativo.

¹⁵ Um exemplo mais complexo que nos obrigava a trabalhar com as modalidades e que ultrapassa os limites desta comunicação seria: *o público deve ser sensível para gostar tanto da música de Uxía*. A presença do quantificador intensivo *tanto* só permite uma interpretação modal epistémica [já que gosta da música de Uxía o público deve ser sensível]; a sua ausência permite além da epistémica uma interpretação deontica [para gostar da música de Uxía o público tem de ser sensível]. Sobre o modal *dever* veja-se o estudo de M. Henriqueta Campos 1998.

Além disso, na operação de determinação quantitativa-qualitativa constitutiva do enunciado, Qlt permanece e por isso dificilmente dissociamos a quantidade da qualidade da ocorrência “dificuldades”.

Como *cada, tanto* apresenta restrições com a modalidade assertiva:

(19) ??ele tem encontrado tantos problemas

(20) ??ele tem encontrado cada problema

(21) ele tem encontrado cada problema!!

Mas um enunciado comparativo (quantificador) é possível porque a estabilização enunciativa é dada pelo termo localizador (segundo termo da comparação) *como os pais* [os problemas que os pais sentiram]:

(19a) ele tem sentido tantos problemas como os pais.

Quanto aos exclamativos, sabemos já que a operação de percurso é estabilizada por referência ao centro atrator.

Observemos um modo de relacionamento de *tanto*, enquanto marcador de identificação qualitativa, com alguns valores temporais-aspectuais:

(22) ??o Gabriel estuda tanto

(23) o Pedro estuda tanto!

(24) *estuda [tu] tanto!

(25) não estudes tanto!

A sequência (22) não é enunciativamente bem construída por carecer de um termo localizador, não sendo por isso aceitável como enunciado assertivo a não ser que se introduza p.e. uma determinação suplementar comparativa como em:

(22a) O Gabriel estuda tanto como a Sara.

O que permite a (23) ser um bom enunciado é o facto de *tanto* orientar para o centro atrator do domínio nocional de /estudar/ [estudar muito/estudar estudar], marcando uma identificação qualitativa que incide sobre o grau elevado e não sobre a cardinalidade.

Mas vejamos o que ocorre em enunciados exclamativos no imperativo.

O enunciado (25) *não estudes tanto!* é bem formado porque o termo de referência foi previamente construído [pré-construído]: dizemos *não estudes tanto* a alguém que, neste momento ou habitualmente estuda muito, “muito” pelo menos para o sujeito enunciador. *Tanto* marca a orientação para o atrator e a inversão da orientação no domínio marcada por *não* e por isso “menos”¹⁶.

Uma breve teorização do imperativo permitirá explicar a agramaticalidade de (24) *estuda [tu] tanto!* O imperativo marca a antecipação da construção da existência de um novo estado de coisas¹⁷ (p.e. *acende a luz* exprime o desejo de mudança de es-

¹⁶ Ver Culioli [1992] 1999: 107.

¹⁷ *Op. cit.*: 108.

tado <a luz está apagada> para <a luz está acesa>). A impossibilidade de *estuda tanto* deve-se ao facto de não existir uma primeira ocorrência localizadora. Assim se compreende a possibilidade do imperativo negativo como em (25): “não estudes a quantidade (exagerada) que estudas”, colocando o problema da relação entre determinação e negação. O imperativo negativo implica a pré-construção de <tu estudas muito>.

3. CONCLUSÕES

A operação básica (subjacente aos valores de *cada*) é a operação de retoma de um conjunto já construído. *Cada* é o marcador dessa operação fundamental¹⁸ singularizando e discretizando as ocorrências. Cada *x* implica a existência de *x*. Daí a naturalidade dos aforismos como

(26) Cada maluco com a sua mania¹⁹.

A individuação da classe operada por *cada* (*cada maluco*) remete para uma classe já constituída (pré-construído de tipo universal) e dessa classe pega-se num elemento individualizado. Por isso (27) é um enunciado mal formado, já que *cada* pessoa tem uma só cabeça e (28) é um enunciado bem formado:

(27) *este jovem tem cada cabeça!

(28) este rapaz tem cada mania!

Comprendemos por isso a gramaticalidade de

(29) este rapaz tem uma cabeça!,

pois o que se predica é uma propriedade diferencial²⁰: *ter uma cabeça grande, ter uma inteligência elevada*. Ora, predicar uma propriedade sobre /cabeça/ é localizar esse termo em relação a essa propriedade. A operação de determinação introduzida é por isso qualitativa, trata-se de um qualificativo intensivo: *mas que cabeça! Uma cabeça extraordinária*.

É também por isso que o enunciado (30) não é ambíguo: à determinação quantitativa (propriedade distributiva) de que *cada* é marcador, associa-se uma propriedade diferencial (determinação qualitativa), ou seja, uma predicação de alto grau construída sobre uma existência.

(30) esta turma tem cada cabeça!²¹.

Sintetizando: uma operação de tipo QLT intervém sobre uma ocorrência “determinada” localizando-a no centro atractor, dotando-a de uma qualificação intensiva, o

¹⁸ Já antes referi que o valor intensivo de *cada* não põe em causa a existência construída, daí falarmos de pré-construído.

¹⁹ Equivalente a “cada pessoa com o seu feitio”.

²⁰ Cf. Culioli (1999: 115).

²¹ Glosa: na turma *x* há alunos (individuais) que têm capacidades (individuais) intelectuais muito elevadas.

valor alto grau. Este valor de referência não é absoluto, ele representa um limite, no sentido matemático, mas é ele que assegura a estabilidade de uma ocorrência —falamos aqui de estabilidade enunciativa, condição fundamental para a comunicação.

Não podemos deixar de referir que a activação da qualificação em enunciados exclamativos se inscreve num plano de avaliação do grau, o que supõe a intervenção de um sujeito avaliador. Estamos por isso no campo da modalidade intersujeitos, daí o carácter intrinsecamente subjectivo dos enunciados exclamativos.

BIBLIOGRAFIA

- Alonso-Cortés, Ángel (1999): *La exclamación en Español. Estudio sintáctico y pragmático*. Madrid: Minerva ediciones.
- Bosque, Ignacio (1984): "Sobre la sintaxis de las oraciones exclamativas". *Hispanic Linguistics* 1/2, 283-304.
- Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (1999): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe.
- Campos, M. Henriqueta Costa (1997): *Tempo, Aspecto e Modalidade*. Porto: Porto Editora.
- (1998): *Dever e Poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Correia, Clara (1998): *Quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Culioli, Antoine (1990): *Pour une linguistique de l'énonciation 1*. Paris: Ophrys.
- (1991-1992): "Structuration d'une notion et typologie lexicale. A propos de la distinction dense, discret, compact". *BULAG* 17, 7-12.
- (1999), *Pour une linguistique de l'énonciation 3*. Paris: Ophrys.
- Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard (1991): "Discret-Dense-Compact; vers une typologie opératoire". In C. Fuchs (ed): *Les typologies de procès*. Paris: Klincksieck, 103-136.
- (1999): "Les emplois temporels des prépositions: le cas de sur". In *Cahiers Chronos 3, Variations sur la référence verbale*.
- Fuchs, Catherine (ed) (1991): *Les typologies de procès*. Paris: Klincksieck.
- López Palma, Elena (1985): "Las oraciones distributivas: la gramática de cada". *Dicenda. Cuadernos de filología hispánica* 4, 57-83.
- (1999): *La interpretación de los cuantificadores. Aspectos sintácticos y semánticos*. Madrid: Visor Libros.
- Milner, Jean-Claude (1978): *De la Syntaxe à l'Interprétation*. Paris: Seuil.
- Moreira, Benjamim (2001): "Para uma caracterização unitária de cada". *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Universidade de Coimbra, 28-30 Setembro 2000 (no prelo).
- Paillard, Denis (1998), "Les mots du discours comme mots de la langue". *Le Gré des Langues* 14, 10-41.
- Vilela, Mário (1998): *Gramática Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Semantic Roles Revisited: Langacker's *Billiard-ball Model* Applied to Portuguese Subject-object Clause Structures

Joana Castro Fernandes
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

INTRODUCTION

Cognitive linguistics' theoretical framework had major precursors such as Charles Fillmore and Leonard Talmy, but it only emerged as a scientific paradigm in 1987 with the publication of George Lakoff's *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind* and Ronald Langacker's *Foundations of Cognitive Grammar* (Bechtel & Graham 1998). Although the scope of this article strictly concerns some Portuguese subject-object clause structures, there are three basic claims stated by Langacker (1987) that seem vital to understand the scope of descriptive tools (such as the *billiard-ball model*), he presented later in 1991. Thus, his work hypothesizes that: (1) Semantic structure is not universal, but language specific; (2) Grammar (syntax) is not an autonomous formal level of representation, [it is] instead symbolic in nature, and (3) there is no meaningful distinction between grammar and lexicon, because they form a continuum of symbolic structures. (Langacker 1987: 2-3). So conceived, language cannot be seen as a separate realm or, in other words, it makes no sense to establish a demarcation line between this ability and other facets of human cognition.

The assumptions briefly sketched imply an encyclopaedic view of meaning, given that the full understanding of any word requires the consideration of a complex of perceptual, emotional and cultural dimensions that lead to regard the boundary between linguistic and extra-linguistic knowledge unsustainable. Langacker's applied research covers a substantial range of grammatical topics, however, there are two word-classes which understandably occupy a privileged place: nouns and verbs. It follows that these word-classes are viewed as having straight correlations with the world we live in, so nouns (*discrete physical categories*) and verbs (*energetic interactions*), correspond to the way speakers think the space around them. Such a different approach to linguistic phenomena is truly concerned with grasping the conceptual processes that underlie *nominal* and *relational expressions*. Therefore, among other findings, his investigation concerning verbs carried out further insights into the nature of semantic roles.

As the title of this paper suggests, my central aim here is to discuss such insights by providing a brief presentation of the *billiard-ball model*, a metaphor used to explain what is “behind” a prototypical subject-object clause structure. Then, by applying the model to Portuguese subject-object constructions with the verb *colher* I intend to show how the *billiard-ball model*, as a reconceptualization of semantic roles *agent* and *patient*, partially explains constructional polysemy, i.e., how the schema that characterizes the subject-object organization of *colher* enables speakers to construe alternative settings, which correspond to a variety of related senses¹.

1. THE BILLIARD-BALL MODEL

Despite the widely accepted view that verbs are the relational backbone of linguistic constructions² and that they represent interactions that do not exist independently of their participants, it seems somewhat innovative to claim, as Langacker did (1991: 13), that the full understanding of clause participants requires the consideration of non-verbal elements, because energy flow and movement play a crucial role in the linguistic representation of processes. In effect, verbs prototypically express interactions with physical objects, which are likely to be affected by the impact from outside and this way move to another location or undergo a given change. Once an object is charged with energy it can absorb it or transmit it to another entity:



Fig. 1. Langacker's billiard-ball model

This is roughly what lies behind the *billiard-ball model*. Langacker uses the concept billiard (a game we live by) to activate a clear image of the phenomenon. As a matter of fact, billiard players use the cue to hit one ball against another and to generate movement. According to the linguist (1991: 14), this is an archetypal folk model which shows crucial aspects of our cognitive organization, where there are only two participants the agent who is the *energetic head* (the initial object in a chain) and the patient, the *energetic tail* (the final object)³. But, how can this view contribute to the full understanding of a prototypical subject-object clause structure? Shall we consider

¹ Part of this analysis is included in my Master's degree dissertation, presented to Faculdade de Letras da Universidade do Porto, in 1998.

² The theoretical approach to valency grammar carried out by Mário Vilela (1995: 61ff) makes several assumptions which are fully compatible with the cognitive perspective, namely the one that a verb is a process that unfolds over time: “O **verbo** é a categoria gramatical que configura os processos da realidade objectiva no seu enquadramento temporal /.../ A semântica do lexema verbal determina o modo de ser ou acontecer, e simultaneamente constitui a base para o decurso (=aspecto) do processo e para a valência do semema verbal”.

³ For further developments on the notions of *head* and *tail* see Langacker (1991: 282: ff).

that the above model is a creative explanation for prototypical transitive constructions that, after all, adds little to linguistic research? I do not think so. Though it may seem somewhat new to claim that semantic roles are not mere linguistic constructs, the fact is that they are pre-linguistic conceptions based on the everyday experience and they must, for this reason, be considered *role archetypes*, rather than semantic roles⁴.

2. NON-VERBAL ELEMENTS IN *COLHER* CONSTRUCTIONS

A dictionary-type definition, as well as the overall information available in a lexical entry, can provide the researcher with some clues about the meaning of a word and with the list of most of the senses it can have, but, unfortunately, it does not provide enough basis to grasp the network of domains it may imply, nor the links among such domains. Let us take, for instance, the lexical entry of the verb *colher*. One of the most reputed Portuguese-Brazilian dictionaries - *Aurélio* (1986) lists then following senses:

<i>Colher</i> -senses	referent variation
1) Tirar, desprender	(flores, frutos, folhas)
2) Tirar, apanhar, recolher	(água)
3) Recolher, apanhar	(redes)
4) Colectar, coligir, arrecadar	(contribuições)
5) Achegar, aproximar, acolher	(pessoa)
6) Apanhar, pegar ⁵	(borboletas)
7) Surpreender, apanhar	(alguém, pessoa)
8) Adquirir, obter, conseguir	(informações)
9) Atingir, alcançar	(alvo)
10) Alcançar, obter	(louros)
11) Amainar, recolher	(velas)
12) Apreender, perceber, inferir	(sentido)
13) Receber, acolher	(sentido)
14) Segurar, pegar, prender	(pessoa)
15) Segurar, ferrar	(freio)
16) Atropelar, derrubar	(pedestre)
17) Ter plantação, cultivar	(feijão)
18) Arrumar	(cabo, espia, corrente)
19) Depreender, inferir, deduzir	(facto)
20) Receber, acolher	(criança, alguém)
21) Encontrar, apanhar, surpreender	(adversário)
22) Ter o que colher	—
23) Proceder à colheita	—
24) Ser concludente	(dedução)

Figure 2. Sketch of the lexical entry of the verb *colher*

⁴ The notion of *role archetype* is defined by Langacker (1991:552) as a: "...role conception, such as agent, instrument, patient, or mover) which is so fundamental and ubiquitous in our experience that it is relevant to the characterization of every language. Role archetypes are appropriate as the prototypes of basic linguistic categories (e.g. agent, patient and experiencer for subject, direct object and indirect object, respectively.)"

⁵ This reading, together with reading (14), correspond to a geographical variety (Brazilian), which is not used in Standard European Portuguese.

I am not concerned in providing either an exhausting list of the meanings this verb can accomplish, or in analysing them all. Conversely, my central aim is to test the validity of a lexical and semantics analysis based on the cognitive tools briefly presented in section 1. However, the sketch of the lexical-entry allows two important preliminary claims: (1) this verb is a complex category, whose network of meanings ranges from physical interactions, such as cropping fruits or cereals, or running someone over, to mental or psycho-social interactions, as collecting abstract substances, inferring conclusions, surprising someone, or obtaining the reward or the benefit of / from something (among other readings), (2) the class of patients this verb conceptualizes is extremely diffuse: there are discrete physical objects, such as *flowers, fruits, nets, butterflies, persons...*, and there are abstract entities, as, for example, *sense, deduction, information*.

But, let us instead concentrate on some actual linguistic scenarios of this verb, which represent instances of an *agent* interacting with a *patient*:

- | | | | |
|----|-------------------------------------|--------------------------------|--|
| 1) | O jardineiro
<i>The gardener</i> | colheu
<i>reaped</i> | frutos variados.
<i>various fruits.</i> |
| 2) | O camião
<i>The lorry</i> | colheu
<i>run</i> | a criança.
<i>the child over</i> |
| 3) | Ele colheu
<i>He reaped</i> | os frutos
<i>the fruits</i> | do seu trabalho.
<i>of his labour.</i> |
| 4) | Ele
<i>He</i> | colheu
<i>reaped</i> | grandes recompensas financeiras.
<i>huge financial rewards.</i> |
| 5) | Ele
<i>He</i> | colheu
<i>gathered</i> | informação.
<i>information.</i> |

The scenarios provided have not been chosen at random, they were instead based on a previous research into the semantics of this verb, which demonstrated that these readings were, among the sample of informants interviewed the most typical ones⁶. *Colher* is, thus, a complex category with members which happen to be more central than others, or, in other words, with a prototypical instance and extended scenarios. The prototypical example is, in cognitive linguistics, of primary importance, because it is, together with the schema, a mode of linguistic categorization.

Hence, the most prototypical kind of *agent-patient* interaction is here represented in the example (1) where the two focal participants find themselves depicted: “O jardineiro” [The gardener] and “frutos” [fruits] denote rather distinct features: the first entity is the volitional, human instigator of the interaction —the *agent*— whereas the second entity is the affected, inert substance he acts upon —the *patient*⁷. Thus, in

⁶ For more details see Fernandes (1998: 71-81).

⁷ As Langacker (1991: 285) states, the clausal organization is shaped by our conception of the world: “The archetypal **agent** is a person who volitionally initiates physical activity resulting, through physical contact, in the transfer of energy to an external object. Its polar opposite in an archetypal **patient**, an inanimate object that absorbs the energy transmitted via externally initiated physical contact and thereby undergoes an internal change of state.”

a more schematic / abstract way, such a prototypical scenario comprises an *action chain*: the first entity makes forceful contact with the second entity and the result is the transfer of energy. It seems now clear why Langacker prefers the term *role archetype*: this way he conveys, that, apart from their semantic significance, they do reflect two of the most basic aspects of human experience: mobility and manipulation of physical objects.

Still, we need to look at the prototypical event (the one that is cognitively simpler) more closely and consider the basic domains that shape it: the spatio-temporal domain and the force-dynamics domain. It has been claimed before that a verb is a process that unfolds over time. When trying to capture the time span of the event, an entity is depicted, prototypically a human being, who is a source of force, moving through space towards a specific location. The trajectory implies a movement towards the subject referent, or, in other words, a bi-directional movement. The pictorial representation shows the evolution of the event through time:

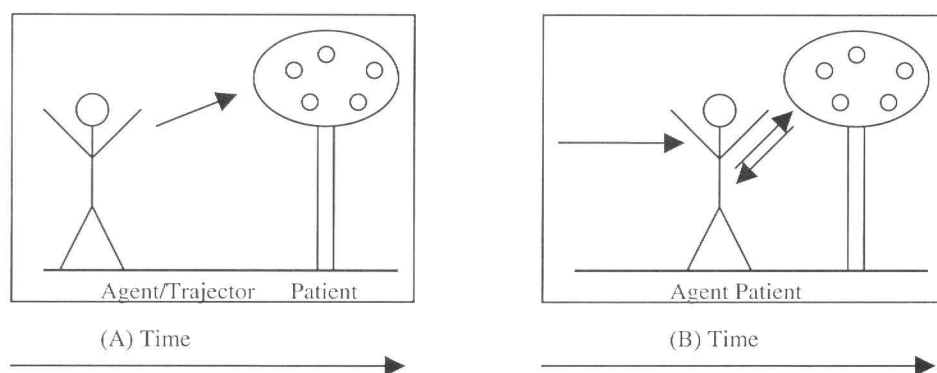


Fig. 3. Spatio-temporal domain of *colher*

Furthermore, the movement initiated by the person corresponds to an energy-flow that returns to him after changing the location of the thing, which ends up in the sphere of control of the person. This way, the *agent* is the *source of energy* and the *patient* the *energy sink*. It is by now clear that there is an asymmetrical relationship between the *agent-patient* pair: dynamic entity vs. static entity:

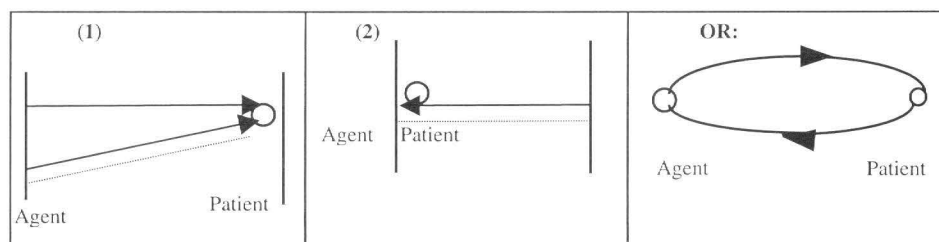


Fig. 4. Force-dynamics domain of *colher*

Figure (4) represents the locative image schema⁸ of *colher*. Although it may sound, at first sight, unnecessarily abstract, the steps I have been through help to grasp the mental picture that lies behind subject-object clause structures and to show, at the same time, why an interaction is conceptually dependent. In addition, enough evidence seems to have been gathered to show that the sensori-motor activity and the fixed trajectory do shape the syntax and the semantics of the event. The case study in focus also demonstrates that human experience is definitely vital to elucidate the structuring of linguistic realizations.

Yet, how can we account for the claim that the *agent-patient* pair is not a discrete category, but on the contrary, a cognitive tool that gives rise to constructional polysemy, or, in other words, to a network of related meanings? There is some basis for considering that the model that shapes the event is experientially simple, so it can be stretched to accommodate a wide range of different scenarios, through extension mechanisms⁹.

3. COLHER EXTENSIONS: SOME PHYSICAL INTERACTIONS

As Langacker (1991: 295) explains:

Extensions from the prototype occur for the same reasons that they do with lexical items: because of our proclivity for interpreting the new or less familiar with the reference to what is already well established; and from the pressure of adapting a limited inventory of conventional units to the unending ever-varying parade of situations requiring linguistic expression.

Bearing these words in mind, it was previously claimed that the polysemous nature of the verb *colher* partially results from the locative image schema that underlies the prototypical instance. But, to validate such assumption, we have to look at other members of the category and find out whether they reflect any kind of commonality. Sentence (2), for instance: “O camião colheu a criança” (*The lorry run the child over*) is a less prototypical one, because although it is also physical, the focal participants’ configuration is slightly different. The entity that occurs in the subject slot is no longer a human being, but a vehicle and the entity that occurs in the object slot is not a thing but a person. Moreover, the action performed by the *agent* is not a volitional one (running someone over is not ethically acceptable). On the other hand, we find some degree of overlapping, or some family resemblance effects between the prototypical instance and this extended scenario: schematically speaking, the *agent-patient* asymmetry remains, because the force-dynamics of the energy flow runs the same way towards the agent: the *lorry*, a dynamic entity / non-human agent [energy source]

⁸ See Newman (1996:160).

⁹ Polysemic categories are, as C. Cacciari & S. Glucksberg (1994:470) state, far from having an arbitrary organization: “words do not acquire new senses randomly, but according to a ‘cognitive structuring’ that relates them in a motivated fashion”.

that traces a bi-directional *path schema*¹⁰ and the child [energy sink], who is configured as a static/inanimate entity, becomes an *unintentional permitter*¹¹.

If the prototypical structure of *colher* is a natural source for images of physical movement, it can, at the same time, motivate the construction of events that involve abstract motion towards the sphere of control of the subject. This abstract kind of motion can be observed in sentences like: (3) *Ele colheu os frutos do seu trabalho* (He reaped the fruits of his labour), (4) *Ele colheu grandes recompensas financeiras* (He reaped / obtained huge financial rewards), and (5) *Ele colheu informação* (He gathered information).

The abstract senses / figurative readings (4) and (5) show a parallel between agriculture and finance¹². As a matter of fact, Western societies organization is rooted in the principle that labor is a *valuable resource* (Lakoff 1980), thus, these constructs invoke a cultural setting, in which the experiential domain of agriculture emerges as a powerful and coherent model which comprises a moral pattern, or, a consequentialist reasoning with ancient religious roots: *you get what you give*, i.e., the more the effort, the greater the benefits. In example (4), for instance, the *fruit* has a figurative reading, meaning the outcome of a given action (in this particular case, the outcome of working).

As far as example (6) is concerned, the conceptualization of the abstract substance *information* as a property, or a concrete entity, is also grounded in cultural dimensions. In *Third Wave* economies *information* is a good, a valuable object. So, the tangible configuration, that borrows from the prototypical patient, shows that an encyclopaedic approach is required to the full understanding of way the meanings of this verb relate themselves.

In more schematic terms now, the space and dynamics conceptualized by extensions (4), (5) and (6) are no longer physical, but psycho-social, which is the same as saying that the *billiard-ball model* has been stretched to accommodate such instances. Furthermore, in spite of differing considerably from the prototypical patient (a concrete substance), they are conceptualized as objects that can be "manipulated" by the subject (an animate entity / intentional performer).

¹⁰To get full details about the internal structure of a *path schema* see Mark Johnson (1987: 116, ff).

¹¹I borrowed the expression from Allerton (1982).

¹²In English, as well as in Portuguese, we can find a wide range of finance expressions that are shaped by the domain of agriculture. Newman (1996:154) describes very accurately the correspondences that support the mapping between the two domains: "for example, money may be deposited in a bank similar to the way in which seed may be sown in the ground; by leaving money in the bank, more money is earned through interest, just as a seed grows into a plant; eventually the money plus interest may be withdrawn in order to pay some more desirable object or experience, just as eventually a crop is harvested and eaten".

There is now enough evidence to affirm that the roles of *agent* and *patient* are within this category fairly diffuse:

<i>colher1</i>	to crop fruits or vegetables	<i>agent</i> - animate entity / intentional performer <i>patient</i> - concrete substance
<i>colher2</i>	to knock someone over	<i>agent</i> - mechanic / non-human entity / unintentional performer. <i>patient</i> - physical / animate entity
<i>colher3</i>	to get rewards and benefits	<i>agent</i> - animate entity / intentional performer <i>patient</i> - abstract entity
<i>colher4</i>	to bring something (abstract substance together)	<i>agent</i> -animate entity / intentional performer <i>patient</i> - abstract entity
....

Fig. 5. Agent-patient fuzziness

Of course the short synchronic account of the polysemic nature of this verb has relied on my intuitions as a native speaker to establish the connections between the meanings. There are certainly other alternative ways to explain the links between the senses a word may have. However, what matters the most is the fact that the methodological tools here tested can contribute a better understanding of the way grammar and lexicon of a particular language work.

4. CONCLUSIONS AND PERSPECTIVES

This paper is an exploratory attempt to discuss and apply the reconceptualization of the semantic roles of *agent* and *patient*, as proposed by the cognitive linguist Ronald Langacker. It was shown that the two semantic roles are much more than linguistic constructs, as they emerge from the subject interaction with the world. So, they inevitably have got to do with mental processing. With a focus on a single Portuguese verb and some of its associated meanings, I tried to demonstrate that an experientially realistic approach to the study of subject-object clause structures requires the analysis of basic aspects of human experience. This is the reason why the *billiard-ball model* seems a rich approach to syntactic and semantic analyses. By taking non-verbal elements into account it becomes clear that the *agent* and *patient* interaction forms a model/schema that speakers use to perform mental operations. Such a schema can be extended to a range of scenarios, that in the case of *colher* range from physical to abstract interactions. Therefore, the polysemic nature of this verb is a constructional one, because it is the result of extensions from the prototypical subject-object interaction.

I have here sketched some possible paths to investigate the semantics of a single Portuguese lexical item. However, I believe that the theoretical and methodological approaches proposed by Cognitive Linguistics must go much further and generate pedagogical changes, by being applied (although not directly), to the teaching of various fields, such as, mother tongue grammar, second language grammar and trans-

lation studies. In a word, there is still a lot of work to be carried out before the powerful pedagogical potential of this paradigm can actually *bear fruit*.

BIBLIOGRAPHY

- Allerton, D. J. (1982): *Valency and the English Verb*. London: Academic Press.
- Bechtel, W. & G. Graham (eds.) (1998): *A Companion to Cognitive Science*. Oxford: Blackwell.
- Cacciari, C. & S Glucksberg (1994): "Understanding Figurative Language". In Morton, A. (ed.): *Handbook of Psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 447-477.
- Fernandes, J. (1998): *O verbo colher: uma abordagem cognitiva em semântica lexical*, Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fillmore, C. (1968): "The case for case". In Bach, E. & R. T. Harms (eds.): *Universals in Linguistic Theory*. London: Holt, Rinehart & Winston, 1-88.
- Johnson, M. (1987): *The Body in th Mind. The Bodily Basis of Meaning Imagination and Reason*. Chicago: The Chicago University.
- Lakoff, G. (1987): *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The Chicago University Press.
- Lakoff, G. & M. Johnson (1980): *Metaphors We Live By*. Chicago: The Chicago University Press.
- Langacker, R. W. (1987a): *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 1. Theoretical Prerequisites*. Stanford, California: Stanford University Press.
- (1987b): "Nouns and Verbs". *Language* 63, 53-94.
- (1991) *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 2. Descriptive Application*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Newman, J. (1996): *Give: a Cognitive Linguistics Study*. Berlin / New York: Mounton de Gruyter.
- Silva, A. (1995): "A Gramática Cognitiva. Apresentação e uma breve aplicação". *Diacrítica* 10, 83-116.
- Ungerer, F. & H.-G. Schmid (1996): *An Introduction to Cognitive Linguistics*. London / New York: Longman.
- Vilela, M. & W. Busse (1992): *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (1995): *Léxico e Gramática*, Coimbra, Almedina.

DICTIONARIES

- Ferreira, A. Buarque de Holanda (1986): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ªed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Embodiment and Polisemy in Semantic and Syntactic Structures. The Color Paradigm in the Poetry of Vasco Graça Moura

Rosa Maria Baptista Amaral
Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. Porto

0. Color words blossom out in all types of discourse —written and oral— and as a matter of fact the semantic load of the color terms is not exclusively confined to the chromatic dimensions which characterize each color category. Color categories semantic configuration involves broader senses which are not visible in the propositional structure —hidden structures are semantically as important as the visible ones though the users just have a grasp of them since they are not consciously worked out.

This communication aims, therefore, to highlight the cognitive devices grounding the conceptual structure of color terms, which is not just exclusively a reflection of the external reality, and to present certain features of the global meaning that derive from a web of cognitive connections.

My analysis is based on some of the central tenets of the cognitive semantics —more specifically the *experientialism*— an approach developed by George Lakoff and Mark Johnson (1987-1999) which conceives meaning as emerging from the perceptual and sensori-motor systems and involving preconceptual and prepropositional structures. The model is *interactive* since *body/brain* and *understanding* (under this perspective *understanding* means *to have a world of*) are convergent elements in the construction of human concepts and consequently in the meaning (Lakoff and Johnson 1999:22). Obviously this perspective claims that *subjective experience* and subjective judgments are at the core of the conceptualization process; however, the meaning is not arbitrary or exclusively individual —on the contrary, it is structured and a significant part of it is shared within a community or even universally shared and culturally embedded. The other central point is that in spite of the bodily nature of our reasoning system, it is structurally *imaginative* because *image schemata*, *metaphor* and *metonymy* are fundamental for the organization of our experience, making it meaningful.

Summing up, I would say that this semantic approach is cognitive and grounded in three key notions: *embodiment*, *understanding* and *imagination*.

The option taken for the chosen *corpus*, color words used by a Portuguese poet, Vasco Graça Moura, in four of his poetic works, *Poemas Escolhidos* (1996), *Poemas*

com Pessoa (1997), *Uma Carta no Inverno* (1997) and *Letras do Fado Vulgar* (1997), justifies my initial statement *color words blossom out everywhere* providing us with an array of different color categories and allowing to a wide semantic categorization. However, I will just concentrate on some representative examples due to the extension of the *corpus*¹. The other reason is related with a crucial point: in spite of being a poetic discourse the poet is viewed as a common perceiver/conceptualizer or speaker and consequently uses of the same imaginative mechanisms as the other conceptualizers when he conceptualizes color, i.e., these reasoning instruments are not restricted to literary language as traditionally they were supposed to be.

1. Color concepts claim the *status* of being embodied concepts, once they emerge directly from an embodied capacity —the human visual system interacting with the reflexive properties of the objects. However, the obvious simplicity of this processual mechanism deeps in some complexity when answers are given to a queries like —Are color categories structured entities? or —Which cognitive devices structure our experience and understanding of the color paradigm?

Colors have a specific structure resulting from three different types of interconnected embodiment: the neural, involving the physical act of seeing and the corresponding activated neural circuit, the phenomenological which is straightway related to the chromatic experience “felt” by perceivers, that means, color is perceived as a distinctive quality (color *qualia*) and finally an unconscious cognitive type directly modeled by the preconceptual and prepropositional image schema BALANCE which is a recurring pattern of the visual/color experience accounting for generalizations.

Adapted from Johnson’s proposal (1987) for the prototypical BALANCE image schema, Fig. 1 provides its graphic representation for general color concepts.

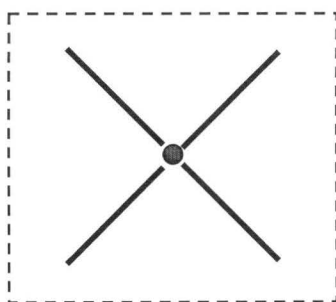


Fig. 1

Color balance (Adapted from Johnson 1987: 86)

This image schema is a metaphorical elaboration of the prototype, which consists of the embodied experience felt by toddlers with the first attempts to walk in a balanced way. With an isomorphic configuration, it corresponds to an abstract repre-

¹ The complete *corpus* is fully analyzed in my Master’s degree dissertation presented to Faculdade de Letras, of Oporto University, being the content of this paper partially based on it.

sensation of the visual experience directly related to the color space instead of a gravitational one. Its structure derives from a balanced distribution of *psychological forces* on a point in a *perceptual/visual* space. These psychological forces are pluri-dimensional depending on the relation between intrinsic and extrinsic factors such as form, surface, color tensions, knowledge and interest giving rise to special effects² on perceivers at the act of perception. Minimizing a universal uniformity of the effects felt, Johnson (1987: 84) states that “colors do not exist in isolation but in relation, and this sets up complex interactions of forces”.

Concluding, through BALANCE image schema the color experience is coherently structured as a *gestalt* and obviously the color conceptual system is a reflection of its pattern. There is, however an aspect to be mentioned —since we are dealing with a written type of communication, the discourse context or even the discourse isotopies impose conceptual links. I may say that the discourse functions as a CONTAINER giving rise to multiple and complex experienced tensions where color also plays a role. The suggested metaphor THE TEXT AS A CONTAINER sanctions the point of view under which the meaning of color words is just completely achieved in the discourse context. The understanding of the color categories of this poetic *corpus* frequently give prominence to color *qualia* because it is the poet’s intention to focus on the chromatic dimension as the following examples illustrate:

(1) lápiz de cor (colored pencils) / longa túnica de cores (long, colored tunic) / o branco de alguma espuma (the white of some foam) / um doberman preto (a black doberman) / meias pretas (black socks) / num prato azul talhadas de melão (in a blue dish slices of melon) (Poemas Escolhidos, 1996: 433, 12, 469 269, 432, 227)

negra cabeleira (black hair) / o pó vermelho do outono (the autumn red powder) (Letras do Fado Vulgar, 1997: 36, 51).

Other uses, however, highlight the special forces or tensions whose effects are not dominantly of a chromatic nature but account for values pertaining to other domains such as human feelings/emotions or other human sensations set up by the colors “in relation with” at the act of perception. The following examples illustrate these effects:

(2) as coisas que se dizem, as cores que se pressentem, o nada que se sabe
(the things we say, the colors we pre-feel, the nothing we know)

as cores (the colors) importing an emotional effect;

na noite espreita o lince do esquecimento / e terá de evitar os seus olhos brancos
(in the night the oblivion linx peeps through and you will avoid its white eyes)

brancos (white) importing “memory” through the anaphoric relation between the white eyes of the lynx and oblivion;

² According to Johnson (1987: 83-84) Wassily Kandinsky “in” *Concerning the Spiritual in Art* (1987) gives a full description of forces each color provokes in perceivers.

teias negras (a mais contraditória encenação da morte é a poesia)
(black webs —the most contradictory staging of death is poetry)

negras (black) importing a sensation of destruction and death;

do azul ilimitado da paisagem / das sôfregas errâncias e viagens
(the limitless blue of the landscape / the greedy wanderings and journeys)

azul (blue) importing a sensation of freedom, liberty and dream;

nada do amor profano sobre os vermelhos de veludo
(nothing left of the profane love on the velvet reds) (Poemas Escolhidos, 1996: 410, 224,
466, 234, 411)

os vermelhos (red) importing passion.

Either situation is compatible with the BALANCE pattern because the magnitude of the forces does not have to be symmetric. The main point is, then, that color experience is modeled by the BALANCE image schema and color understanding, color conceptualization and meaning import its basic structure.

2. The superimposition of more than one image-schema in a domain of experience is a common process. When we conceptualize color experience as a *continuum*, when we understand the naming of color categories just because we reason upon a point of reference, we are using another cognitive model. Being hierarchically organized this model appeals to another image schema —CENTER-PERIPHERY— whose structure incorporates a perceptual field, a central vantage point and different scanned distances. As the diagram shows (fig. 2) it is a metaphorical elaboration of the prototypical image schema CENTER-PERIPHERY applied to the color paradigm, holding as parts of the *gestalt* the color space and the cognitively distinct color categories.

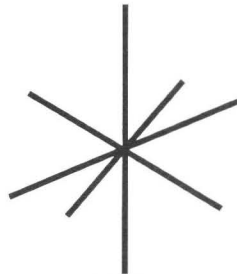


Fig. 2.
Center-Periphery

This image schema grounds a metonymic reasoning upon which the color experience is structured: the basic colors are the cognitive reference points for the understanding of a taxonomic organization and consequently inferences relative to the

meaning (or to the semantic configuration) of the peripheral elements, the subordinate categories, are drawn automatically.

Though the superimposition of the referred image schemata (BALANCE and CENTER-PERIPHERY) is essential for a global understanding of the paradigm organization, each level keeps its own characteristics. In the *corpus* the three levels —superordinate, basic-level and subordinate— are fully represented with a total amount of 86 categories.

The examples will show some specific evidences. Whenever in the discourse the poet uses the lexical item *cor* (color) as in the sentence

(3) a espuma, a cor, são mais literárias
(the foam, the color, are more literary) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 273),

the parasitic nature of the superordinate is the dominant feature whose pragmatic function aims the prominence of generic attributes shared by all categories. The category *color* is conceived as a CONTAINER absorbing all members which share common characteristics. In the poet's discourse the productivity of the superordinate is expressed in anaphoric relations as the following examples illustrate:

(4) [...] e uma cor desmedida com a sua flor de fogo
(a limitless color with its flower of fire) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 390)

(5) que dava amora branca / por ser a sua cor mais natural
(growing white mulberries as this is its most natural color) (*Uma Carta de Inverno*, 1997: 41)

being in 4 the conceptual relation defined by the subordinate *cor de fogo* (of fire), while in 5 by the basic category *white*.

So, regarding the basic categories they function as cognitive reference points and a metonymic reasoning arises *via* the image schema CENTER-PERIPHERY.

Further considerations should be taken when focusing on the conceptual content of the basic color words. Since colors do not exist by themselves, their qualification as semantic categories has some complexity resulting from an embodied experience of the objects irradiating color and an imaginative process involving a web of interconnections. At this level, the image schema OBJECT constitutes a recurring pattern —objects are experienced as *gestalts* and color *qualia* the prominent field of the visual experience when our attention focus is directed to the chromatic dimension of the object *gestalt*. This embodied phenomenon is conscious or as Lakoff and Johnson (1999: 103) define *accessible to consciousness* becoming central for the basic color meaning because the linguistic community elects universal entities/objects to describe the correspondent color conceptual content. And the dictionary entries description is the evidence.

The aspects to be emphasized concerning most of the subordinate categories from this *corpus* involve similar dimensions of cognitive intake. The cases I would like to present are the less public ones. Since colors emerge from a subjective experi-

ence, the cultural background of the poet as a conceptualizer plays an important role in the election of objects. In my own opinion it is here that the choices of the poet Vasco Graça Moura are embedded of his own individual knowledge and interest, being some of them very idiosyncratic. However, this does not mean that the categories are unstructured: at this point the image schema OBJECT grounds the coherent organization and the most frequent perceived wholes are distributed among the following domains of experience: *metals (gold/silver/copper/bronze), precious stones, inorganic entities, pigments, natural elements, organic elements, plants, flowers, fruit, animals and places or proper names*. The process of naming is nevertheless not homogenous and once again the imaginative capacities are fundamental to justify the different processes used by the poet. He either specifies the color property of the object perceived such as *cor de fogo* (color of fire), *cor de lava* (color of lava), *cor das vagas* (color of waves), *cor do pêsego* (color of peach), *cor do sangue* (color of blood), *cor de picasso* (picasso color) or through *metonymy* the whole object stands for its color such as *ouro* (gold), *cobre* (copper), *âmbar* (amber), *cinza* (ash), *sinópia de veneza* (venetian sinople); *terra de siena*³ (sienna ground) or *ferrugem* (rust).

3. So far the cognitive intake has been centered on image schemata and metonymy and we have seen how the last is a pervasive way of thinking/reasoning about color. Nevertheless, the poet comprehends figuratively the colored world through metaphor as well. Several examples give an account of metaphorical projections involving mappings between color domain and other domains of experience, either exclusively or co-occurring with metonymy⁴. In

(6) o azul voraz de um relâmpago (the voracious blue of thunder)
um vermelho violento (a violent red) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 391, 406)

the emergent metaphoric concepts *azul voraz* and *vermelho violento* are bodily based at different levels: the LINK image schema models the experience felt because a similar feature, /intensity/, is perceived (evidently, we are not dealing with similarity involving two concrete objects but with a more general type). Therefore, the correlation between the domains results from a shared type of visual experience being /intensity/ common to the predicate concepts *voraz* (voracious) and *violento* (violent) belonging respectively to “hunger” and “physical force” cognitive domains.

The other aspect is the structural effect caused by the intensity feature in terms of color organization which reflects a quality degree. This type of bodily based experience is modeled through SCALE image schema, which denotes the qualitative as-

³ No datum was found concerning the motivation for the emergence of the color categories *sinópia de veneza* and *terra de siena*. Dictionary entries describe *sinópia de veneza* as *the green used in heraldry* and *terra de siena similar to clay*.

⁴ Louis Goossens (1995: 159-160) points out that metaphor and metonymy are not exclusive cognitive processes co-occurring in natural language expressions.

pects of the color sensations, and superimposing with CENTER-PERIPHERY ground the metonymic reasoning.

Bodily based patterns are also common to the synaesthetic cognitive model presented in the following examples:

(7) *cores vibrantes*, rosas e perfumes, (vibrating colors, roses and perfumes)
guarda sóis de *cor berrante* (parasols of yelling color)
enumero *os azuis aveludados* (I shall list the velvet blues)
nada de amor profano sobre *vermelhos de veludo* (nothing left of profane love on velvet
reds) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 465, 253, 227, 411).

But the models do not have an homogeneous structure. In the first two metaphors *cores vibrantes* (vibrating colors) and *cor berrante* (yelling color) the correlation is due to the simultaneous activation of two domains of experience, motion/sight and sound/sight respectively. Since the «adjectives» *vibrating* and *yelling* impose constraints on the superordinate parasitic constitutive function just some colors are conceptualized with these characteristics. In the case of *os azuis aveludados* (the velvet blues) and *vermelhos de veludo* (*velvet reds*) the mapping takes place because tactile experience correlates with visual experience. Furthermore, and owing to syntactic constraints there is a conceptual difference between pluralities and masses: the first involves replicability in a bounded region of the color space while the second designates an abstract substance whose domain of instantiation is the visual scene (Langacker 1991:29).

Though the synaesthetic model correlating different levels of perceptual experience (sight, sound, temperature, touch) is very productive in Portuguese: just *cor berrante* (yelling color) is commonly used; I would say the others are of a more subjective experience.

The discourse is poetic and obviously the *corpus* include «novel» expressions. I will present a case which arises from the same cognitive and inferential structures. In the example

(8) [...] uma moça china/ [...] reclinada e nua [...] o verde / lençol [...] de gramíneas [...] (a Chinese girl ... bent and naked ... the green sheet of grass) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 363)

the concept *o verde lençol* (green sheet) is the BODY METAPHOR, a figurative way of understanding the body, based on the extension of the image schema CONTAINER. In the *lençol* (sheet) model, boundedness is two dimensional, horizontally oriented, and entails with a usually fixed location which is more accessible to the observer's view. Superimposing the image schema OBJECT and instantiating it in a visual scene, the property "green in it" is perceived subjectively as a prominent property. The poet's metonymic reasoning takes the color property for the whole substance *grass* —the concept *green sheet* is consequently the metonymically based GRASSY BODY METAPHOR.

Conversely, the poet uses a conventionalized figurative model, the symbolic *red roses*. This concept is culturally embedded —whenever people give “red roses” it is because these objects are the vehicle of affection (love or passion) and from a cognitive perspective it is bodily based. Supported by the Kandinsky hypothesis (1987: 58), and evoking the effects colors have on perceivers, red color causes an inner vibration similar to the flame and an exciting effect. The mapping is set upon these two features, warmth and exciting effects, but at two levels: through metonymy because the category *red roses* symbolically represents the whole category “love or passion” and metaphorically because the mapping involves two domains of experience, the concrete one “flowers” and the abstract one “feelings”.

As a symbolic structure the concept is not arbitrary —*red* itself provokes psychological effects on perceivers and *roses* as well but of a different nature— playing an important role in the understanding of the abstract concept and linking a perceptual experience and the metaphoric frame of love or passion.

4. Applying Lakoff & Johnson (1999) hypothesis for events⁵, which will provide an extensive understanding of this type of concepts, some representative examples of “color categories as events” are taken from the *corpus* having as basic assumption that “our structuring of all events, concrete and abstract, arises from the way we structure the movements of our bodies” (Lakoff & Johnson 1999: 175-176). Being so basically organized, this structure evolves into more complex ones, supported by metaphoric and inferential reasoning.

4.1. Color as a state

The first example is *ganhar cor* (“gain” better color) in the piece of discourse

(9) por falar tanto de nós ganhou logo melhor cor / logo lhe deram alta (as he talked so much about us he «gained» better color being immediately discharged from hospital) (*Letras do Fado Vulgar*, 1997:51),

which means “to be in good health condition”. Conceptualized as a *state*, the state of being healthy, and as an aspect of the *event* concepts, its structure is inferentially based on a series of mappings:

- (at the most basic body level) some movements take place within a bounded region of space or spatial location,
- bounded regions or locations are of various sizes and dimensions.

⁵ Lakoff and Johnson (1999: 176-179) include under the event-structure concepts events, causes, states, actions and purposes being the source domain motion-in-space domain which provides an extensive understanding of the event-structure.

Being a dimensional location of the bounded color space, the concept *ganhar cor* imports a vertical orientation expressed by UP, which correlates with MORE and is modeled by the primary metaphor MORE IS UP⁶. It also imports quantitative aspects of our color experience patterned by the SCALE image schema, which is specific to the metaphor MORE IS UP. This primary metaphor entails with the conceptual metaphor STATES ARE LOCATIONS and both provide the structure for the event concept *ganhar cor*, the HEALTHY STATE METAPHOR.

4.2. Color as a change

In example 10

(10) um cabelo estranhíssimo a acinzentar o prazer (a strange hair turning pleasure gray)
(*Poemas Escolhidos*, 1996: 268)

the color category *acinzentar* (to turn gray) is conceptualized as a change, another aspect of the event-structure, grounded in two conceptual metaphors STATES ARE LOCATIONS entailing with CHANGES ARE MOVEMENTS. Evidently we are not dealing with a prototypical case of movement from one concrete bounded region into another but a peripheral one which involves the color space bounded region.

Within the discourse context and evoking the occidental-culturally embedded color symbol for “passion/pleasure/enjoyment” the understanding of the state of *being pleased* is not obviously associated with *gray* – *to be red-blooded* means *to be full of vigor or sexual desire* (Oxford Advanced Learner’s Dictionary, 1991: 547). Conversely, and at a very extensive way of organizing color and emotional experience, the psychological effects of the emergent concept *acinzentar* overlap with the dominant feature /monotony/ or /depression/ characterizing the change of state that the metaphoric expression *acinzentar o prazer* means.

4.3. Color as natural causation

Since causation is a radial category some color categories from the *corpus* are conceptualized as natural causation. In 11

(11) a noite acinzentando-se (the night is getting gray)
poeiras e lua azulando-se (dust and moon getting blue)
a patilha a acinzentar (sideboards getting gray) (*Poemas Escolhidos*, 1996: 268, 159,440)

⁶ Johnson (1987: 121-122) points out that the metaphor MORE IS UP organizes the linguistic expressions for “amount” having the image schema SCALE as a structuring model of experience and organization.

the examples are metaphorical extensions of the prototypical causation owing to the lack of direct manipulation of objects by force, lack of volitional use of bodily force to change something physically by direct contact in one's immediate contact⁷.

Each event is an instance of natural phenomena (the night/the moon get gray under some natural conditions) or of a natural process (with age sideboards get gray). Therefore, these processes of getting gray or blue are conceptualized as causes and the natural events as effects of those causes. The inferential reasoning is based on a general metaphor NATURE AS AGENT and the mappings are as follows:

- the night / the dust and moon / the sideboards are human agents
- the force exerted by the agents are natural causes
- the effects of the causes are natural events (getting gray and blue)⁸.

5. As mentioned before color is linked with other domains of experience, either concrete or abstract. And color also has a word with morality.

In example 12

(12) /precisamos de ilusões / para sobreviver. seria bom que os parasitas desaparecessem / com o *branqueamento*. (we need to have illusions to survive. it would be good if the parasites disappeared with the whitening) (*Uma Carta no Inverno*, 1997: 70)

the poet does not conceptualize the color category *branqueamento* in its prototypical sense, meaning *whiten/whitening*, but as a moral concept. Grounded in our bodily experience of well-being, a basic experience and the source domain, it is metonymically and metaphorically constructed.

People and culture evaluate “light” and “purity” as two fundamental factors for the well-being and to live in comfort. I may say that these are two conditions of a “self” dimension of well-being. On the other hand well-being includes the “others” dimension and so does morality —health, wealth, freedom, justice, rights, order or love are to be shared and not self-oriented. And the concept *branqueamento* is framed within these two levels of well-being.

It is metonymically constructed because there is a correlation of “purity” with white whose evidence is given in Portuguese by the idiom *alma branca* (white soul) meaning pure/innocent (Aurélio, 1986: 282) and through the universal category “snow” which is sanctioned, for instance, in English by the idiom *as pure as driven snow* (Oxford Advanced Learner's Dictionary, 1991: 1014). Another correlation is set between white and light: Kandinsky (1987: 79) defines white, and by opposition to black, as the maximum contrast between light and darkness.

The concept is also metaphorically based through the action version of the EVENT-STRUCTURE METAPHOR being moral action defined by Lakoff and Johnson

⁷ This is the prototypical feature frame for causation presented by Lakoff and Johnson (1999: 177).

⁸ Adapted from Lakoff and Johnson (1999: 212).

(1999: 304) as “a bounded movement, movement in permissible paths” where we move freely. Naturally the “self” and “the others” dimensions are imported to the moral action.

Conversely, immoral action is a deviation of these sanctioned movement, bounds and paths. It is within this frame that the commonly used idiom *branqueamento de dinheiro* (meaning *money laundering*) is conceptualized as an immoral action. The conceptual link between the two categories *branqueamento de dinheiro* and *branqueamento* in the example given is evident (Vilela 1995: 118).

The poet’s intention using the category *branqueamento* metaphorically and metonymically aims to highlight the correlation of “to whiten” with “light” and “purity” inscribing it within a moral behavior by evoking the deviant action of money-washing to convert a transgressive action into a moral one. This is the way the poet understands morality (at least partially).

Concluding this brief descriptive exposition it seems that Experientialism applied to the color domain constitutes a plausible approach covering different conceptualization models. Considering *embodiment* at the very “original” core of meaning, it provides a set of imaginative structures, the image schemata, metonymy and metaphor, which not only ground categorization but also constrain our understanding and inferential reasoning towards generalization. Importing individual and/or environmental knowledge to language it assumes that body, brain and mind/imagination converge in the polysemic structures of the color paradigm.

BIBLIOGRAPHY

- Amaral, Rosa Maria (1998): *A “Cor” na Poesia de Vasco Graça Moura, Uma Abordagem Cognitiva*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras. Porto (unpublished).
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1986): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Goossens, Louis *et al.* (eds.) (1995): *By Word of Mouth – Metaphor, Metonymy and Linguistic Action in a Cognitive Perspective*. Amsterdam: John Benjamins. (1995:159-174).
- Johnson, Mark (1987): *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reasoning.*, Chicago: The University of Chicago Press.
- (1993): *Moral Imagination*. Chicago / London: The University Chicago Press. (1993: 1-77).
- Kandinsky, Wassily (1954-1987): *Do Espiritual na Arte*, trad., 6ª ed. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Langaeker, Ronald W. (1987a): *Foundations of Cognitive Grammar*, vol.II, Descriptive Applications. Stanford, California: Stanford University Press. (1987a:1-31).
- Lakoff, Georges & Johnson, Mark (1980): *Metaphors we live by*. Chicago: The University Press.
- (1999) *Philosophy in the Flesh – The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. N. Y.: Basic Books, A Member of the Perseus Books Group.

- Moura, Vasco Graça (1996): *Poemas Escolhidos*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- (1997) *Letras do Fado Vulgar*. Lisboa: Quetzal Editores.
- (1997) *Uma Carta de Inverno*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Ungerer, Friedrich & Schmid, Hans-Jörg (1996): *An Introduction to Cognitive Linguistics*. London / New York: Longman.
- Vilela, Mário (1995): *Léxico e Gramática*. Coimbra: Almedina.

O campo semântico dos «verbos de luz» em português, comparado com o francês, espanhol e galego. Análise dos verbos centrais

Jenny Brumme
Universitat Pompeu Fabra. Barcelona

1. OBJECTIVO

No presente estudo propomo-nos analisar o campo semântico coberto pelo verbo *brilhar* em português. O nosso interesse explica-se através das diferenças que percebemos, de maneira intuitiva, entre as línguas românicas: tanto a quantidade dos verbos que compõem o campo de «despedir luz», como os traços semânticos que abrangem os diferentes verbos parecem variar de língua para língua. Acrescenta-se, às vezes, um comportamento sintáctico diferente que pode ter incidências na estruturação do campo. Por isso, decidimos comprovar, de maneira mais sistemática, a nossa intuição.

Os estudos anteriormente realizados para o francês, espanhol e catalão (cf. Le Clerc 1996, 1998; Alsina & Brumme 1999; Brumme 2000) indicam que o campo se estrutura ao redor de um núcleo formado por poucos verbos como são, no caso do francês, *briller* e *reluire* (Le Clerc 1998: 227). Determinaram-se as diferenças entre estes e os verbos que se situam mais na periferia do campo, através de pares mínimos de lexemas como *briller* – *luire* e *reluire* – *resplendir*. Como o português dispõe dos mesmos verbos que o espanhol e o galego, partimos da hipótese que também nesta língua *brilhar* – *luzir* e *reluzir* – *resplandecer* formam as oposições centrais do campo. A análise sintáctico-semântica que propomos realizar neste estudo há-de mostrar se a estruturação e os traços semânticos coincidem realmente ou se há diferenças entre as quatro línguas românicas em questão.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MÉTODO

Em princípio, baseamo-nos no conceito de campo semântico da linguística estruturalista, tal como o definiu Coseriu (1986: 147) e tal como foi utilizado nos múltiplos estudos desta escola (cf. Geckeler 1984: 232). Segundo o método lexemático, os membros do campo compartilham um ou mais traços básicos, que determinam a

inclusão no campo. Ao mesmo tempo, se delimitam entre si através doutros traços binários que se encontram em oposição, que, por sua vez, são identificados por meio da prova de comutação. Quanto às “distinções preliminares” (Coseriu 1966: 181-210; Geckeler 1971: 179-191) que estabelece a linguística estruturalista e que garantem uma abordagem decididamente intralinguística (Dupuy-Engelhardt 1998: 2) adotamos as seguintes restrições.

Escolher a “língua funcional” não implica forçosamente optar, na linha de Geckeler (1971: 211), pela língua comum, isto é, a prosa cuidada de um estilo médio. Orientamos, no entanto, o nosso estudo na língua literária, que não coincide com a “língua funcional”, uma vez que contém elementos diatópicos, diastráticos, diafásicos e diacrônicos. É preciso assinalar que esta opção fez com que os elementos diafásicos, ou seja, um estilo altamente elaborado (“supra-estrato”) aumentassem notavelmente. Contudo, procuramos, desde o início, um corpus literário, porque se trata de um conjunto de verbos pouco frequentes na língua comum (cf. Le Clerc 1998: 210) e tínhamos, portanto, consciência que são os textos literários os que melhor documentam os usos e as acepções referenciadas pela lexicografia.

Quanto à distinção entre “linguagem primária” e “linguagem secundária”, que é tomada em consideração pela linguística estrutural (Geckeler 1971: 184), queríamos precisar aqui que, depois de desfeito o mal-entendido desta premissa (cf. Dupuy-Engelhardt 1998: 10), incluímos também na nossa análise os verbos prefixados em português como *reluzir* e *rebrilhar*.

O método seguido para a análise foi o seguinte: numa primeira etapa baseámo-nos nas definições de dicionários para chegarmos a um esquema provisório dos traços distintivos que compõem o campo semântico. Estudamos os verbos *brilhar*, *cintilar*, *faiscar*, *espelhar*, *fulgurar*, *luzir*, *reluzir* e *resplandecer*, uma vez que os outros foram considerados sinónimos pelos dicionários (por ex. de *fulgurar*: *coriscar*, *fulgir*, *fulminar*, *fuzilar*, *relampaguear*, etc.). Em segundo lugar, consultámos o Corpus de Referência do Português Contemporâneo (cf. Nascimento & Gonçalves 1996), disponível no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que nos proporcionou o material suficientemente detalhado para podermos comprovar a validade da primeira análise, ajustar os resultados e tentar resolver as dúvidas suscitadas pela informação dada pelos dicionários.

3. O COMPORTAMENTO SINTÁCTICO

Antes de empreender a análise semântica dos dois pares mínimos formados por *brilhar* – *luzir* e *reluzir* – *resplandecer* queríamos reunir as características que se associam, segundo os dicionários, com estes verbos, prestando atenção ao comportamento sintáctico, ou seja, aos seus argumentos. Os respectivos verbos franceses têm um único argumento, que é o sujeito (ou seja, são intransitivos), e não precisam nem de adverbiais nem de complementos (Le Clerc 1996: 67).

Como já mostrámos noutra circunstância (Brumme 2000), a situação muda sensivelmente para o espanhol, onde, entre os verbos centrais do campo de «despedir luz», o verbo *lucir* é altamente polissémico dependendo dos usos intransitivo (“Dar luz [una lámpara, una vela o algo similar]. / Despedir [algo, esp. un astro] luz propia o reflejada”, DEA) e transitivo que admite (“Exhibir [algo esp. valioso o de lo que uno puede envanecerse]”, DEA). Na entrada do DEA o verbo *lucir* aparece só no final do parágrafo como verbo transitivo e é apresentado fundamentalmente como verbo intransitivo que regista também os usos predicativo (“Presentar [determinado aspecto o apariencial]”, DEA) e pronominal (“Exhibirse para ser admirado”, DEA). No entanto, comprovámos, a partir do Corpus del Español Contemporáneo da Real Academia Española, que a frequência do uso transitivo é muito maior que os outros (Brumme 2000). Lara tem, portanto, toda a razão ao redistribuir as acepções; como primeira indica o uso transitivo: “Mostrar en forma vistosa, atractiva o elegante: *lucir un vestido, lucir las piernas, lucir canas, lucir sus conocimientos*”, etc. (Lara 1996). A baixa frequência de *lucir* como verbo de luz no corpus do espanhol americano¹ justifica o facto da aceção de “Brillar o arrojar luz algunos cuerpos celestes” (Lara 1996) estar no final da entrada.

Uma consulta ao *Corpus de Referencia do Galego Actual* (CORGA) confirmou-nos, por exemplo, um comportamento semelhante para o verbo *lucir* em galego:

Intransitivo:

Para un día que *loce* o sol nesta vila barolenta. d:\corga\corga_5\rainhas.txt
O sol *loce* e relumbra facendo choscar os ollos... d:\corga\corga_5\arraiano.txt
Hoxe, máis alá do ceo azul e frío que *loce* sobre a capital de España,...
d:\corga\corga_5\lg1~8805.txt
;Pero mira que sol *loce*! (Xan mira ó sol e espirra) ¿Ves? d:\corga\corga_5\rainhas.txt
Os príncipes van de a cabalo, *locen* xoias, levan o pelo cortado...
d:\corga\corga_5\peregrin.txt

Transitivo:

CERONIO, que *loce* grossa e dourada alianza na man... d:\corga\corga_5\macana.txt
Beatriz *loce* un vestido de veludo entalado... d:\corga\corga_5\serodio.txt
González en vez de humildade *loce* a soberbia característica.
d:\corga\corga_5\lg1~5037.txt

Sem analisar a fundo os outros verbos centrais parece-nos óbvio que o comportamento sintáctico de *lucir*, que no caso do uso transitivo mostra uma frequência elevada, apresenta consequências para a estruturação do campo de «despedir luz». Estas podem-se traduzir na progressiva eliminação do verbo do campo semântico como no caso do espanhol americano ou na ocupação de uma posição periférica no conjunto dos verbos de luz.

¹ Não entramos em detalhes sobre as diferenças entre o uso peninsular e o uso americano, e remetemos simplesmente para o nosso artigo (Brumme 2000).

Quanto ao português, os dicionários do Moraes Silva, Machado e Aurélio, que oferecem informação mais detalhada sobre uso e comportamento sintáctico dos verbos *brilhar* – *luzir* e *reluzir* – *resplandecer*, registam, além da marca do intransitivo, um uso transitivo para *luzir* e *resplandecer*:

*Luzir*¹, v. t. (do lat. *Lucere*). Mostrar, apresentar com luzimento, com brilho. (Cf. também Machado)

*Resplandecer*², v. t. Reflectir o brilho ou esplendor de. / Fig. Fazer sobressair, fazer avultar: “rosto onde *resplandecem* todos os dotes de uma viva inteligência”. (Cf. também Machado); Aurélio: “Refletir o brilho ou o esplendor de: O diamante *resplandece* os raios solares”.

Temos que sublinhar que no parágrafo sobre *luzir* transitivo Moraes Silva não dá exemplos, facto que pode indicar uma baixa frequência deste uso ou a substituição por perífrases. Corresponderia a usos “figurados” como “exibir algo valioso” em espanhol ou galego. Parece-nos, porém, que são acepções raras ou quase inexistentes em português. De tudo isto difere muito o exemplo utilizado por Aurélio, que se refere ao sentido “próprio” de “fazer brilhar; irradiar”: “No verão, a aurora *luz* mais cedo os seus primeiros clarões”, apesar de podermos entender também “a aurora ostenta mais cedo os clarões”, sentido mais próximo do uso espanhol.

Por fim, registámos também a possibilidade de usar o verbo *resplandecer*, no sentido de “emitir luz”, bem documentado no Aurélio. Moraes Silva, no entanto, oferece um exemplo ambíguo. Para indicar um uso transitivo o verbo teria que estar no singular (“O rosto *resplandece* os dotes ...”). Doutra maneira, o exemplo corresponde a um uso intransitivo “Todos os dotes de uma viva inteligência *resplandecem* no seu rosto”.

Em suma, parece adequado limitarmo-nos, portanto, a estudar estes verbos principalmente como intransitivos, delimitação que nos serve também de classema². Aproveitamos esta parte da análise para observar, que, diferentemente de Le Clerc (1996: 88), não tomaremos em consideração os usos figurados³, porque representam uma evolução paralela do campo semântico e merecem, na nossa opinião, um estudo separado.

4. A DESCRIÇÃO SEMÂNTICA

Na descrição semântica prestámos a máxima atenção às categorias de nomes que desempenham a função do sujeito e aos adverbiais que modificam o significado fundamental do verbo. As categorias de sujeito costumam indicar:

² Para os conceitos de archilexema cf. Coseriu (1986: 171) e Geckeler (1984: 297-298), de classema Coseriu (1986: 175) e Geckeler (1984: 300-301) e de dimensão Geckeler (1984: 298).

³ Este facto explica a ausência de verbos como *dardejar* na nossa análise.

- a fonte de luz (natural / artificial)
- a superfície capaz de reflectir a luz
 - a) superfícies “orgânicas” (como, por exemplo, os dentes, o cabelo, a pele)
 - b) superfícies lisas (por exemplo, uma madeira polida)
 - c) superfícies de metal
 - d) superfícies de pedras (preciosas), cristais e vidros
 - e) superfícies de água ou cobertas de alguma substância líquida.

Estas categorias constituem, portanto, dois classemas, enquanto que os adverbais permitem completá-las e obter indicações em relação às dimensões. Referem-se a:

- fonte e reflexão de luz
- movimento da luz
- forma da luz
- intensidade da luz (cf. Le Clerc 1996: 89; Alsina & Brumme 1999).

4.1. A oposição *brilhar* – *luzir*

A análise do par mínimo *brilhar* (20 vezes) – *luzir* (17 vezes)⁴ através da prova de comutação deu o seguinte esquema:

⁴ Da nossa pesquisa resultam três ocorrências de *brilhar* e três de *luzir* no “Primo Basílio” (=PB).

	<i>brilhar</i>	<i>luzir</i>
<i>classema</i> «fonte de luz» preponderantemente 'luz natural' preponderantemente 'luz artificial'	x (sol) x	x (estrelas)
«luz reflectida»	x	x
<i>dimensões</i> «movimento» aparição singular, efémera aparições repetidas, pouco duráveis emissão contínua, com breves intermitências emissão contínua, sem interrupção	 x	x
«forma» compacta difusa extensão espacial	x 	x
«intensidade» constante com a tendência a ser extrema elevada relativamente baixa	x x	x x
«percepção de cores»	x	
«efecto acústico»		
«emissão de calor»		
<i>estilema</i> : poético, popular, etc. conotações	pos.	(neg.)

Na continuação vamos resumir apenas algumas observações sobre as diferenças entre os dois verbos. Quanto ao classema «fonte de luz» temos que assinalar que *brilhar* se documenta em todos os contextos, embora o mais frequente seja o sol, enquanto que *luzir* aparece preferentemente em contextos de estrelas ou apenas em contextos de uma luz natural que se destaca na escuridão da noite.

Os dois verbos apresentam uma elevada frequência em contextos que indicam a reflexão da luz em superfícies de metal como o ouro, a prata ou o ferro, e em superfícies de água ou cobertas de alguma substância líquida. Em relação às superfícies de pedras (preciosas), cristais e vidros, o nosso corpus contém apenas contextos com *brilhar*:

- (1) ... arrebitando um pouco o dedo mínimo - onde *brilhava*, em dois grossos anéis de ouro, uma safira e um rubi.

A afectação da atitude, o *reluzir* das jóias irritaram Julião. (PB 102)

(2) Nos camarotes conversava-se sôbriamente; às vezes uma jóia *brilhava*, ou a luz punha tons lustrosos de asa de corvo nos cabelos pretos onde alvejavam camélias ou *reluzia* o aro de metal de um pente; os vidros redondos dos binóculos moviam-se devagar, picados de pontos luminosos. (PB 385).

Chama a atenção o facto de *brilhar* se achar, nos dois exemplos, no contexto com *reluzir* que, como veremos, designa muitas vezes uma luz reflectida, forte. No primeiro exemplo, *brilhar* refere-se às pedras preciosas, enquanto *reluzir*, apesar de se relacionar com o mesmo objecto, sugere a luz reflectida do ouro dos anéis. O segundo exemplo traduz uma situação semelhante: *brilhar* usa-se para as pedras preciosas, *reluzir* para o metal; *brilhar*, portanto, especializa-se perante *reluzir* quando este aparecer. O verbo *luzir* parece-nos menos adequado nestes contextos porque indica uma intensidade mais baixa de luz.

Entre as superfícies lisas (como, por exemplo, uma madeira polida) aparecem a superfície envernizada dos móveis para *brilhar* e a tela de uma peça de vestuário para *luzir*:

(3) O verniz dos móveis novos *brilhava* # Tot: 3 N°: 2 Ref: L0379P0056X na luz das duas janelas, sobre o tapete alvadio semeado de florzinhas azuis: e as bambinelas, os reposteiros de cretone, repetiam as mesmas folhagens azuladas sobre fundo claro. (Eça)

(4) Padre Custódio enrolava devagar o guardanapo, a sua batina coçada *luzia* # Tot: 2 N°: 1 Ref: L0379P0064X nas pregas das mangas. (Eça).

Também neste caso vemos que não podemos trocar tão facilmente um contexto por outro:

(3a) ??O verniz dos móveis novos *luzia* na luz das duas janelas ...

(4a) *Padre Custódio enrolava devagar o guardanapo, a sua batina coçada *brilhava* nas pregas das mangas.

Enquanto que o primeiro contexto é admissível, embora indique quer uma superfície menos polida, quer uma luz menos intensa, o uso de *brilhar*, de conotação positiva no segundo exemplo, contradiria o contexto negativo da batina (que é tão usada, que está polida).

Entre as *dimensões* destaca-se o facto de se tratar de uma emissão contínua, com breves intermitências («movimento») onde *brilhar* tem tendência para indicar também aparições repetidas, pouco duráveis (por exemplo, reflexos), enquanto que *luzir* marca antes de mais uma emissão contínua, sem interrupção (Le Clerc 1996: 110).

Quanto à dimensão «forma da luz», tanto *brilhar* como *luzir* indicam uma luz difusa, embora o primeiro verbo mostre também tendência para a extensão espacial como se vê no circunstancial “com uma radiação faiscante”:

(5) Foram-se sentar ao fundo. Do outro lado da rua as fachadas muito caiadas *brilhavam* com uma *radiação faiscante*. Por trás do balcão, onde *reluziam* garrafas de cristal, um criado de jaquetão, (...), cabeceava de sono. (PB 134)

(6) A noite, efeito do vento, ficou mais clara. A grande nuvem afastava-se e agora o céu *luzia* # Tot: 1 Nº: 1 Ref: L0074P0020X aqui e além. Já não chove, disse a mulher ao filho que dormia e era, dos quatro, o único que ainda não sabia a boa notícia. (Saramago).

No primeiro contexto, *luzir* seria dificilmente admissível ao excluir tanto *radiar* como *faiscar*:

(5a) ??Do outro lado da rua as fachadas muito caiadas *luziam* com uma *radiação faiscante*.

Em relação à «intensidade», outra dimensão a termos em conta, já assinalámos que a de *brilhar* é constante, com tendência para ser fundamentalmente elevada. Mas pode tender a ser extrema, facto que é indicado pela possibilidade de acrescentar advérbios de comparação (nem sempre nos contextos imediatos). Comprova-se, com isso, a complementariedade gradual da antinomia “emitir luz” / “não emitir luz” ou “claro” / “escuro” que Lyons chama “antinomia polar” (1991: 100-101):

(7) Só trago dinheiro inglês comigo, Ah, isso tanto faz, e na mão direita estendida viu pousar dez xelins, moeda que *mais* do que o sol *brilhava*, # Tot: 1 Nº: 1 Ref: L0521 P0016X enfim logrou o astro-rei vencer as nuvens que sobre Lisboa pesavam. (Saramago).

A intensidade da luz em *luzir* é, pelo contrário, relativamente baixa, o que prova a presença de modificadores do sujeito, como diminutivos ou atributos que se associam a uma luz diminuída:

(8) Todo o vale de rochas estava negro. Por vezes um grande pássaro escuro esvoaçava. Uma estrela *pequenina luzia*, # Tot: 4 Nº: 3 Ref: L0299P0095X depois outra. O santo prior orava, com a face sobre a pedra fria. (Eça)

(9) Despede-se o último ar de dia, não tarda que se feche a noite completamente, *luzem* # Tot: 1 Nº: 1 Ref: L0486P0203X no céu as *primeiras* estrelas ... (Saramago).

Uma dimensão que não se detecta nos dicionários, é a «percepção de cores» associada ao verbo *brilhar* como já pudémos constatar no espanhol:

(10) Após estas principais personagens, via-se uma grande multidão de cavaleiros, clérigos, cortesãos, conselheiros, juizes da corte; companhia esplendida, por entre a qual *brilhava* # Tot: 1 Nº: 1 Ref: L0215P0163X o ouro, a prata e *as variadas cores* dos trajos de festa, que sobresaíam no chão negro das vestiduras roçagantes dos magistrados e clérigos. (Herculano)

(11) Joana Carda exclamou, Vejam, vejam o fio azul. Todos viram. O fio não parece o mesmo. O outro, de sujo que se tornara, tanto já podia ter sido azul como castanho ou negro, mas este *brilhava* # Tot: 1 Nº: 1 Ref: L0487P0183X *na sua cor própria*, azul nem do céu nem do mar, quem assim o teria tingido e doado, quem o lavara, se o mesmo era, e outra vez colocara na boca do cão, dizendo, Vai. (Saramago).

A análise das ocorrências dos verbos *brilhar* e *luzir* indicam uma relação de homonímia no sentido de Lyons (1991: 97-99):

luzir ⇒ *brilhar*

f ⇒ g: as estrelas *luzem* / *brilham*

Mas não: o sol *brilha* ⇒ *o sol *luz*

4.2. A oposição *reluzir* – *resplandecer*

Os verbos *reluzir* e *resplandecer* são documentados 20 vezes e 15 vezes, respectivamente, a partir do Corpus de Referência do Português Contemporâneo.⁵ A sua análise deu o seguinte esquema:

	<i>reluzir</i>	<i>resplandecer</i>
<i>classema</i> «fonte de luz» preponderantemente ‘luz natural’ preponderantemente ‘luz artificial’	(x)	
«luz reflectida»	x (superfície metálica)	x
<i>dimensões</i> «movimento» aparição singular, efémera aparições repetidas, pouco duráveis emissão contínua, com breves intermitências emissão contínua, sem interrupção	x 	x
«forma» compacta difusa extensão espacial	x	 x
«intensidade» constante com a tendência a ser extrema elevada relativamente baixa	x x 	x x
«percepção de cores»		x
«efecto acústico»		
«emissão de calor»		
<i>estilema</i> : poético, popular, etc.		poético

⁵ Quanto à nossa pesquisa no “Primo Basílio” a situação muda completamente ao termos registado 24 ocorrências para *reluzir* e apenas duas para *resplandecer*.

Segundo o conteúdo, os dois lexemas relacionam-se entre si pela intensidade da luz que indicam; segundo a forma, mediante o prefixo *re-*. Este denota “repetição, reiteração” (Cunha 1991: 665), mas também uma quantidade ou intensidade elevada do que significa o verbo, como no francês antigo (Le Clerc 1996: 86). Em comparação com a palavra simples *luzir*, o verbo *reluzir* designa a reflexão de luz e mantém o aspecto intensificador. Diferentemente do francês onde o verbo, pela acção deste prefixo, não admite como sujeito uma fonte de luz (Le Clerc 1996: 115), em português documentam-se fontes de luz natural, muitas vezes acesa:

(12) Mas a noite ía cada vez mais fria: os trovões e os raios eram uns atrás de outros: a chuva era aos cantaros. Para onde havia de ir? Disse-m' o depois: não tinha outro abrigo. Por fim resolveu-se: aferrolhou-se na alcova, e eu encostei-me ao pé do lar, onde ainda *reluzia* # Tot: 2 N°: 2 Ref: L0506P0098X o *brazido da fogueira*. (Herculano).

No entanto, são bastante mais frequentes os casos onde a fonte de luz é expressa como circunstancial, provocando o efeito de reluzir:

(13) O Rossio *reluzia ao sol* ... (PB 255)

(14) ... o bigode muito preto *reluzia de brilhantina* ... (PB 327)

(15) ... e à entrada, sob a tribuna, viam-se, num aparato militar, correames *polidos* de municipais, bonés carregados de polícias; e *reluzindo à luz*, punhos de sabres ... (PB 384).

O verbo *resplandecer* comporta-se provavelmente da mesma maneira, mas por causa da baixa frequência não podemos mostrar com toda a certeza este comportamento. Trata-se também de um verbo prefixado; lembramos a existência do verbo *esplandecer*, muito semelhante com o primeiro. Assinalámos, como no caso de *reluzir*, que a fonte de luz não costuma ser indicada pelo sujeito, mas sim por um circunstancial (cf. exemplo 22):

(16) A cidade *resplandecia* # Tot: 1 N°: 1 Ref: L0044P0024X a um *sol* familiar, branca, ... (Ferreira).

Em relação à possibilidade de indicar uma «luz reflectida», os dois verbos aplicam-se a superfícies “orgânicas” (como, por exemplo, os dentes, o cabelo, a pele) ou a superfícies lisas (por exemplo, uma madeira polida):

(17) ... e a luz que vinha de um céu azul-ferrete, acabrunhador, fazia *reluzir* com uma radiação crua *as paredes* muito caiadas, ... (PB 148)

(18) ... naqueles móveis íntimos, que eram do tempo da mamã: o velho *guarda-louça envidraçado*, com as pratas muito tratadas a *gresso-crê*, *resplandecendo* decorativamente; ... (PB 12).

Não podemos comutar *resplandecer* por outro verbo já analisado (?? o velho guarda-louça *brilhava* / *luzia* / *reluzia*) pelo facto destes não indicarem nem a extensão espacial da luz nem a nota solene que abrange o nosso verbo. Esta parece-nos inseparável dos múltiplos contextos que exprimem um valor estético ou moral que se sobrepõe, muitas vezes, ao uso concreto do verbo da luz.

A frequência mais elevada observa-se nos contextos em que *reluzir* evoca um reflexo em superfícies de metal. Um pouco menos frequentes são os contextos que designam uma luz reflectida em superfícies de pedras (preciosas) e cristais (cf. exemplo 5), enquanto que *resplandecer* mal é documentado:

(19) Era um agala: jóias *faiscavam* sobre seios mimosos, *condecorações reluziam* sobre fardas palacianas. (PB 301)

(20) Embebidas no seu drama cruel nem as monjas, nem Cremilde volvem sequer os olhos para os quatro guerreiros, cujas *armas reluzem* # Tot: 2 Nº: 1 Ref: L0209P0149X ao fulgor das tochas. (Herculano)

(21) Passados dias, acordaram-me, numa madrugada em que a *janela* do meu quarto, baída do sol, *resplandecia* # Tot: 4 Nº: 2 Ref: L0298P0014X prodigiosamente como um prenúncio de coisa santa. (Eça).

Entre as *dimensões*, o «movimento» distingue os dois verbos, uma vez que *reluzir* pode indicar tanto uma emissão contínua, sem interrupção, como uma emissão contínua, com breves intermitências. O último traço aproxima-o do verbo *brilhar* que, por seu lado, denota uma luz menos intensa. O verbo *resplandecer* admite só o traço ‘emissão contínua, sem interrupção’. No exemplo seguinte vemos que o efeito vacilante não é conseguido com este verbo que é descartado pelo próprio autor, mas através de *relampejar* que contém o traço ‘aparições repetidas, pouco duráveis’:

(22) O cabelo quase da mesma cor tinha, demais, *um reflexo doirado, vacilante*, que ao sol *resplandecia*, # Tot: 2 Nº: 2 Ref: L0003P0403X ou antes, *relampejava*, - mas a espaços, não era sempre, nem em todas as posições da cabeça - cabeça pequena, modelada no mais clássico da estatuária antiga, poisada sobre um colo de imensa nobreza, que harmonizava com a perfeição das linhas dos ombros. (Garrett)

A dimensão da «forma» parece-nos indicar em ambos os verbos uma luz difusa, que, no caso de *resplandecer*, tende claramente à extensão espacial, traço saliente nele. Enquanto que *reluzir* pode ser combinado com um lexema como “vago”, *resplandecer* precisa de circunstancial que designem abundância de luz no espaço (cf. exemplo 18):

(23) Por cima *reluziam vagamente* os pingentes de cristal dos lustres. (PB 237)

(24) *Vagos* reflexos de prata *reluziam* no aparador; e o tiquetaque do “cucu” palpitava sem descontínuar. (PB 398).

Mediante a prova de comutação vemos que *resplandecer* e “vago” são incompatíveis, porque “vago” contradiz uma abundância de luz com irradiação no espaço:

(23a) *Por cima *resplandeciam vagamente* ...

(24a) **Vagos* reflexos de prata *resplandeciam* ...

Os contextos onde aparecia *resplandecer* parecem-nos, porém, comutáveis com *reluzir*, mas já não exprimem a radiação abundante e a uniformidade da luz do contexto:

(18a) ??... com as pratas muito tratadas a gresso-crée, *reluzindo* decorativamente ...

Como já assinalamos no começo da análise, os dois verbos ligam-se pelo traço de «intensidade» constante com tendência para ser extrema, claramente perceptível em *resplandecer* que admite, por seu lado, a presença doutros verbos que se associam a uma luz intensa, como *relampejar* e *sobreluzir*. Apesar de *reluzir* conter o mesmo traço, perceptível a partir da presença de lexemas como *faiscar* e *fulgor*, tende a aproximar-se de *brilhar* ao indicar uma luz elevada, mas nem sempre extrema.

Antes de mais temos que acrescentar que *resplandecer* marca, diferentemente de *reluzir*, também a «percep o das cores» (??O Bosque *reluzia* n'uma harmonia de verde, azul e ouro):

(25) O Bosque *resplandecia* # Tot: 2 N : 2 Ref: L0017P0178X n'uma harmonia de verde, azul e ouro. (Eça)

5. CONCLUSÕES

A análise dos dois pares mínimos formados pelos lexemas *brilhar* – *luzir* e *reluzir* – *resplandecer* comprovou uma grande semelhança deste núcleo do campo semântico de «despedir luz» entre o português e o franc s, tanto no comportamento sintáctico como nos traços sem nticos dos verbos. Distingue-se o português e, portanto, também o franc s na composi o do campo do espanhol e galego onde o verbo *lucir* provoca provavelmente uma reestrutura o entre os verbos centrais por causa do seu comportamento sintáctico-semântico complexo.

A descri o semântica comprova os resultados obtidos por Le Clerc relativamente aos verbos franceses *briller* e *luire*; os verbos portugueses apresentam uma única diferença em *luzir*, pois este indica claramente uma intensidade de luz fraca (na escuridão). Enquanto que em português *luzir*   associado à luz das estrelas, em franc s indica a luz moderada da lua.

Entre *reluire* – *resplendir* e *reluzir* – *resplandecer* as diferenças também são mínimas. Referem-se sobretudo ao verbo *reluzir* que em português admite como sujeito fontes de luz natural, muitas vezes acesa, embora estas, pela ac o do prefixo *re-*, sejam expressas preferentemente por circunstanciais. Não podemos comprovar a conota o negativa que indica Le Clerc para o verbo *reluire* (1996: 121).

Antes de terminar, queríamos advertir que as semelhanças entre o português e o franc s se devem ao facto de termos estudado só os verbos centrais do campo «despedir luz». Quanto mais nos afastamos do núcleo, mais percebemos as diferenças.

BIBLIOGRAFIA

- Alsina, V. & J. Brumme (1999): "No es oro todo lo que reluce. Propuesta de análisis del campo semántico «despedir luz» en las lenguas románicas y en alemán". Em Wotjak, G. (no prelo).
- Brumme, J. (2000): "Lucir: aproximación a su uso aquende y allende del Atlántico". Em Klare *et. al.* (no prelo).
- Coseriu, E. (1986²): *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de M. Martínez Hernández, revisada por el autor. 2ª ed., 1ª reimpr. Madrid: Gredos.
- Dupuy-Engelhardt, H. (1998): "Etude lexicématique d'un champ lexical – dix ans après". Em Wotjak (1998: 1-28).
- Geckeler, H. (1984): *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Vers. esp. de M. Martínez Hernández, revisada por el autor. Madrid: Gredos.
- Klare, J. & K. Stroyny (no prelo): *Die romanischen Sprachen in Lateinamerika*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- Le Clerc, C. (1996): *Die verbale Erfassung von Lichteindrücken im Französischen. Eine Betrachtung aus lexematischer und prototypensemantischer Sicht. (Kölner Romanistische Arbeiten NF 76)*. Genève: Droz.
- (1998): "Complémentarité des méthodes de sémantique structurale et de sémantique prototypique illustrée dans le champ lexical des verbes de lumière français". Em Wotjak (1998: 209-232).
- Lyons, J. (1991): *Lenguaje, significado y contexto*. Vers. esp. de S. Alcoba. Barcelona - Buenos Aires - México: Paidós.
- Nascimento, M. F. Bacelar do & J. Bettencourt Gonçalves (1996): "Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC) – Desenvolvimento e Aplicações" Em Nascimento *et al.* (1996, 143-150).
- Nascimento, M. F. Bacelar do, M. Celeste Rodrigues & J. Bettencourt Gonçalves (org.) (1996): *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, vol. I, Corpora*. Lisboa: Colibri.
- Wotjak, G. (coord.) (1998): *Teoría del campo y semántica léxica. (Studien zur romanistischen Sprachwissenschaft und interkulturellen Kommunikation 1)*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- (ed.) (no prelo): IV. *Internationale Arbeitstagung zum romanisch-deutschen Sprachvergleich*, Leipzig, 1999. Frankfurt a. M.: Peter Lang.

DICIONÁRIOS

- Aurélio = A. Buarque de Holanda Ferreira (1975): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Bluteau = Bluteau, R. (1712-1721): *Vocabulário Portuguez e Latino, (...)*. Pelo Padre D. Raphael Bluteau, clérigo regular, doutor na Sagrada Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria da França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa, vols. 1-4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu 1712-1713; vols. 5-8. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva 1716-1721.
- Cunha, A. Geraldo da (1991²): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DEA = Seco, M., O. Andrés & G. Ramos (1999): *Diccionario del español actual*, 2 vols. Madrid: Aguilar.

- Lara, F. L. (dir.) (1996): *Diccionario del español usual en México*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios.
- Machado, J. P. (1981-1989): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Coordenação de José Pedro Machado. 13 vols. Algés: Euro-Formação, Sociedade de Língua Portuguesa.
- Morais Silva, A. de (1950-1956¹⁰): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.

CORPUS

- PB = Eça de Queiroz, J.M. (s.a.): *O primo Bazílio. Episódio doméstico*. De acordo com a segunda edição (1878) precedida de uma carta do Dr. José Maria d'Almeida de Teixeira de Queiroz a seu filho. Fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura. Lisboa: Livros do Brasil.

Léxico da política: realidade ou ficção?

Maria Helena Saianda
Universidade de Évora

Inerente à natureza do ser humano, a procura do PODER orienta, a maior parte das vezes, a própria actividade do homem. A vida real é, pois, conduzida, ainda que inconscientemente, por essa busca, que se traduz nas acções que os indivíduos praticam e que, na maior parte dos casos, são acompanhadas de actividade verbal, parte integrante das acções levadas a efeito e condição necessária para a satisfação do desígnio.

Sabendo embora que tal desígnio não é exclusivo dos homens políticos, uma vez que também se verifica nas mais correntes situações do viver diário (a luta verbal pela manutenção do *tour de parole* em qualquer conversação é disso testemunho), o intuito que nos guiou na presente pesquisa foi ver o modo como ele se manifestava através das escolhas de natureza lexical efectuadas no decorrer de uma emissão de carácter vincadamente político e cujo objectivo tem duas faces diametralmente opostas e simultâneas: a promoção e a despromoção, o acesso ao poder e a privação dele. Referimo-nos ao debate eleitoral, transmitido pela televisão, situação institucionalizada que se concretiza em moldes pre-determinados bem definidos e delimitados e na qual participam os candidatos à Presidência da República e um ou dois moderadores. No decorrer dela os interlocutores deixam transparecer o propósito que os guia: atingir o poder através do voto popular.

É, pois, a actividade verbal actualizada para o efeito frente às câmaras de televisão, em situação de debate institucional, que constitui o objecto da nossa pesquisa. Com intuítos obviamente manipulatórios, pois os candidatos pretendem fazer passar a mesma mensagem de competência, de eficácia, de simpatia, de fraternidade, que, reconhecida pelos seus concidadãos, lhes dará a vitória final, o debate eleitoral é uma emissão aparentemente espontânea mas, na realidade, preparada até ao mais ínfimo pormenor. Basta pensar que nem sequer a escolha da gravata é deixada ao acaso! Numa emissão deste tipo, normalmente a última em que os dois candidatos têm a oportunidade de “lutar pelo poder” frente a um Auditório que não vêem mas que os vê e os julga, tudo fala e tudo pode influenciar, até mesmo o que não é actividade verbal. É esta, contudo, o motivo da nossa reflexão, na sua vertente lexical, partindo também do princípio que o homem se trai pela linguagem que usa, pois as escolhas efectuadas no plano verbal, muitas vezes de forma involuntária, nada têm de inocente. Com efei-

to, o facto de se preferir uma palavra a outra, de usar e até de repetir determinados vocábulos em detrimento de outros, ou ainda de introduzir marcas que, a maior parte das vezes, não chegam a ser consciencializadas, constituem índices que permitem ver para além do dito e muitas vezes descodificar o não-dito, parte imersa do iceberg que adquire significado na interlocução e nela desempenha papel fundamental.

D. Labbé (1990)¹ afirmou, ao analisar o discurso de F. Mitterrand, que as palavras se assemelham às flores pelo *perfume* que delas se desprende, e que esse *perfume*, indiciando posicionamentos políticos dos enunciadores, permite a descoberta fácil da ideologia que lhes subjaz:

Selon une opinion commune les mots sont comme des fleurs: certains ont une apparence terne ou banale; d'autres, richement colorés, se chargent de lourds parfums idéologiques et trahissent les positions politiques de celui qui les utilise, (1990: 17).

Foi esse também o pensamento que nos guiou: ver até que ponto o *perfume* das palavras usadas pelos candidatos à Presidência da República deixava adivinhar ideologias e intenções políticas. Acreditámos, pois, na actualização de um léxico que fosse simultaneamente consequência e veículo dos objectivos de natureza política perseguidos pelos candidatos em 1986 e 1991, respectivamente Diogo Freitas do Amaral e Mário Soares e Mário Soares e Basílio Horta.

O *corpus* de referência assim constituído é, assim, produto de uma situação de interacção verbal específica e, como tal, não pode deixar de ostentar as marcas dessa especificidade. Na realidade os participantes nos debates dirigem-se mutuamente a palavra, mas a força ilocutória das suas intervenções é prioritariamente destinada ao participante ausente. É, pois, por ele e em função dele que, no debate eleitoral o discurso em face-à-face se modela e avança. É também por ele que os intervenientes, sem que o explicitem (a não ser nos últimos três minutos, expressamente previstos para o efeito em cada um dos debates) procuram persuadir, captar para a sua causa o maior número possível de adesões. Os objectivos ilocutórios, inerentes à interacção verbal, são assim muito mais direccionados para o vasto Auditório ausente do que para o interlocutor presente, que, pelo seu próprio estatuto, não é sensível à sedução nem é nunca susceptível de convencimento.

Pelo facto de ser actualizado por homens políticos, e estando intimamente ligado à vida política do país, acreditámos que esse discurso seria construído com e sobre um léxico específico que veicularia com maior facilidade, economia e eficácia as ideias também elas políticas dos políticos em questão. A nossa pesquisa teve pois como objectivo, neste âmbito, verificar se o que empiricamente julgávamos uma evidência o era na realidade: a existência de um vocabulário próprio deste tipo de actividade e que apresentasse um grau de especificidade e objectividade que nos permitisse concluir

¹ Labbé, D. (1990): *Le Vocabulaire de François Mitterrand*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques

que os homens políticos usam um tipo de linguagem próprio, resultado e, simultaneamente, confirmação, do ritual a que está sujeita a produção verbal destes locutores.

Foi, obviamente, necessário proceder à audição —a múltiplas audições— das gravações efectuadas, à transcrição e à representação gráfica da produção verbal actualizada pelos candidatos frente às câmaras da televisão, trabalho imprescindível para um estudo do oral, por natureza fugaz e irrepitível, e que, paradoxalmente só se deixa observar quando representado por escrito.

Ultrapassada esta fase, e antes mesmo da repartição das falas que tivemos que efectuar, pois um dos nossos objectivos era também a comparação entre a produção verbal dos locutores em causa, a nossa atenção foi desde logo mobilizada pelo uso de metáforas, prova evidente da criatividade dos locutores e da função conotativa da linguagem, contrárias ambas aos traços individualizantes do discurso científico com o qual pensávamos poder estabelecer uma certa semelhança.

Na verdade, o rigor e a objectividade, traços que definem este tipo de discurso e que julgávamos poder encontrar também no discurso político, eleitoral, foram imediatamente postos em causa por expressões como:

“isso é uma sopa de pedra”: alusão clara à combinação de elementos de origem diferente, fruto de uma casualidade duvidosa, para caracterizar de forma negativa e até mesmo ofensiva as ideias expostas pelo candidato adversário;

“há candidaturas que parecem um elefante num pântano”: alusão à “sociedade pantanosa”, caracterização, também ela ofensiva, de uma sociedade mergulhada no lodo, responsabilidade óbvia do Presidente cessante —Mário Soares— ao tempo candidato adversário assim posto em causa;

“se alguns desses candidatos fossem eleitos seriam como um macaco num armário de vidro, espatifariam tudo e nada conseguiriam”: alusão feita por Mário Soares à candidatura adversária, cujo “esbracejar” produziria, em sua opinião, resultado nulo;

“um elefante num armazém de loiça”, apresentando-se até a definição da própria metáfora “quer dizer, uma pessoa que está num sítio e não sabe comportar-se devidamente nesse mesmo sítio (Mário Soares).

É evidente que a metáfora, pólo oposto da monossemia e da monorreferência, é posta ao serviço de uma estratégia com duplo objectivo: denegrir a imagem do Outro para, simultaneamente, fazer ressaltar uma imagem valorizante do EU aos olhos de um Auditório opaco (Bakhtine 1981: 315) que se pretende seduzir para influenciar e convencer.

E é também evidente que a nossa confiança na existência de um discurso político, usado pelos políticos, e semelhante, na sua especificidade, a outros discursos científicos, começou a ser posta em causa. Para confirmar essa impressão procedemos ao *dépouillement*, obtido por via informática, do discurso actualizado pelos participantes, operação que exigiu a separação das falas respectivas, constituindo cada conjunto um sub-*corpus*, o que possibilitou a obtenção de dados fiáveis sobre cada um deles.

Não tendo a intenção de efectuar um estudo de estatística lexical, desaconselhado pela própria dimensão do *corpus* (37518 formas) e, naturalmente, de cada um dos sub-*corpora*, uma vez que a estatística se define como a ciência dos grandes números, decidimos, contudo, conservar alguns dos princípios que permitem efectuar os cálculos quantitativos próprios desta disciplina e por isso recorreremos a um indicador-chave: a frequência das palavras.

Depois de ter sido feita a lematização, operação que nos deu uma visão de conjunto sobre o léxico usado, chegámos à conclusão que as 37 518 formas obtidas a partir do *dépouillement* do *corpus* por via informática correspondiam na realidade a 2 255 lemas usados pelos candidatos e 66 usados pelos moderadores, efeito do desfazer da ambiguidade e da redução das flexões à forma canónica. As comparações que efectuámos a partir da constituição dos dicionários de cada um dos debates e de cada um dos sub-*corpus* deram azo a várias constatações das quais ressaltamos as que dizem respeito ao objectivo desta comunicação: a possível existência de um léxico político mobilizado pelos interlocutores para seduzir e convencer.

Para efeitos desta análise considerámos apenas palavras plenas —substantivos, adjectivos e verbos— tendo procurado fazer uma repartição delas de acordo com os seguintes parâmetros:

- léxico político,
- léxico banal,
- léxico banal tornado político (pelo uso e pelo tipo de discurso em que está inserido).

Os resultados da pesquisa são os que apresentamos em anexo.

O terceiro dos parâmetros referidos deve-se ao facto de termos verificado que alguns elementos do léxico, em virtude do uso que deles é feito, se identificam com o domínio em referência. É o caso, por exemplo, de *campanha*, de *radicalismo*, de *direita / esquerda*, vocábulos de uso quotidiano não marcado mas que adquiriram, ao longo do tempo, e devido a fenómenos de ordem socio-política, um significado bem particular. Nenhum falante minimamente advertido recusaria, segundo cremos, ver estas palavras integradas num léxico potencialmente político, pois o uso que delas é feito na linguagem de todos os dias aparece muitas vezes contaminado por uma conotação de ordem política. O mesmo poderíamos afirmar acerca de *partido*, de *voz* e de outros nomes actualizados no decorrer da interacção verbal que analisámos. Curioso é também o caso de palavras cujos plurais, inseridos num contexto político, adquirirem significados diferentes daqueles que normalmente têm quando usados no singular. *Autoridades*, *forças*, são exemplos que ilustram o facto que acabámos de referir. Julgamos pois que o uso político terá contaminado o que dessas mesmas palavras é feito em situações do viver quotidiano. Daremos ainda como exemplo o vocábulo *trabalhadores* que, inicialmente, era apenas o plural de *trabalhador*, designação de qualquer pessoa que trabalhasse. Antes da revolução portuguesa —25 de Abril de 1974— tal designação era preterida pela construção verbal, com o verbo *trabalhar*. Este nome, e sobretudo a sua flexão no plural, tornou-se, no período referido, uma das pala-

bras-estandarte do Partido Comunista Português, tendo sido esse o facto que contribuiu para alterar, por um lado, a frequência e, por outro, o significado da palavra, que é hoje usada quase exclusivamente com a conotação política que aquele partido lhe deu e que foi também usada do mesmo modo pelos intervenientes nos debates eleitorais.

Partilhamos, pois, a ideia de que é o sistema de relações que se estabelece no discurso entre os vários termos que define e precisa o sentido de cada um. Exemplo disso é também a actualização de *acordo*, *cooperação*, *dirigente*, vocábulos usados por todos os falantes em situações tão banais quanto as da vida diária. Contudo, quando inseridos no contexto que estamos a considerar —a vida política do país— adquirem significado particular. Por isso, na repartição que fizemos, os incluímos na categoria “vocabulário político / banal”, que, se por um lado nos parece um pouco equívoca, por outro julgamos, explicitar a ambiguidade resultante dos vários usos das formas assim consideradas.

No que diz respeito à adjectivação, e embora ela não seja demasiado abundante no debate eleitoral, a actualização de adjectivos que digam respeito ao domínio em questão é muito baixa, tanto no que diz respeito à produção verbal dos candidatos como à dos moderadores.

Quanto à actualização de verbos os resultados foram idênticos: o léxico banal é o que predomina, e de forma inequívoca. Com efeito todos os candidatos exibem, nos respectivos discursos, marcas dessa escolha lexical, operada em função de estratégias de sedução e confirmando a opinião de A Fossion e J.-P. Laurent (1976)²:

le candidat devra dépolitiser son discours afin de gagner le vote flottant des électeurs critiques. Pour attirer leur vote il s'agit de rassurer, de séduire sans choquer. Le discours se fera plus neutre, plus nuancé [...] Aussi le vocabulaire employé sera moins chargé d'idéologie, [...], plus universel.

O receptor virtual da mensagem, anónimo, de cultura política variada, recebe-a melhor assim. De outro modo o discurso tornar-se-ia opaco e, por conseguinte, menos susceptível de ser entendido e de produzir efeitos. A grande maioria de formas de verbos e também das ocorrências respectivas actualizada pelos candidatos nas duas emissões, inclui-se no léxico banal, partilhado por candidatos e eleitores, e, portanto, de fácil apreensão.

Assim, a repartição que fizemos, baseada na experiência pessoal e, temos que admiti-lo, numa forte componente subjectiva, levou-nos a verificar o predomínio, no discurso de todos os candidatos, de um léxico que, pela frequência com que a linguagem de todos os dias também dele faz uso, se designa normalmente de vocabulário banal. A desproporção entre os tipos que considerámos (político / banal / político-banal) é notória no debate de 1986 mas ainda o é mais no de 1991, consequen-

² Fossion, A. & Laurent, J.-P., (1976): *Pour Comprendre les Lectures Nouvelles*. Bruxelles: Ed. Duculot.

cia, em nossa opinião, do progressivo afastamento temporal de factos de ordem socio-política determinantes na vida do país.

A análise dos dados respeitantes à actualização de palavras plenas revelou no entanto divergências evidentes entre os dois debates, divergências essas que se materializam naquilo que julgamos ter sido um afastamento relativamente ao tema —política. Tomemos como exemplo o facto de haver no debate de 1986 bastantes referências (traduzidas na frequência com que determinados vocábulos são actualizados - substantivos) ao radicalismo das posições políticas assumidas aquando da revolução do 25 de Abril, aos partidos políticos, à existência de uma direita e de uma esquerda no país, aos apoios de natureza política recebidos por cada um dos candidatos. O mesmo não acontece no debate de 1991. Dir-se-ia, pois, que os grandes temas da vida política do país, presentes no primeiro debate, foram esquecidos no segundo. O tempo ter-se-á muito provavelmente encarregado de esbater os posicionamentos políticos que antes constituíam a temática dominante suscitada pela revolução do 25 de Abril. É óbvio que tal situação determina o uso de um léxico que progressivamente se afasta do que diríamos um léxico político. De facto se em 1991 o discurso dos dois candidatos deixa entrever a importância de temas como a “descolonização” (referência a acontecimentos políticos anteriores) e “Macau” (actual à época), não é menos verdade que *projectos, problemas e pessoa* ocupam um lugar cimeiro na hierarquia dos nomes utilizados e que tais palavras não dizem exclusivamente respeito à temática política. Torna-se, assim, evidente que um candidato a representante de todos os portugueses que use a mesma linguagem que eles, que empregue os mesmos termos, de forma idêntica, poderá suscitar junto do eleitorado um movimento de adesão baseado na cumplicidade verbal.

A hipótese que postulámos, a da existência de formas linguísticas específicas que permitissem um rápido e eficaz acesso ao Auditório, de forma a influenciá-lo e a levá-lo a agir em benefício do candidato, acreditando, contudo, estar a agir em benefício próprio, não nos parece ter-se confirmado após a análise efectuada: o léxico usado pelos locutores intervenientes nos debates eleitorais é idêntico ao vocabulário de uso comum. Apesar de termos encontrado palavras que claramente apontam para realidades da vida política nacional e também para posicionamentos político-sociais ou político-partidários, não cremos que, face aos resultados obtidos, haja, na verdade, um léxico específico do debate eleitoral, e, por extensão, um léxico político. A sua existência, caso ela se concretizasse, contradiria, aliás, a própria essência de um debate “dado a ver” para “influenciar”. O debate eleitoral, mediatizado, não tem, como afirmámos, como finalidade única, nem sequer primeira, a troca de impressões com o adversário. Na realidade é uma emissão preparada e estudada em função dos que não estão presentes. E quem não está presente é tanto o homem urbano como o rural, tanto o homem do litoral como o do interior, tanto o homem culto como o que o não é. Essa eventual diversidade de escuta e também de eventual recepção determina a produção verbal dos candidatos cujo objectivo é obter votos que lhe permitam o acesso ao poder. Deste modo nenhum dos potenciais presidentes poderia usar um tipo de linguagem que não fosse facilmente descodificável pelo Auditório, sob pena de ver sancio-

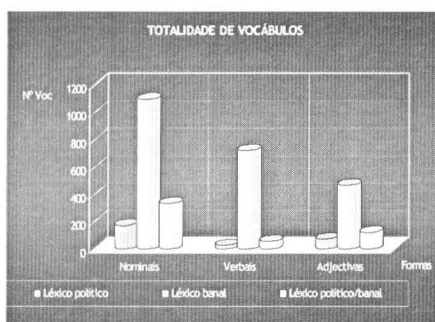
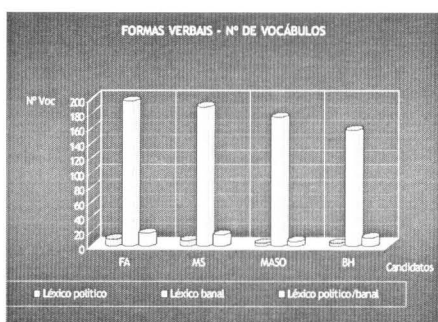
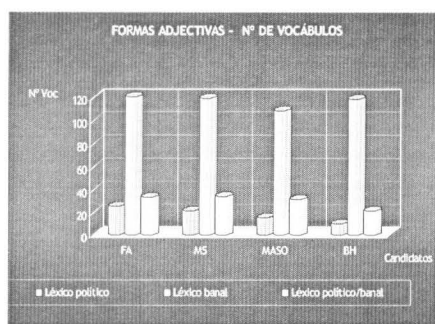
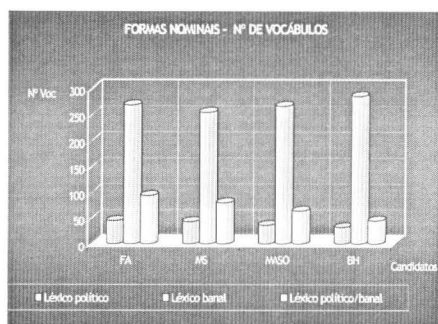
nada negativamente a sua ambição e de a tentativa de sedução não conduzir ao efeito desejado.

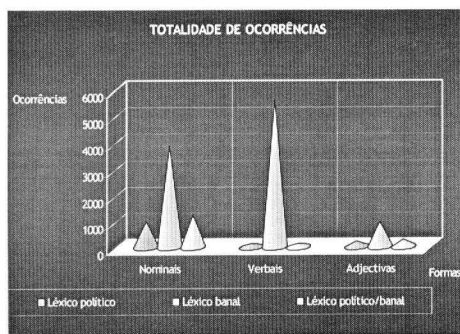
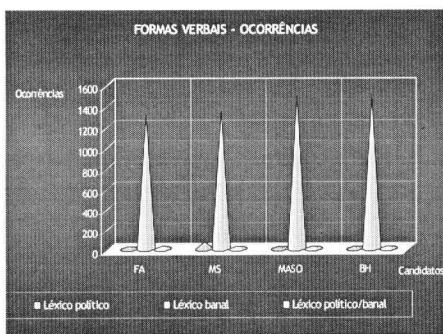
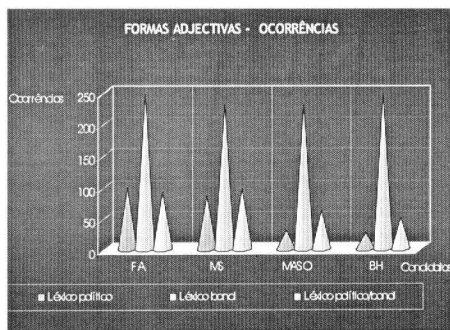
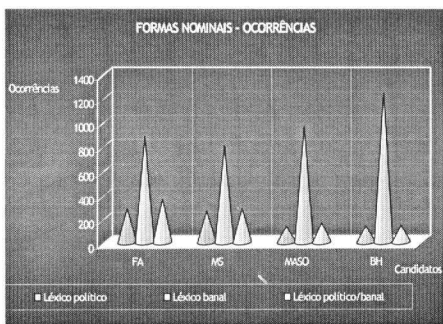
Freitas do Amaral, Mário Soares e Basílio Horta, oriundos de partidos políticos diferentes e, defendendo, em consequência disso, ideologias também elas diferentes, não se afastam muito relativamente ao léxico actualizado.

O perfume das palavras é, conseqüentemente, negligenciado em função do objectivo a atingir: inebriar é o primeiro mas não o último passo para aceder ao PODER! Essa intenção materializa-se, a nosso ver, na actualização de um léxico em que todos se possam rever e reconhecer.

O léxico político é pois, quanto a nós, neste tipo de discurso, uma ficção.

ANEXO





As interjeições nos dicionários de língua: estatuto e tratamento¹

Miguel Gonçalves

Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Filosofia de Braga
Bolseiro da F. C. Gulbenkian na EHESS – Paris

1. INTRODUÇÃO

1.1. Já corrente no séc. I a. C., em Varrão (*De Lingua Latina*, VIII, 11, 44, etc.), e questões etimológicas, morfológicas e até semânticas à parte, a expressão latina *partes orationis* — *as partes da oração* ou *partes do discurso* — é um puro decalque da expressão grega τὰ μέρη τοῦ λόγου (μέρη λόγου), “as partes do enunciado”; e se o predomínio do conteúdo morfológico se impõe desde muito cedo, ao ponto de obnubilar os restantes valores, inicial e primitivamente significava, sobretudo, um conceito lógico e sintáctico, referindo-se às partes ou termos (ou elementos — στοιχεία λόγου — como preferiam os estóicos) do enunciado ou proposição lógica e gramatical

E hoje, não obstante os sistemáticos abalos aos fundamentos de tal classificação, quer devido à emergência de novas teorias, nomeadamente num quadro cognitivista (Langacker 1990; 1991), quer à luz de novas descobertas trazidas por descrições de línguas só agora estudadas (Lemaréchal), que chegam a questionar a própria noção de *partes orationis* certamente devido à ausência duma definição única e rigorosa², quando designamos através dessa expressão as várias classes de palavras, ou categorias, que as gramáticas enumeram, é ainda esse sentido mais tardio que lhe atribuímos, emprego que é afinal tão antigo como a flutuação, não só em número, mas por consequência também em qualidade, das próprias classes de palavras³. Ora, a dis-

¹ Retomamos, a um tempo de forma sinóptica mas em parte também mais desenvolvida, Gonçalves (2000: 10- 27).

² Confirmam o retorno cíclico desta questão ao centro da actualidade linguística, entre outras, e a partir da década de 70, as seguintes publicações: Cercle Linguistique d'Aix-en-Provence (1983), Croft (1991), François-Geiger (ed.) (1986), Garde (1981), Lagarde (1988), Lemaréchal (1989), Michael (1970), Schachter (1985, 1992), Tersis-Surugue (ed.) (1984), Auroux (ed.) (1989, 1992), Swiggers & Van Hoescke (dir.) (1986), Colombat (1988), Basset & Perennec (dir.) (1994). Cf. (Gonçalves 2000).

Para uma bibliografia selectiva sobre esta problemática, veja-se Swiggers & Van Hoescke (1986: 100 e ss). Exhaustiva, mas hoje menos actualizada, é também a de Lemaréchal (1989).

³ Que a variação do número das partes do discurso está invariavelmente associada à interjeição comprova-se, facilmente, através do cotejo, por exemplo, de algumas gramáticas: se a de Grevisse (1993) ou a *Grammaire Larousse du Français Contemporain* lhe destinam um lugar

crepância numérica atinente às *partes da oração* está, desde os seus primórdios, inexorável e indelevelmente associada à interjeição.

Mas, se a questão da flutuação numérica das partes do discurso é indissociável do próprio conceito de interjeição, fundamentalmente quando esta aí assume estatuto e autonomia categorial outro problema pode ainda ser colocado: por que razão esta categoria ocupa, invariavelmente, o último lugar no conjunto das classes de palavras e que função lhe é atribuída?

1.2. A interjeição como rudimento discursivo representante das atitudes afectivas do sujeito falante

Tentaremos responder à pergunta antes formulada utilizando a noção de *representacionalismo* tal como é proposta por Récanati (1979), na sua obra de introdução à pragmática, após ter exposto de forma sistemática a genealogia das principais teses desta teoria do signo definida no âmbito da “ἐπιστήμη” clássica, e que enquanto filosofia do espírito e da linguagem tem marcado indelevelmente a história das ideias nos últimos séculos.

À relativa facilidade de demonstrar que o conceito de *par(te)s orationis* está não só profundamente enraizado no representacionalismo linguístico como na filosofia do senso comum, tal como estes se exprimem, muitas vezes, pela pena de autores cujos textos são citados pelos dicionários de língua como paradigmas de “bom uso”, sobrepõe-se a oportunidade de apresentar os postulados fundamentais em que assenta o esquema representacionalista. Reduzidos, basicamente, a dois —(I) o pensamento precede a linguagem e (II) a linguagem exprime o pensamento—, para sermos, porém, consequentes com o modelo, impõe-se fazer intervir um terceiro princípio: (III) a linguagem começa com o “discurso”.

Ao admitir o terceiro princípio (a linguagem começa com o “discurso”) e ao remeter, em simultâneo, a interjeição (e por maioria de razão também a onomatopeia)

próprio, já a de Bonnard (1981) apenas a refere esparsamente: remete o assunto para o parágrafo consagrado à modalidade imperativa, mas como categoria marginal à gramática, ou seja com um dos “Termes hors proposition: interjection, apostrophe, onomatopée” (§ 27, p. 36). E de categoria marginal em Bonnard, desaparece, pura e simplesmente, em Wagner & Pichon (1980), pois até do índice é expulsa, o que quer dizer que não constitui uma categoria gramatical. Isto porque ela não releva da análise sintáctica da frase como pensa Bonnard, mas antes da expressão da subjectividade, da modalização do discurso. Em definitivo, a sua inclusão ou dispensa do número das *partes orationis* depende duma opção do gramático: quando este se atém a uma estrita descrição da frase, esquece a interjeição; se privilegia antes todos os tipos de enunciação, considera-a. Para um estudo comparativo, ao nível das *partes do discurso*, das gramáticas de Bonnard e Wagner & Pichon, veja-se Gary-Prieur (1989).

Também na tradição gramatical portuguesa o número varia: Herculano de Carvalho (1984?) fala em nove (ou dez) classes de palavras conforme se considere (ou não) a interjeição como uma delas; e Cintra & Cunha (1986), ao colocá-la entre o vocábulo-frase e o equivalente de frase, excluem-na, taxativamente, das classes de palavras (cf. Gonçalves 2000).

para o último lugar da lista das partes da oração, algumas ilações começam a impor-se: colocadas as categorias do nome e da interjeição nos pólos do *continuum* formado pelo sistema das *partes orationis*, já se vê que o extremo destinado à interjeição resulta do facto de esta ser considerada não pela sua excelência discursiva, mas antes por se tratar dum rudimento de discurso, logo relegada para um lugar secundário.

Efectivamente, o sistema das partes do discurso tal como é apresentado e descrito nas gramáticas e nos dicionários de língua aparece como o nível epifenomenal dum sistema do mundo edificado a partir do ponto de vista do sujeito falante, e do qual a análise linguística constituiria, em simultâneo, a pedra angular e o meio de acesso mais privilegiado.

E é com base nesta tradição gramatical e lexicográfica que a ordem indicada pelos diferentes *corpora* permite identificar a existência de uma hierarquia interna constitutiva da divisão do discurso em partes, em *categorias gramaticais* ou em *classes gramaticais*. Dessa divisão resultam as nove partes do discurso que as diferentes gramáticas e dicionários por via de regra apresentam, e que, ainda de acordo com esse modelo, devem corresponder a algumas (grandes) orientações funcionais:

<i>Sistema</i>	<i>Tipo de especialização</i>	<i>Função dominante</i>
Nome e verbo	Representação do mundo	referencial
“Palavras gramaticais”	Regulação do discurso	“mise en oeuvre” das funções linguísticas internas
Interjeição (micro-sistema)	Representação dos estados afectivos do sujeito falante	expressiva

Para esta tradição gramatical que assim conceptualiza e estrutura o sistema das *partes orationis*, toda a lexicografia tenderá não só a definir a língua como um reflexo do mundo, como, à boa maneira logicista, tal ideia de representação há-de fazer eco duma concepção de frase/proposição que reflectirá ou representará estados do mundo, estados de coisas ou estados de alma.

Com efeito, a descrição que caracteriza aqui as partes do discurso tem como suporte um tipo de pensamento profundamente apoiado na congruência linguagem / mundo, palavra / coisa, e reduz aquelas (*partes orationis*) a um complexo sistema de funções representativas encaixadas e situadas entre si numa estreita relação de mútua interdependência.

A concretização, que, neste contexto se impõe, exige todavia que, para evitar o risco de nos repetirmos excessivamente (Gonçalves 1998b, 1999) e porque agora o alvo da nossa aproximação é bem determinado, concentremos as referências, ainda que não exclusivamente, na categoria da interjeição.

Colocar a interjeição no limite da hierarquia que estrutura a divisão do discurso em partes, implica, igualmente, como vimos, a atribuição dum lugar também às restantes classes de palavras. Esclarecidos quanto à posição que o nome em geral, e o substantivo em particular, ocupam nesse escalonamento (*id.* 1998b, 1999) torna-se mais fácil admitir quenos antípodas destas categorias, e em particular da categoria do

nome, há-de colocar-se, pois, a interjeição⁴. Efectivamente, enquanto aquela é a categoria da representação do mundo exterior, esta é a parte do discurso responsável pela representação da interioridade do sujeito falante. Assim é definida, paradigmaticamente, pelo *PR*⁵ e é ainda como uma modalidade privilegiada da expressão, que é descrita por todos os restantes dicionários de língua:

INTERJEIÇÃO, s. f. [...] Palavra ou voz que serve para exprimir enérgica e concisamente os diversos movimentos da alma [...]. (Lello 1996).

INTERJECTION: 1. Mot invariable, qu'on peut employer isolément et qui exprime, d'une manière énergique et concise, un sentiment soudain, une réaction ou une émotion vive. (GLLF 1971-78).

Definida, igualmente, como dispositivo de representação (*TLF* 1983)⁶, e excepção feita à caracterização instrumentalista do seu uso (“espécie de grito lançado” (Machado 1991); “mot que l'on jette...” (Littré 1883), pouco mais podemos esperar das descrições propostas pelos dicionários de língua para além da tendência bastante generalizada de especificar os registos afectivos que a categoria tem a função de representar:

interjeição. [...]. S. F. Gram..Palavra ou locução com que se exprime um sentimento de dor, de alegria, de admiração, de aplauso, de irritação, etc. (Ferreira 1986).

[...] palavra ou locução que exprime um sentimento súbito (dor, alegria, admiração, etc. (Costa & Melo 1998).

interjeição, [...] 1. s. f. Palavra ou locução que se solta instintivamente, para exprimir um sentimento súbito de dor, de alegria, de repulsão, de admiração, etc. (Figueiredo 1996).

INTERJEIÇÃO, s. f. (gram.) palavra ou voz que exprime de um modo enérgico e conciso os afectos súbitos da alma tais como a dor, a alegria, o medo, a admiração, etc.; exclamação, grito. (Aulete 1987).

Interjeição, s. f. Palavra invariável que só por si exprime um sentimento, um movimento da alma, uma reacção moral ou física; espécie de grito lançado entre as palavras de uma frase; exclamação. (Machado 1991).

⁴ Mesmo salvaguardadas algumas particularidades, o estatuto da onomatopeia dilui-se no da própria interjeição, razão pela qual esta é considerada, invariavelmente, como a última parte do discurso. Aliás é nesse sentido que apontam as definições, por ex., do *TLF* (1983) e do *GLLF* (1971-78).

⁵ “INTERJECTION: 1. Mot invariable pouvant être employé isolément pour traduire une attitude affective du sujet parlant. V. Exclamation”.

⁶ “INTERJECTION: A. Gramm. Mot invariable, autonome, inséré dans le discours pour exprimer, d'une manière vive, une émotion, un sentiment, une sensation, un ordre, un appel, pour décrire un bruit, un cri”. (TFL 1983)

2. A INTERJEIÇÃO COMO PROBLEMA E COMO DESAFIO LEXICOGRÁFICO: *AH!*, *EH!* E *OH!*

Quando da definição do conceito de interjeição passamos à análise que a maioria dos usuais dicionários de língua lhe consagram, somos confrontados com um paradoxo que, com Sarfati (1989: II, 383), podemos formular assim: sendo as interjeições unidades fundamentalmente pragmáticas, a sua descrição lexicográfica enquanto, por um lado, pressente esta dimensão constitutiva do seu uso, por outro, desconhece qual será a epistemologia mais apta para metalinguisticamente da conta da riqueza funcional deste tipo de itens.

Vistas as entradas que nos propõem os dicionários de língua portugueses, não é nada fácil comprovar o que acabámos de dizer, desde logo e fundamentalmente, devido à pobreza do tratamento que caracteriza a descrição deste tipo de itens, resumida, maioritariamente, a um alinhar de denominações, nem sempre devidamente estruturado, e quase nunca acompanhado pela respectiva e clara exemplificação; por outro lado, e embora noutro plano, ainda devido ao facto de, em termos de descrições pragmáticas, estarmos praticamente no limiar, na estaca zero.

Ora, só convocando para o terreno da descrição lexicográfica usual também as aportações não só de natureza pragmática, mas igualmente pragmático-lexicográficas, se torna possível aquilatar quanto o aludido pressentimento do valor pragmático do item, ou seja, a abordagem pré-pragmática das interjeições, na ausência duma ferramenta teórica adequada, pode ser insuficiente, e prejudicar até a sua própria descrição.

Vimos, noutro momento (Gonçalves 2000), como o caso da interjeição *ah!* pode ser considerado paradigmático. Todavia, como esperamos poder demonstrar em seguida, está longe de constituir uma excepção. Se daquela Cândido de Figueiredo dispensou, consecutivamente, a sua descrição lexicográfica exactamente por se tratar de um termo “comum a muitas línguas”⁷, idêntico procedimento poderia ter em relação a *eh!* e a *oh!* mas, destacada esta coincidência, não consta que tenham merecido, como aliás nenhuma outra interjeição portuguesa, qualquer abordagem de tipo pragmático, nem, muito menos, no âmbito da articulação pragmática/lexicografia.

Ah!, interj. Exprime variados sentimentos, como alegria, dor, aflição, espanto, etc.: “ah! que desventura!”; “ah! que infelicidade!”; “ah! que prazer!”; “ah! que beleza!”; “Ah! que não sei de nojo como o conte!” [...]; “Mas ah! Que não consinto, / Que nem palavra minha vos ofenda” [...]. Nestes exemplos se vê que às vezes serve somente para dar ênfase à frase. (Silva 1949-1959).

ah. [...] Interj. Exprime admiração, alegria, desejo, dúvida, espanto, ironia, dor, tristeza, etc., e é us. às vezes enfaticamente, para dar mais força e realce às palavras a que se junta: “—Ah, estou doído por ela! não imaginas...Que encanto de pequena!” [...]. “Ah! O senhor é que é o Pestana? [...]”. “— Ah! Se

⁷ Como veremos mais adiante, a sua descrição de *ah!* ainda hoje (1996) é das mais sumárias: “[...] Designação de espanto, admiração, alegria”.

soubesse! atalhou o Dr. Castro. Teria vindo passar a noite aqui, oferecer os meus préstimos" [...]. (Ferreira 1986).

AH! interj. Serve para exprimir as impressões vivas: 1º alegria: Ah! que prazer!; 2º dor: Ah! quanto soffro!; 3º admiração: Ah! como isto é belo!; 4º comiseração: Ah! quanto sinto o seu desgosto!; 5º impaciência: Ah! que demora! ; 6º aviso: Ah! não toque nessa planta!; etc.// Introduce uma ideia nova, um novo episódio, etc., no fio do discurso: Ah! já me esquecia... (Lello 1996).

Ah! interj. que traduz sentimentos variados como alegria, contentamento, prazer, admiração, surpresa, saudade, sofrimento, dor, terror, súplica, impaciência. (Machado 1991).

Ah! [...] interj. exprime dor, alegria, e em geral qualquer affecto vivo da alma, segundo as palavras ou frases a que se junta, ou a intonação que se lhe dá.// Muitas vezes serve apenas para dar mais força à frase: Ah! não acredite! [...]. (Aulete 1987).

ah!, interj. Designação de espanto, admiração, alegria. (Figueiredo 1996).

EH! interj. que exprime dúvida, indecisão, protesto, prevenção ou admiração: Eh lá! tome cuidado! (Aulete 1987).

Eh, interj. Significativa de admiração. (Figueiredo 1996).

Eh [...]. Voz empregada para chamar a atenção, para fazer andar ou parar os animais, segundo a entoação. (Machado 1991).

eh. Interj. 1. Serve para animar, excitar: Eh! é com você que estou falando! 2. Serve para fazer andar ou parar os animais, segundo a entoação: "Os bois atrelam ao arado / E ouve-se além no descampado / Num ímpeto, aos berros: — Eh! bois!". (António Nobre) (Ferreira 1986).

OH! interj. com que se exprime alegria, desprezo, dor, repugnância, saudade, admiração e outros aspectos da alma: oh! que não sei de nojo como o conte. (Camões) Oh! nome que me rasga o peito! Oh! lembrança de dor, idéia amarga! (Garrett)// Oh! quanta graça, e formosura adorna teu rosto eloquente e vivo! (Gonç. Dias) (Aulete 1987).

Oh, interj. Designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc. (Figueiredo 1996).

OH!, interj. [...]. Exprime surpresa, alegria, repugnância, etc. (Lello 1996).

oh!, interj. que serve para exprimir espanto, alegria, dor, indignação, lástima, admiração, em suma, affectos vivos e impressões súbitas da alma. (Machado 1991)

oh. [...] Interj. Exprime espanto, surpresa, alegria, tristeza, admiração, lástima, repugnância e outras impressões vivas ou súbitas: Oh! você por aqui?; "Oh! que saudades que tenho / Da aurora da minha vida, / Da minha infância querida / Que os anos não trazem mais!" (Casimiro Abreu); "Oh quanto pode em nós a vária estrela!" (Tomás António Gonzaga); "Oh excelentíssima! poupe-me ...o dissabor de vir trazer o sono a uma sociedade tão divertida". (Artur Azevedo) (Ferreira 1986).

A consciência da importância que o princípio de economia do método lexicográfico assume neste tipo de definição não deve ser impeditiva de relevar alguns problemas que, mesmo assim, as diversas entradas, globalmente consideradas, ainda apresentavam. Enunciemos alguns, começando pelo primeiro segmento dos enunciados definicionais:

2.1. É, basicamente, em nome do princípio da economia definicional que em todos eles se afirma, sem exceção, que as interjeições em questão “*exprime(m)*”, “*designa(m)*” ou “*traduz(m)*” “variados sentimentos” “afectos”, “impressões vivas” ou “súbitas” omitindo-se, ou apagando-se até, qualquer referência ao papel do locutor no enunciado definicional, produzindo-se a ilusão duma autonomia da função interjectiva, do poder das palavras, veiculando-se a ideia de que a linguagem funciona como uma entidade, eficaz em si e por si mesma, quando, em rigor, as interjeições em geral, e estas em particular não *exprime(m)*, não *designa(m)*, nem *traduz(em)*, um sentimento, mas antes serve(m) para o *locutor manifestar* ou *representar* um sentimento, para assinalar uma intenção.

2.2. O paradoxo anteriormente enunciado acerca da abordagem pré-pragmática das interjeições continua a verificar-se, desta feita porque da sua descrição apenas se infere que elas operam ao nível da frase (“[...] segundo as palavras ou frases a que se junta [...]” (Aulete)⁸, como se afirma a propósito de *ah!*), mas nunca ao nível (ulterior) do enunciado, colocando assim a função da interjeição no plano formal duma operatividade de tipo frásica, em detrimento da assunção do estádio efectivo da tomada de palavra entendida como produção duma enunciação.

2.3. Entre outros problemas que o enunciado definicional coloca, o que se segue é, ou assume-se como um dos mais frequentes e consiste em alinhar uma série maior ou menor de denominações sem qualquer explicitação do seu estatuto semântico-pragmático.

No caso das interjeições que estamos a tratar, a lista dos “variados sentimentos”, “impressões vivas” ou os “afecto(s) vivo(s) da alma” não podia ser mais elucidativa:

—*Ah!*: “aflição”, “alegria”, “admiração”, “aviso”, “dor”, “contentamento”, “espanto”, “admiração”, “desejo”, “dúvida”, “impaciência”, “ironia”, “tristeza”, “prazer”, “saudade”, “sofrimento”, “súplica”, “terror”.

—*Eh!*: “dúvida”, “indecisão”, “protesto”, “prevenção”, “admiração”, “ânimo”, “excitação”, “alegria”, “desprezo”, “dor”, “repugnância”.

⁸ Conhecida a procedência das referências, permitimo-nos, doravante, em relação aos dicionários, por questões de economia e para não sobrecarregar o texto com demasiados números, omitir a sua data de publicação.

—*Oh!*: “alegria”, “desprezo”, “dor”, “repugnância”, “saudade”, “admiração”, “espanto”, “surpresa”, “lástima”, “indignação”.

Deixando intencionalmente à margem, entre outros, o problema da eventual redundância decorrente da sinonímia, ao nível das funções enunciadas, que algumas entradas não conseguem ou não desejam evitar (por exemplo: *admiração* vs *espanto* (Ferreira); *alegria* vs *contentamento*; *admiração* vs *surpresa* e *sofrimento* vs *dor* (Machado), relativamente a *ah!* ou ainda *admiração* vs *espanto* (Machado) agora a prósito de *oh!*), pelo menos na perspectiva da economia do artigo lexicográfico, centremo-nos, a título de exemplo, apenas em alguns dos termos enumerados, tais como *aflição*, *surpresa*, *admiração*, *aviso*, *protesto*, etc. Perguntamos: incluir-se-ão, ou pertencerão todos, a categorias de intencionalidade totalmente homogéneas? Integram o mesmo tipo de estruturas expressivas? Em rigor cremos que não: enquanto os três primeiros (e muitos outros) se referem à expressão de conteúdos intencionais atinentes a “estados mentais”, a “disposições psicológicas” do locutor, e cuja expressão não implica nem supõe necessariamente uma situação de comunicação, já relativamente a *aviso* (Lello) e a *protesto* (Aulete) podemos perguntar se não estamos perante uma denominação que remete para uma estrutura de enunciação dialógica de carácter performativo: “avisar”, ou “transmitir um aviso”, “protestar” ou “expressar protesto”, sobretudo quando assumem uma forma não anónima ou até personalizada —“Ah! [você aí], não toque nessa planta...” (Lello); “Eh lá! tome cuidado!” (Aulete)— remetem, explicitamente, para a noção de acto de discurso que não raro pode andar próximo da modalidade de *conselho*, de *pedido*, de *ordem* e de *ameaça*. Quer isto dizer que o utilizador menos avisado, e novamente em nome do princípio da economia definicional, por ausência duma diferenciação rigorosa das funções enunciadas, pode ser induzido a cometer o que Ryle (1978) designa por “erro de categoria”. Atenção podia ainda merecer a inexistência dum critério uniforme para distinguir o uso do item enquanto forma de *expressar* ou *traduzir* tal diversidade de estados de alma e os (muitos) casos em que (também) “serve para dar mais força e realce às palavras ou à frase às quais se junta” (Aulete, Ferreira, Silva).

2.4. Excepção feita a Machado e a Figueiredo que apenas enumeram funções —o primeiro é de todos os autores o mais prolixo (onze), enquanto para o segundo três são suficientes— e a Lello em que há correspondência exacta entre a enunciação e a exemplificação, em nenhum dos restantes há simetria entre as funções enunciadas de *ah!* e as respectivas funções ilustradas.

Efectivamente, enquanto em Lello encontramos, numeradas, seis funções de imediato acompanhadas, uma-a-uma, pelo respectivo exemplo —“1º alegria: *Ah! que prazer!*; 2º dor: *Ah! quanto sofro!*” etc. (e de novo suspendemos qualquer interpretação, de natureza hierárquica, sobre a ordenação das funções)—, já em Silva, a quatro funções referidas correspondem seis exemplos.

Mas nas proximidades deste problema, podemos situar ainda os seguintes: se Lello, pelo menos neste aspecto, constitui a excepção que confirma a regra, as funções enunciadas não são ilustradas pela ordem da sua enumeração:

Ah!, interj. Exprime variados sentimentos, como alegria, dor, aflição, espanto, etc.: “ah! que desventura!”; “ah! que infelicidade!”; “ah! que prazer!”; “ah! que beleza!”; “Ah! que não sei de nojo como o conte!” [...]. Nestes exemplos se vê que às vezes serve somente para dar ênfase à frase. (Silva 1949-59).

Por outro lado —e este é o segundo problema— é também frequente que, relativamente às funções anunciadas, algumas ilustrações sejam praticamente indecifráveis: desde logo, como se constata em Silva, quando se não distingue o exemplário atinente às funções mais comuns, do restante exemplário que ilustra as vezes em que o item é apenas *enfático*, de *realce*; ou, de forma não menos surpreendente, como procede Ferreira que alinha as oito supostas funções mais comuns, mas apenas ilustra os usos em que às “vezes (logo, a título mais exceptivo) enfaticamente [também serve] para dar mais força e realce às palavras a que se junta”:

—“Ah, estou doido por ela! não imaginas...Que encanto de pequena!” [...].
“Ah! O senhor é que é o Pestana? [...]. — Ah! Se soubesse! atalhou o Dr. Castro. Teria vindo passar a noite aqui, oferecer os meus préstimos” [...]. (Ferreira 1986).

A repetição do exercício em relação a *eh!* e a *oh!* começa com a seguinte verificação: Lello exclui liminarmente a primeira interjeição e Machado apenas vê em *eh* uma “voz [...] para chamar a atenção, para fazer andar *ou* parar os animais, segundo a entoação”. Adoptando este ponto de vista, a simples função de “admiração” reconhecida por Figueiredo tem em Ferreira uma correspondência quantitativa próxima (“animar, excitar”), pois, mais uma vez, será apenas *voz* quando “serve para fazer andar ou parar os animais”, limitação de funções que contrasta com a variedade que Aulete lhe atribui.

Por sua vez, *oh!* volta a originar a enumeração de uma quantidade de funções capaz de competir com *ah!*. E de novo, não obstante a aproximação respectivamente de Ferreira e Aulete, Machado e Figueiredo podem continuar a ser apontados como representantes dos pólos mais extremados de tal listagem.

Vejamos agora como são exemplificadas tais funções. Porque Machado, Lello e Figueiredo, relativamente a *oh!*, apenas enumeram funções, a resposta apenas pode ser encontrada em Aulete e Ferreira, situação que se verifica igualmente com *eh!*, com a agravante desta interjeição não ser tratada, conforme já sublinhámos, por Lello. Só que enquanto Ferreira, para *eh!*, faz corresponder a cada função o respectivo exemplo, Aulete leva a assimetria ao limite: um só exemplo para quatro / cinco funções. Com *oh!* a assimetria mantém mas, desta feita, nos dois únicos autores que apresentam exemplificação: Aulete refere seis funções “e outros aspectos da alma” mas não vai além de quatro(?) exemplos, discrepância que Ferreira acentua, não porque mantém a exemplificação no mesmo número, mas antes porque aumenta o role das funções: sete “e outras impressões vivas ou súbitas”.

Se exceptuarmos Ferreira que relativamente a *eh!* garante, como vimos, a simetria função / exemplificação, nos restantes autores não somos confrontados, porém, unicamente, com um problema de não-correspondência numérica. Temos, igualmente, um de decifração ilustrativa. Qual função se exemplifica em: “*Eh* lá!

tome cuidado!” (Aulete)? “Protesto”, “prevenção” ou “admiração”? Ou poderá ilustrar as três? E se *oh!* em “Oh! você por aqui? (Ferreira)” poderá servir para o locutor exprimir ou manifestar “espanto”, “surpresa”, “alegria”, “admiração”, prestar-se-á, de igual modo, à manifestação de “tristeza”, “lástima”, “repugnância” “e outras impressões vivas ou súbitas”?

3. CONCLUSÕES

Havíamos-nos proposto responder às perguntas: por que razão a interjeição, enquanto categoria gramatical, ocupa, invariavelmente, o último lugar no conjunto das *partes orationis*, e que função, quer as gramáticas, quer os dicionários de língua, lhe destinam. Das respostas, ainda que necessariamente sumárias, podemos concluir que a tradicional definição de interjeição como expressão dum sentimento, dum estado de alma, duma emoção, etc., resulta duma visão geral da língua como representação transparente, como expressão do pensamento. Todavia, aos problemas que a língua assim perspectivada coloca impõe-se acrescentar ainda o da manifesta dificuldade que os dicionários têm para definir este tipo de itens.

Com efeito, entre os problemas suscitados e outros tantos que importaria discutir —basta pensar no interesse e até na importância que o problema da reprodução (quase) mimética dum certo modelo de entrada não só em relação aos dicionários portugueses, mas destes também face a modelos estrangeiros (ou vice-versa)— perfilam-se em posição de destaque os seguintes: (I) apagamento de toda a referência ao papel do locutor, (II) desconhecimento do carácter enunciativo da interjeição, (III) primazia da enumeração das qualidades enunciativas do item em detrimento da distinção das suas funções pragmáticas e (IV) assimetria entre as funções enunciadas e as funções ilustradas.

BIBLIOGRAFIA

- Aulete, F. Júlio Caldas (1987⁵): *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta.
- Auroux, Sylvain (ed.) (1988): *Histoire des Idées Linguistiques*, I. Liège / Bruxelles: Pierre Mardaga.
- (1992): *Histoire des Idées Linguistiques*, II. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Basset, L. & Perennec, M. (dirs.) (1994) *Les Classes de Mots - Traditions et Perspectives*. Lyon: PUL.
- Bonnard, H. (1981): *Code du Français Courant*. Paris: Magnard.
- Cercle Linguistique d’Aix-en-Provence (1983): *Travaux I. Les Parties du Discours*. Aix-en-Provence: Université de Provence.
- Chevalier, J.-C., Blanche-Benveniste, C. et al. (1964): *Grammaire Larousse du Français Contemporain*. Paris: Larousse.
- Colombat, B. (1988): “Présentation: Eléments de réflexion pour une histoire des parties du discours”. *Langages* 92, 5-10.

- Costa, J. Almeida & Melo, A. Sampaio e (1988⁸): *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Croft, William (1991): *Syntactic Categories and Grammatical Relations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (1986): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa (1984, 1ª ed.).
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1986²): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- François-Geïger, Dénise (éd.) (1986): “Les Classes d’unités significatives”. *Modèles Linguistiques* 8/1.
- Garde, Paul (1981): “Des parties du discours, notamment en russe”. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris* 76/1, 155-189.
- Gary-Prieur, Marie-Noëlle (1989): *De la Grammaire à la Linguistique. L’Etude de la Phrase*, 2ª ed. Paris: Armand Colin (1ª ed., 1985).
- Gonçalves, Miguel (1997): “Interjeição: o regresso à Gramática”. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1, 139-148.
- (1998a): “Interjeição: um problema para a Gramática”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 2/1-2: 87-103.
- (1998b): “As partes orationis nos dicionários de língua - modelos epistemológicos e antropologias linguísticas subjacentes”. *Actes du XXII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Bruxelles (no prelo).
- (1999): “O esquema representacionista como modelo epistemológico e antropológico subjacente às partes do discurso”. *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: A.P.L., 1, 587-602.
- (2000): *A interjeição em português - contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Braga: Faculdade de Filosofia, 2 vols.
- GLLF (1971-78): *Grand Larousse de la Langue Française*. Paris: Larousse, 7 vols.
- Grevisse, Maurice (1993): *Le Bon Usage - Grammaire Française*. Paris: Duculot.
- Herculano de Carvalho, J. G. (1984?): As ‘Partes da Oração’ [fotoc. de texto manuscrito].
- Lagarde, J.- P. (1988): “Les parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine”. *Langages* 92, 93-108.
- (1988a): “Bibliographie générale”. *Langages* 92, 117-127.
- Lello (ed.) (1996): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lello & Irmão-Editores.
- Lemaréchal, Alain (1989): *Les Parties du Discours. Sémantique et Syntaxe*. Paris, PUF (1ª ed. 1979).
- Littré, E. (1883): *Dictionnaire de la Langue Française*. Paris: Hachette.
- Machado, José Pedro (cord.) (1991): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Michael, Ian (1970): *English Grammatical Categories and the Tradition to 1880*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Recanati, François (1979): *La Transparence et l’Enonciation. Pour Introduire à la Pragmatique*. Paris: Seuil.
- Robert, Paul (1988): *Le Petit Robert. Dictionnaire Alfabétique et Analogique de la Langue Française*. Paris: Le Robert.
- Ryle, G. (1978): *La Notion d’Esprit*. Paris: Payot (trad. franc. de *The Concept of Mind*, 1940).

- Sarfati, G.- E. (1989): *Pragmatique du Langage et Lexicographie (le Statut et le Traitement de l'Aspect Pragmatique du Langage dans les Dictionnaires de Langue Française)*. Thèse de doctorat. Paris: EHESS.
- (1995): *Dire, Agir, Définir: Dictionnaires et Langage Ordinaire - Critique de la Raison Lexicographique d'un Point de Vue Pragmatique*, Paris: Harmattan.
- Schachter, Paul (1985): "Parts-of-speech systems". In T. Shopen (ed.): *Language, Typology, and Syntactic Description*, vol. 1, *Clause Structure*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 3-61.
- (1992): "Parts of speech". In W. Bright (ed.): *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 3. New York / Oxford, Oxford University Press, 164-165.
- Silva, Antonio de Moraes (1949-59¹⁰): *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Swiggers, Pierre & van Hoecke, Willy (eds.) (1986): *Mot et parties du discours / Word and Word Classes / Wort und Wortarten*, vol. I. Paris: Peeters / Leuven: Leuven University Press.
- Tersis-Surugue, Nicole (ed.) (1984): *L'opposition verbo-nominale dans diverses langues du monde = Modèles Linguistiques 6/1*.
- TLF (1983): *Trésor de la Langue Française. Dictionnaire de la langue du XIXe et du XXe siècle (1789-1960)*. Paris: CNRS.
- Wagner, R.-L. & Pinchon, J. (1980): *Grammaire du Français Classique et Moderne*. Paris: Hachette (1^a ed., 1962).

La terminología lingüística a finales del siglo XIX: los primeros diccionarios terminológicos en lengua portuguesa

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora, CIEL-UE*

1. DICCIONARIO Y GRAMÁTICA

La terminología específica o técnica es uno de los campos del estudio del léxico y tiene en los diccionarios su producto final. En este trabajo analizaremos un tipo concreto de diccionario que aúna la terminología específica y la gramática por disponer las materias gramaticales en forma alfabética. Si el alfabeto es una manera de ordenar y catalogar las realidades del mundo, así como los conceptos, entonces el diccionario hace disponible ese mundo concreto e intelectual en forma de lista ordenada según la secuencia de las letras. Es esto lo que caracteriza intrínsecamente el género lexicográfico en general. La especificidad de los diccionarios gramaticales está en que ellos ordenan alfabéticamente los términos que suelen aparecer en las gramáticas, así como aquellos que pertenecen a la retórica o al ámbito filológico, en función de las ideas lingüísticas vigentes en determinada época.

Como es evidente, los diccionarios generales desde siempre han presentado términos filológicos, gramaticales o de retórica cuyo tratamiento dependía de los objetivos del diccionario. La particularidad de los diccionarios gramaticales consiste en que tratan del léxico de naturaleza estrictamente conceptual o intelectual (por ser relacionado con la gramática), esclareciendo su significado, a la vez que explican y ejemplifican todas sus acepciones. En la medida en que los términos están al servicio de la transmisión de conceptos o ideas, la terminología lingüística en general, y la gramatical de manera particular, es reflejo de la evolución de las ideas sobre el fenómeno del lenguaje y las lenguas particulares. Por esa razón, el diccionario de términos lingüísticos o filológicos es una fuente importante para la historia de la Lingüística, al mismo tiempo que da testimonio de las particularidades terminológicas en una lengua o tradición lingüística.

* Centro de Investigação e Ensino de Línguas da Universidade de Évora.

No entramos aquí en delimitaciones de naturaleza teórica sobre la distinción entre los conceptos y ámbitos de la terminología y de la terminografía (Bessé 1990: 254), aunque éstas no deban confundirse. Atendiendo a la perspectiva diacrónica de nuestro estudio, nos atenderemos al hecho de que los diccionarios de que nos ocupamos tienen carácter específico o técnico.

Si excluimos la lexicografía bilingüe (Verdelho 1995), en lo que a la tradición lexicográfica portuguesa respecta, esta clase de diccionario específico es bastante reciente y poco frecuente. En portugués, el primer diccionario de terminología gramatical se publica en Brasil en el año 1865. Su autor, el brasileño José Alexandre Passos, nació en 1808, tenía formación de abogado y fue funcionario público; también fue miembro de la asamblea legislativa del estado de Alagoas. Al jubilarse se dedicó al magisterio, habiendo escrito varias obras gramaticales, además del *Diccionario Grammatical Portuguez* (Silva 1858-1972: 206). Entre esas publicaciones pedagógicas se cuentan el *Compendio de Grammatica Portugueza pelo Methodo Analytico* (Rio de Janeiro: Typ. de M. A. da Silva Lima, 1848), el *Resumo da Grammatica* (1863), que tuvo distintas ediciones y fue adoptado por muchos Colegios de la corte. En Portugal, esta tipo de diccionario sólo es publicado en 1884, cuando sale a la luz el *Escholiaste Portuguez ou Subsídios Litterarios, Grammaticales, Philologicos e Rhetoricos compilados pelos melhores auctores e divididos em tres partes accomodadas ao estudo elementar e complementar da Lingua Portugueza*. Su autor es el portugués António Maria de Almeida Netto, de cuya vida apenas sabemos que fue profesor particular de las lenguas portuguesa, latina y francesa.

Como se habrá notado, el título ya delimita los tres dominios específicos del léxico incluidos en el diccionario: la gramática, la filología y la retórica.

En ambas obras analizaremos, por una parte, la estructura interna, y, por otra parte, el tratamiento de los términos lingüísticos propiamente dichos. La comparación de los dos diccionarios nos permitirá insertar esta clase de producto lexicográfico en las ideas lingüísticas de su época y en un contexto socio-ideológico determinado, poniendo de manifiesto las influencias doctrinales o conceptuales recibidas por sus autores. Nuestro objetivo es, pues, estudiar la terminología lingüística a finales del siglo XIX, con base en los primeros diccionarios terminológicos en lengua portuguesa de los dos lados del Océano Atlántico.

2. LAS FUENTES Y LAS INFLUENCIAS

Tal como los diccionarios generales, los diccionarios terminológicos cumplen una indudable función social al facilitar el aprendizaje en dominios específicos del conocimiento y de las técnicas. En lo que toca a la enseñanza y al aprendizaje de la gramática de la lengua materna, estos diccionarios tienen el papel de facilitar la consulta tanto al alumno como al profesor, presentando un repertorio de términos correspondientes a los conceptos gramaticales o lingüísticos más corrientes. Sin sustituir a la gramática propiamente dicha, los diccionarios gramaticales la complementan, ade-

más de facilitar su estudio. *Mutatis mutandis*, podemos decir que esta clase de diccionario constituye un antecedente de los modernos diccionarios filológicos o lingüísticos, del que es un ejemplo consagrado el *Diccionario de Términos Filológicos* del Profesor Lázaro Carreter (1990³).

Como materiales para apoyar la enseñanza media, estos diccionarios tienen también la ventaja de facilitar la autocorrección. Son trabajos de tipo normativo, más que descriptivo, a la semejanza de las gramáticas escolares de las últimas décadas del Novecientos. En el último cuarto del siglo XIX, la gramática para la enseñanza continuaba bajo la influencia tardía de las Luces francesas, aunque en toda Europa los estudios lingüísticos habían ya emprendido una ruta más científica (Gonçalves 1998), y menos racionalista o logicista, gracias al desarrollo de los estudios histórico-comparativos. De hecho, la influencia racionalista de la gramática francesa se extiende, en los textos gramaticales, casi hasta finales del siglo pasado, tanto en Portugal como en Brasil, siendo que en ambos países el resultado es muchas veces un producto híbrido, fruto de influencias no siempre bien asimiladas. Tanto en la antigua colonia como en Portugal, la designación más corriente para las obras de orientación racionalista es la de gramática filosófica, aunque aparecen igualmente los adjetivos general, racional y analítica¹. El éxito y la longevidad del movimiento filosófico en el plan pedagógico residen en que se presta a la simplificación (Arrivé & Chevalier 1975: 119), a través de los llamados *sistemas figurados*, de las materias correspondientes a cada ciencia. El método de resumir de manera simple y accesible los conocimientos fue difundido ampliamente por la *Enciclopedia* francesa. Una de las marcas emblemáticas del racionalismo enciclopédico es justamente la presentación de esos cuadros o esquemas sinópticos por medio de las llaves (fr. *accollades*) que permiten ordenar y visualizar las relaciones entre lo general y lo particular, es decir, establecer la relación entre los dominios y subdominios de cada rama del conocimiento humano, como se comprueba en la nota preliminar del primer volumen de la *Enciclopedia*. Aquí observamos que la gramática pertenece al ámbito de la lógica y, dentro de esta, al arte de comunicar; a su vez, la gramática se subdivide en signos, prosodia, construcción, sintaxis, filología, crítica y pedagogía. Además de la gramática, el arte de comunicar comprende asimismo la retórica, como una de las cualidades del discurso (*Encyclopédie*, 1751).

La influencia de la gramática general o filosófica, sobre todo la francesa, es asumida por los lexicógrafos Passos y Almeida Netto. El primero remite para los autores franceses en general, puesto que estos, al estudiar “filosóficamente el mecanismo del lenguaje” (Passos 1865: V) son “manantiales inagotables” (*ibid.*) y modelo pedagógico del buen hablar, de la pureza y corrección del idioma nacional. En el prefacio del *Diccionario Grammatical*, Passos se refiere en dos ocasiones a la *lengua nacional*,

¹ En esto Portugal se distancia tanto de Francia como de España, dado que la designación más frecuente en estos países es gramática general, aunque también hay algunos casos de gramática filosófica, principios racionales, principios generales, etc.

expresión que denota el nacionalismo lingüístico y cultural que por entonces corría en Brasil, hasta el punto de redundar en una polémica entre los defensores de una lengua brasileña distinta de la portuguesa y los lusitanistas.

De la noción general de gramática filosófica o “trascendente”, pasa el brasileño Alexandre Passos a destacar dos casos particulares: la *Grammaire des grammaires* del francés Ch.-P. Gerault-Duvivier (1765-1832), publicada en 1811, y cuyo subtítulo *Analyse Raisonnée des meilleurs traités sur la langue française* no deja dudas en cuanto a la orientación racionalista que da forma a la doctrina del autor, y el *Dictionnaire Grammatical* de Bettinger y Raymond. La *Gramática de las gramáticas* es un buen ejemplo de la tendencia que la gramática general tuvo en Francia durante el siglo XIX, cuando de la teorización lingüística se resbala para la validación estilística del uso de la lengua (H. E. L.: 207). La gramática de Girault-Duvivier es, además, el fruto de la compilación de la doctrina de los mejores gramáticos. Quince años antes del *Diccionario* del brasileño, ya encontramos en Portugal el reflejo de este tipo de gramática. En efecto, este modelo gramatical fue reproducido en 1850 por el portugués Francisco Ferreira Júnior en la *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza ou principios ou preceitos compilados dos mais acreditados auctores que sobre este assumpto teem tratado até o presente, e explicados de modo a serem comprehendidos por pessoas de todas as intelligencias*. El título es, obviamente, un calco del título francés. Para el brasileño João Alexandre Passos, Duvivier es más que una simple fuente teórica, una vez que recurre a él como autoridad gramatical a propósito, por ejemplo, del concepto de *exactitud gramatical* (Passos 1865: 125). Según el gramático francés, la exactitud gramatical recubre las nociones de pureza, de claridad y de propiedad de la expresión, que son las tres cualidades indispensables de quien habla ou escribe.

Es de subrayar el hecho de que este género lexicográfico tuvo más éxito en Brasil que en Portugal, ya que aquí no se conoce ninguna publicación de este tipo antes de 1884, mientras que en Brasil, casi a finales de siglo João Ribeiro², gran filólogo y gramático, publica un nuevo *Diccionario Grammatical* (1897). De hecho, hasta nuestros días sigue siendo Brasil el país de lengua portuguesa que más produce este género de obras, y lo mismo se observa en cuanto a la lexicografía en general, lo que podrá explicarse por las necesidades pedagógico-didácticas sentidas en un país de dimensión continental, en donde el problema de la alfabetización pone problemas de naturaleza socio-política muy compleja.

En lo que toca a la evaluación de la producción gramatical, Alexandre Passos considera que las gramáticas anteriores son inferiores a la suya, lo que era bastante habitual entre los gramáticos; lo mismo dice de las obras de su tiempo, puesto que ca-

² Este filólogo brasileño demuestra amplio conocimiento de la doctrina de los neogramáticos, a la cual se refiere de forma explícita en su *Diccionario Grammatical*, obra que ya se inscribe en el periodo científico de los estudios lingüístico-filológicos, y, por lo tanto, gramaticales.

si todas se detienen en un único aspecto de los estudios gramaticales, sin atender a los demás.

Las fuentes apuntadas por Almeida Netto son sobre todo gramáticas, sin que el autor presente una sola referencia a autores de diccionarios gramaticales. Las autoridades invocadas por Netto figuran en una bibliografía y son mayoritariamente gramáticos portugueses: Arsenio Augusto Torres de Mascarenhas (*Noções Elementares de Estylistica*), A. C. Borges de Figueiredo (*Instituições de Rhetorica*), A. Epiphanio Dias (*Grammatica Portuguesa*), A. F. de Castilho (*Tratado de Metrificação*), Bento José de Oliveira (*Grammatica Portuguesa*), Delphim M. d'Oliveira Maya (*Manual de Estylo. Noções de Poetica*), E. M. G. C. (*Synopse e Apontamentos Grammaticaes*), F. Evaristo Leoní (*Genio da Lingua Portuguesa*), Francisco Freire de Carvalho (*Lições Elementares de Eloquencia Nacional*), Henrique Midosi (*Poesias Selectas*), João de Deus (*Cartilha Maternal*), Joaquim Alves de Sousa (*Varias Publicações*), Joaquim Freire de Macedo (*Grammatica Portuguesa*), José Gonçalves Lage (*Grammatica Portuguesa. Elementos de Litteratura Classica*), José Silvestre Ribeiro (*Ensaio de Estudos Práticos de Litteratura*), José Simões Dias (*Lições de Litteratura Portuguesa*), M. J. P. (*Pontos para o Curso de Portuguez*), Paulino de Sousa (*Grammaire Portugaise raisonnée et simplifiée*), Silva Tullio (*Estudos de Lingua Materna*). La única fuente extranjera explícitamente apuntada es A. J. Sylvestre de Sacy (1758-1838) con sus *Principes de Grammaire Générale mis à la portée des enfants et propres à servir d'introduction à l'étude de toutes les langues, et notablement de la langue française*, obra publicada en 1799 y con ediciones en 1804, 1824 y 1852. Fue una de las últimas gramáticas del movimiento de la llamada *grammaire générale* y tenía objetivos pedagógicos (H. E. L.: 191-193). Importa subrayar que la existencia de una bibliografía es un elemento de gran relieve en el estudio de la problemática de las influencias ideológicas y de la recepción de las ideas lingüísticas tanto en el ámbito de las gramáticas como también de los diccionarios, puesto que muchas veces los autores no se refieren a las obras consultadas y que constituyen su horizonte de retrospectión.

Almeida Netto asume en la introducción de el *Escholiaste* que su obra carece de originalidad doctrinal, por resultar de la compilación y coordinación de lo más provechoso para el lector, estudiante o profesor de gramática. La peculiaridad de su obra consiste entonces, según el autor, en el método expositivo de los distintos artículos. El *Escholiaste* es definido por su autor como un “repertorio alfabético, racional e completo de todos os artigos [...] que constituem um dos mais importantes preparatórios, que exige o curso dos Lyceus para qualquer carreira scientifica ou litteraria – para o estudo da lingua patria”, sirviendo por lo tanto de auxiliar pedagógico de lo que Almeida Netto llama el estudio regular y progresivo de la lengua portuguesa, en el cual el estudiante es el agente de su propio desarrollo, puesto que permite el perfeccionamiento del sistema seguido habitualmente, así como la posibilidad de clarificación y corrección, sin necesidad de otras consultas. Además, al presentar entradas que van desde una unidad mínima (*i. e.* la letra) hasta una unidad compleja (*i. e.* la frase), el *Escholiaste* da cuenta de todos los niveles de complejidad del estudio y análisis de

la lengua, incluyendo los recursos estilísticos, los aspectos filológicos y la tradición literaria.

3. LA ESTRUCTURA

En cuanto a la estructura interna de estos dos diccionarios gramaticales, la principal diferencia entre ellos está en que el *Escholiaste* está dividido en tres partes, siendo que la segunda y tercera partes sirven de aplicación práctica de la primera (con 596 páginas), que traduce la preocupación pedagógica inherente a esta clase de producto lexicográfico; por su parte, el *Dicionario Grammatical* (con 358 páginas) apenas se organiza internamente mediante la ordenación alfabética propia de cualquier diccionario. Al acercarnos más menudamente a la organización interna del *Dicionario Grammatical* comprobamos que presenta muchas entradas compuestas, es decir, entradas constituidas por más de una palabra, mientras que en el *Escholiaste* estas son menos frecuentes. En esta obra encontramos por ejemplo *Bellas Artes* (p. 86), *Bellas Letras* (p. 87), *Vícios da oração* (p. 588), entre otras. Al revés de Alexandre Passos, Almeida Netto presenta en una misma entrada las distintas acepciones de un término, lo que supone diferentes concepciones de la técnica y de la estructura lexicográficas. En buen ejemplo, es la A, letra a la cual el brasileño Passos hace corresponder seis entradas distintas, una para cada acepción, mientras que el portugués Netto incluye todas las acepciones en una sola entrada.

El *Dicionario Grammatical* de Alexandre Passos presenta una microestructura bastante simple: entrada en negrita seguida de un guión y de la definición. Antes del paradigma definicional, en algunos casos la microestructura presenta un paradigma etimológico entre paréntesis. La definición no empieza por mayúscula y tiene extensiones muy variables, dependiendo de la naturaleza de las materias y de la importancia que les reconoce el autor.

Los ejemplos son puestos en relieve por medio de recursos tipográficos: figuran en itálicas y sólo en caso de citación aparecen entre comas. Los ejemplos suelen ser de dos naturalezas: del autor o literarios. En el *Dicionario* del brasileño predominan los ejemplos del primer tipo y los del segundo son menos frecuentes. En la primera parte del *Escholiaste* sucede lo mismo, mientras que en las dos partes siguientes abundan los ejemplos literarios, por tratarse de partes de carácter práctico. Valdría la pena estudiar el tratamiento de los ejemplos tanto en los diccionarios como en las gramáticas, pero no entramos en ese asunto.

En cuanto al sistema de remisiones, este es asegurado simplemente por la forma verbal *Veja* reducida a una abreviatura con V.; por ejemplo, V. *Artigo* (p. 2), V. *Pro-sódia* (p. 11).

Otro aspecto interesante es que en las entradas del *Escholiaste* existe la posibilidad de la alternativa o equivalencia terminológica, marcada por la conjunción *ou* (*i. e. ó*), sin que ello presuponga una remisión para una entrada distinta. Esta situación de-

nota la existencia de fluctuación o sinonimia terminológica a respecto de un mismo concepto, como se observa en las entradas *Trimembro ou Tricolos* (p. 576), *Thasis ou Extensão* (p. 567), y *Trocadillo ou Trocados* (p. 576), entre otras.

Aunque en las dos obras la extensión de los artículos es variable, como ya hemos dicho, la sintaxis es el nivel de análisis que más suele ocupar grandes párrafos o varias páginas. Alexandre Passos abandona en bastantes ocasiones el modelo lexicográfico para adoptar un discurso gramatical, es decir expositivo, e incluso normativo, a respecto de determinadas materias gramaticales, como sucede con *análisis* —el artículo más extenso del *Diccionario* (Passos 1865: 17)—, cuyo tratamiento ocupa 14 páginas, a lo largo de las cuales figuran distintos títulos que subdividen la materia. Tal hecho no nos sorprende si tenemos en cuenta que el análisis es una de las operaciones más relevantes no sólo de la lógica como también de la gramática. En conformidad con las ideas racionalistas, el análisis es de dos clases: gramatical o lógica o lógico-gramatical. La primera corresponde a la indicación de la clase gramatical a la que pertenecen las palabras y la segunda a la identificación de las funciones sintácticas, así como a la división de la frase compleja en sus partes. Importa subrayar que la noción de complemento figura en ambos autores, aunque sólo en el *Escholiaste* se presente una tipología completa.

En el *Escholiaste* son, asimismo, bastante extensos los artículos referentes a otros aspectos de la sintaxis, la morfología y las figuras de estilo, en particular los siguientes: concordancia, conjugación, construcción, elipsis y gerundio.

A las anteriores se oponen las entradas que, sin cualquier acepción u otra información, remiten directamente para otra entrada puesta en relieve mediante itálico, precedida de la forma verbal *Veja*, por extenso o abreviada como *V*. Un ejemplo es *Tónico. — Predominante*. Un aspecto curioso es la puntuación en las entradas: en el *Escholiaste* un punto y un guión siguen siempre a la entrada, que va en negrita. Estos aspectos testifican la importancia de los recursos tipográficos en la concepción de los diccionarios en general.

Según Almeida Netto (1884/1885: 566), la terminología es la ciencia de los términos científicos o de las ideas que ellos representan; los términos particulares sirven para designar los objetos especiales de un arte, ciencia o menester, inventados o creados por las personas que se ocupan de esos dominios, y que muchas veces provienen del latín o del griego.

4. LAS IDEAS LINGÜÍSTICAS

Como ya hemos dicho antes, estas dos obras lexicográficas ponen de manifiesto las ideas lingüísticas seguidas por sus autores, siendo que ambos se inscriben, aunque en grados distintos, en la gramática filosófica y sus derivados. Se trata de analizar la lengua a partir de categorías universales del pensamiento humano y de obtener un método aplicable a todas las lenguas, dado que estas son realizaciones particulares del

fenómeno del lenguaje. La gramática filosófica o general consiste pues en el estudio del lenguaje verbal en su relación con la simultaneidad que le cabe representar (Foucault 1966: 97). El desarrollo de los postulados inherentes a esta manera de concebir la actividad lingüística y de describirla pasará por la *ideología* (Schäfer 1991), tendencia de la gramática general según la cual los signos lingüísticos son el reflejo de las ideas o pensamientos del hombre, de acuerdo con la doctrina de Destutt de Tracy, creador de la vertiente ideologista de la gramática general (Calero Vaquera 1986: 19). En Portugal, las ideas de los ideólogos tuvieron gran recepción, como se ve por las obras de Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo (Schäfer 1991), y lo mismo se pasó en España, según ha demostrado Ramón Sarmiento (1994: 155-175).

Entre los autores de la gramática filosófica o general se cuenta Gerault-Duvivier, la principal fuente del brasileño Alexandre Passos. En el ámbito de su *Diccionario Grammatical*, este autor llega al punto de presentar un artículo sobre la lógica en el que describe las relaciones entre ésta y la gramática, lo que no es de extrañar, dado que otros gramáticos de esta corriente suelen incluir nociones del dominio de la lógica como preparación indispensable a las respectivas gramáticas, como hizo Couto e Melo en 1818 (Gonçalves 1996). En ambos diccionarios existe una entrada para gramática, en la cual los autores exponen su concepto. Apoyado en la doctrina del francés Duvivier, Alexandre Passos define la gramática como el conjunto de las reglas generales del lenguaje y de las reglas de las lenguas particulares, de donde concluye el autor que la gramática es general y particular (Passos 1865: 140). Siguiendo la misma fuente francesa, la gramática tiene dos clases de principios: los de uso universal e inmutable, que pertenecen a la naturaleza del pensamiento, y los principios hipotéticos, que dependen de convenciones libres y variables (Passos: 141), adoptadas por un pueblo. A propósito de la relación entre lógica y gramática, añade el autor lo siguiente:

A grammatica tem muita relação com a Logica, ou é por esta fortemente auxiliada; mas não se devem confundir estas duas disciplinas. A Logica trata especialmente das operações do espirito, conceber, julgar e racionar; a Grammatica occupa-se não só so intellectual, como do material das palavras, tendo por fim facilitar as duas operações conceber e julgar. Eis porque o bom grammatico é necessariamente logico; mas o philosopho pode deixar de ser bom grammatico, se não attender ao mecanismo das vozes, à construcção adoptada, aos ideiotismos de uma lingua, etc.

Em mais rigorosa distincção, a Logica tem por essencial objecto o ideal da expressão; a Grammatica a forma. Por isso a Logica ensina a conhecer se um pensamento ou juízo, é bom ou mau, falso ou verdadeiro; a Grammatica mostra se a phrase ou o material do juízo expresso, está ou não na fôrma conveniente ou admissivel, para que esse juízo seja suave e perfeitamente entendido (Passos 1865: 141).

En el *Escholiaste*, la gramática es definida primero como el arte de hablar y escribir correctamente; después como la disciplina que trata de los principios generales del lenguaje, como expresión verbal del pensamiento (Netto 1884/1885: 279).

Cuanto a las partes de la gramática, el *Dicionario Grammatical* propone un sistema cuatripartito, compuesto por Etimología, la Sintaxis, la Prosodia y la Ortografía. El mismo sistema es referido en el *Escholiaste*, cuyo autor apunta además un sistema moderno de seis partes: la Ortología, la Ortografía, la Fonología o Fonética, la Morfología, la Sintaxis y la Semiología, siendo que esta es definida como el estudio de las funciones de las palabras (Netto 1884/1885: 280). Como es evidente, esta división de la gramática tiene distinta procedencia de su definición: en efecto, el autor apunta a una estructura gramatical que es el resultado de una nueva metodología en el estudio de las lenguas. Por lo tanto, el artículo gramática del *Escholiaste* es híbrido desde el punto de vista doctrinal, puesto que presta información de distintas inspiraciones teóricas y metodológicas, lo que resulta del hecho de que el autor compila la doctrina de autores diferentes, hasta el punto de llamar *vivero* (port. *viveiro*) a la variedad terminológica y conceptual presentada por los gramáticos de su tiempo (Netto 1884/1885: 280).

Por su parte, en el *Escholiaste* del portugués Almeida Netto, a pesar de seguir al francés Silvestre de Sacy, así como a distintos gramáticos portugueses de orientación racionalista o mentalista, ya se nota el conocimiento de otras corrientes de pensamiento. Véase, por ejemplo, el corto artículo a respecto de la gramática comparada, expresión que designa el estudio comparativo de las distintas lenguas. A este propósito, importa añadir que en 1868 Francisco Adolfo Coelho ya había publicado un estudio renovador titulado *La Lengua Portuguesa*, con el cual se inauguran los llamados estudios científicos en Portugal; dos años después, Epifânio da Silva Dias publica una *Grammatica Prática*, la primera en que son adoptadas, para fines de enseñanza, las nuevas concepciones y métodos filológicos. Esto significa que el periodo entre 1865 y 1884 corresponde a la época en que la gramática sufre una evolución importante, si no en el tratamiento de la morfología y de la sintaxis, por lo menos, en su estructura interna, es decir, en lo que concierne a división de la gramática en partes (Gonçalves: 1996). En efecto, las décadas de 70 y de 80 del siglo XIX suponen la ruptura con los casi cien años de vigencia de los postulados lanzados por Port-Royal, una vez que en Portugal la primera gramática que se asume como “gramática filosófica” fue publicada por Bernardo de Lima e Melo Bacelar, en 1783, y que la lista de publicaciones congéneres, aunque más o menos híbridas, se extiende hasta los finales de la década de 80 (Gonçalves 1998).

5. CONCLUSIÓN

De lo expuesto se puede concluir que los diccionarios gramaticales, tal como las propias gramáticas, son una fuente importante para el estudio de la gramaticografía y de las ideas lingüísticas, al mismo tiempo que forman parte de la historia de la lexicografía portuguesa (Verdelho 1994), en particular de la lexicografía específica o técnica. Aunque no hayamos agotado las cuestiones sugeridas por estos dos diccionarios, una cosa podemos concluir: ellos se sitúan en un cruce entre la lexicografía, la termi-

nología y la gramática, lo que les confiere un enorme interés desde el punto de vista diacrónico.

BIBLIOGRAFÍA

- Arrivé M. & Chevalier J. C. (1975): *La grammaire - Lectures*. Paris: Klincksieck.
- Bessé, B. de (1990): "La définition terminologique". En *La définition*. Paris: Larousse.
- Calero Vaquera, M. L. (1986): *Historia de la gramática española (1847-1920)*. De Bello a Lenz, Madrid: Gredos.
- Coelho F. A. (1868): *A Lingua Portuguesa, phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Dias, A. E. da S. (1970): *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos Lyceus*. Porto.
- Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers par une société de gens de lettres*, (1751), t. I.
- Foucault M. (1966): *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- Gonçalves, M. F. (1996): "A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX", en *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 39-52.
- (1998): "Grammaires portugaises", en *H. E. L. (Histoire Epistémologie Langage)*, t. 1 hors série n° 2, 381-415.
- Lázaro Carreter, F. (1990³): *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Gredos.
- H. E. L. (Histoire Epistémologie Langage)*, t. 1, hors série n° 2. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 381-415.
- Melo, J. C. do C. e (1818): *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Impressão Régia.
- Netto, A. M. A. (1884/1885): *O Escholiate Portuguez ou Subsídios Litterarios, grammaticais, philologicos e rhetoricos compilados dos melhores auctores e divididos em tres partes accommodadas ao estudo elementar e complementar da Lingua Portuguesa*, 1ª, 2ª, 3ª Partes, Lisboa: Typographia Universal.
- Passos, J. A. (1865): *Diccionario Grammatical Portuguez*. Rio de Janeiro: António Gonçalves Guimarães & Cª.
- Ribeiro J. (1897²): *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Comp.
- Sarmiento, R. (1994): "La presencia de los ideólogos en la gramática española del siglo XIX. La sintaxis oracional (1780-1880)", en Schieben-Lange et alii (1994: 155-175).
- Schäfer, M. (1991): "La grammaire idéologique au Portugal", en Brigitte Schliebe-Lange et alii (eds.): *Europäische Sprachwissenschaft um 1800. Methodologische und historiografische Beiträge zum Umkreis der "idéologie"*, t. 2. Münster: Nodus, 101-117.
- Silva, I. F. da (1858-1972): *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 12º. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Verdelho, T. (1994): "Portugiesisch: Lexikographie (Lexicografia)". En Holtus, G., Metzeltin, M. & Schmitt, C. (eds.): *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*, t. VI, 2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 673-692.
- (1995): *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Lisboa: INIC, 1995.

A Diachronic Approach to Interpolation*

Maria Alexandra Fiéis
Universidade Nova de Lisboa

0. PRELIMINARIES

As it is known, clitic placement in proclitic or enclitic positions in Medieval Portuguese (MP) varies according to specific syntactic conditions. For instances, in negative contexts, in clauses where certain adverbs or quantifiers precede the verb and in contexts of focalization. That is to say, in all subordinate clauses and in those clauses where constituents that trigger proclisis intervene (cf. Martins 1994, Fiéis 1996), as in examples (1) to (4). In all other situations of non subordinate finite clauses enclisis is expected, see (5).

(1) da gente de pe não se conta aquy por que na~o tem conto (16th cent., CRB)
“about the people standing (we) not to-CL tell here because not have to tell”

(2) e asy o outorgo (1411, DN158)
“and then it-CL (I) concede”

(3) e a rogo do dito Pedro Heanez este testemoy~o emde cõ mha mááo propria o escreuj (1282, HGP137)
“and by plea of the so called Pedro Heanez this testimony then with my own hand it-CL wrote”

(4) E porẽ rogo aos deusses que me dem de ty dereyto (14th cent., CGE)
“And besides (I) beg the Gods that me-CL give from you the righth”

(5) E meteram se dentro E amaynaram. (1500, CPVC)
“And (they) got themselves-REFL-CL inside and calmed down”.

As far as the constructions with proclitics are concerned we are focusing on interpolation, as exemplified by the following examples:

(6) asi como a atá aquí derõ (1295, CHP026)
“Just how it-CL until now (they) gave”

(7) qual ou quaes lhy o meu marido e meu procurador mãdar (1321, DN084)
“Which(3sg) or which(3pl) him-CL my husband and my prosecutor send”

* This work is supported by a PhD grant from the F.C.T. (Foundation for Science and Technology).

(8) dous capoes e o terço do vinho que **lhe Deus der** (1454, HGP148)
 “two capons and a third of the wine that to him-CL God gives”

(9) E lho emprazou per cõdicom que **o nã possa dar** (1513, DN202)
 “And to him (he) cited by condition that it-CL not can give”.

Thus, we will be presenting a study of this type of construction, which is characterised by allowing constituents of several syntactic types to intervene between the clitic in a proclitic configuration and the verb. For that purpose, we considered a *corpus* of literary and non-literary texts from the 13th to the 16th century (these texts belong to the CIPM – *Computerized Corpus of Medieval Portuguese*¹). We also aimed at comparing our diachronic data with the present situation of European Portuguese (EP).

Table 1 shows the exact number of contexts with clitics we considered in our analysis.

¹ We aimed at building a *corpus* of more or less the same amount of words throughout the four centuries. However, this was not possible because the digitalized texts made available by the CIPM did not allow it. For that reason there are some discrepancies in the amount of words: for instances, for the 15th century we had to be very selective due to the number and variety of texts available but, as far as the 16th century is concerned, the texts we present were the only ones available. Our *corpus* is then based on the following documents:

13th century: *História do Galego-Português* (HGP); *Clíticos na História do Português* (CHP) and *Vidas de Santos* (VS).

14th century: *História do Galego-Português* (HGP); Documentos Notariais (DN) and *Crónica Geral de Espanha de 1344* (CGE).

15th century: *História do Galego-Português* (HGP); Documentos Notariais (DN); *Leal Conselheiro* (LC) and *Carta de Pêro Vaz de Caminha* (CPVC).

Século XVI: *História do Galego-Português* (HGP); Documentos Notariais (DN); *Crónica dos Reis de Bisnaga* (CRB).

The following table gives the right dimension of our *corpus* of literary and non-literary texts.

		N. of words	Total/cent.
13 th cent.	Literary	28.876	84.222
	Non-Literary	55.346	
14 th cent.	Literary	69.043	147.650
	Non-Literary	78.607	
15 th cent.	Literary	114.038	183.748
	Non-Literary	69.710	
16 th cent.	Literary	43.853	76.154
	Non-Literary	32.301	
TOTAL		491.774	491.774

		Clitics	Proclisis	Interpolation
13 th cent.	Literary	1.155	661	76
	Non-Literary	717	429	106
14 th cent.	Literary	2.174	1.279	179
	Non-Literary	1.276	1.068	233
15 th cent.	Literary	4.163	3.597	373
	Non-Literary	1.272	1.175	200
16 th cent.	Literary	1.441	1.215	81
	Non-Literary	581	559	80
TOTAL		12.779	9.983	1.328

Table 1: Sentences with clitic pronouns

Table 1 shows that proclisis represents the majority of contexts. That is, from 12.779 sentences with clitics in 9.983 we observe proclisis and that corresponds roughly to 78% of the total. From those 78% of proclitics we observe interpolation in 1.328 sentences, that is 13%.

The main purpose of this study is then twofold: on the one hand we will be quantifying and analysing the contexts of interpolation that occur in the sentences of MP texts from our *corpus* throughout the four centuries (from the 13th to the 16th century), on the other hand we intend to characterize the interpolated constituents in order to clarify both their syntactic nature and to describe their structural position.

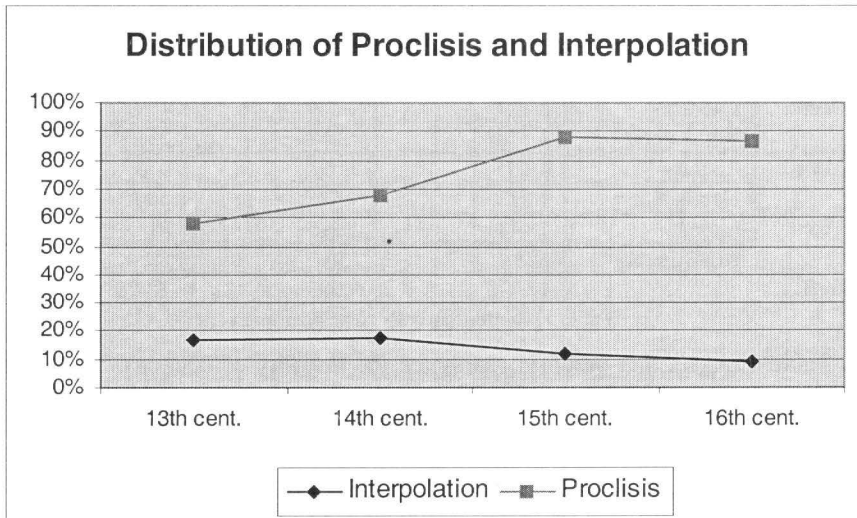
1. ANALYSIS OF THE DATA

The syntactic mechanism of interpolation consists of positioning one or more constituents between the clitic extracted from its base position and located in adjunction to the left of a verbal functional head. However, we observe that this phenomenon is not homogeneous diachronically, for it varies both in number and in the nature of the interpolated constituents, having become very restricted in contemporary EP.

As it is known by the literature, the decrease of interpolation after the 17th century is correlated with the rise of enclisis (cf. Martins 1994). With this work we will be showing that, at least until the 16th century, this is not so. That is, our data will confirm that the use of interpolation will become very restricted already in the 16th century, however proclisis is the pattern observed in the majority of the contexts we studied.²

This can be seen in graphic 1:

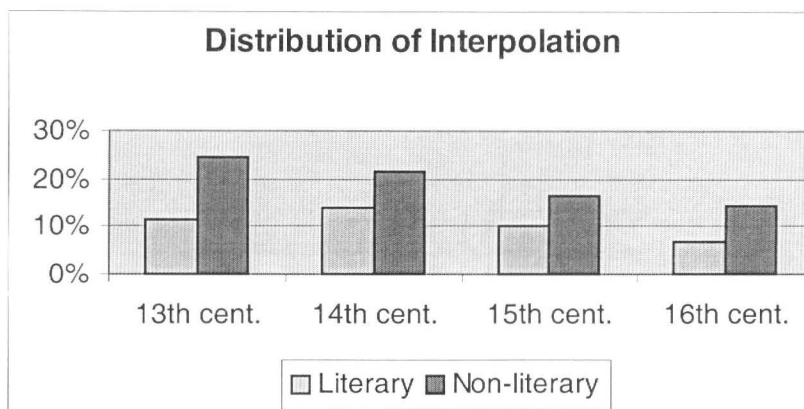
² Martins (1994) noted that proclisis is the pattern that occurs most in her data from the 15th and the 16th centuries.



Graphic 1: Distribution of proclisis and interpolation from 13th to 16th cent.

Graphic 1 shows that proclisis is indeed the overwhelming pattern for clitic placement. However this is not surprising once proclisis occurs in proclisis situations and they are very frequent in the old texts. That is to say, the clauses where it occurs are mainly subordinated clauses and clauses where proclisis triggers intervene and force the clitic to move higher up in the structure than the verb. In graphic 1 we can also see that interpolation is decreasing already from early stages of MP. Only in the step from the 13th to the 14th century there is a slight increase in the use of interpolation, however it is not very significant only 0,9%. An important conclusion to be drawn from graphic 1 is that the use of interpolation decreases from 16,6% in the 13th century to only 9% in the 16th century. Observing the two curves in the graphic and we can see that this decrease in the use of interpolation goes side by side with a growth in the percentage of proclisis.

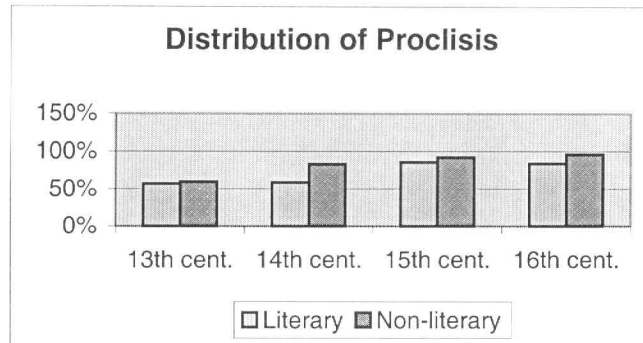
This last observation leads us then to another hypothesis: how to correlate the mechanism of interpolation with the type of text (literary vs. non-literary). For this purpose let us look at graphic 2:



Graphic 2: Distribution of interpolation in literary and non-literary texts

From the analysis of graphic 2 we conclude that interpolation is more frequent in non-literary texts. That probably happens because these texts are more conservative than the literary ones. Being so, in the 13th century we have 24,7% of interpolation in non-literary texts and only 11,4% in literary ones; in the 14th century there is 21,7% in non-literaries and 13,9% in literary texts; the 15th century shows us a percentage of 17% in the use of interpolations in non-literary texts and 10,3% in literary ones; finally, in the 16th century, although being the century where interpolation is mostly reduced, this contrast between literary and non-literary texts is kept: 14% interpolation in non-literary texts and only 6,6% in literary ones.

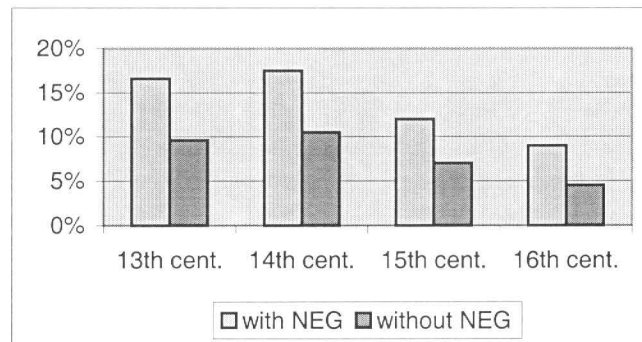
A slight preference for proclisis is also noted in non-literary texts. See graphic 3:



Graphic 3: Distribution of proclisis in literary and non-literary texts

As mentioned before, proclisis is found where it is expected. In fact the syntactic contexts we considered are contexts of subordination or contexts where proclisis triggers occur. Considering the three graphics we observed so far, we conclude that there is in fact the possibility to positioning constituents between the proclitic and the finite verb.

Parcero 1999 argues that interpolation of other constituents besides negation is not attested in her *corpus* in the 17th century.³ Having that in mind, we rearranged our data in order to exclude negation from our countings. See the results we obtained in graphic 4:



Graphic 4: Distribution of interpolation without negation

The results are in fact surprising. The percentage of interpolations with other constituents but negation is cut to a half. Comparing the numbers in graphic 4 with those we presented in graphic 1 we note that, for instances, in the 13th century we

³ In her *corpus* we can find literary portuguese texts from the 15th to the 17th century.

have 16,6% of interpolation but, negation put aside, this number reduces to only 9,6%. The same happens in the other three centuries. This suffices to say that interpolation with negation corresponds to the half of contexts we analysed.

This situation already resembles the one we observe for contemporary EP, that is, interpolation occurs but it is restricted to negation, some adverbs and personal pronouns (see Barbosa 1996, for further discussion). In fact, even in our data, we will be able to show that interpolation is already becoming very restricted in the 16th century, both in number and in the variety of constituents that occur between the clitic and the finite verb.

As we have already seen, in MP there is the possibility of “full interpolation”.⁴ This possibility characterizes MP and Old Spanish (see, for instances, Rivero 1986 and Fontana 1993). Another interesting property of MP, is that it allows the interpolation of more than one constituent. That is, two or more constituents can intervene between the proclitic and the verb. Our data shows that up to three constituents can occur in an interpolation context. Although, this is not a common situation, it only happens 11 times in our *corpus*. Now look at table 2 and compare the numbers.

		Interpol. 1	Interpol. 2	Interpol. 3	TOTAL
13 th cent.	Literary	70	6	0	76
	Non-literary	90	14	2	106
14 th cent.	Literary	163	14	2	179
	Non-literary	188	41	4	233
15 th cent.	Literary	337	33	3	373
	Non-literary	170	30	0	200
16 th cent.	Literary	81	0	0	81
	Non-literary	68	12	0	80
TOTAL		1.167	150	11	1.328

Table 2: Occurrences of interpolation with one, two and three constituents

From a total of 1.328 proclitic contexts where interpolation occurs, we have only found 150 situations where 2 constituents are interpolated. As we have seen before, besides these 150 contexts, only 11 times do we have three constituents interpolated. See some examples of interpolation of more than one constituent:

- (10) Como se Paulo con todos os outros treedores descubertamente alçaron contra el rey
 Bamba Paulo (14th cent., CGE)
 “How himself-CL-REFL Paul with all the other betrayers openly rose against the king
 Bamba Paul”

⁴ We use the term “full interpolation” and “residual interpolation” following Barbosa (1996: 8). The first one applies for MP where we can have interpolation of some variety of constituents, and the former applies to the situations where only negation and certain adverbials can occur between the clitic and the verb, this is the situation found in contemporary EP and also in Old Italian (for the situation in Old Italian see, for instances, Benincà & Cinque 1993).

(11) E que portanto nom curasem aquy de per força tomar njmguem nem fazer escandolo pera os **de todo mais amamsar** E apaçeficar. (1500, CPVC)

“And that then not heal here of by force taking nobody nor making scandal for them-CL by all means more tame and reconcile”

Table 2 also shows that interp. 3 is not found in the 16th century already and interp. 2 only occurs 12 times in non-literary texts. This situation starts resembling contemporary EP, where we can also find cases of interp. 2, usually with negation and adverbials. See the example below taken from Barbosa (1996: 7).

(12) O livro que lhe ainda não entreguei
“The book that to him-CL yet not handle”

We conclude then that interpolation of more than one constituent is possible, although it is not a common situation, both in MP and contemporary EP.

Let us now turn at the other major purpose of our analysis, that is, to outline the main grammatical functions of the interpolated constituents. In the following table we account for the constituents that really occur in the configuration [cl X V] as well as their distribution throughout the four centuries.

	Subject	Adverb	IO	DO	PP	Negation	Others
13 th cent. (206/182)	77	21	12	12	4	77	3
14 th cent. (478/412)	147	71	17	22	42	164	15
15 th cent. (635/573)	77	167	8	26	85	236	36
16 th cent. (173/161)	16	31	1	9	28	80	8
TOTAL (1.492 / 1.328)	317	290	38	69	159	557	62

Table 3: Occurrences of interpolated constituents according to their grammatical function

On the left column, we give the indication of the century, followed by the number of constituents that occur interpolated in that century, as well as the total amount of clauses where interpolation takes place (this number includes cases where 2 or 3 constituents are interpolated). On the right column, designated by “others”, we included all those constituents that occur less, for instances small clauses and adjectives, and also infinitivals and participles.⁵ The intermediate columns are organized (according to the grammatical function of the constituents) as follows: Subj(ect), Adv(erb), I(ndirect) O(bject), D(irect) O(bject), P(repositional) P(hrase) and Neg(a-tion).

⁵ Following Ogando (1980) and Martins (1994), we assume that the infinitive can be interpolated between the proclitic and the finite verb. We extend this analysis to the cases where the subcategorized complement is a participle.

Being so, we are now able to see that, for instances, in the 13th century (from a total of 206 constituents) the Subject occurs in 77 contexts of interpolation (out of 182). Together with negation, the subject is the most interpolated constituent. In the 14th century there is a growth in the cases of interpolation with negation and a decrease in the use of the subject, and this holds for the 15th century as well. Finally, as we have pointed out previously, the 16th century shows the predominance of Negation in contexts of interpolation.

Now, we will be analysing in detail all the constituents that occur in the configuration [cl X V]. Cases of interp. 1, interp. 2 and interp. 3 will be considered separately. Let us now start with the 13th century⁶:

Funtion	Non-literary texts			Literary texts			TOTAL
	interp. 1	interp. 2	interp. 3	interp. 1	interp. 2	interp. 3	
Subject		ADV 2 IO 2 DO 2 NEG 5	IO ADV SP NEG		ADV 1 DO 1 PP 1		77
	T. 44	T. 11	T. 2	T. 17	T. 3		
Adverb		SUBJ 2 NEG 1	IO SUBJ		SUBJ 1 ADV 2		21
	T. 8	T. 3	T. 1	T. 6	T. 3		
IO		SUBJ 2	SUBJ ADV		NEG 1		12
	T. 5	T. 2	T. 1	T. 3	T. 1		
DO		SUBJ 2			SUBJ 1 NEG 1		12
	T. 3	T. 2		T. 5	T. 2		
PP			SUBJ NEG		SUBJ 1		4
	T. 1		T. 1	T. 1	T. 1		
NEG		SUBJ 5 INF 2 ADV 1	SUBJ PP		DO 1 IO 1		77
	T. 28	T. 8	T. 1	T. 38	T. 2		

Table 4: Syntactic function of the interpolated constituents - 13th cent.

⁶ Due to the amount of information available, we shall be considering the four centuries separately.

From table 4 we realize that there are no cases of Interp. 3 in the *corpus* of literary texts, which seem to be less conservative. The subject, the adverb and the negation are the constituents that mostly occur in Interp. 2 and Interp. 3 contexts.

As far as constituent order is concerned, we see that in examples of Interp. 2, where the subject and negation cooccur, the former is always realized structurally in the higher up position on the right of the clitic – [cl Subj Neg V].

(13) e sse a dita Cassa caer e a **uos nō q(ui)serdes ffaz(er)**;. (1293, CHP045)
 “and if the so called house falls and it-CL you not want to do”

In the only example of Interp.3, from our *corpus*, where the subject and negation both intervene with a PP, the order observed for the previous cases remains – [cl Subj PP Neg V] as in (14). We also observe that in the 13th century the subject is almost always higher than the other interpolated constituent. This does not happen in the two cases where the subject cooccurs with the IO in clitic doubling constructions – [cl IO Subj V] as in (15):

(14) e se [[**nolo**]] **vos en ese dia nō derdes** a nos ou noso proquirador que nos seiāmos te~udos a tolesr vos esas nosas vy~as. se qysermos (1296, CHP056)
 “and if us-CL+it-CL you in that day not give to us or to our prosecutor that we be”

(15) e porque se **nos a nos ho Priol agrauou** (1299, CHP029)
 “and because if us-CL to us the prior aggravated”

As far as negation is concerned, it is the constituent that is positioned closer to the verb, that is, in the lowest position of the interpolated constituents – [cl Subj (...) Neg V]. There are two cases of infinitivals interpolated between the clitic and the verb in non-literary texts, and the order to be found is [cl Vinf Neg Vfin], with the infinitival following the proclitic and preceding negation.

Let us now look at table 5 and see what happens in the 14th century:

Function	Non-literary texts			Literary texts			TOTAL
	interp. 1	interp. 2	interp. 3	interp. 1	interp. 2	interp. 3	
Subject		ADV 9 IO 1 DO 3 NEG 9 PP 3 INF 2	ADV NEG INF NEG IO DO ADV SC		ADV 5	PP ADV	148
	T. 64	T. 27	T. 4	T. 47	T. 5	T. 1	
Adverb		SUBJ 9 NEG 3 DO 1 VPP 1	SUBJ NEG SUBJ SC		SUBJ 5 PP 1	SUBJ PP	71
	T. 28	T. 14	T. 2	T. 20	T. 6	T. 1	
IO		SUBJ 1 NEG 1	SUBJ DO		NEG 5	IO IO	17
	T. 7	T. 2	T. 1		T. 5	T. 2	
DO		SUBJ 3 ADV 1 PP 6 NEG 1	SUBJ IO		NEG 1		22
	T. 1	T. 11	T. 1	T. 8	T. 1		
PP		PP 2 SUBJ 3 DO 6			NEG 1 ADV 1	SUBJ ADV	42
	T. 17	T. 11		T. 11	T. 2	T. 1	
NEG		SUBJ 9 IO 1 DO 1 ADV 3	SUBJ ADV SUBJ INF		DO 1 IO 5 PP 1 SC 1	IO IO	164
	T. 62	T. 14	T. 2	T. 77	T. 8	T. 1	

Table 5: Syntactic function of the interpolated constituents - 14th cent.

The subject, negation and the adverbials are, still in the 14th century, the most interpolated constituents. Cases of Interp. 2 and Interp. 3 are more frequent in non-literary texts. Regarding constituent order, we hold the same conclusions we draw for the 13th century: the subject is almost always realized higher up in the structure than the constituent with which it cooccurs. Only once does it happen the other way round and with an adjunct PP – [cl PP Subj V], see (16). Negation is, also in the 14th century, realized closer to the verb.

(16) *ẽ toda vossa vida danbos por mays nẽ por meos. nẽ por ta-to q(ue) nos por ela outrem de.* (1305, DN112)

“in all your life of both of you for more nor for less. nor for as much that us-CL for her someone else gives”

We will now see that, contrarily to what happened in the previous centuries, contexts of Interp. 2 and Interp. 3 are more frequent in literary texts, in the 15th cent.

Function	Non-literary texts			Literary texts			TOTAL
	interp. 1	interp. 2	interp. 3	interp. 1	interp. 2	interp. 3	
Subject		ADV 12 SC 1 NEG 2 PP 3			ADV 1 NEG 1 PP 3 DO 1	DO NEG	77
	T. 32	T. 18		T. 20	T. 6	T. 1	
Adverb		SUBJ 12 NEG 3 PP 1			SUBJ 1 PP 6 IO 1 NEG 7 ADV 5 INF 1 REF 1 DO 1		167
	T. 33	T. 16		T. 95	T. 23		
IO		DO 1			ADV 1	PP NEG	8
	T. 4	T. 1		T. 1	T. 1	T. 1	
DO		IO 1 PP 6			SUBJ 1 PP 1 NEG 1 ADV 1	SUBJ NEG PP NEG	26
	T. 2	T. 7		T. 11	T. 4	T. 2	
PP		PP 2 SUBJ 3 DO 6 ADV 1			DO 1 ADV 6 PP 2 SUBJ 3 ADJ 1	IO NEG DO NEG	85
	T. 35	T. 12		T. 23	T. 13	T. 2	
NEG		SUBJ 2 ADV 3			DO 1 SUBJ 1 ADV 7	SUBJ OD PP IO PP DO	236
	T. 46	T. 14		T. 173	T. 9	T. 3	

Table 6: Syntactic function of the interpolated constituents - 15th cent.

As far as order of constituents is concerned, we hold the same observations we made for the previous centuries - the subject is the highest constituent and negation the lowest, even when other constituents intervene. Exception to be made to those two cases where the subject is realized right before the verb and after an adverb, in one case, and after an n-word *never* in the other, see examples (17) and (18) respectively.

(17) e obrigaçam que tynha ao dito uasco martjz quinze corroas dourro as quaes **lhe Ja o dito uasco martjz tynha pagadas** per ourro e djnheirros [...] (1425, DN160)

“and obligation that (sd) had towards the so called V. M. fifteen crowns the which to him-CL already the so called V. M. had paid”.

(18) falou estando o capitam com ele perante nos todos sem **o numca njmguem emtender** nem ele a nos quant a cousas que lh omem preguntaua [...] (1500, CPVC)

“(he) spoke being the captain with him before us all without him-CL never nobody understand ...”.

As noted before, in the 16th century there are much less cases of interpolation. From table 7 we realize that there are no examples of Interp. 3 and the only cases of Interp. 2 are to be found in non literary texts.

Function	Non-literary texts			Literary texts			TOTAL
	interp. 1	interp. 2	interp. 3	interp. 1	interp. 2	interp. 3	
Subject		ADV 4 PP 1					16
	T. 4	T. 5		T. 7			
Adverb		SUBJ 4 NEG 2 PP 1 DO 1					31
	T. 15	T. 8		T. 8			
IO							1
				T. 1			
DO		PP 3 ADV 1					9
	T. 2	T. 4		T. 3			
PP		SUBJ 1 DO 3 ADV 1					28
	T. 20	T. 5		T. 3			
NEG		ADV 2					80
	T. 19	T. 2		T. 59			

Table 7: Syntactic function of the interpolated constituents - 16th cent.

In the only situations of Interp. 2, we maintain the same observations as before as far as the subject and negation are concerned: the first is realized higher up in the structure than the former. Once more there is an exception, the subject follows an adverbial, see (19).

(19) e tantos reaes de temça em Cada hũ anno, a quall terça parte **lhe asy os ditos** senhores Compradores ou seus herdeiros pagaram em dinheyro de Comtado[...] (1544, DN217)

“and so many “reaes” of third in each year, the which third part to him-CL then the so called lord buyers or their heirs paid in cash ...”.

Summarizing, in all four centuries the order of constituents is relatively free, as far as complements and adjuncts are concerned. Unlike contemporary EP, however, where the order to be found in Interp. 2 contexts is mainly [cl Adv Neg V], as in (12), these regularity does not hold for MP. As for the subject and negation we hold the conclusions we draw before. When the interpolated constituent is an infinitive, it is realized in the lowest position, that is, on the left of the finite verb, see (20) except when negation intervene (previous generalization holds), see (21).

(20) per dicto ou pensamento os feictos do senhor deos e cada hũ homem quanto vyrmos que **o bem fazer devemos**. (1437, LC)

“for dictum or thought the accomplishments of the lord God in each man as much as we see that it-CL well doing (we) shall”

(21) e sse **o ffazer nõ** quysserem. e nõ agardarẽ a mĩa postura nẽ /?/ na mĩa dõazom. (1292, CHP044)

“and if it-CL doing not want. and not wait ...”.

We conclude then that there is in fact a pattern. The sequence [cl Subj Neg V] is the main order to be found, and this is true for all the four centuries we studied and for all kinds of texts (literary and non-literary).

2. CONCLUDING REMARKS

The main conclusion to be drawn from our data is that interpolation is regressing already in the 16th century. Martins (1994) has shown that the decrease in interpolation going along with the preference for enclisis is attested in the 17th century. However, this observation does not apply in our data, that is, the restriction in the use of interpolation is not connected with the preference for the enclitic pattern. Our data show that from the 13th to the 16th century there is a rise in the number of proclitic contexts despite the regression observed as far as interpolation is concerned.

Theoretically, the decrease of interpolation (both in the number of constructions attested and in the variety of constituents that can intervene between the proclitic and the verb) can be explained in terms of the formal specification of the clitics. That is, something must have happened in the history of Portuguese that led clitic pronouns to be more restrictive regarding the elements with which they cooccur. We have seen,

from our data, that the constituents that can be interpolated were reduced mostly to negation and adverbials already in the 16th century. We also know, from contemporary EP, that clitics adjoin to verbal heads, that is to say, they are formally specified as heads (X^0)⁷. So, something must have happened in between that made the clitics be more restrictive as to the heads they adjoin to. If, in contemporary EP, clitics are specified as V-hosts (despite some dialectal variation), in MP they had an ambiguous status, either X^0 or XP. In other words, they were underspecified, so they could adjoin either to a verbal or to a non-verbal head.

Interpolation is, as we have seen, rather productive in our data because clitics are not formally specified in MP. Being so, let us conclude then that the variation we observe in Portuguese can be explained in terms of the formal characterisation of clitics and can be placed in the following terms: adjoin the clitic to a verbal head (the clitic is X^0 , as in contemporary EP) or adjoin the clitic to a non-verbal head (the clitic is either X^0 or XP, as in MP). Interpolation of more than one constituent being explained in terms of multiple adjunctions to XP.

BIBLIOGRAPHY

- Barbosa, P. (1996): "Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects". In Halpern & Zwicky (1996: 1-40).
- Benincà, P. & G. Cinque (1993): "Su alcune Differenze fra Enclisi e Proclisi". In *Omagio a Gianfranco Folena*. Padova: Programa. 2313-2326.
- CIPM – *Computerised Corpus of Medieval Portuguese*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- Costa, J. (ed.) (2000): *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. New York: Oxford University Press.
- Duarte, I. & G. Matos (2000): "Romance Clitics and the Minimalist Program". In Costa (2000: 116-142).
- Fiéis, M. A. (1996): *Clíticos num Corpus do Português do Século XIII*. MA Diss. Universidade Nova de Lisboa.
- Fontana, J. M. (1993): *Phrase Structure and the Syntax of Clitics in the History of Spanish*. PhD Diss. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Halpern, A. & A. Zwicky (eds.) (1996): *Approaching Second. Second position Clitics and Related Phenomena*. Stanford/California: CSLI Publications.
- Martins, A. M. (1994): *Clíticos na História do Português*. PhD Diss. Universidade de Lisboa.
- Ogando, V. (1980) "A colocación do pronome átono en relación co verbo no galego-portugués medieval". *Verba* 7, 251-282.
- Parcero, L. M. (1999): *Fronteamento de Constituintes no Português dos séculos XV, XVI e XVII*. MA Diss. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Rivero, M.-L. (1986): "Parameters in the Typology of Clitics in Romance and Old Spanish". *Language* 62: 774-807.

⁷ Following Duarte & Matos (2000), we assume the formal characterization of Romance clitics as V-hosts and case marked.

A Diachronic Analysis of the Portuguese Causative Constructions*

Maria Cristina Vieira da Silva
Universidade Nova de Lisboa. Centro de Linguística

0. INTRODUCTION

This paper examines the variety of causative constructions found in Medieval Latin texts from the 11th and 12th centuries and in Medieval Portuguese texts from the 13th and 14th centuries. Data incorporating approximately 670 tokens of the causative constructions with *fazer* (“to make”), *deixar* (“to let”), *mandar* (“to make”), *ouvir* (“to hear”), *ver* (“to see”) were extracted from two *corpora* of non-literary texts (with a total of 504,035 words): the *CIPM* (*Computerized Corpus of Medieval Portuguese*) and two editions of notarial texts from the 11th and 12th centuries produced in the Portuguese territory.

The variety and frequency of these structures fits in the typology defined for Contemporary European Portuguese, which displays three basic causative constructions (see Silva (1996)):

(1) $V_{\text{caus}} V_{\text{inf}}$	Ex:	Mandei ler o livro <i>aos alunos</i> . (I) made read the book to the students
(2) $V_{\text{caus}} NP V_{\text{inf}}$ a) $V_{\text{caus}} NP V_{\text{infl. inf.}}$	Ex:	Mandei <i>os alunos</i> lerem o livro. (I) made the students read(3 rd pl.) the book
b) $V_{\text{caus}} NP V_{\text{non-infl. inf}}$	Ex:	Mandei- <i>os/ os alunos</i> ler o livro (I) made-them/ the students read the book
(3) $V_{\text{caus}} \text{ THAT } S_{\text{subjunctive}}$	Ex:	Mandei <i>que os alunos</i> lessem o livro (I) made that the students read the book.

On the basis of the Latin origins of certain syntactic and semantic features (see Norberg 1974), this paper aims at tracing the evolution of the causative construction. Our data confirms previous studies (Chamberlain 1986 and Silva 1998) which have shown that most of the causative constructions displayed by Romance languages originated in Latin. The dative subject in (1) occurring with increasing regularity in

* The work reported in this paper has been possible due to the funding received from the *Fundação para a Ciência e Tecnologia*, through a PhD grant.

Medieval Portuguese texts also patterns the situation described for French, corroborating that this particular feature is indeed a Romance development.

The position and Case marking of the logical subject of the infinitival clause (accusative or nominative being a NP, dative being a PP) will be called upon to explain the change and variation observed.

1. THE ORIGIN OF THE CAUSATIVE CONSTRUCTION

The notion of causation was ordinarily expressed in Classical Latin by a subjunctive complement introduced by *facere ut* (examples from Radford 1976: 70 *apud* Chamberlain 1986: 5):

(4) *Faciam ut ejus diei locique meique semper meminerit* (3rd century B. C., Plautus, *Captivi*, 4, 6, 3)

I will make it so that he will always remember me, and his day, and his place

(5) *Non potuisti ullo modo facere, ut mihi illam epistolam non mitteres* (1st century B. C., Cicero, *Epistulas ad Atticum*, 11, 21, 1)

I could in no way prevent you from sending me that letter.

This construction, possibly¹ by analogy with verbs like *jubere*, *cupere* or *uelle*, was gradually replaced by the *Accusativus-cum-infinitivo* construction² that can be found in several Latin writers since at least the mid-first century B. C. onwards:

(6) *(episcopus) iubet illum foras exire* (5th century, *Peregrinatio Aetheriae* II, 45, 4)
(the bishop) has him leave (*apud* Chamberlain (1986): 56)

(7) *Aspectus arborum macrescere facit volucres inclusas* (1st century B. C., Varro, *De Re Rustica*, 3, 5, 3)

the sight of the trees makes the imprisoned birds pine away (*apud* Chamberlain 1986: 5)

¹ See Norberg (1974).

² Before proceeding further a notice is in order concerning the term “accusative-with-infinitive”. Throughout this paper it refers, in a rather non strict way, to one type of causative construction: the V NP_{acc.} V one. For a more detailed discussion on the differences between the Latin accusative-with-infinitive constructions on one hand (illustrated by declarative verbs such as in *Dico te venire*) and, on another hand, the constructions in which an accusative is followed by an prolativ infinitive (such as in *Admoneo te venire*), see Pinkster (1995: 159-163). We will follow Rodríguez Espiñeira (1985) in considering that the kind of structure illustrated by an example such as *Caesar milites venire iubet* has undertaken a reanalysis. In her work, this term is used in a broader sense meaning a functional re-interpretation that implies a structural change: “La frecuencia de aparición de estas construcciones, su vitalidad creciente por el hecho de ser procedimientos de condensación sintáctica, permitiría que, llegado un determinado momento histórico, el hablante latino interpretase, en determinadas condiciones, el acusativo de persona como sujeto del infinitivo [...]. Evidentemente lo que hace el hablante no es asignarle una función sintáctica distinta al acusativo, sino asociarlo al infinitivo desplazando las pausas: lo que se deriva es un cambio de análisis, que trae como consecuencia una distinta interpretación funcional del acusativo.” Rodríguez Espiñeira (1985: 85-86).

(8) *fecitque eum sine regis praesentiam reverti ad patriam* (6th century, Gregory of Tours, *Historia Francorum*, Book IV, XXXII, 46 and he had him return to his country without the protection of the king (*apud* Chamberlain (1986: 153).

Tracing back the Latin origins and subsequent evolution of the French causative *faire* + infinitive, Chamberlain (1986) based on a *corpus* of Latin documents (from the 1st to the 11th centuries) and Old French texts (from the eleventh to the fifteenth centuries) comes to some conclusions. Among them, we emphasise the following ones:

- (9) i) “The infinitive complement was the rule for causatives in Latin as early as the sixth century”.
- ii) “The impermeable verb-plus-infinitive complex is completely generalised in Latin as early as the ninth century. The *faire faire* structure is therefore a Latin development, and its frequency in Latin well before the ninth century suggests that the impermeable construction [V_{caus} V_{inf}] may have been generally found in the later stages of Latin as well as in Romance”.
- iii) “The development of the “dative subject” in the construction *faire faire quelque chose à quelqu’un* is a Romance phenomenon attributable to relational or semantic factors. The texts do not support the theory [see Muller (1912)] that the dative in French is a descendant of the use of the dative with *facere* which developed on the basis of analogy with other jussive verbs in Latin” (Chamberlain (1986): pp. 140-141)

2. DIACHRONIC DATA: CAUSATIVE CONSTRUCTIONS FROM THE 11TH TO THE 14TH CENTURIES

Following the typology of causative constructions defined above for Contemporary European Portuguese, we aim at examining the behaviour of these constructions in Medieval Latin texts from the 11th and 12th centuries and in Medieval Portuguese texts from the 13th and 14th centuries.³

³ Our sources are the following:

11th century: 428 documents selected from a printed edition of *Diplomata et Chartae*, a section of the *Portugaliae Monumenta Historica*, published under the co-ordination of A. Herculano.

12th century: 380 documents selected from *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*, 1st volume (Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)), a 1962 edition organised by the historian and palaeographer Rui Pinto de Azevedo and promoted by Academia Portuguesa de História.

13th century: 175 documents corresponding to nine different editions selected from the *CIPM (Computerized Corpus of Medieval Portuguese)*. The digitalised editions were based on the following printed editions: *História do Galego-Português* (HGP) by Maia (1986); *Chancelaria de D. Afonso III* (CA) by Duarte (1986); *Notícia do Torto* (NT) by Cintra (1990); *Testamento de D. Afonso II* (TL and TT) by Costa (1979); *Tempo dos Preitos* (TP) by Ferreira (1986); *Afonso X, Foro Real* (FR) by Ferreira (1987); *Foros de Garvão* (FG) by Garvão (1992); *Clíticos na História do Português* (CHP) by Martins (1994).

The table in (10) shows the evolution of the different verbs instantiating causative constructions in terms of their absolute frequency. We have decided to include also, besides the causative verbs⁴, the so-called perceptive verbs whenever they sub-categorise for an infinitive complement (*ouvir* (“to hear”), *ver* (“to see”)).

(10) Table showing the frequency of the different causative verbs in Latinate-Portuguese and Medieval Portuguese texts:

	11 th century ⁵	12 th century	13 th century	14 th century	TOTAL
Fazer/Facere	2	22	157	62	243
Mandar/Mandare	12	7	112	70	319
/Iubere	23	93			
/Ordinare	1	0			
Leixar/Permittere	0	1	16	10	27
Enviar	0	0	18	2	20
Ouvir/Audire	0	2	30	12	44
Ver/Videre	0	6	4	9	19
TOTAL	38	131	337	165	671

We may conclude that, apart from the *ver/videre* examples and considering the total of synonymous forms of “to order” (that is, *iubere*, *ordinare* and *mandare*) the table shows an increase in all the verbs’ frequency between the 11th and the 13th centuries. This trend is broken down in the 14th century, which shows figures lower than the number of tokens attested in the 13th century although still considerably higher than the ones found in the 12th century.

14th century: 146 documents corresponding to four different editions selected from the *CIPM (Computerized Corpus of Medieval Portuguese)*. The digitalised editions were based on the following printed editions: *História do Galego-Português* (HGP) by Maia (1986); *Dos Costumes de Santarém* (CS) by Rodrigues (1992); *Foros de Garvão* (FG) by Garvão (1992); *Clíticos na História do Português* (CHP) by Martins (1994).

An overall description of the selected texts that make up the *corpus* upon which this study is based is presented in the following table:

	Digitalized edition	Total texts	between and	Total words	Vocabulary
11 th century	D&C	428	1002 – 1100	126.742	13.215
12 th century	DR	380	1101 – 1185	132.660	15.346
13 th century	CIPM13	175	1214 – 1300	135.008	16.827
14 th century	CIPM14	146	1301 – 1399	109.625	14.123

⁴ We follow Martins ((1994): 126) in considering the verb *enviar* (“to send”) as belonging, just like *fazer* (“to make”), *mandar* (“to order”) and *deixar* (“to let”) to the class of verbs that, sub-categorising for an infinitive complement, instantiate a causative construction.

⁵ In another work (see Silva 1998), and considering a larger 11th century *corpus* (which comprehended, besides original documents, also copies and texts whose date was uncertain) with a total of 278.000 words, we obtained a very *similar* distribution to the one we now present. The only significant difference seems to be a proportional decrease in the number of infinitival tokens, which can be accounted for by the fact that we are now working with a smaller *corpus*.

Lets now turn to the distribution of the same verbs in terms of the infinitive's valency. It should be noted that we have only taken into consideration, for the purposes of the tables below, the occurrences of infinitival sentences whose subjects are overtly realised as non-pronominal lexical NPs. In fact, had we used clitic evidence, we would no longer be able to maintain the syntactic position and Case marking of the infinitival subject as indicators of the type of structure involved, just as we posit for non-pronominal NPs. It is a well-known fact that the position of clitics in the syntactic structure is determined by the presence or absence of proclitic operators (such as complementizers, negation, certain adverbs or *wh*-phrases). As for the Case marking of clitic pronouns in these constructions, they are also subject to some variation, and their interpretation remains often ambiguous (namely between an agentive or benefactive / malefactive theta role). In a similar way, we have ignored the examples of infinitive complements whose subject (either of a transitive or a non-transitive infinitive) is not overtly realised.

(11) 11th century: $V_{caus} V_{inf}$ and $V_{caus} Subj V_{inf}$ constructions and its distribution in terms of the valency of the infinitive co-occurring with non-pronominal subjects:

	Intransitive infinitives		Transitive infinitives	
	V V	V Subj V	V V	V Subj V
facere	-	-	2	-
iubere	-	-	-	-
mandare	-	-	-	-
ordinare	-	-	-	-

(12) 12th century: $V_{caus} V_{inf}$ and $V_{caus} Subj V_{inf}$ constructions: and its distribution in terms of the valency of the infinitive co-occurring with non-pronominal subjects:

	Intransitive infinitives		Transitive infinitives	
	V V	V Subj V	V V	V Subj V
facere	-	-	1	-
iubere	1	-	1	-
mandare	1			
audire	-	-	-	-
videre	-	-	-	-

As we can see in Tables (11) and (12), the causative constructions found in our Latinate-Portuguese notarial texts from the 11th and 12th centuries show a clear tendency, in spite of the reduced number of tokens found, for the use of dative subjects in the VV construction.

Consider the two occurrences attested for the 11th century,

(13a) *Cum dominus omnipotens sua inmensa clemencia domnum fredenandum regem christianorum elegisset et super yspania imperatorem constituisset nonullas ciuitates munitiones uillas diu a paganis possessas in manu sua tradidit qui illas a potestate gentilium liberauit et populo christianorum inhabitare fecit.* (1087, *D&C* 282)

He trusted in his hands some cities, fortresses and villages that for a long time were hold by the pagans and which he released from the gentiles and made inhabit by the Christians”

(13b) Hanc kartam scribere rogauerunt et manibus firmauerunt *aliisque firmare fecerunt quorum nomina infra sunt scripta*. (1086, *D&C* 275)

This letter [...] by those whose names are written above, he made sign

as well as the four ones attested for the 12th century:

(14a) anima mea missas celebrare precipiat et *illis qui ibidem crissmati fuerint* pro me *orare iubeat* et prefatum monasterium honorifice possideat. (1125, *DR* 58)

And to those who were confirmed, order them to pray for me

(14b) Et totos homines inter ribulos Adon et Mondego respondeant ad Zurara cum seruicio et cum foro. Et ego comite Henrico et vxor mea Tarasia regina *fecimus* illam *iurare ad ille Egas Moniz et domnus Rabaldus et Gonsaluus Petri* in nostra uice. (1109-1112, *DR* 8)

And I, count Henry and my wife the Queen Tarasia, made it testify by this Egas Moniz [...] in our stead

(14c) decreui facere testamentum Deo et Colimbriensi monasterio Sancte Crucis ubi *iubeo sepelire* corpus meum *uobis domno* Iohanni *eiusdem ecclesie priori et ceteris fratribus* (1159, *DR* 240)

the monastery of Saint Cross where I order you Dom João, the parish-priest (...) to bury my body

(14d) Ego rex Alphonsus *tibi Petro Gonsalui* iustitiae de Arauca *mando ire* cum abbate domino Dominico ad haeremitam suam, quam sibi cautaui, venias et in uice mei portaris lapides (1171, *DR* 270)

I, King Alphonsus, to you, Petro Gonsalui, on behalf of the Arauca's justice, order you to go with abbot Dom Dominico to his hermitage.

It should be noted that even where an accusative infinitival subject might seem to be expected (that is, in the cases of intransitive infinitives), we have only found dative subjects (see (14a) and (14d)). It seems reasonable to suppose, following Chamberlain's conclusions above reproduced, that the use of this dative subject in these particular configurations reflects already a Romance rather than a Latin syntactic feature. Note that the original claim that this dative subject constitutes a romance development was first suggested by Norberg (1974):

On a donc pu constater que l'emploi du *dat. c. inf.* après les verbes romans *laxare* et *facere* remonte à l'époque latine et doit être expliqué par la grammaire latine plutôt que par la grammaire romane. Cependant, il y a une différence essentielle entre l'usage latin et l'usage roman. En latin, le datif comme régime indirect se rattache encore étroitement au verbe principal. [...] Mais, en général, le datif qui accompagne *facere* et *laxare* paraît s'être dégagé, dans les langues romanes, de la dépendance directe du verbe principal. Le rapport avec la construction primitive ne se fait plus sentir, et le *dat. c. inf.* est devenu l'équivalent de l'*acc. c. inf.*, qui s'emploie encore avec les mêmes verbes à côté de la construction nouvelle (Norberg (1974: 44-45).

Lets turn now to look at the tables showing the Medieval Portuguese data:

(15) 13th century: $V_{\text{caus}} V_{\text{inf}}$ and $V_{\text{caus}} \text{Subj } V_{\text{inf}}$ constructions and its distribution in terms of the valency of the infinitive co-occurring with non-pronominal subjects:

	Intransitive infinitives		Transitive infinitives	
	V V	V Subj V	V V	V Subj V
fazer	-	3	27	1
mandar	1	-	10	2
leixar	1	-	-	1
enviar	-	1	3	2
ouvir	-	-	-	-
ver	-	-	-	-

(16) 14th century: $V_{\text{caus}} V_{\text{inf}}$ and $V_{\text{caus}} \text{Subj } V_{\text{inf}}$ constructions and its distribution in terms of the valency of the infinitive co-occurring with non-pronominal subjects:

	Intransitive infinitives		Transitive infinitives	
	V V	V Subj V	V V	V Subj V
fazer	1	-	21	-
mandar	-	-	8	4
deixar	1	-	-	-
enviar	-	-	-	-
ouvir	-	-	-	-
ver	-	-	-	-

The distribution of these constructions in our 13th and 14th century texts shows that the infinitival subject seem to have become more sensitive to the infinitives valency. The Medieval Romances sets out the beginning of this trend implemented in the Modern Romance Languages as a mechanism that avoids double accusative marking. The emerging pattern thus tends to mark the subject of transitive infinitives as dative while the subject of intransitive infinitival complements usually checks for accusative Case.

However, this pattern is not fully established in our 13th and 14th century texts, which consistently show, in equal proportions, either accusative or dative marking for the subjects of their non-transitive infinitival complements:

(17) 13th and 14th centuries: the $V_{\text{caus}} V_{\text{inf}}$ construction with intransitive infinitival complements:

(17a) al moraua cada hũu Āno dous çestos. ((L012)) de Tinta. (e) q(ue) lhy *Leixauã Andar os boy's* nas vīnhas (e) deusas (1357, *CHP* 94)

And that they let the cattle pasture in the vineyard

(17b) E entõ disse esse Juíz q(ue) *ffariã uĩr don Abbade* p(er)dant(e) sy (e) o q(ue) *ffora Juíz* (e) q(ue) *ssabería a demãda* (e) o acordo (1310, *CHP* 73)

And them this judge said that he would make Dom Abbot come before him

(17c) Mays o alcaide deue *mandar seer* ha hũa parte *aquelles que nõ an de ueer nada no preyto* e *aquelles* cuiõ é o preyto o[u] seus uozeyros deu (1280?, *FR*, 85v)

The alcaide must order those who will have nothing to do with the dispute to be in one place

(17d) Que todos os vaqueyros d'evora que *Touros leysaren Andar* en môtados se os en danos Aleos matarẽ os vaqueyros peytenos a seus donos. (1280?, *FG* 3, 17v)

That all the herdsmen from Évora who let bulls pasture in the swine pasture

(18) 13th and 14th centuries: the V_{caus} NP V_{inf} construction with intransitive infinitival complements:

(18a) El Rej, e nõ pousen fora da *vila* nẽ enuifn *sas bestas nẽ se(us) homẽs* pousar fora da vila (13th/14th centuries, *CHP* 68)

And don't send their cattle nor men stay outside the village

(18b) E outrosy se alguẽ fez(er) *eguas* auortar ou uaccas ou out(ra) besta q(ua)lq(ue)r, peyte out(ra) tal aaquel cuya era. (1280?, *FR*)

And likewise if someone makes mares miscarriage

(18c) E rogo e prego meu senior o apostoligo e beyio a terra ante seus pees que pela sa sancta piedade *faca aquesta mia mãda seer conprida* e aguardada (1214, *TT*)

And I pray [...] that he makes this order of mine be carried out

(18d) E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a terra ante seus pees que pela sa santa piadade *faza aquesta mia mãda seer conprida* e aguardada, que nenguu nõ agia poder de uinir contra ela. (1214, *TL*)

And I pray [...] that he makes this order of mine be carried out.

On the other hand, when the infinitival complement is a transitive one, the preferred construction seems to be the V_{caus} V_{inf} (with a dative infinitival subject), a tendency which we have already seen in tables (11) and (12):

(19) 13th and 14th centuries: the V_{caus} V_{inf} construction with transitive infinitival complements:

(19a) Do(mingo)s Dom(ingui)z, joyz ((L03)) de Faria, mostrou & fez léer *p(er) mĩ*, d(i)cto tab(e)ll(i)õ, uua ca(r)ta (1281, *HGP* 152)

Domingos Dominguiç, Faria's judge has shown and made me, the aforesaid notary/clerk read a letter

(19b) día de sam ffĩjs como d(i)to he; (e) en(de) esté st(ro)m(en)to *fiz sc(re)u(er) Ao d(i)to Affon(so) do(mingu)iz* meu sc(ri)uam Jurado (1347, *CHP* 127)

This document, I made the aforesaid Afonso Dominguiç write it

(19c) E *mandauos diz(er) p(er) my* q(ue) daq(ui) adeãte nõ est uosso vassalo. (1280?, *FR*)

And he orders me to tell you that from now on, he is no longer your vassal.

Contrary to the 11th and 12th centuries texts, however, our Medieval Portuguese data shows already evidence of the V Subj V construction:

(20) 13th and 14th centuries: the V_{caus} NP V_{inf} construction with transitive infinitival complements:

(20a) *A justiça deue a mandar huũ portejro a ela dízer. áás boas molheres q(ue) a uáám uéer como he ferída & o portejro yr a fústiça dízer o q(ue) achou ã elas.* (1350ca, CS 4)
The justice must send an officer of the law to her to say to the good women that [...]

(20b) *& a outra parte o nega. a justicia deue mandar huũ portejro saber daqueles juízes* (1331, CS 4)
The justice must order an officer of the law to ask about those judges

(20c) *(e) por seer mays firme mãdou o Conueño poer y seu segelo* (1273, CHP 36)
And so that it would stand firmer, he ordered the convent/cloister/monastery to put there its seal

(20d) *o dono da uoz q(ue) uaa ou q(ue) enuij outro p(es)soeyro por sy a seguir aquel alçamento.* (1280?, FR)
he should send another officer of the law in his stead following that appeal.

Similarly, our Medieval Portuguese texts display what seems to be, at first sight, a hybrid variant of these two constructions. In the relevant examples given under (21), we see that the subject of the infinitive complement occupies the typical position of the V Subj V construction, but it is preceded by the preposition *a* that identifies the V construction with infinitival transitive (that is, a dative subject):

(21a) *Outrosy aia a pãa q(uẽ) p(er) força fez(er) a padre ou a madre ou auoo f[a]z(er) manda enout(ra) guysa qua el querria faz(er).* (1280?, FR)
Who, by force, makes his father or mother or grandfather make a will against his wish

(21b) *Ca se el rey ou os alcaýdes mãdarẽ a outros omees p(er) carta ou p(er) parauoa juygar alguus preytos* (1280?, FR)
If the king or the alcaýds order other men by letter or by voice to judge some disputes

(21c) *con q(ue) se (con)selhe possao faz(er) e se nõ quiser, ((nõ leyxe)) a nenhuu traballarse no p(re)yto por ajudar a huã parte e* (1280?, FR)
Don't let no one else engage in the dispute in order to help one side.

What this might seem to suggest is that either the Latin accusative-with-infinitive construction had lost its ground by the 13th and 14th century Medieval Portuguese or the ECM (Exceptional Case Marking) construction, a mechanism fully attested in Modern European Portuguese was not yet fully established in this period. The obvious implication is that since neither one of these would be available, it would be the insertion of the preposition that would ensure that the subject of the infinitive checks its Case.

However, there are other aspects to be considered in the interpretation of the examples under (21). The juridical/legal specificity of these texts (frequently appealing to stylistic procedures such as topicalization) as well as the relatively flexible word order they display is certainly related to the distribution observed.

Thus, it seems reasonable to suppose that the position of the NP subjects of the infinitives in (21) should favour their interpretation as examples of the VV construction (with a peculiar word order) instead of considering them marked forms of the V Subj V construction.

3. CONCLUSIONS:

The data reported in this paper lead us to the following conclusions:

i) the Case marking of NP subjects of infinitival complements of causative and perception verbs in our Medieval Portuguese texts is no longer basically induced by a lexical specification on the causative verbs (as it happened in Classical Latin), but, rather, is conditioned by the transitivity of the infinitival complement.

ii) the causative constructions attested in our Latinate-Portuguese notarial texts from the 11th and 12th centuries (as well as the Medieval Portuguese ones from the 13th and 14th centuries) show that there is a clear tendency for the use of dative subjects in the VV construction. Following Chamberlain's conclusions, it seems reasonable to suppose that the use of this dative subject in these particular configurations reflects already a Romance rather than a Latin syntactic feature.

iii) although the alternative construction (V Subj V) has a similar underlying structure (the "accusative-with-infinitive") already attested in the Latin syntax, we have not found in our Latinate-Portuguese texts any occurrences of this construction. In fact, only in the Medieval Portuguese texts of the 13th and 14th centuries have we found examples of the V Subj V construction. Note that the first example attested is dated from the last quarter of the 13th century. This fact does not seem to support the claim that the Latin "accusative-with-infinitive" should be regarded as the antecedent of the V Subj V construction⁶.

BIBLIOGRAPHY

- Azevedo, R. (ed.) (1962): *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*, 1st volume (Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques (a.d. 1095-1185)), 2nd tome. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Chamberlain, J. (1986): *Latin Antecedents of French Causative FAIRE*. New York: Peter Lang. CIPM: (*Corpus Informatizado do Português Medieval*). Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- Harris, M. (1976): *Romance Syntax: Synchronic and Diachronic Perspectives*. Salford: University of Salford.

⁶ For a discussion on the differences between the Latin accusative-with-infinitive constructions and ECM constructions, see Raposo (1992).

- Herculano, A. (ed.) (1867-1873): *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum - Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Martins, A. M. (1994): *Clíticos na História do Português*, PhD Dissertation. Lisboa: FLUL.
- Muller, H. (1912): "Origine et histoire de la préposition à dans les locutions du type *faire faire quelque chose à quelqu'un*". Poitiers: A. Masson.
- Norberg, D. (1974a): "Faire faire quelque chose à quelqu'un. Recherche sur l'origine latine de la construction romane". In Norberg (1974b: 16-60)
- (1974b): *Au Seuil du moyen âge. Études linguistiques, métriques et littéraires*, Padova: Editrice Antenore.
- Pinkster, H. (1995): *Sintaxis y Semántica del Latín*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- Radford, A. (1976): "On the non-transformational nature of syntax: synchronic and diachronic evidence from Romance causatives". In Harris (1976: 69-95).
- Raposo, E. (1992): *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Rodríguez Espiñeira, M. J. (1985): "Un ejemplo de reanálisis sintáctico: la construcción latina de *Accusativus cum infinitivo*". *Verba* 12, 61-105.
- Silva, C. (1996): *As Construções Causativas do Português Europeu: Descrição e Análise*. Master Dissertation. Lisboa: FCSH - UNL.
- (1998): "Entre o latim medieval e o português medieval: a complementação infinitiva", *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL / Colibri.
- Silva, A. S. (1998): "Origem Latina e Evolução das Construções Causativas". *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 2 (1/2): 119-138. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P.

Edição de textos, elaboração de glossários e estudo linguístico: a *Primeira Partida* de Afonso X

Aida Sampaio
Universidade do Minho
Bolsreira Praxis XXI

1. Aceitando que o conhecimento histórico da língua deverá alicerçar o conhecimento científico que dela se tem, poder-se-á confirmar o papel relevante que têm os glossários e respectivos estudos linguísticos de obras medievais em prosa, nomeadamente não literárias, as quais devem, antes de mais, ser alvo de edições cuidadas e rigorosas que permitam o estudo da língua em que se encontram.

Facilmente se verifica, portanto, a relação estreita e importante que se estabelece entre edição de texto, elaboração de glossário e estudo linguístico de documentos que, escritos em prosa não literária, apresentam um tipo de discurso por meio do qual se enriquece o saber quer sobre a língua estritamente considerada, quer sobre esta enquanto veículo de uma mundividência epocal.

Tomando como ponto de partida a edição do saudoso Professor José de Azevedo Ferreira da tradução medieval portuguesa da *Primeira Partida* de Afonso X, cujo glossário parcial realizámos, pretendemos apresentar uma breve reflexão sobre questões relativas à edição de textos antigos, bem como sobre as relações entre a realização de glossários de textos medievais em prosa e os respectivos estudos linguísticos.

2. As *Sete Partidas*, monumental código legislativo, provavelmente redigido entre 1256 e 1265, tal como é referido no Prólogo da *Primeira Partida* (Azevedo Ferreira 1980: 8), influenciou em larga medida o foro comum das sociedades civil e religiosa dos reinos peninsulares de Castela, no original, e de Portugal, por meio da sua tradução em vernáculo, nomeadamente da *Primeira Partida*.

O manuscrito português do texto da *Primeira Partida*¹ foi referido pela primeira vez em 1775 no *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae* e mais tarde, em 1800, por Josef Cornide. Em 1926, António Anselmo descreve-o em *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*; Serafim da Silva Neto (Neto 1956) faz uma descrição seme-

¹ Sobre as características do manuscrito em português existente na Torre do Tombo, ver Azevedo Ferreira (1980: XXIII-XXVIII).

lhante e, em 1962, Virgílio Homero Madureira descreve os doze primeiros folios. Em 1980 é publicada a edição de José de Azevedo Ferreira, que contempla os 178 fólhos do manuscrito português existente na Torre do Tombo. Para além da existência de outros manuscritos e fragmentos deste texto, nomeadamente os que se encontram no British Museum, na Biblioteca da “Hispanic Society of America” e aqueles da Colegiata de San Isidoro de León, os fragmentos em português que se conhecem actualmente são os descobertos por Martínez Salazar, Oviedo y Arce e Avelino de Jesus da Costa.

O facto de se tratar de um texto que apresenta um discurso com uma vertente eminentemente pragmática e de ser um texto traduzido para português na época medieval justifica, só por si, o interesse no seu estudo para o conhecimento da língua portuguesa. Não obstante, outros factores se apresentam justificativos do seu tratamento integral. De facto, mercê da influência que logrou alcançar, a obra afigura-se como um marco do Direito Peninsular, ocupando deste modo posição de relevo no seio dos estudos de história jurídica medieval; para além disso, apresenta também elementos preciosos quer para trabalhos de índole histórico-cultural, quer para estudos linguísticos, nomeadamente no que diz respeito ao aprofundamento dos conhecimentos sobre o português medieval, em geral, e, em particular, sobre alguns aspectos morfossintácticos e léxicos.

3. A edição de textos antigos levanta problemas vários, entre os quais os que se referem às normas de transcrição. Na verdade, e tal como dizia Luciana S. Picchio há décadas atrás, “Desde há anos que estes critérios são objecto de diatribes e polémicas” (Picchio 1979: 250); curioso é notar que tal afirmação continua a poder ser considerada verdadeira, sobretudo quando são estabelecidas comparações entre edições ditas mais conservadoras e edições consideradas mais modernizadoras (expressões que costumam servir para caracterizar *grosso modo* atitudes distintas no que concerne a edição de textos, mas que precisam necessariamente de ser “revistas”).

A edição de Azevedo Ferreira da *Primeira Partida* apresenta a seriedade e o rigor necessários para que a partir dela possa ser levado a cabo o estudo linguístico do texto e o respectivo glossário, prevalecendo no trabalho de edição deste investigador aquilo a que chamaremos a *razão do texto* sobre a *razão do leitor*².

Nesta edição da *Primeira Partida*, são conservados os aspectos mais significativos presentes no manuscrito, nomeadamente o til, as consoantes duplas e a cedilha, as grafias *i/j* e *u/v* independentemente de representarem fonemas consonânticos ou vocálicos, as vogais geminadas e a pontuação; as abreviaturas, no entanto, são desenvolvidas, sendo apresentadas em itálico as letras desdobradas; todas as alterações, adaptações ou introduções que não constam no original são indicadas escrupulosamente

² Expusemos esta perspectiva numa comunicação apresentada no *XV Congrès International Rencensvals Pour L'Étude de L'Épopée Romane*, Poitiers, 21-27 Agosto / 2000, intitulada “A edição de textos portugueses em prosa literária do século XV”.

em nota, tal como letras ou palavras corrigidas e/ou acrescentadas. Seguindo os princípios estabelecidos por Jean Roudil e Lindley Cintra, Azevedo Ferreira defende o respeito pelo texto acima de tudo, atitude que alguns julgarão exagerada ou até elitista; pensamos, no entanto, que subjacente a esta atitude está a preocupação do rigor científico que preconizava no estudo dos textos medievais e a convicção de que esta forma de proceder se afigura fundamental para o estudo linguístico dos textos editados.

A *razão do texto* caracterizar-se-á pelo lugar privilegiado e de autoridade do texto como documento, sendo este encarado como uma realidade histórica e como uma entidade com voz própria que, permitindo aceder a uma mundividência autoral, epocal e linguística, precisa de ser salvaguardada nos seus traços originais.

Para aqueles cujas edições se caracterizam por uma atitude mais modernizadora de transcrição do texto original, atitude essa que se pauta sobretudo pela alteração e adaptação de aspectos gráficos e linguísticos que dificultam o trabalho do leitor moderno perante um texto arcaico, no trabalho de edição tem de se ter sobretudo em conta o público leitor, diverso nos seus interesses, objectivos e formações, e que terá de ver facilitado o seu acesso ao texto. *Razão do leitor*, portanto, aquela que motiva este tipo de edição.

Sendo uma etapa fundamental, suplantada apenas pela produção, a edição de um texto tem necessariamente de ser objecto de uma reflexão prévia que, na medida do possível, integre a *razão do texto* e a *razão do leitor*, assumindo-se como fundamental o conhecimento do texto que se pretende editar e de aspectos histórico-culturais e linguísticos da época a que se reporta, pelo que se torna imprescindível delimitar adequadamente os objectivos da edição, reflectindo *estrategicamente* (usando a expressão de Castro & Ramos 1986) sobre o tipo de edição, o seu público preferencial, a época a que pertence o texto, as edições que dele existem, bem como o seu interesse no âmbito de estudos de índole linguística, literária ou histórico-cultural. Equacionados estes aspectos, importa sim levar a cabo trabalhos de edição de textos que continuam inéditos nos Reservados das nossas bibliotecas, de forma a que estudos linguísticos e lexicográficos parcelares possam contribuir para um conhecimento mais profundo da história da nossa língua.

4. A edição com as características indicadas é, pois, essencial para a elaboração de glossários que apresentam como objectivos primeiros a exploração da língua dos documentos e a sua análise linguística. A sua realização deve ter o intuito de complementar os textos, com o maior número possível de informações, esclarecendo o seu vocabulário, classificando-o e explorando os seus usos no co-texto, permitindo, deste modo, uma visão geral sobre o léxico e uma visão mais específica sobre o período da língua a que se reporta o texto.

Na realização de um glossário vários são os aspectos que devem ser objecto de reflexão prévia, tais como decidir por um glossário exaustivo ou parcial, organizá-lo

em artigos remissivos e/ou enunciativos, efectuar a selecção do tipo de informações que cada artigo deve conter, julgar da pertinência dessas informações para o conhecimento do texto, restringir o contexto verbal dado para cada entrada e contrabalançar todos estes aspectos com a exequibilidade do glossário e com o interesse e utilidade que podem ter para os diversos campos de estudo.

Neste trabalho prévio são essenciais, entre outros factos a considerar, o conhecimento do texto e do período da língua em que está escrito, bem assim como os meios disponíveis para a feitura do glossário, dado que um trabalho deste tipo sobre um *corpus* extenso dificilmente conseguirá ser levado a cabo de forma exaustiva sem recorrer à informatização dos seus dados linguísticos. Assim, assente numa edição com as características atrás mencionadas, a elaboração do glossário configura-se como uma etapa importante para o estudo integral do texto, mormente do seu estudo linguístico. Não obstante o facto de um glossário exaustivo servir de forma mais eficiente os objectivos de um posterior levantamento e estudo de aspectos linguísticos, nomeadamente relativos à grafia, à fonética e à morfossintaxe, o glossário da *Primeira Partida*, embora ainda incompleto, permite que a partir dele possam ser retiradas informações relativas à língua que o texto apresenta³.

Uma das mais visíveis constatações oferecidas pela descrição do léxico é a inconstância da grafia do texto. Na verdade, uma mesma palavra aparece, frequentemente no mesmo folio ou até no mesmo parágrafo, escrita de maneiras distintas em contextos semelhantes ou não, sem que com isso se altere o seu significado. Os exemplos são numerosos e integram palavras de categorias morfológicas distintas:

aguardar, aguardar;
 abade, abbade;
 aboueda, abobeda;
 Abrãão, Abrãã, Abraam, Abrahã;
 affilhado, afillhado;
 Affomssso, Affonssso;
 aguisado, aguysado;
 Agostinho, Agustinho;
 arcebispo, arçebispo, arcibispo, arecebispo, archibispo;
 acipreste, arcepreste, arçepreste, arcipreste, arçipreste, cipreste, açepreste, archipreste;
 beneficio, benefiçio, benefiçoo, benefizio, benefiçio, benefiço;
 blandas, brandas;
 cabidoo, cabijdoo;
 calez, calix;
 catecuminos, cathecuminos; catedraligo, cathedradico, cathedradigo; cathedral, cathadral;
 degnidade, dignidade;
 deitar, deytar;
 entõ, entõçe, enton;

³ Os aspectos linguísticos do texto que citamos foram alvo de análise mais aprofundada na dissertação de Mestrado intitulada *Primeira Partida de Afonso X - Glossário. Contributos para o estudo linguístico* que apresentámos na Universidade do Minho em 1997.

grãde, gram, grande;
nõ, nom, non, nõn...

Esta instabilidade gráfica configura-se como uma das características mais marcantes do chamado “período fonético” da história da nossa ortografia. A língua escrita dava então os seus primeiros passos e a preocupação fonética sobrepunha-se à procura de um padrão uniformizado de transcrição gráfica. A língua “era escrita para o ouvido” (Coutinho 1982:72) e o facto de não existir uma norma na representação gráfica dos sons da oralidade não prejudicava esse objectivo.

A influência do latim, a negligência ou cansaço do copista, a existência de vários copistas e a ausência de uma norma para a escrita explicam a inconstância ortográfica que podemos encontrar na obra afonsina. Os aspectos citados são agravados pelo facto de se tratar de uma tradução, visto que a passagem de uma língua para outra dificulta ainda mais os critérios de escrita e de selecção lexical.

Ainda no que concerne a grafia, as vogais aparecem representadas de modo semelhante ao do português moderno (*a, e, i (y), o, e u*), mas frequentemente geminadas; para além disso, o uso das vogais apresenta outra característica estreitamente ligada a aspectos já mencionados; falamos da alternância gráfica frequente de pares vocálicos, tais como: *a/e; a/o; e/i; e/o; el/j; i/y; i/j; i/o; o/u*:

antolhança/entolhãça; antre/entre; abrayco/ebrayco; alemẽto/elemẽto; auãgelho/euãgelho; fialdade/fieldade; barragãa/barregaa; cathadral/cathedral; consagrar/consegrar; desasperar/desperar; auotorgar/outorgar; esrael/israel; ferir/ffirir; freura/friura; creminal/criminal; deçipolo/diçipolo; degnidade/dignidade; enfermidade/enfirmidade; escreuaen/escriuaen; esleçõ/esliçõ; auareza/auariça; calez/calix; sangue/sanguui/sanguj/sanguy; dobre/dobro; egreia; jgreia; eixalçar/eyxalçar; egipto/egypto...

No *corpus* não ocorre a variação gráfica entre *ou/oi* e o ditongo *ui* ocorre com pouca frequência no texto, ao contrário de *ai* e *ei* que alternam com *ay* e *ey*. A representação gráfica de *ho (-io)* e *ha (-ia)*, não surgindo muito amiúde, aparece em algumas palavras, tais como *comha, sabha, limpho, soberuha* que, mais tarde, ou por metátese ou por apagamento da semivogal, evoluíram para *coima, saiba, limpo e soberba*, respectivamente.

ai/ay, ei/ey, ui/uy, ou, eu, oi/oy, io/ho, ia/ha:

jaiũhos, caiõ, paixon, abaixe/abayxe, ebraico/ebrayco, aniuerssairos/aniuerssario/aniuerssayro, maiores, alcayde, vigairos, escaičimẽto, contrairar/contrariar, demais/demays, eixẽplo, leigo/leygo, freyres, preitos, deita, leixado, sospeita, affeytalas, dereitos, appofeytar/approfeitasse, fruto, frutos, cuidauã, ventuira, alleluya, ou, outro, cousas, dous, outrossy,ouro, eu, meu, seu, Deus, naçeu, judeus, pois/poys, foi/foy, coita/coyta, coitado/coytada, noite/noyte, depois/depoys, cimiterio, ssenhõrio, diluuio, angio, poderio, rrio, olio, afficio: çirio, sacrificio, limpho, cãbho, canbho, melhoria, conhoçia, simonia, mayoria, alegria, soberuia, comha, sabha, limpha, soberuha, coomha...

Para além dos ditongos referidos, aparecem ainda no texto as sequências vocálicas *eo* e *ea* que correspondem, não raras vezes, aos ditongos *ei* e *eu* ou são o resultado de síncope de uma consoante sonora:

çea (ceia), crea (creia), cheo, chea (cheio, cheia), veo (veio), çenteo (centeio), freo (freio), aldeia (aldeia), arrea (areia), candeia (candeia), correa (correia), colmeia (colmeia), çeo (céu), veeo (véu), ascondeo (escondeu), feo (feno), meor (menor), peea (pena), ...

A concordância do texto e o glossário, no qual, para além dos artigos remissivos, foram apresentadas no mesmo artigo enunciativo variantes vocálicas e consonânticas, reúnem elementos úteis para o estudo da grafia do texto e para uma análise de alguns aspectos fonéticos. Para além dos casos já referidos e exemplificados, podemos ainda salientar outros referentes à nasalidade e às consoantes.

As sequências nasais em posição final são representadas no *corpus* quer pela utilização do til, quer pelo emprego das consoantes nasais *m* e *n*, havendo regularmente correspondência com as terminações latinas⁴; assim, temos *-ã*; *-ãã*; *-ããõ*; *-am*; *-an*; *-ão*; *-õ*; *-om*; *-on*; *-õe*; *-ães*; *-ãães*; *-aens*; *-ãos*; *-ããos*; *-anos*; *-ãhos*; *-ões*:

aiã, chamã, façã, gaanhã, acabã, eslegã, abráã, abráãõ, sããõ, grããõ, aiam, faram, adam, iordam, uan, cristãõ, mãõ, jrmãõ, amoestaçõ, barõ, beençõ, condiçõ, aiutarõ, ffarõ, apostolaçom, condiçom, confissom, coraçõm, con, enton, departiron, non, esperidõe, certidõe, põe, sserujdõe, cães, cãães, caens, cristãõs, mãõs, parrochãõs, mããõs, sããõs, aldeanos, cristanos, daçianos, cercãhos, postulações, beenções, condições,...

Relativamente aos segmentos consonânticos, ressaltaremos as seguintes representações e variantes gráficas dos mesmos fonemas:

ç/c/s/ss/x (= fricativa alveolar surda [s]): *açoutar/azoutar, benefiçio/benefizio, offiçio/offizio, asinaar/assinaar, acreçentar/crecētar, dixē, etc...*

s/z (= fricativa alveolar sonora [z]): *escusar, guisa, dizer, fazedor, etc...*

l/ll/lh (= lateral alveolar sonora [l]): *letera, leuar, agalardoador, adulterio, cabellos, aquelles, elles, alhy, delha, elhes, esmolha, etc...*

l/ll/lh/li (= lateral palatal sonora [λ]): *baralador, conseleyramēte, auangello, villice, conselheyramēte, orgulho, filho, argulia, etc...*

ga/ge/gi/go/gu/j/çi/i/y (= fricativa palatal sonora [[ç]): *eslegã, fuga, auãgelho, hereges, geeraçõ, angio, vngimēto, queigos, mongues, vnguento, ajunçã, jogã, jurar, ançios, coniura, beyiou, ereies, iantar, yãtar, ereyes, aya, ...*

c/ce/qu/ch (= oclusiva velar surda [k]): *camisa, camyo, pecados, aceçendo, aquel, que, rrequezas, archa, archibispo, ezechiel, ...*

m/n (= oclusiva bilabial sonora [m] e oclusiva alveolar sonora [n]): *gram/gran, grande/grande, ambos/anbos, contra/comtra, ...*

f/ff/ph (= fricativa labiodental surda [f]): *fe, fariseus, gafo, defendeu, profeta, ffe, gaffo, deffendeu, phariseu, propheta, ...*

⁴ O Professor Azevedo Ferreira (1980) na sua edição da *Primeira Partida* apresenta, num breve estudo linguístico introdutório, diversos exemplos sobre a nasalidade no texto (1980: XLII-XLVII).

u/v (= [u] e fricativa labiodental sonora [v]): *uassalos/vassalos, ueçer/vençer, auito/avito, vngueño/ungueño, vntar/untar, ...*

g/gu (= oclusiva velar sonora [g]): *gaanhar, gregas, uegada, eigreia, guãhar, loguar, ...*

r/rr (= vibrante múltipla [R]): *renacer, rôpa, rrey, rrey, rrio, rrogar, conrr puda, ...*

r/rr (= vibrante simples [r]): *armas/arrmas, queria/querria, arcediagos/arrçediagos, ...*

t/th (= oclusiva alveodental surda [t]): *tangendo, temor, tesoureyro/thesoureyro, catolica/catholica, catadral/cathadraes, ...*

A ocorrência de consoantes duplas comutando com as suas correspondentes simples, quer em posição inicial, quer em posição medial, é também significativa na obra. Encontramos *b/bb, f/ff, l/ll, m/mm, n/nn, p/pp, r/rr, s/ss, t/tt*:

abade/abbade, gafo/gaffo, lleys/leys, elle/ele, alleluya/aleluya, emenda/emenda, eno/enno, ano/anno, profeçia/pprofeçia, apóstolos/apostollos, razõ/rrazõ, rey/rrey, seu/sseu, senhor/ssenhor, neophitos/neophittos, ...

O *h* aparece no texto em posição inicial e medial e alternando com a sua supressão em diversos vocábulos:

herdade/erdade, herege/erege, hermos/ermos, hir/ir, homẽ/omẽ, honesto/onesto, hũtar/ũtar, hy/y, etc...

É grafado devido a razões etimológicas em:

homẽ (< homine), humidade (< humiditate), humildade (< humilitate), humanal (de humano < humanu), herdeyro (< hereditariu), etholica (< catholicu), archãgio (< archangelu), Abrahã (< Abraham), propheta (< propheta)

ou por falsa etimologia tal como acontece em *huãta, huãte, husemos*, etc; é utilizado como consequência da representação gráfica de origem provençal da palatal [λ] por *lh* a partir de 1250 em palavras como *orrelha, olhos, uelhos, geolhos*, etc., e da palatalização da lateral [l] e da nasal [n] alveolares em *melhor (< meliore), conselho (< consiliu), senhor (< seniore), mãinha (< mania)*, etc. Para além dos casos referidos, o *h* é empregue no *corpus* em vez de *i* (*cãbhar, sabhos, etc.*), em formas dos verbos *auer* e *seer* (*ha, ham; he, hera*), dos artigos (*ho; hos*), dos pronomes pessoais (*ho; ha*), dos numerais (*huã, huum*) e dos advérbios de lugar (*hu, hy*).

O glossário efectuado (A-L) fornece ainda dados sobre a utilização dos tempos e modos verbais, permitindo de igual modo verificar a sua distribuição em termos quantitativos. A primeira constatação que se impõe é a da presença das três conjugações verbais no *corpus*: *bayxar; acabar; caçar; esamar; acolher; fazer; poer (> pôr); vender; conprir; hir; ouuir; etc.*

Verificamos que o modo mais utilizado é o indicativo (8159 ocorrências), seguido do infinitivo (4358) e do conjuntivo (3327); o imperativo, pelo contrário, é pouco frequente, sendo substituído, muitas vezes, na sua função pelo conjuntivo presente e imperfeito. Esta predominância do indicativo, como modo verbal que exprime acções ou estados encarados como realidade ou como certeza no presente, no passado ou no

futuro, pode ser explicada pelo discurso assertivo que caracteriza o texto. O uso do conjuntivo, por sua vez, confirma não só o tom imperativo e ordenador do autor, como o carácter afectivo deste que acentua, assim, a expressão da sua vontade.

Os tempos verbais mais frequentes são o indicativo presente (6476 ocorrências) e o conjuntivo imperfeito (1701), frequentemente com valores de imperativo, o que vai de encontro aos objectivos comunicativos do emissor. Saliente-se ainda a ocorrência significativa do conjuntivo futuro (737 ocorrências), utilizado principalmente em orações subordinadas relativas, temporais e condicionais, que se coaduna com a natureza jurídica do texto, o qual apresenta leis que deverão prever acções hipotéticas a realizar num tempo futuro.

Embora em número total de ocorrências das diversas formas a categoria verbo seja a mais usada, no vocabulário do texto a categoria gramatical predominante é o substantivo.

Não obstante apresentar comparativamente com o verbo (452) e com o substantivo (990) um número de ocorrências inferior, o uso do adjetivo (222) e do advérbio (110) demonstra que, apesar da natureza jurídica do texto reclamar *per se* uma linguagem essencialmente objectiva, o autor assume algumas preocupações de estilo que o levam a transmitir expressivamente o seu pensamento por meio da dupla adjectivação e do uso do advérbio em frases como:

a nobre fegura e aposta do homẽ (F54a), fica aspera e dura como era (F75c), doorida e piadosa en ssoffer mal (F28c), ffossem maos e dureytos (F78c), e as cousas çuias e lixosas (F13b), titulo ante deste falamos assaz cõpridamẽte (F107c), perdom dos pecados que ausadamẽte fazẽ (F58d), rrepẽẽdendosse muy dooridamẽte (F39c), deuea fazer o clerigo muy linphamẽte (F58b), ...

A concordância da *Primeira Partida* e os contextos fornecidos no glossário para cada forma permitem-nos fazer algumas observações sobre aspectos morfossintácticos do *corpus*.

Este texto ilustra características relevantes do contexto sócio-cultural da época influenciador do modo de ver e estruturar o mundo, nomeadamente a nível da construção de enunciados. O período extenso, ligado por conectivos ou participios, e a pontuação escassa possibilitam uma grande liberdade na colocação dos membros da oração. Assim, verificamos, a par da ordem normal das palavras, ou seja, Sujeito + Predicado + Complemento, a ocorrência de outras construções, tais como Predicado + Complemento + Sujeito (*estabeleçeu Nostro Senhor Ihesu Cristo* (F21c)), Complemento + Predicado + Sujeito + Complemento (*Uertude muy grande pos Deus eẽstes sacramẽtos* (F13c)) ou Predicado + Sujeito + Complemento (*auerrã os seus angios muy grande espãto* (F17d)).

O levantamento das preposições e dos artigos permite verificar o uso de construções tipicamente arcaicas: *dever*, *cuidar* e *soer*, por exemplo, são usados com a

preposição *a*; o artigo / pronome indefinido aparece frequentemente precedido de definido; as frases negativas apresentam-se também em estruturas pleonásticas:

E depouys deue a dizer esta oraçõ (F16d), deuemos a dar graças por sempre en todo logar (F19a), deuelha a deytar cõ algũa cousa per cima (F15c), uem a estado que cuida a morrer (F15c), pregũtar que prol cuida a auer por ella (F16a), pecados que sooẽ a alinpar (F13a).

(outros dous som: o hũu he mortal (F12d), a hũia he a ffe catholica (F12b), muitas rrazões: a hũia que he feitura de Deus (F13b), as hũas ante que o façã e as outras despoys (F15d))

(sacramẽto nõ pode nẽ hũu ser feyto se o nõ fezer cousa que seia sagrada (F13b), hordem sagrada nõ pode nẽ hũu filhar se ante nõ rreçebesse o sacramẽto (F23a)).

No âmbito da coesão textual, que envolve processos e mecanismos de sequencialização que asseguram a ligação entre os vários elementos do texto, o *corpus* apresenta uma grande variedade de construções de coordenação e, conseqüentemente, de conjunções coordenativas que têm como função instituir relações entre factos e partes do discurso. Esta função torna-se mais imperiosa quando se trata de um texto no qual os sinais não lexicalizados, tais como a pontuação, são inexistentes na explicitação das intenções comunicativas do autor; os conectores frásicos assumem, por isso, frequentemente a tarefa de estabelecer a coerência e a coesão do texto:

e/et, porẽ/porẽde/porem/poren/porende/po en/por e/por ende, ora, mas/mais/ mays, ergo, pero, todauia/todavia, pois/poys, ou, tã bẽ/tã bem/tã ben/tã bẽ/ tãbem/tambem/tambẽ/tanbẽ/tanbem, nem/nen/nẽ/nẽno(s)/nẽna(s).

O conector privilegiado das construções paratáticas é o copulativo *e* (8962 ocorrências) que, mesmo depois de ponto final, se afigura como meio de facilitação da passagem de uma ideia a outra, estabelecendo relações que não somente de pura coordenação copulativa. Com efeito, nesta fase, a língua não apresenta ainda apetrechos materiais apropriados à expressão de determinadas ideias e, conseqüentemente, o tradutor socorre-se dos existentes, originando construções que, embora sintacticamente se classifiquem como coordenativas, assumem, a nível semântico, valores idênticos aos das construções de subordinação. Na verdade, se por um lado a repetição do *e* denota o carácter da pouca variabilidade na ordenação sintáctica dos elementos da língua, por outro, reflecte a complexidade inerente à expressão do pensamento. Este conector frásico adquire, assim, em certos contextos, valores que ultrapassam a simples junção de termos ou orações com idêntica função, expressando, por vezes, uma conclusão *e/ou* explicação decorrente da anterior, valores de conexão, de sucessão e de inclusão, bem como de simultaneidade e de oposição.

O recurso iterativo à parataxe por meio de *e*, quer seja encarado como um resultado da evolução da fala popular para a norma culta, quer seja visto como um vestígio perceptível da mundividência latina, configura-se como um aspecto que deve ser abordado tanto do ponto de vista meramente linguístico como estilístico. Na verdade,

o seu emprego revela não só uma característica do português medieval, mas também releva da sensibilidade literária do autor.

5. Os aspectos genericamente mencionados permitem-nos comprovar algo que é já reconhecido, mas nem sempre levado a efeito; referimo-nos à relação estreita e importante que deve ser estabelecida entre edição de textos, elaboração de glossários e realização de estudos linguísticos.

Parece-nos, pois, necessário promover trabalhos que integrem estas três componentes:

1) edições de textos, nomeadamente de textos em prosa não literária, os quais pela extensão e pelo discurso oferecem importantes dados linguísticos e que, ou por serem traduções ou por abordarem temas menos atractivos para os leitores, são frequentemente preteridos em favor de textos literários, continuando por isso inéditos;

2) elaboração de glossários exaustivos que favoreçam a exploração da língua do texto;

3) realização de estudos linguísticos que permitam um conhecimento mais profundo da história da nossa língua.

Não será, portanto, demais sublinhar que toda a edição de texto e respectivos estudo linguístico e glossário, apresentando como objectivos primeiros a exploração da língua que enforma esse texto, se revelam fundamentais para a elaboração de “Tesouros da Língua”, de gramáticas e de dicionários históricos, instrumentos indispensáveis de trabalho e de conhecimento para todos os estudiosos e falantes da língua, cuja falta entre nós tem sido constantemente assinalada, mas nunca suprida.

BIBLIOGRAFIA

- Anselmo, A. (1926): *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*. I Códices Portugueses. Lisboa.
- Azevedo Ferreira, José (1980): *Alphonse X Primeyra Partida. Édition et Étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Azevedo Ferreira, José (1986): “A obra legislativa de Afonso X em Portugal”. *Diacrítica* 1, Braga: Universidade do Minho.
- Azevedo Ferreira, José (1986): “Uma edição do *Fuero Real* de Afonso X”. In *Critique Textuelle Portugaise. Actes du Colloquè*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian, 55-64.
- Castro, Ivo e Ramos, Maria Ana (1986): “Estratégia e Tática da Transcrição”. In *Critique Textuelle Portugaise. Actes du Colloque*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian, 101.
- Costa, Avelino de Jesus (1950): “Fragmentos preciosos de códices medievais”. In *Bracara Augusta* II, 50-52.

- Figueiredo, J. Anastácio (1792): “Memória sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal” em *Memórias de Literatura Portuguesa*, I. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- García y García, A. (1985): *Iglesia, Sociedad y Derecho*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Leitão Ferreira, Francisco (1729): *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra. Primeira parte, que comprehende os annos que decorrem desde o de 1288 até principios de 1537*. Lisboa.
- Lima Coutinho, Ismael (1982): *Gramática Histórica*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro.
- Sampaio, Aida: *Primeira Partida de Afonso X. Glossário. Contributos para o Estudo Linguístico*. Braga, 1997 (Dissertação de Mestrado inédita).
- Silva Neto, S. (1956): *Textos Medievais Portugueses e seus problemas*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa.
- Stegagno Picchio, Luciana (1979): “À margem da edição de textos antigos portugueses”. In *A Lição do Texto. Filologia e Literatura. Idade Média* (trad. A. Pimenta). Lisboa: Edições 70.

Algumas notas sobre a morfologia da língua portuguesa por volta de 1500

Maria José Carvalho

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Instituto de Língua e Literatura Portuguesas /

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada

Coincidindo o ano em curso com o período das comemorações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, parece oportuno tecer algumas considerações sobre o estado da morfologia da língua portuguesa por volta do ano 1500¹. Propomo-nos nesta comunicação apresentar os resultados da análise da configuração, na época em estudo, de quatro fenómenos de carácter morfológico², que são normalmente considerados pelos estudiosos como pontos de referência balizadores na delimitação das diferentes fases da língua portuguesa (Bechara 1991: 68-76 e Teyssier 1994⁶: 29-30 e 67):

1) o morfema número-pessoal *-des* de formas verbais do tipo *cantades*, *temedes*, etc., e a evolução do morfema após a síncope de *-d-*,

2) as formas participiais em *-udo* dos verbos da 2ª conjugação (*temudo*, *recebudo*, etc) e sua substituição por *-ido*,

¹ Este estudo foi baseado nas pesquisas efectuadas para a Tese de Mestrado da Autora: *Do Português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*, elaborada no âmbito do Programa *Praxis XXI* e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1996.

² Consulte-se, também, Maia, Clarinda de Azevedo (1994): "O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV". *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra, LXX, 33-91. A propósito de outros aspectos da língua desse período, nomeadamente de natureza sintáctica, veja-se Silva, Rosa Virgínia Mattos e (org.) (1996): *A carta de Caminha. Testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia. Veja-se, igualmente, a Tese de Mestrado de Maria João Marques Alves da Costa, intitulada *Os valores dos verbos "Aver" e "Teer" no Português arcaico. Estudo diacrónico de carácter sintáctico-semântico*, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1996 (particularmente, 121-131). No ano em curso foi ainda apresentada por Antonino Silva ao Congresso Internacional "500 anos da língua portuguesa no Brasil" a comunicação intitulada "A viagem que "fizemos"/"fizemos" – contributos para a história dos pretéritos fortes com alternância vocálica", que virá a aparecer nas Actas do referido congresso.

3) a existência da dupla série (átona e tónica) dos possessivos femininos e a eliminação das formas átonas no português moderno,

4) a alomorfia no plural dos nomes de lexema em *-l* (após a síncope desta consoante).

A metodologia utilizada consistiu na análise dos dados empíricos fornecidos pelo *corpus* remanescente da época (finais do século XV, princípios do século XVI), que será o mais diversificado possível, uma vez que as variáveis linguísticas seleccionadas apresentam, por vezes, diferentes ritmos evolutivos, de acordo com o tipo textual em causa. Nesse *corpus* incluem-se, portanto, textos de carácter técnico, textos religiosos, textos poéticos (poesia palaciana), textos de natureza jurídica (notarial) e textos dramáticos³. Estamos, todavia, conscientes que para o investigador essa tentativa de reconstrução está necessariamente limitada pelos acidentes do tempo. Como afirma William Labov: “Historical documents survive by chance, not by design, and the selection that is available is the product of an unpredictable series of historical accidents” (Labov 1994: 11).

1. O D INTERVOCÁLICO NO SUFIXO NÚMERO-PESSOAL *-DES*⁴

Percorrendo alguns documentos da *Chancelaria de D. Manuel*, constata-se que por volta de 1500 o *-d-* das formas verbais de 2ª pessoa do plural já teria desaparecido do idiolecto dos notários e tabeliães, permanecendo apenas nas formas verbais que constituem o início e o final estereotipados dos documentos, ou seja, nos formulários diplomáticos: *Sabede*, no início, e *façades*, em “*ûde all nõ façades*”, no final. Também a configuração do morfema é já a de tipo moderno (*-is*), quer nas formas paroxítonas, quer nas formas proparoxítonas que, tal como na língua castelhana, parecem ter sido mais resistentes à síncope da consoante. A verdade é que nem sempre a grafia reflecte as mudanças subsequentes à perda de *-d-*, parecendo evidente que não acompanhou a evolução linguística que se estava a efectuar no morfema em estudo. Um testemunho desta falta de correspondência entre língua escrita e língua oral regista-se num documento da *Chancelaria de D. Manuel*, onde as formas sincopadas

³ Sobre o enquadramento teórico-metodológico que tem enformado os trabalhos da Autora, veja-se (para além da Tese de Mestrado mencionada na nota 1): *Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas*. Separ. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII (1998). Coimbra, Faculdade de Letras (Instituto de Língua e Literatura Portuguesas), 1999, 1-18.

⁴ Versando o mesmo fenómeno, foram já apresentadas pela Autora duas comunicações em congressos internacionais. Cf. Carvalho, Maria José: “O morfema *-des* na história da língua portuguesa: uma abordagem segundo a metodologia da Sociolinguística histórica”. In: *Actes du XXII^{ème} Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles 23-28 juillet 1998)*, vol. II (“Nouvelles ambitions de la Linguistique diachronique”). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000. No ano em curso foi também apresentada a comunicação intitulada: “Revisitando o morfema “*-des*”: cenário para a sua evolução”, no âmbito do *Congresso Internacional “500 anos da língua portuguesa no Brasil”* (Évora, 8-13 de Maio de 2000), que virá a aparecer nas Actas do referido congresso.

pertencentes à voz enunciativa (a pessoa que redige o documento) apresentam, de um modo geral, os encontros vocálicos resultantes da síncope de *-d-*, mas numa frase popular, que é citada no interior de um documento oficial datado de 1501, o morfema das formas verbais (no imperativo), já apresenta o resultado da ditongação: “E que a esto acodiram homees e molheres pera os averem dapartár dizendo *estay* quedos, *estay* quedos” (Azevedo 1896: 8). Este aspecto parece, portanto, evidenciar a consciência desse desfasamento entre língua escrita e língua oral e, ao mesmo tempo, da necessidade de introduzir marcas de oralidade em certos contextos. Neste caso concreto corresponderia a essa marca da oralidade, a opção, na escrita, pelo morfema ditongado.

Sobre a situação linguística da área galego-portuguesa diz-nos Clarinda de Azevedo Maia, a propósito de alguns documentos oriundos dessa zona:

Na linguagem destas regiões e dos notários que fixaram por escrito estes textos, *-is* e *-des* eram provavelmente variantes opcionais do mesmo sufixo número-pessoal. Revela essa oscilação o documento 1499 O 89 que, paralelamente a *aveys*, regista a forma *avedes* (Maia 1997: 735).

No *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, de finais do século XV, inícios do século XVI, contam-se mais de 100 ocorrências, apresentando, não só a consumação total da síncope, como também a generalização do desenvolvimento da semivogal, após a vogal do tema ou do sufixo modo-temporal. Apenas uma ocorrência revela ainda as duas vogais em contacto, e cerca de uma dezena, o resultado da crase. Fenómeno também interessante, porque revelador da feição moderna deste texto, é a coexistência das formas de 2ª e de 3ª pessoas do plural no futuro, com sentido de imperativo (*deitareis* e *deitarão*, por exemplo).

1.1. O uso de *-d-* pelos poetas do *Cancioneiro Geral*

Ao finar o século XV e no dealbar do século XVI, a síncope de *-d-* encontra-se praticamente consumada, coexistindo apenas em situações de diglossia ou de distribuição funcional, em alguns textos. No *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, que reúne um conjunto de composições feitas com o objectivo de divertir a Corte, o aparecimento das formas conservadas (registam-se apenas 4 ocorrências nas composições portuguesas), para além de poder suprir uma necessidade métrica, poderá estar também ao serviço da ironia, do grotesco, do ataque insinuo e grosseiro e da caracterização de certos tipos sociais. Refiram-se, por exemplo, as trovas, algo irónicas, de Nuno Pereira a Anrique de Almeida, “porque lhe davam ùa igreja com o habito”:

«Ponde acipreste e palmas
na província que vos deram
fazede como fizeram
os qu’haviam suas almas». (Dias 1990-1998: vol. I, 293).

A forma de sabor arcaico poderá, ainda, revelar a consciência desse traço conservador na linguagem religiosa da época, uma vez que é esse tipo de linguagem (ao serviço de uma função satírica) que está presente nesta composição.

Numa das composições de Nuno Pereira “a ûa Dama, da maneira que lhe havia de guarnecer ûa mula em que fosse [...]”, o sufixo *-de* surge numa espécie de pregão popular que o autor (satiricamente, talvez) insinua vir a ser cantado pela assistência que a vir passar:

E pois ia bem arraiada
com tam gram prosperidade
é bem que vades cantada e
levada com “*levade ora levade*”. (Dias, 1990-1998: vol. III, 213).

Mais adiante, um “rifão” de Don Garcia à “nova” de Diogo Brandam, “porque ouviu dizer que Joam Gomez mandara esfolar o cavalo e vender a pele e que ûu moço seu a dera por quatro vinteens [...]”, exhibe também uma forma plena:

Avisad’os çapateiros
que dela nam façam nada [...]. (Dias, 1990-1998: vol III, 310).

Pelo enquadramento jocoso em que se insere, tratar-se-ia já de uma forma estigmatizada em determinados circuitos culturais, mantendo a sua vitalidade nos meios populares. Saliente-se, ainda, que a forma verbal no imperativo visa um alocutário (ficcional) de um nível sócio-cultural de que, eventualmente, o sapateiro faria parte, donde nos parece pertinente o seu emprego. Com efeito, neste contexto, a métrica manter-se-ia inalterada se se usasse a forma com formação de ditongo, muito frequente ao longo da obra.

Por fim, a ocorrência mais interessante diz respeito a um determinado estilo contextual. Trata-se de uma composição de Anrique da Mota: a prosopopeia de uma mula “muito magra e velha, que vio estar no Bombarral”:

[...] —Nam comês bitalha?
Assi gozedes
—Nam como mais nimigalha. [...] (Dias, 1990-1998: vol IV, 193).

A variante morfológica conservada será apenas um dos aspectos do grosserismo da linguagem, que cumpre, naturalmente, uma função comunicacional: a teatralidade e o cómico de situação.

Importa fazer uma breve referência à configuração do morfema das formas sem *-d-* neste conjunto de composições palacianas, uma vez que estamos perante mais um caso em que sob a grafia *-aes* parece ocultar-se a pronúncia [ajs], a avaliar por alguns esquemas rimáticos. Assim acontece numa composição de Francisco da Silveira:

cos sospiros vos *finais*
com eles alma *apartaes*. (Dias, 1990-1998: vol I, 65).

Voltando ao *-des* enquanto indicador popular, será preciso esperar por Gil Vicente e pelo seu teatro de tipos, para assistirmos, de novo, aos ecos deste arcaísmo na

boca de algumas personagens, que as usaram “na sua transformação cénica” (Castro 1991: 247): as “comadres”, a Ama de *O Auto da Índia*, a Moça e a Velha de *O Velho da horta*, Inês Pereira, são apenas alguns exemplos que denotam os reflexos na língua do isolacionismo geográfico e cultural a que estaria votada a mulher na sociedade medieval. Segundo Paul Teyssier, Gil Vicente serviu-se de *-des* para caracterizar a fala de certas personagens das suas peças, particularmente as peças de cunho popular, explicando o fenómeno como “indicativo” das comadres. Leif Sletsjøe lança, porém, a possibilidade de esta alternância de formas com ditongo e de formas plenas estar condicionada por necessidades métricas. Uma das vacilações que considera mais estranha é a que diz respeito a *i* e à forma não contracta *ide*. Com efeito, esta oscilação “conciérne a todas las personas, apareciendo a menudo com muy poca distancia (incluso tratándose del mismo hablante)” (Sletsjøe 1966: 314). Esta constatação leva-o a considerar: “probable es que el autor —siempre en busca de variaciones— recurriera a *ide* siempre que tal forma le proporcionara facilidades métricas” (Sletsjøe 1966: 314). Pensamos, todavia, que a forma *ide* (uma vez que é uma das raras formas que conserva actualmente o *-d-*) deverá ter um tratamento diferenciado, pois no século XV chegou a perder a consoante (como atestam as crónicas de Fernão Lopes e outras), inclinando-nos, portanto, a pensar que esta oscilação registada nos *Autos* vicentinos poderá traduzir a fase que Coseriu designa de *selecção*, ou seja, o uso alternado da tradição antiga e da nova. O que fica por averiguar é qual das variantes (*i* ou *ide*) adquiriria maior prestígio nesta época. A esse propósito, é interessante constatar que em pleno século XVI, Camões, em *Os Lusíadas*, coloca na boca de uma mulher do Povo uma forma de 2ª pessoa do plural do verbo “ir”, sinopada: “Porque *is* aventurar ao mar iroso [...]” (canto IV, est. 91).

As formas verbais com *-d-* já não fariam, portanto, parte do idiolecto dos falantes do 2º quartel de Quinhentos, apesar de estes as reconhecerem como formas arcaicas. A elas se recorria para completar uma informação de tipo sócio-cultural ou etária sobre alguns tipos que se movimentavam no espaço cénico (ou textual).

1.2. Textos de carácter religioso

Os textos de carácter religioso revelam-se o tipo textual onde o *-d-* se preserva até muito mais tarde. Para isso contribui o facto de se tratar, na maior parte dos casos, de traduções ou cópias de originais que revelam um estado de língua muito arcaico. Curioso é constatar que copistas ou tradutores possuíam normalmente a consciência dessa aproximação linguística ao texto original, como se se tratasse de um dos aspectos da sobriedade que urgiria manter (e que perdurou até hoje, aliás) neste tipo de “linguagem especial”. Assim, o *Tratado de Confissom*, considerado até ao momento a primeira obra editada em língua portuguesa com data expressa (impresso em Chaves, actualmente Trás-os-Montes, em 1489), mantém o pendor arcaizante (registam-se 17 ocorrências de formas verbais de 2ª pessoa do plural com *-d-* conservado), numa época em que se perdera da língua comum a variante morfológica com *-d-*. *O Livro de Vita Christi*, impresso em 1495, apresenta ainda a consoante mantida em cerca

de 22% das formas verbais de segunda pessoa de plural. A *História de Vespasiano*, impressa em 1497 pelo mesmo impressor, apresenta apenas 5% de formas arcaicas. Situam-se, em geral, em diálogos que envolvem exortações de pendor moralístico de nítida inspiração bíblica: *aparelhadevos*, *bautizedes*, *enxalçade*, *rogade* e *sabede*. Importa salientar que cerca de 12% do total das formas sincopadas apresentam o resultado da formação de ditongo, sendo que cerca de metade corresponde a formas resultantes de proparoxítonas. O *Virgeu de Consolaçon*, adaptação em português do texto castelhano de 1497, conserva a consoante nas 35 ocorrências encontradas, o que, por um lado se explica pelo facto de o castelhano ter conservado até mais tarde o *-d-* no morfema; por outro, pela abundância de citações nele contidas e pelo espírito de fidedignidade aos textos sagrados, que esteve sempre presente nas traduções de carácter religioso. No *Boosco Deleitoso*, impresso em 1515, as ocorrências mantêm sistematicamente a sua forma plena, excepto numa ocorrência que deverá constituir “lapso” ou “distracção” do copista que substituiu pela que ele já usava a forma do original. O que é bastante significativo relativamente a esta obra é o facto de se ter mantido o *-d-* no morfema quando outros aspectos da língua aparecem modernizados (nomeadamente os participípios dos verbos da 2ª conjugação que, em geral, são em *-ido*, e os pronomes possessivos femininos, de que já não restam vestígios das formas átonas arcaicas).

Sem constituir uma obra de edificação religiosa, como as já mencionadas, mas visando a celebração do poderio português numa época de máxima expansão noutros mundos, interessa fazer uma alusão ao célebre *Livro de Marco Paulo*, versão portuguesa a partir de um exemplar manuscrito da versão de Pipino da Bolonha, e impresso em 1502. Apenas 3 formas em 15 mantêm a consoante em contextos em que actualmente ela já não existe. Trata-se, mais uma vez, de formas que pertencem a lexemas do campo das cerimónias e ritos religiosos —*converter*, *servir* e *inclinat*.

2. AS FORMAS PARTICIPIAIS EM *-UDO* DOS VERBOS DA 2ª CONJUGAÇÃO (*TEMUDO*, *RECEBUDO*, ETC) E SUA SUBSTITUIÇÃO POR *-IDO*⁵

Uma análise de conjunto de um amplo *corpus* documental constituído por diversos tipos textuais permite distinguir, a partir de meados do século XIV, três grupos de verbos que apresentaram diferentes ritmos evolutivos nas suas terminações participiais, decorrentes das afinidades combinatórias dos sons na cadeia falada: verbos cuja terminação participial está precedida de fonema alveolar, dental ou palatal; verbos cuja terminação participial está precedida de fonema fricativo labiodental ou bilabial (quer se trate de fonema oclusivo, quer de fonema contínuo), e verbos com duas vogais em hiato, resultantes da síncope de consoante intervocálica.

⁵ Encontra-se neste momento no prelo um artigo da Autora sobre este aspecto de morfologia histórica: “Cronologia(s) da substituição da terminação participial *-udo* por *-ido* no português medieval (sécs. XIII-XVI)”. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII (1999). Coimbra, Faculdade de Letras (Instituto de Língua e Literatura Portuguesas).

No limiar do século XVI, apenas sobrevivem nos textos algumas ocorrências arcaicas dos verbos do segundo grupo, mas já em variação com as formas modernas, e os verbos do terceiro grupo. No 2º grupo a forma participial que mais resistência ofereceu à mudança foi a do verbo *auer*: *auudo*. Um dos melhores representantes dessa coabitação das duas variantes é o texto do *Tratado de Tordesilhas*, de 1494, que apresenta em variação “*auidos* e por *auer*” e “*auudos* e por *auer*”, característica de um formulário jurídico (Maia 1994: 59). No *Livro de Vita Christi*, a generalidade dos participípios arcaicos são os dos verbos *creer*, *reer* (= *raer*, ‘raspar’, ‘cortar rente’), *teer* (e seus compostos), *traer* e *saber*. Coexistem, todavia, em variação *creudo* ~ *criudo* / *crído*, *havudo* ~ *havido* e *sabudo* ~ *sabido*. Em *História de Vespasiano* o participípio do verbo *ler* apresenta já a variante de tipo moderno *leida*. No século XVI apenas persistem nos textos os participípios arcaicos dos verbos *creer*, *leer* e *teer* (e seus compostos). Assim, no *Livro de Marco Paulo* apenas mantêm as terminações arcaicas as formas participiais do verbo *teer* e seus compostos, surgindo já com a terminação moderna o participípio do verbo *creer*: *creida*. O *Boosco Deleitoso* (1515) oferece ainda uma ocorrência de *-udo* precedida de dental (1º grupo): *confundudo*; os restantes participípios antigos pertencem aos seguintes verbos (dos 2º e 3º grupos): *apremer*, *atrever*, *dever*, *perceber*, *saber*, *sofrer*, *temer* e *teer* (e seus compostos), perfazendo um total de apenas 13 %, o que permite concluir que os participípios antigos já soariam mal a um falante de inícios do século XVI. No *Cancioneiro Geral* apenas se vislumbra a forma participial *sofruda*, numa trova de Fernam da Silveira, o Coudel-mor, “amigo de arcaísmos” (como sublinha Evanildo Bechara), sendo motivos de natureza rimática que determinam o seu emprego nessa composição.

Quanto aos formulários da documentação oficial, só num documento de D. Manuel de 1513 vemos a expressão jurídica “*theudo* e obrigado” ser substituída por “*tydo* e obrigado” (Azevedo 1895: 332, doc. III).

A atitude subjectiva (avaliativa) relativamente às formas em *-udo* adquire contornos bem definidos na farsa de Gil Vicente *O juíz da Beira* (1525 ou 1526), onde se encontra a forma *creçudo*, colocada pelo dramaturgo na boca de uma camponesa. Tal como relativamente às formas em *-des*, também aqui a caracterização não é isenta: a forma participial em *-udo* já não pertence ao idiolecto da Corte; é já um estereótipo que o público quinhentista associa a um pequeno grupo social oriundo de outro espaço —a Beira Alta— onde as inovações tardam em aparecer.

3. O SISTEMA DE PRONOMES POSSESSIVOS FEMININOS⁶

No estádio cronológico em estudo, as formas proclíticas arcaicas *ma*, *mha/mia* e *mîa* já tinham desaparecido dos textos, tudo levando a crer que fossem alvo de es-

⁶ Foi já entregue para publicação no volume XXIV (2000) da *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas) um artigo da Autora intitulado: “Variação morfossintáctica no português medieval: os pronomes possessivos femininos”.

tigmatização desde muito cedo. Relativamente às variantes monossilábicas de 2ª e 3ª pessoas, são finalidades de ordem pragmática (métrica) que determinam o uso das variantes *sa(s)* e *ta(s)* nas composições que constituem o *Cancioneiro Geral*. Numa altura em que estas formas se encontram praticamente eliminadas dos textos, incluindo dos incunábulos e primeiras obras impressas, alguns autores optavam por através delas extrair melhores efeitos estilísticos. Não se encontra nesta compilação de cantigas qualquer forma do tipo *mia* (*mha*, *mja*, *mîa*) ou *ma*, sendo sistematicamente a variante moderna *minha* que surge em todos os contextos; em contrapartida, registámos 75 casos de *sa(s)* e 11 de *ta(s)*, preenchendo cerca de 15 % do total. Estes exemplos, que atingem o auge num poeta como o Coudel-mor, tornam-se cada vez mais raros à medida que os textos são mais recentes, atestando, assim, o seu lento desaparecimento da língua literária a partir de meados do século XV. Segundo Paul Teyssier, podem observar-se 7 casos de *ta* e 2 de *sa* no conjunto dos autos de Gil Vicente, na maioria dos casos antepostas aos nomes “mãe” e “molher”: “*ta mãy*” (2 v.), “*sa mãy*” (2 v.), “*ta molher*” (1 v.), etc. Estas formas são utilizadas 8 vezes por camponeses e uma vez por uma velha (a velha de *Quem tem farelos?*): “Vai-t’ó demo com *sa mãy!*”. Para o mesmo autor, “elles constituent [...] des archaïsmes populaires conservés dans quelques expressions consacrées” (Teyssier 1959: 124-125). Quanto à forma de 1ª pessoa, é em Gil Vicente *enha*, de duas sílabas, e, segundo o mesmo autor, “il y constitue l’un des “indicatifs” habituels de la langue rustique” (Teyssier 1959: 126).

4. A ALOMORFIA NO PLURAL DOS NOMES E ADJECTIVOS DE LEXEMA EM -L⁷

A produção literária de autores quatrocentistas e quincentistas evidencia, sistematicamente, a preferência por uma representação gráfica de acordo com a tradição: *-aes* (< *-ales*), por exemplo. O certo é que algumas rimas do *Cancioneiro Geral* provam-nos que não correspondia à pronúncia a grafia que as formas de plural apresentavam em finais do século XV, princípios do século XVI, pois sob a grafia *-aes* parece já ocultar-se [ajs].

Relativamente a *-l* precedido de vogal *e* acentuada, e no mesmo conjunto de composições, verifica-se uma evolução bastante notória relativamente aos plurais de lexema em *-l* precedido de *a*, mas nas restantes obras impressas não se verifica qualquer inovação na representação gráfica das formas de plural deste tipo, confirmando, assim, a teoria da preferência dos autores pelo uso da variante antiga. Teyssier refere-se do seguinte modo a este desfazamento entre oralidade e escrita, que se verifica em todo o tipo de plurais, seja qual for a vogal que precede o *-l*, bem como nas terminações resultantes de *-edes*, a que já aludimos:

⁷ Sobre este fenómeno veja-se, da Autora, “A alomorfia no plural dos nomes de lexema em -l: um estudo de morfologia histórica portuguesa”. In: *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Aveiro, 28-30 de Setembro de 1998)*, vol. I. Braga, Associação Portuguesa de Linguística, 265-281.

Au début du XVI^e siècle les très nombreuses finales *-ees* issues de *-edes* [...] et de *-eles* [...] étaient alors en train de passer à *-eis*, mais l'évolution était en cours et la langue n'avait pas, sur ce point, atteint son point d'équilibre, de sorte que l'on confondait sans cesse *-ees* (avec *ê* fermé ou *é* ouvert) et *-eis* (avec *ei* diphthongue) (Teyssier 1959: 174).

Quando se trata de *-l* precedido de *i* acentuado, e contrariando, mais uma vez, a tendência dominante nas obras impressas do século XV e XVI, é também no *Cancioneiro Geral* que se verifica a consumação da fusão das vogais na grafia, em princípio devido à natureza oralizante das composições. Quando o *-l* está precedido de *i/e* não-acentuado, a preferência dos autores quatrocentistas e quinhentistas vai para os plurais em *-ees*, pelo que deve ter sido a terminação que adquiriu mais prestígio na língua escrita. As terminações em *-iis* e *-is* (não acentuadas), que dominaram todo o período arcaico, e que são eventualmente resultantes da analogia com as dos plurais dos lexemas em *-il* acentuado, estariam praticamente extintas da língua comum a partir da década de 50 do século XV. A propósito da cronologia das primeiras manifestações modernas destes plurais (ou seja, *-eis/-veis*), ela parece poder localizar-se precisamente nos finais do século XV, princípios do século XVI, a avaliar pelas três ocorrências da forma *notáveis* no *Cancioneiro Geral*, que surge sem qualquer tipo de variação com a forma mais antiga. Quanto a *-l* precedido de *o* acentuado, o que há de interessante a referir é o plural do lexema *frol* (assim surge documentada a forma de singular no *Virgeu de Consolação*⁸⁸), que deveria ser *froes*, mas é ainda a variante arcaica *froles* que se encontra no *Cancioneiro Geral*, evidenciando esta variante o processo de pluralização das palavras cujo lexema termina em *-r*, *-s* e *-z*. Poderá ser interpretada como o resultado de uma possível influência castelhana, já que a forma genuinamente portuguesa é *froes*. No que concerne a *l* precedido de *u* acentuado, o *Cancioneiro Geral* apresenta duas ocorrências da forma *azuis*, evidenciando, assim, a substituição da vogal temática pela semivogal.

Seja qual for a vogal que precede o *-l*, algumas formas chegaram a preservar a lateral, eventualmente importadas do castelhano ou do italiano, acabando por tornar-se cultismos. O *Livro de Marco Paulo*, por exemplo, apresenta *esteriles*, *froles* e *paulles* (2 v.) constituindo, eventualmente, vestígios da versão original.

VESTÍGIOS ARCAICOS NAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Tendo em conta pesquisas anteriormente efectuadas sobre estes fenómenos, os últimos testemunhos das variantes arcaicas parecem pertencer à geração que aprendeu a falar em meados do século XV (pese embora o facto de a língua popular as ter conservado durante mais tempo), ou seja, à que estaria a envelhecer no início da carreira de Gil Vicente e na época da descoberta da Terra de Vera Cruz. Confirmando, assim, a afirmação de Paul Teyssier, “ainda que uma ortografia arcaica por vezes as mascare,

⁸⁸ Apesar de no plural se registar *flores*.

desde 1500 já têm plena vitalidade as formas da língua moderna” (Teyssier 1994⁶: 67).

Foi dito anteriormente que, no que concerne o morfema número-pessoal *-des*, é o texto religioso que oferece mais resistência à inovação, contribuindo, assim, para o conservadorismo e a sobriedade que ainda hoje perduram na linguagem litúrgica. Podemos, portanto, inferir que a variedade de prestígio para a comunidade religiosa medieval não se identificou, neste caso concreto, com a variedade “*standard*”, difundida pelos centros de poder. O mesmo paralelismo se verifica hoje, não já, obviamente, no que diz respeito à conservação de *-d-*, mas à preservação do uso da 2ª pessoa do plural dos verbos, que em usos correntes é suplantada pela 3ª pessoa. Sabemos, por outro lado, que falantes de gerações mais idosas de uma região particularmente conservadora como a fronteira transmontana empregavam formas verbais terminadas em *-des* (*-de*, no imperativo) há alguns anos atrás (Santos, 1967: 230) mas a situação linguística actual nessas zonas espera ainda por pesquisas sociolinguísticas ou dialectológicas de conjunto.

Quanto aos participípios em *-udo*, em finais do século XIX a expressão estereotipada da linguagem jurídica “Ter amiga *teúda* e *manteúda*”, ‘de sua mão, conservada e mantida à sua custa’, ainda era usada “nas Leis e no Fôro”. Por outro lado, mantêm-se hoje, na variedade *standard* do português europeu, as formas *conteúdo*, *manteúdo*, *perleúdo* e *Temudo*, ainda que se tenha perdido o primitivo valor participial em todos eles. “*Manteúdo*” existe, surpreendentemente, numa variedade do Sul do Brasil, significando ‘animal robusto, que pode conservar-se muito tempo nesse estado’, e poderá significar igualmente ‘casta de videira europeia’. O adjetivo *perleúdo* existe no português actual, com sentido pejorativo: ‘muito lido, muito sabedor’, e a forma *Temudo* sobrevive como apelido.

Apesar de o português moderno ter eliminado a série de formas átonas dos pronomes possessivos femininos, mantinha ainda a sua vitalidade em meados do século XX, nalgumas variedades da língua portuguesa, a variante morfológica *inha* e, com mais frequência, *nha*, sempre proclíticas. Baseado em alguns estudos dialectológicos, Paul Teyssier cita alguns exemplos característicos distribuídos por todas as províncias portuguesas (fazendo-se a variante normalmente acompanhar do nome “mãe”: “Ó *nha* mã!” e “A *nha* mã!”) e confirma-nos a sua sobrevivência em crioulo português de África e na língua familiar do Brasil. Ele próprio afirma ter ouvido essas formas no estado de Minas Gerais.

Por último, a forma *froes*, que coexistiu no período arcaico com *froles* e *flores*, sobrevive ainda na actualidade como apelido (na forma *Fróis*: *froles* > *froes* > *fróis*), à semelhança de *flores*, igualmente adoptada como tal. Finalmente, a terminação moderna *-eis* dos plurais de lexema em *-l* precedido de *i* ou *e* não acentuado, muitas vezes é pronunciada *-is*. Assim, *fáceis* e *díficeis*, por exemplo, são muitas vezes confundidos com as pronúncias do tipo **fácis* e **díficis* (por analogia com os plurais dos lexemas em *-l* precedido de *i* tónico), à semelhança das formas documentadas durante

todo o período arcaico. O mesmo fenómeno ocorre, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva, na fala corrente brasileira (Silva 1994: 22).

São estes alguns vestígios da língua de uma geração que assistiu há 500 anos à descoberta do Brasil. Vestígios que, não se apagando em sucessivas viragens de século, atravessaram espaços e tempos, tingindo de forma indelével o português contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Bechara, Evanildo (1991): "As fases da língua portuguesa escrita". *Actes du XVIII^{ème} Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 68-76.
- Carvalho, Maria José (1996): *Do Português arcaico ao Português moderno: contributos para uma nova proposta de periodização*. Tese de Mestrado elaborada no âmbito do "Programa Intervenção Operacional Praxis XXI" e apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra (inédita).
- (1999): "A alomorfa no plural dos nomes de lexema em -l: um estudo de morfologia histórica portuguesa". *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Aveiro, 28-30 de Setembro de 1998)*, vol. I. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 265-281.
- (1999): "Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas". *Revista Portuguesa de Filologia*, XXII (1998). Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra. Instituto de Língua e Literatura Portuguesas.
- (2000): "O morfema -des na história da língua portuguesa: uma abordagem segundo a metodologia da Sociolinguística histórica". *Actes du XXII^{ème} Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles, 23-28 juillet 1998)*, vol. II ("Les nouvelles ambitions de la Linguistique diachronique"). Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- (no prelo): "Cronologia(s) da substituição da terminação participial -udo por -ido no português medieval (sécs. XIII-XVI)". *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII (1999). Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas.
- (no prelo): "Revisitando o morfema -des: cenário para a sua evolução". *Actas do Congresso Internacional "500 anos da língua portuguesa no Brasil" (Évora, 8-13 de Maio de 2000)*.
- Castro, Ivo (com a colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta) (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Costa, Maria João Marques Alves da (1998): *Os valores dos verbos "Aver" e "Teer" no Português arcaico. Estudo diacrónico de carácter sintáctico-semântico*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra (inédita). Consulte-se, especialmente, 121-131.
- Labov, William (1994): *Principles of Linguistic Change*. Volume I: *Internal Factors*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1994): "O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV". Separ. de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra, LXX, 33-91.

- (1997²): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII até ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: JNICT e FCG (Reimpressão da edição do INIC, 1986).
- Santos, Maria José Moura (1967): "Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes". Separ. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II; XIII e XIV. Coimbra.
- Silva, Antonino (no prelo): "A viagem que "fizemos"/"fizemos" – Contributos para a história dos pretéritos fortes com alternância vocálica". *Actas do Congresso Internacional "500 anos da língua portuguesa no Brasil" (Évora, 8-13 de Maio de 2000)*.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1994): *O português arcaico. Morfologia e sintaxe*. Bahia: Editora Contexto.
- (org.) (1996): *A carta de Caminha. Testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.
- Sletsjøe, Leif (1966): "Dos fenomenos lingüísticos en la obra dramática de Gil Vicente. (Diptongo "oi" por "ou"; desinencia verbal "-ade")". *Romanistisches Jahrbuch XVII*, 301-322.
- Teyssier, Paul (1959): *La langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksieck.
- (1994⁶): *História da Língua Portuguesa* (trad.). Lisboa: Sá da Costa.

BIBLIOGRAFIA DE FONTES DOCUMENTAIS

- Anselmo, Artur (ed.) (1981): *História do mui nobre Vespasiano imperador de Roma*. Edição facsimilada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Arnaut, Salvador Dias e Giacinto Manuppela (1967): *O "Livro de Cozinha" da Infanta D. Maria de Portugal*. Primeira edição integral do códice português I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.
- Azevedo, Pedro de (1895): *Benzedores e feiticeiros do tempo d'el Rei D. Manuel (séculos XV-XVI)*. In: *Revista Lusitana*. Lisboa, III.
- Azevedo, Pedro de (1896): *Costumes do tempo d'El-rei D. Manuel*. In: *Revista Lusitana*. Lisboa, IV.
- Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972.
- Dias, Aínda Fernanda (ed.) (1990-1998): *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 5 vols.
- Magne, Augusto (ed.) (1950): *Boosco deleitoso*. Edição do texto de 1515. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro.
- Magne, Augusto (ed.) (1957/1968): *O Livro da "Vita Christi" em linguagem portuguesa*. 2 vols. Edição facsimilada e crítica do incunábulo de 1495. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa.
- Martins, José V. de Pina (ed.) (1973): *Tratado de Confissom (Chaves, VIII de Agosto, 1489)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pereira, Francisco Maria Esteves (ed.) (1922): *O Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*. Edição conforme a impressão de Valentim Fernandez, feita em Lisboa em 1502.
- Veiga, Albino de Bem (ed.) (1959): *Virgeu de Consolaçom*. Bahia: Universidade da Bahia.

A entrada de latinismos e cultismos em português. A situação da língua desde meados do século XIII até meados do século XVI

Paulo José Tente da Rocha Santos Osório
Universidade da Beira Interior. Covilhã

0. À GUIA DE INTRÓITO

A problemática de que me irei ocupar não tem sido objecto de muita reflexão no âmbito dos estudos linguísticos. O facto de constituir esta área um terreno algo inexplorado constituiu o *leit-motiv* para a elaboração do trabalho que agora apresento. Não esqueçamos que a portugalidade assenta directamente no pulular da latinidade, em particular, e do mundo clássico, em geral.

Este trabalho inscreve-se num domínio que, antes de mais, aborda o léxico (não de um modo estanque e singular, mas em correlação com as demais áreas afins da Linguística) e adopta um perspectiva diacrónica. Pelo período cronológico definido para o efeito e pelos métodos de análise empreendidos, ocupar-me-ei de uma questão de interesse para a Linguística histórica em geral, e para a História da língua portuguesa, em particular. Poder-se-á dizer que a Linguística histórica constitui uma área assaz complexa pelos inúmeros problemas e dificuldades que levanta a todo o investigador que pretende calcorrear pelo estudo de fases pretéritas da língua. Clarinda Maia (1992: 361) é bastante esclarecedora nesse aspecto ao afirmar: “Caracterizando-se as línguas por um dinamismo constante, por uma constante e permanente ausência de estaticidade, é totalmente inatingível, relativamente a fases pretéritas de cada língua em particular, captar e descrever a sua realidade dinâmica, os próprios processos históricos: é a partir de textos escritos e com base neles que se deve proceder à reconstituição do processo evolutivo, tendo, porém, sempre presente que qualquer reconstituição é sempre necessariamente incompleta e imperfeita”. Tendo sido a Linguística histórica, durante alguns anos, uma área relegada para um patamar de menor relevo, hoje assume um lugar confortável na investigação linguística que vem sendo feita. Por isso, a já citada linguista comenta (1995: 3): “Nesta viragem de século, quando a Linguística histórica volta a ocupar uma posição de primeiro plano, depois de várias décadas de predomínio da linguística sincrónica, ela tem vindo progressivamente a integrar novos conceitos teóricos, nomeadamente os que são peculiares de duas disciplinas linguísticas relativamente recentes, a Sociolinguística e a Pragmática”.

1. DO LATIM AO PORTUGUÊS...

Para poder abordar a problemática em que passo a centrar-me, tornar-se-á premente inserir essas reflexões no moroso processo de evolução do português. A língua portuguesa, e ao que a análise que encetei indicou, mesmo depois de ter adquirido a sua individualidade, continuou e continua a revelar as marcas da sua filiação latina. O latim, assumiu assim, capital importância no devir histórico da língua portuguesa.

Quando os Romanos chegam à Península em 218 a. C., estava desenhado um quadro geográfico constituído por vários povos que não hesitaram em adoptar como língua o latim, à excepção do povo basco. No entanto, quando os Romanos desembarcaram sob o comando de Cipião, já outros indo-europeus tinham dado uma determinada unidade étnica e linguística à Península, o que, em certa medida, facilitou os processos de romanização e latinização, que aqui tiveram um grau elevado. À chegada dos Romanos, falavam-se na Hispânia várias línguas. No entanto, e citando Serafim da Silva Neto (1992: 79), “A rápida difusão do latim estava directamente ligada ao prestígio dos conquistadores. O latim era a língua oficial: e assim nenhum documento público era escrito em língua indígena. As ordens do governo só se transmitiam em latim. As moedas que andavam em todas as mãos, os marcos miliários onde todos pousavam os olhos, as inscrições que se liam em todas as partes, só veiculavam o latim. O latim era a língua dos tribunais, vale dizer, aquela em que se fixava a maior parte dos atos civis, como, por exemplo, os testamentos”.

O latim é, sem sombra de dúvida, aceite como a principal fonte das línguas românicas e conseqüentemente do português (cf. Mariner Bigorra 1960: 199-236). Como afirma Harri Meier no seu estudo sempre clássico e simultaneamente actual (1943: 499), “O português deriva, portanto, como as línguas românicas suas irmãs, essencialmente da linguagem falada dos últimos séculos do Império, do chamado latim vulgar: isto é um resultado irrefutável das investigações filológicas do século XIX. Mas esta investigação adiantou ainda mais um passo: as estreitas relações, diz-nos ela, que ligavam as diferentes Províncias do Império pelo comércio e transportes, pela administração e educação, as fixações de colonos e as misturas de população contribuíram para que esta língua quotidiana, êste latim vulgar inundasse tôdas as partes do vasto Império”.

Quando nos referimos ao latim, temos, então, de considerar as suas duas feições: o latim literário (sendo, essencialmente, uma língua escrita, utilizada pelos vários autores) e o latim vulgar ou “latim coloquial tardio” (como outros lhe preferem chamar) que seria a língua falada, usada pelo povo. O latim vulgar seria, por assim dizer, a língua popular dos Romanos (cf. Herman 1975). Ao que tudo indica, o português deriva precisamente dessa modalidade designada doravante de “latim coloquial tardio”. Todavia adverte Serafim da Silva Neto (1992: 108) que “O problema do latim deve ser encarado em conjunto”. Da análise realizada para este trabalho, sou levado a comungar desta opinião e, acrescento, uma de igual teor avançada por José Joaquim Nunes (1989: 399): “Tem sido, portanto, o latim, quer o clássico, quer o baixo, a fonte principal onde o nosso vocabulário tem ido beber, desde que a língua começou a

fixar-se pela escrita, e é a ele que ela continua a recorrer ainda hoje ou, directamente ou por meio doutras línguas, o francês sobretudo. Quando, por ocasião do Renascimento, o grego começou a estar em voga e se traduziram em latim muitas obras da sua rica literatura, por intermédio desta última língua entraram no nosso léxico muitos vocábulos daquela”. Assim, embora a filiação do português resida essencialmente no latim coloquial tardio, não podemos ignorar a presença deixada pelo latim literário no português. Mesmo o português actual deixa transparecer a expressiva influência, tanto na língua como na cultura, da latinidade.

O domínio político romano na Hispânia durou seis séculos. À excepção da Itália foi na Península onde por um maior período de tempo se manteve o Império do Ocidente. Constituirá algum interesse relembrar a presença de povos germânicos na Península. As línguas trazidas pelos suevos, vândalos e visigodos funcionaram como superstratos. Embora, tendo deixado algumas marcas, a sua influência não foi profunda nem excessiva. Lembra-se, todavia, as marcas deixadas no que respeita à toponímia e à antroponímia. Os visigodos desde cedo abandonaram a sua língua, cedendo aos efeitos da romanização. Com este povo, o período de bilinguismo foi relativamente curto. Há, no entanto, um acontecimento histórico de alguma importância no desenvolvimento dos romances hispânicos: a invasão árabe de 711. Clarinda Maia (1995: 55) opina que “A invasão árabe do ano 711 afectou profundamente a história linguística peninsular, transtornando violentamente o desenvolvimento dos romances hispânicos”.

A questão de se saber quando é que se deixou de falar efectivamente latim e começou o romance tem sido um assunto de especial predilecção de todos quantos se dedicam à investigação no âmbito da Linguística histórica. De facto, há um período diglósico latim / romance que no Ocidente peninsular hispânico tem sido pouco estudado. Devido ao fenómeno da diglossia, o romance utilizava-se na comunicação oral e o latim na comunicação escrita, aflorando, contudo, marcas romances nos textos escritos (cf. Roger Wright 1982, Veiga Arias 1983).

Dado o quadro histórico traçado, poder-se-á afirmar que até princípios do século XIII a língua românica que emergiu do Ocidente peninsular foi apenas oral, em virtude de o latim continuar a ser de forma exclusiva a língua escrita. No Ocidente peninsular a passagem à escrita verifica-se nos primeiros anos do século XIII, de que o *Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia de Torto* (1214-1216) testemunham.

Face à questão colocada de quando se começou a falar romance, Clarinda Maia (1995: 53) diz que: “No secular e ininterrupto processo de transformação da língua latina, não é possível, com base na consideração da mudança na estrutura da língua, dizer-se rigorosamente quando se deixou de falar latim e se começou a falar “romance””. Era um período de profundas tensões entre o “oral” e o “escrito”. Na oralidade usavam-se os dialectos românicos (sendo, no nosso caso, o galego-português) e como língua escrita continuava a usar-se o latim.

O português arcaico, que na história da nossa língua é um período longo, começará em inícios do século XIII e estender-se-á até meados do século XVI (isto se-

gundo as propostas mais recentes de Clarinda Maia e Ivo Castro). Durante o português medieval assiste-se, entre outros, à presença de alguns fenómenos linguísticos, tais como: formas participiais em *-udo*; numerosos encontros vocálicos; a conservação de três terminações nasais diferentes: *-ã*, *-o*, *-an* e *-on* correspondentes às formas de singular de alguns substantivos que representam historicamente substantivos latinos terminados em *-ANUM*, *-ANEM* e *-ONEM*; a existência de um sistema de quatro fonemas sibilantes, distintos ao nível das grafias; o morfema *-des* de segunda pessoa do plural de formas verbais, etc. No português arcaico assume capital importância a fase galego-portuguesa, que Clarinda Maia (1986: 889-890) explica, afirmando: “Pode falar-se, realmente, de uma comunidade linguística no Noroeste de Portugal e na Galiza, o que, naturalmente, não implica uma unidade total, uma total uniformidade na língua das duas regiões. O essencial, porém, é que, se está em presença do mesmo sistema linguístico, embora ocorram algumas diferenças, não essenciais, não só entre a zona galega e a portuguesa, mas também no interior de cada uma das áreas”. No século XIV começamos a assistir à distinção entre o diassistema do galego e do português.

A fase arcaica média, claramente portuguesa, é bastante evolutiva. Constitui um período de transição, que vai de cerca de meados do século XIV às primeiras décadas do século XVI segundo as opiniões de Clarinda Maia e Ivo Castro, muito embora Maria José Carvalho (1996) e Esperança Cardeira (1999) tivessem definido, nas suas investigações, meados do século XV como o termo desta fase linguística. O português moderno vai de meados do século XVI até à actualidade, período que já não constituirá objecto de reflexão nos termos deste trabalho.

Estas considerações preambulares aparentemente longas ajudam, em meu entender, a contextualizar o que seguidamente se referirá, pois, como refere Ivo Castro (1991: 67), “A história do português tem de começar por ser uma história do latim. De facto, a principal componente linguística do português é a língua de Roma, que devido, à expansão do Império Romano, chegou até aos territórios onde o português viria a nascer”.

2. PROPOSTAS PARA UMA NOÇÃO DE LATINISMO E CULTISMO

Tentei clarificar anteriormente que o mundo latino influenciou a língua portuguesa. Embora tivéssemos assistido a uma fragmentação linguística com as invasões germânicas e, portanto, um final do mundo latino, a verdade é que os povos germânicos foram mais romanizados do que efectivamente acabaram por germanizar. Ao traçar sumariamente os limites periodológicos que têm sido apontados para a divisão histórica do português, observa-se que apesar da independência que o português vai criando, a influência latina deixa sempre marcas. Reveste-se, então, tal facto de particular interesse, quando pretendo, desde já, afirmar que o período que vai do século XIII ao século XVI é produtivo no que respeita à permeabilidade de entrada de latinismos e cultismos. É chegado o momento de discutir a própria noção de *latinismo* e *cultismo*. Ao investigar esta questão, muitas foram as dificuldades encontradas. Re-

alço alguns linguistas que muito têm contribuído com estudos desta índole: Martínez Otero, Rafael Benítez Claros, Badía Margarit, Bustos Tovar, Manuel Alvar, entre outros. Conclui-se, assim, que neste domínio tem tido maior sistematização em Espanha do que em Portugal.

A proposta de uma definição de cultismo e latinismo implica a convivência com algumas complexidades, devido às confusões que muitas vezes têm sido feitas a estes dois conceitos. Mormente, considera-se cultismo sinónimo de latinismo, o que, desde já, sinto como incorrecto. Outras vezes, embora se estabeleça uma diferenciação entre estas duas noções, nem sempre é muito correcta. A propósito, Manuel Alvar refere que muitas vezes a distinção entre cultismo e latinismo é insegura, chegando mesmo a suportar esta sua opinião com a citação das definições de latinismo e cultismo expendidas por Lázaro Carreter, definições que também, em minha opinião, são inseguras. Assim, para Lázaro Carreter (*Apud* Alvar & Mariner 1967: 5): “Latinismo. Vocablo o giro que conserva su aspecto latino y ha sido introducido por influjo culto: *maximum*, *minimum*. Cultismo. Con este nombre [...] se designa a todas aquellas palabras que han entrado en un idioma en épocas diversas por exigencias de cultura (literatura, ciencia, filosofía, etc.), procedentes de una lengua clásica, ordinariamente del latín. Tales voces mantienen su aspecto latino, sin haber sufrido las transformaciones normales en las voces populares: *fructífero*, *benévolo*, *colocar*, etc.”.

Ao tentar compreender-se a proveniência do cultismo, surgem confusas possibilidades de explicação. Uma das tentativas de explicação que tem sido muitas vezes aventada é que o cultismo é um vocábulo que fugiu às leis de evolução fonética normais, tornando-se, portanto, um caso excepcional. Acredito que o cultismo tenha tido outros caminhos na sua evolução fonética, mas não poderá ser este o seu único traço caracterizador. Pela análise que empreendi do *corpus* seleccionado para o efeito (e que mais adiante caracterizarei e explorarei), observei que em alguns casos os cultismos oferecem uma evolução fonética pouco notória e, muitas vezes, praticamente nula. Bustos Tovar (1972: 6) definiu cultismo como um “préstamo”, afirmando mesmo “El cultismo es, pues, un préstamo”. Todavia, em minha opinião, não se tratará de um “empréstimo”, mas da importação de um vocábulo, importação esta, à língua latina. A designação expendida por Américo Castro (*apud* Martínez Otero 1959: 190) de “aquisições linguísticas” parece-me mais coerente.

Outra questão muito colocada tem sido a tentativa de explicar como é que a língua portuguesa tendo provindo do latim vulgar conta com a presença de inúmeros vocábulos cultos. Já anteriormente, ao focar a dialéctica latim literário / latim coloquial tardio, aduzi a hipótese de ter que se considerar o latim na sua totalidade, adução esta, também como se referiu no momento, inspirada em Serafim da Silva Neto. Se, efectivamente, o *corpus* que analisei conta com a presença de cultismos, latinismos e formas duplas (as quais não tratarei nas dimensões do presente trabalho), qual é o motivo gerador da sua entrada no português, que vai do século XIII até meados do século XVI?

Outra das questões que tem colocado alguns problemas surge do facto da língua latina ter uma relação muito estreita com a língua grega. Deste modo, é frequente a presença de helenismos na língua portuguesa, helenismos esses, muitas vezes, com uma roupagem latina. Diz Helmut Lüdtke (1974: 37): “El mayor número de préstamos de vocabulario que el latín ha recibido, sin embargo, del griego. En todas las épocas de su historia, el griego ha transmitido al latín un gran número de palabras, tanto al latín hablado como a la lengua culta codificada más tarde”. Afigura-se, assim, necessário um conhecimento sólido das línguas latina e grega para o tratamento destas questões.

Apresentados alguns dos problemas no que concerne aos contornos da definição de latinismo e cultismo, poder-se-á definir latinismo como toda a palavra ou expressão importada da língua latina e introduzida na língua portuguesa com a mesma forma que tinha no latim. As chamadas *importações latinas autênticas ou imediatas* são, então, aqueles vocábulos tomados directamente do latim, enquanto as designadas *importações latinas aparentes* constituem aquelas palavras que o próprio latim já tinha importado do grego. *Grosso modo*, em minha opinião, os latinismos só poderão ser léxicos ou vocabulares. Por sua vez, os latinismos léxicos ou vocabulares só poderão ser formais ou fonéticos. Os latinismos formais ou fonéticos são aqueles vocábulos que não sofreram transformação na sua entrada para a língua portuguesa.

Os latinismos surgem na língua por necessidade, uma vez que, estando a língua em evolução, surgia, amiúde, a necessidade de recurso a determinados vocábulos latinos, vocábulos esses, que foram ficando e, ainda hoje, perpetuam no nosso sistema lexical. A todo o momento, o falante utiliza no seu discurso latinismos e a sua necessidade é pois um condicionalismo vital para a sua entrada na língua portuguesa.

Poder-se-á definir cultismos (e cultismo não é sinónimo de latinismo) como formas entradas na língua por origem latina e que se adaptaram à estrutura morfológica da língua para a qual entraram. São vocábulos que entraram no português por uma influência marcadamente cultural, daí que os cultismos abundem sobretudo na linguagem eclesiástica e jurídica. Estes vocábulos viram, de algum modo, impedida a sua evolução segundo as leis da evolução fonética normais. Pelo facto, da entrada de cultismos estar associada não só a factores internos, mas também externos nomeadamente de índole cultural, a sua maior presença verifica-se na literatura produzida durante a dinastia de Avis, período, aliás, de grande preocupação com a tradução de bons escritores latinos, como explicitarei mais adiante.

Os cultismos foram introduzidos na língua portuguesa por intermédio da língua escrita, que os foi buscar aos textos latinos. Por sua vez, esses cultismos, vocábulos entrados por via culta, foram posteriormente adaptados às exigências da língua vernácula.

A grande oposição entre latinismos e cultismos reside no facto de os primeiros terem sido importados da língua latina e terem a mesma forma que possuíam na língua originária, enquanto que os cultismos, apesar de terem sido importados do latim, adaptaram-se à fisionomia linguística da língua para que entraram. As palavras cultas

são provenientes basicamente do latim literário, o que me leva a concluir que nunca existiu uma separação tão nítida entre o convívio do latim vulgar com o latim literário. E se o português é, em grande medida, herdeiro do manancial linguístico (nomeadamente lexical) do latim vulgar, contraiu também uma dívida idêntica com o latim literário. A criação de formas duplas é prova dessa duplicidade de influência, que se consubstancia na formação de formas cultas e formas tradicionais ou populares, sendo as primeiras oriundas do latim literário e as segundas provenientes de um latim coloquial tardio. A existência de formas duplas indica para Rafael Lapesa (1983: 76) que uma palavra latina pode originar um cultismo e uma palavra tradicional.

A entrada de cultismos na língua portuguesa surge, à semelhança dos latinismos, por questões de necessidade linguística, mas acrescido de factores culturais e até mesmo estéticos de que a análise d' *Os Lusíadas*, por exemplo, pode confirmar.

Pela análise encetada, os cultismos poderão ser fonéticos, lexicais, morfológicos, sintácticos e semânticos.

3. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

O *corpus* que analisei, embora seja relativamente reduzido, ajuda a ilustrar e a melhor explicitar algumas afirmações que têm vindo a ser feitas ao longo do presente trabalho. Optei pela análise do *Foro Real* de Afonso X, *O Sábio*, pelo *Livro da virtuosa benfeitoria* do Infante D. Pedro e pelo texto épico *Os Lusíadas* de Luís de Camões. A escolha deste *corpus* foi norteada por determinados objectivos e com a convicção de que este deve ser sempre coligido de acordo com aquilo que se pretende investigar. Embora o *corpus* referente a fases pretéritas da língua já esteja constituído, o linguista é que terá de determinar o campo de observação.

Um dos textos do meu *corpus* é então o *Foro Real*. Embora me tivesse servido da edição preparada por José de Azevedo Ferreira, trata-se do códice nº 4 do maço 6 de Forais Antigos e da versão portuguesa existe um manuscrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O códice abrange as *Flores de Direito*, o *Foral e os costumes da Guarda*, as *Leis gerais*, os *Tempos dos preitos* e o *Foro Real*. Esta parte, está dividida em quatro livros e cada livro em títulos e em leis. Trata-se, portanto, de um texto jurídico. Pensa-se que foi o genro ou o neto de Afonso X a mandar traduzir em português o texto. O texto pertence aos finais do século XIII. Uma das maiores diferenças entre a versão espanhola e a versão portuguesa é que, enquanto na primeira os livros, os títulos e as leis são numerados, na segunda só os livros e os títulos do prólogo é que são numerados. Pensa-se, também, que embora a versão portuguesa se trate de uma tradução, sofreu certas adaptações aos costumes portugueses. A razão da escolha do *Foro Real* para este estudo prende-se com o facto de ser um texto do século XIII e de índole jurídica, uma vez que é na linguagem jurídica e eclesiástica, particularmente, que abundam os latinismos e cultismos. Tendo o Direito nascido em Roma, facilmente se compreende que um texto deste cariz recorre sobremaneira a vocabu-

lário latino puro, bem como a cultismos. O *Foro Real* reflecte uma modalidade semi-literária e trata-se de um texto importantíssimo para o estudo da língua do século XIII.

Objecto do meu estudo foi também o *Livro da virtuosa benfeitoria* do Infante D. Pedro. É uma obra literária e situa-se numa fase de enriquecimento da nossa língua, mostrando de forma clarividente a língua do século XV. Embora este texto tivesse recebido muitas influências do *De Officiis* de Cícero, não considero que seja desse texto uma simples tradução. Constituí o *Livro da virtuosa benfeitoria* um trabalho de grande erudição. Esta obra é de co-autoria, pois além da redacção efectuada pelo Infante D. Pedro, sabemos da intervenção de Frei João Verba. Este texto é anterior ao *Leal Conselheiro*, ao *Livro da ensinança de bem cavalgar* e ao *Livro da montaria*. Pode dizer-se que o *Livro da virtuosa benfeitoria* ocupa um lugar privilegiado na prosa portuguesa do século XV. Ao que se pensa, esta obra foi redigida em vários lugares, devido às frequentes viagens do Infante D. Pedro, muitas vezes acompanhado por Frei João Verba. A selecção deste texto para a constituição do nosso *corpus* deveu-se essencialmente às suas características, já anteriormente indicadas, e à riqueza e variedades vocabulares que o texto encerra.

Por último, incluí nas fontes documentais o texto épico *Os Lusíadas* de Luís de Camões, obra do século XVI, que, dada a sua universalidade, dispensará quaisquer apresentações. Sendo uma obra original, apresenta traços comuns às epopeias da Antiguidade clássica. A epopeia camoniana foi editada em 1572 e o motivo da sua escolha para este estudo releva das suas influências marcadamente clássicas e da sua inserção no movimento renascentista que *per se* constituem indicadores de um vocabulário de influência clássica. Para além de ter recebido influências das epopeias clássicas, recebeu, ainda, outros contributos: de Virgílio (*Bucólicas* e *Geórgicas*), de Ovídio (*Metamorfoses*), de Horácio (*Odes*) de Garcia de Resende (*Trovas à Morte de D. Inês de Castro*), de António Ferreira (*Castro*), de André de Resende (*Vincentius*), entre outros. Para um estudo deste género há um trabalho sobre *Os Lusíadas*, da autoria de Telmo Verdelho (1981), assaz interessante e que poderá servir para inúmeros estudos linguísticos, nomeadamente nas áreas da Lexicologia e Lexicografia. O trabalho do referido Professor intitulado *Índice Reverso de «Os Lusíadas»* constitui um dicionário que regista todos os vocábulos existentes na epopeia, vocábulos esses, ordenados alfabeticamente a partir da sua última letra.

Face à sumaríssima apresentação do *corpus*, concluir-se-á imediatamente que são de textos de carácter literário, muito embora o *Foro Real* indique uma modalidade semi-literária.

4. ANÁLISE LINGUÍSTICA DO CORPUS

4.1. Os latinismos

À guisa de exemplo, apresentarei alguns latinismos léxicos ou vocabulares, que são formais ou fonéticos em virtude de não terem sofrido qualquer transformação na sua entrada para a língua portuguesa.

Foro Real: amen (II, 750), animalia (IV, 877), ante (I, 471), arbores (III, 268), catholica (I, 8), cognosce (IV, 686), contra (I, 40), cum (I, 753), quinto (II, 6), rem (II, 729), natura (I, 45), octauo (III, 7), undecimo (I, 15), propinquo (III, 536), decimo (I, 14), quarto decimo (II, 14), quinto decimo (III, 12), sexto decimo (III, 13), septimo decimo (III, 14), octauo decimo (III, 14), nono decimo (III, 15), Deus (I, 26), sexto (II, 161), seruos (II, 710), seruo (I, 563), rex (I, 218), nostro (I, 50), salue (II, 375), saluo (III, 315), sancto (I, 54), spiritu (I, 44), unde (I, 20), uox (I, 689), discipulo (IV, 859), dictos (IV, 1075), parente (I, 395), per (tem 578 ocorrências), primos (II, 439), lex (I, 704), lecto (IV, 417), septimo (I, 12), sanctos (II, 709), sancta (I, 7), prophetas (I, 52), scripto (I, 235), scriptura (IV, 601), sum (I, 277), es (I, 80), est (I, 158), fama (I, 134), gloria (I, 71), hoste (IV, 17), rogo (I, 444).

Livro da virtuosa benfeitoria: creio (I, 8, p. 3), anno (I, 16, p.3), dicto (I, 14, p. 4), scripto (I, 16, p. 4), Deus (I, 1, p. 13), epistola (I, 21, p. 13), Christo (I, 10, p. 14), sanctos (I, 11, p. 14), amen (I, 3, p. 15), bene (I, 6, p. 21), nono (I, 11, p. 29), sancto (I, 27, p. 32), facere (I, 7, p. 21), Genesi (I, 30, p. 19), philosopho (I, 11, p. 15), per (I, 31, p. 33), ante (I, 2, p. 65), philosophia (I, 4, p. 17), leticie (I, 7 p. 50), exultaciones (I, 10, p. 50), jocunditates (I, 16, p. 50), propheta (I, 4, p. 66), spiritu (I, 30, p. 241), gloria (I, 32, p. 312), Equitas (I, 29, p. 345), seruos (I, 24, p. 83), Deo (I, 31, p. 352), Scriptura Sancta (I, 11, p. 64), adueniat regnum tuum (I, 16, p. 219).

Os Lusíadas: procella (VI, 71), gloria (I, 13), angelicos (III, 102), propheta (VII, 34), mea (IV, 19), aurea (II, 98), patria (IX, 58), uilla (III, 65), fama (IV, 7), sacra (VII, 62), terra (I, 25), prophetica (X, 86), Dea (I, 34), musa (X, 156).

Os vocábulos aqui apresentados são latinismos léxicos e maioritariamente importações latinas autênticas ou imediatas (vocábulos tomados directamente do latim) e um número menos significativo são importações latinas aparentes, ou seja, palavras que o próprio latim já tinha importado do grego. Entre outras importações latinas aparentes, destacarei:

Catholica (do grego Katholikós), prophetae prophetas (do grego prophétes), Genesi (do grego Génesis), prophetica (do grego prophetikós), epistola (do grego epistolé), Christo (do grego christianós), philosopho (do grego philósophos), philosophia (do grego philosophía).

Face aos latinismos apresentados, poder-se-á dizer que abundam essencialmente as palavras pertencentes ao vocabulário religioso.

4.2. Os cultismos

Também a título ilustrativo, elencarei diversos tipos de cultismos encontrados no *corpus*:

cultismos fonéticos: *abundar* por *avondar*, *contrário* por *contrairo*, *fru(c)to* e *fru(c)ta* por *fruito* e *fruta*, *inimigo* por *imigo*, *quasi* por *casi*;

cultismos lexicais: *apetitoso*, *belicoso*, *fabuloso*, *cógnito*, *inculto*, *potente*, *padre*, *madre*, *absinto*;

cultismos morfológicos: *aspérrimo*, *misérimo*, *humilimo*, *belacíssimo*, *superbíssimo*, *altíssimos*;

cultismos sintácticos: o particípio surge a concordar com o complemento directo “Depois de ter pisada longamente / cos delicados pés a area ardente” (*Os Lusíadas*, V, 47); o verbo *atrever-se* seguido de infinitivo sem preposição “Onde não se atreveu passar Trajano” (*Os Lusíadas*, IV, 64); o uso da anástrofe e hipérbato combinados “Subiam para os paços radiantes / E de metais ornados reluzentes” (*Os Lusíadas*, X, 2). No *Livro da virtuosa benfeitoria* observa-se a presença de frases longas com muitas subordinadas;

cultismos semânticos: só constatei a sua presença n’*Os Lusíadas* em substantivos como *conselho* “resolução”, “desígnio” - “Assi o quis o *Conselho* alto celeste” (III, 73), como *luz* “dia” “Porém, como a *luz* crastina chegada / Ao mundo for(...)” (II, 88), em adjectivos como *claro* “ilustre” “célebre” - “Assi o *claro* inventor da Medicina” (III, 1), entre outros.

Ficam, então, registados alguns dos latinismos e cultismos encontrados nas fontes documentais analisadas.

5. CONCLUSÃO

Da análise empreendida, concluo que os latinismos ocorrem em maior quantidade no século XIII. Nesta altura poucos cultismos se encontram e praticamente nenhuma forma dupla. O surgimento significativo de latinismos neste período deve-se, em meu entender, à instabilidade que a língua revelava e como tal, a necessidade de recorrer amiúde a vocábulos latinos, tanto por uma questão de necessidade, como por uma questão de filiação entre as duas línguas, a latina e a portuguesa. No século XV, abundam os latinismos. Alguma das produções literárias de então, como é o caso do *Livro da virtuosa benfeitoria* do Infante D. Pedro, surge como tradução de autores latinos. A corte de Avis, ao mesmo tempo, enriquecia a língua com a introdução de cultismos. Para o uso de latinismos, aqui com intenções marcadamente estéticas, o infante D. Pedro desculpa-se dizendo: “E os que menos letrados forem do que eu sou, nem se arrojem d’algumas palavras latinadas e termos scuros, que en taes obras se non podem escusar”, afirmando logo em seguida: “A taes prazeres como este chamam-se em latim Jucunditates. E nós por non termos em nossa linguagem vocabulo apropriado, podemos-los chamar sobreavondante e extremada alegria”. Também é interessante observarmos que o Infante D. Pedro, por vezes, renitente ao uso de latinismos, traduz ao longo da sua obra *patria* por “terra da nossa natureza” ou “terra de que somos naturais”, *fabulae* por “patranhas”, entre outras situações similares.

No século XVI em geral, e n’*Os Lusíadas* em particular, há um número significativo de cultismos. Na sua origem, estará, certamente, o contexto renascentista e humanista, momentos de grande erudição.

Tanto no século XV como no século XVI verifica-se uma tentativa insistente de assemelhar o português com o latim, facto visível no uso de uma ortografia, muitas vezes, sem explicação histórica e que não traz novidade à pronúncia. Temos, deste modo, a presença de *y*, *th*, *ph*, *ch*, *sc*, *gn*, *gm*, na ortografia deste período.

Apresentada de forma muito sumária esta questão, continuará um vasto campo por explorar, nomeadamente ver a partir de qual momento esses latinismos e

cultismos se fixaram definitivamente na língua e nunca mais a abandonaram. Para esse estudo, o *corpus* a trabalhar terá de ser muito mais abrangente. Aqui, apenas tive a intenção de apresentar um problema que oferece um vasto e profícuo campo de exploração.

BIBLIOGRAFIA DAS FONTES DOCUMENTAIS

- Camões, Luís de (1984): *Os Lusíadas*. Fixação do texto e prefácio de Hernâni Cidade. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, José de Azevedo (1987): *Afonso X, Foro Real*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Infante D. Pedro e Frei João Verba (1994): *Livro da vertuosa benefetoria*. Edição crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. *Acta Universitatis Conimbragensis*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Alvar, Manuel & Sebastian Mariner (1967): "Latinismos". *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. II, 3-49.
- Benítez Claros, R.: "Sobre los períodos cultos". *Archivum* X, 398-404.
- Badía Margarit, A. (1972): "Por una revisión del concepto de "cultismo" en fonética histórica". *Studia Hispánica in Honorem R. Lapesa*, vol. I, 137-151.
- Baldinger, Kurt (1972): *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos.
- Bustos Tovar, José Jesús de (1972): *Contribución al estudio del cultismo español*. Madrid: Gráficas Cándor.
- (1977): "Notas sobre el cultismo léxico en la literatura medieval española". *Acti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Nápoli, 15-20 aprile, 1974), vol. IV, 233-250.
- Carvalho, José G. Herculano de (1980): "Contribuição de "Os Lusíadas" para a renovação da língua portuguesa". *Revista Portuguesa de Filologia* XVIII, 1-39.
- Castro, Ivo (1993): "A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro". *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro* (25 a 27 de Novembro de 1992) (=Biblos. *Revista da Faculdade de Letras*), 97-106.
- Castro, Ivo (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fernández Galiano, M. (1967): "Helenismos". *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. II, 51-77.
- Lleal, Coloma (1990): *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova.
- Lüdtke, Helmut (1974): *História del léxico románico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Lorenzo, Ramón (1968): *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. Anotações ao "Dicionário Etimológico" de José Pedro Machado*. Vigo: Galaxia.
- Mariner Bigorra, Sebastián (1960): "El latín de la Península Ibérica". *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, 199-233.

- Maia, Clarinda de Azevedo (1992): "A situação linguística da Galiza do século XIII ao século XVI". *Actas do Congresso Internacional de Cultura Galega*. [Santiago de Compostela]: Dirección Xeral de Cultura, 361-370.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1995): *História da língua portuguesa. Guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1995): "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*". *Diacrítica* 10, 1-30.
- Meier, Harri (1943): "Evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas". *Biblos* XVIII/II: 497-515.
- Machado, José Pedro (1987): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte.
- Niculescu, Alexandru (1979): "El latín vulgar. Consideraciones sobre un concepto". *Anuario de Letras* XVII, 243-255.
- Nunes, José Joaquim (1989): *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Neto, Serafim da Silva (1992): *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições.
- Osório, Jorge A. (1993): "A prosa do Infante D. Pedro. A propósito do *Livro dos Ofícios*". *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992)* (=Biblos. Revista da Faculdade de Letras), 97-106.
- Otero Martínez, Rutilio (1959): "Cultismos". *Archivum* IX, 189-215.
- Tovar, Antonio (1960): "Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas no indoeuropeas. Testimonios antiguos". In *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I.
- Veiga Arias, Amable (1983): *Algunas calas en los orígenes del gallego*. Vigo: Galaxia.
- Verdelho, Telmo (1981): *Índice reverso de «Os Lusíadas»*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Wright, Roger (1982): *Late Latin and early romance in Spain and Carolingian France*. Liverpool: Francis Cairns.
- Wright, R. (1976): "Semicultismo". *Archivum* VII: 13-28.

A forma verbal –RA em português e espanhol: evolução de ontem, interferências de hoje

Rubiane Maria Tôrres de Souza
Universidad de Valladolid

Bolseira da Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI

Saussure já dizia que “o tempo altera tudo” e que “a língua modifica-se com a fala”, e Hermerén comenta que em nenhuma das línguas românicas a forma do Pretérito Mais Que Perfeito do chegou a utilizar-se de maneira tão variada como em Espanhol. Com estas acertativas como ponto de partida e considerando a importância da evolução dos idiomas na lingüística actual, trabalhamos a nível diacrónico e sincrónico sobre a forma verbal –*ra* em Português¹ e Espanhol.

De modo geral, trata-se de um trabalho feito a partir de dados teóricos (considerando os principais estudiosos sobre o tema) e práticos (baseando-se também em nossa experiência como professora de língua estrangeira) numa análise contrastiva onde se têm em conta os seguintes pontos: origem/evolução da forma verbal –RA; principais usos; e a aprendizagem da forma verbal –RA por alunos de Português e Espanhol.

1. A FORMA -RA

1.1. Origem / Evolução

Hermerén (1992: 13-15) comenta que as formas *cantaverat* (Mais Que perfeito do Indicativo) e *cantavisset* (Conjuntivo²) em Latim Clássico não tiveram a mesma evolução nas línguas românicas.

A primeira existe em todas as línguas românicas (e permanece viva só nas ibero-românicas) e nelas as formas sintéticas foram abandonadas ou adquiriram outro valor, substituindo-se pelas perífrases de *habebat cantatum* (no Ind.) e de *habuisset cantatum* (no Conj.) que já existiam em Latim. Citando a Foth (1876: 254), Nutting (1925), To-

¹ O Português aqui tratado terá como base uma Gramática standard das variantes peninsular e americana, ainda que a maior parte dos exemplos foram tirados da do Brasil..

² Durante o texto deste trabalho, vamos pouco a pouco alternando os termos Conjuntivo e Subjuntivo.

geby (1978: 86) e Ridruejo (1990: n. 6), diz que a forma tinha em latim não só o valor de Mais Que Perfeito do Indicativo senão também a de Potencial na apódosis das orações condicionais reais. Já na Idade Média empregou-se a forma -RA com valor de Potencial na maioria das línguas românicas, o que levou a que se perdesse primeiro o valor de Mais Que Perfeito do Indicativo de -RA, e depois, (em concorrência com as formas do Potencial o de -SE) o de Potencial, excepto nas línguas ibero-românicas e algumas formas restantes nas românicas.

A segunda é usada em todas as línguas derivadas do Latim. E já em Latim Clássico a forma do Imperfeito do Conjuntivo das condicionais começou a substituir-se pela forma -SE.

A forma do Mais Que Perfeito do Conjuntivo (-SE), chegou a alternar com a do Mais Que Perfeito do Indicativo (-RA) e com as construções diferentes do Indicativo que passaram a ser formas do Potencial em Latim Vulgar.

1.1.1. Em Espanhol

Como dizíamos no principio, é Hermerén (1992: 11-17) quem comenta que em nenhuma das línguas românicas a forma do Mais Que Perfeito do Indicativo chegou a utilizar-se de maneira tão variada como em Espanhol, pois pôde ter valor de Mais Que Perfeito, Pretérito, Perfeito e Imperfeito do Indicativo; de Potencial, de Mais Que Perfeito e Imperfeito do Subjuntivo.

Também segundo esta autora, o fato de que *cantara* alterne com a forma do Imperfeito do Subjuntivo *cantase* em Espanhol moderno, e às vezes também com formas do Indicativo como *había cantado e cantó*, parece uma “*contradictio in adiecto*” que se tem explicado de diferentes maneiras. Em sua obra fala ainda sobre o valor de “Indicativo” em Espanhol moderno, através de uma pesquisa deste registo em jornais espanhóis e hispano-americanos.

1.1.2. Em Português

Vázquez Cuesta & Mendes da Luz (1971: 206) comentam que a maior parte dos tempos portugueses corresponde com os do Espanhol, mas há que considerar certas distinções.

Segundo Holger Sten em seu *Les particularités de la langue portugaise* (cit. por Vázquez Cuesta & Mendes da Luz 1971), o carácter conservador constitui uma das características mais genuínas da Língua Portuguesa, especialmente no verbo, que está mais próximo à configuração do sistema latino que na maioria das línguas românicas, pois do Latim mantém um “Mais Que Perfeito Simples” herdado do Mais Que Perfeito do Indicativo. Também tiveram novos usos em Português: o Imperfeito do Conjuntivo, que provavelmente deu o Infinitivo Pessoal Português, e o Mais Que Perfeito que passou a Imperfeito deste mesmo modo verbal.

Segundo Hermerén (1992: 15-17), a forma -RA conserva seu valor de Mais Que Perfeito do Indicativo, mas às vezes pode ter também valor Potencial; hoje em dia usa-se principalmente como uma alternativa literária e culta da forma analítica *tinha cantado* (de uso mais frequente na língua de uso comum); cita a Câmara Jr., (1986, 100). Segundo Martins Ferreira (1984: 208-209) a forma -RA em Português contemporâneo é, na maioria dos casos, um “Mais Que Perfeito” do Indicativo, mas ainda no século XVI usava-se, como em Galego e Espanhol contemporâneo, também com valor de Subjuntivo. E ainda em Xove (1982: 321) (citado em nota em Veiga 1996: 27) em Português standard -RA só aparece com significado de Subjuntivo em prótases de condicionais. E ainda que muito frequente nos séculos XVI e XVII, não seja comum o seu uso hoje em dia. Também comenta que o uso com valor irreal dentro do Subjuntivo pervive cada vez menos em dialectos portugueses do norte.

Cunha & Cintra (1996: 456) mencionam “Quem te adorara, se adorar pudera!” (A. de Guimarães), “Assistimos à divina Tragédia, como se fôramos [...] os últimos personagens póstumos do mestre” (T. de Pascoaes) como alguns exemplos literários e “quem me dera[...]!”, “prouvera a Deus[...]”, “pudera [...]!”, “tomara (que) [...]!” como algumas construções fixas exclamativas registadas na língua falada e na literária.

2. USOS/VALORES

2.1. Em Espanhol

—*De 1140 a 1500:*

Inicialmente foi empregado com o seu valor do Latim, mas foi sendo substituído pela analítica: durante 1200-1500, utilizaram-se formas analíticas e sintáticas (como hoje em Português).

—*Em obras literárias:*

Encontramos em “*El Cantar de Mio Cid*” principalmente a forma -RA como Mais Que Perfeito do Indicativo; em Berceo e outros textos coetâneos a forma analítica de Mais Que Perfeito do Indicativo; em romances (desde finais do século XIV até a 1ª metade do XVI) com outro valor de tempo passado; em *El Corbacho* (1438), segundo Wright (1932, quadro da p. 160b), grande número de ocorrências de -RA com valor de Indicativo (com este valor ainda em 1459, depois aparece só esporadicamente); e ainda em *Cid*, *La Celestina*, *Don Quijote* com valor potencial

—*A partir do século XVI:*

A finais do XVI e princípios do XVII principalmente com valor de Subjuntivo, por exemplo em Lope de Vega e Calderón. Já nos séculos XVII e XVIII como formas compostas *hubiera cantado / hubiese cantado* como norma em orações condicionais de passado; e também com valor potencial pode aparecer ainda na apódoses das condicionais.

—*Em Espanhol moderno:*

Aparece com significado de possibilidade ou probabilidade em orações principais como *¡Quién lo creyera!*, e não pode ser substituída por -SE.

Alarcos Llorach (1994: 159) cita três casos básicos de uso diferente das duas formas: (1) quando -RA se utiliza como um arcaísmo ou dialectismo em lugar de *había cantado*; (2) uso afectado, jornalístico e dialectal que a iguala a *cantaste*, e (3) uso afectado e arcaizante equiparando a *cantarías*.

Matte Bon (1995) cita inclusive quadros-resumos onde traz as expressões e/ou verbos mais comuns ou os que regem um uso ou outro, em determinadas situações de contexto ou tipos de orações.

Hermerén em seus exemplos tirados de jornais espanhóis e hispano-americanos e nas avaliações das seus questionários nota que a forma -RA (com valor não-subjuntivo) é menos frequente com um verbo intransitivo que com um transitivo. Quanto ao seu valor conjuntivo,

El uso de RA en apódoxis probablemente contribuyó a la atracción/dislocación de esta forma a la prótasis [...] donde entró en competencia con la forma SE. (Hermerén 1992 25),

mas cfr. Veiga (1996: 8-12).

2.1.1. Com valor de Indicativo

—*Em Espanha:*

É utilizada em obras históricas de Mariana (1621-1623), talvez conscientemente para imitar as crônicas antigas e para dar impressão de maior autenticidade. E nos finais do século XVIII em Jovellanos e Menéndez Valdés. São poucas as ocorrências entre 1500 e 1800, mas isso não significa que não existisse. Logo foi introduzida novamente, aproximadamente em 1830 pelo Duque de Rivas. Encontramos também com outro valor que não o de Mais Que Perfeito característico dos romances.

Segundo Hermerén, persiste em nossos dias na linguagem jornalística. Limita-se hoje principalmente às orações de relativo e adverbiais. E há autores que a consideram como de uso somente dialectal (principalmente em Astúrias e Galiza). Coseriu considera-o como um fenómeno só hispano-americano. Porém há que ter em conta que a divergência de opiniões se é ou não Mais Que Perfeito, também se deve ao facto de que os linguistas não incluem sempre os mesmos tipos de orações, e que os usos diferem de um país para outro.

Para os gramáticos normativos não se deve aceitar este uso se não tem o valor de Mais Que Perfeito que é o único que reconhecem como válido segundo a etimologia. As críticas partem principalmente de Bello (“é um arcaísmo”), Cuervo (“de mal gosto”), Cejador e Frauca (“não é muito louvável”), Casares e Alonso & Henríquez Ure-

ña (“é evitado pelos melhores”), a Real Academia (1931: “abuso”, 1973: “não está justificado”), Mallo (o mais crítico de todos: “atentado contra a pureza e a correcção”, “monstruoso solecismo”), entre outros; também é considerado como de uso marginal, mas há quem encontre hoje em dia tendências ao seu aumento (cfr. Veiga 1996: 84ss).

Hermerén (1992: 19) cita que em Ridruejo (1982: 173-174) se demonstra como se tem usado a forma em -RA tanto com valor de Pretérito como de Imperfeito de Indicativo nos textos literários primitivos. Firsova (1968: 59) e Lamíquiz (1971: 6), citados também por Hermerén (1992: 19), comentam sobre a freqüente dificuldade de distinguir o valor de Pretérito e o de Mais Que Perfeito do Indicativo da forma em -RA. É ainda Hermerén (1992: 19) quem cita o testemunho de Nebrija (recolhido em Molho 1975: 650-651) de que o uso da forma -RA com valor de Mais Que Perfeito do Indicativo já havia desaparecido em 1495. Cfr. também Veiga (1996: 24-25).

—*Na Hispano-américa:*

Não está qualificado como arcaísmo ou dialectismo.

Segundo Kany (1945) o uso por escritores foi uma tentativa de dar um carácter arcaico. Bockhorni (1961) considera que partiu dos conquistadores (mas nesta época já era quase que exclusivo o valor de Imperfeito de Subjuntivo). Já Novicov (1979) atribui seu aumento aos emigrantes do noroeste da Espanha, que se instalaram principalmente em Cuba, Argentina e Brasil, a finais do XIX e princípios do XX.

Segundo Hermerén (1992) a forma -SE usa-se cada vez menos em Espanhol da América. E sobre a forma -RA tem um dedicado estudo sobre a sua utilização em língua escrita onde identifica que os usos ocorrem com Subjuntivo e “não-Subjuntivo” em jornais, na prosa literária, na poesia (excepto na moderna), na língua falada, mas quase que nenhum exemplo no teatro (porém em novelas e telenovelas).

Sobre a frequência desta forma em Espanhol escrito nos jornais hispano-americanos, encontra “RA/ns” limitando-se quase que exclusivamente em orações de relativo e algumas adverbiais (temporais e comparativas/modais), enquanto que nos peninsulares ocorrem usos mais frequentes em orações adverbiais (sobretudo nas encabeçadas por *después [de] que* e *desde que*) que nas de relativo; ou seja que o uso lingüístico em Espanha diferencia-se na actualidade do da América Latina neste tipo de oração.

2.1.2. Alternancia com -SE

Assim como a forma -RA apoderou-se de -SE, também aconteceu ao contrário. Pode-se utilizar uma pela outra, sempre quando o valor seja de Imperfeito do Subjuntivo, mas também para muitos lingüístas são intercambiáveis. Outros dizem que para isto há que considerar aspectos como: frequência, preferência, coloquialidade, uso em prótases, para um tipo ou outro de oração e/ou verbo, dialectalidade, regionalismo, actualidade/inactualidade, distinção semântica, culto/vulgar, elegância, etc. (cfr. Veiga 1996: cap. 7).

2.2. Em português

—Uso geral

No idioma de Camões e José de Alencar a forma -RA aparece não no Imperfeito do Conjuntivo, senão no Mais Que Perfeito do Indicativo.

Considerando a feliz colaboração de Cunha & Cintra (numa tentativa de unir em uma única publicação as diferenças gramaticais do Português do Brasil e Portugal), podemos encontrar os usos desta forma condensados em: (1) o “Pretérito Mais Que Perfeito” indica uma acção que ocorreu antes de outra acção já passada, como em por exemplo: “Samuel aproximou-se para avisar que o táxi *tinha chegado*” (Carlos Drummond de Andrade, *CA*, 130); (2) também pode denotar:

a) um facto ligeiramente situado no passado, em frases como as seguintes: “*Casara, tivera* filhos, mas nada disso o *tocara* por dentro” (Miguel Torga, *NCM*, 55), “Até que afinal *conseguiu* o meu carneiro para montar” (José Lins do Rego, *ME*, 73), “No céu azul as últimas arribações *tinham desaparecido*” (Graciliano Ramos, *VS*, 177);

b) um facto passado relacionado ao momento presente, quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido: “Eu *tinha vindo* para convencê-lo de que Pedro é seu amigo e pedir-lhe que apoiasse Hermeto.” (Ciro dos Anjos, *M*, 243);

(3) já na linguagem literária utiliza-se, uma vez ou outra, em lugar de:

a) “Futuro do Pretérito” (Simple ou Composto): “Um pouco mais de sol – e *fora* (= teria sido) brasa, Um pouco mais de azul – e *fora* (= teria sido) além. Para atingir, faltou-me um golpe de asa...” (Mário de Sá Carneiro, *P*, 69);

b) “Pretérito Imperfeito do Conjuntivo”: “Sê propícia para mim, socorre / Quem te adorara, se adorar *pudera*” (Alphonsus Guimaraens, *OC*, 179), “Assistimos à divina Tragédia, como se *fôramos*, no prodigioso quadro os últimos personagens póstumos do Mestre.” (Teixeira de Pascoaes, *VE*, 193.);

(4) na linguagem comum: “Quem me dera! (= Quem me desse!), “*Prouvera* a Deus! (= Prouvesse a Deus), “*Pudera!*”, “*Tomara* (que)!”; (4) e ainda em exemplos literários: “Quem me *dera* ser como Casimiro Lopes!” (Graciliano Ramos, *SB*, 178), “*Prouvera* a Deus que eu não soubesse tanto!” (Fernando Pessoa, *OP*, 544), “*Tomara* eu ser-lhe útil.” (João Araújo Correia, *FX*, 53), Exemplos citados em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 455-456).

Hermerén (1992) também comenta que, no norte de Portugal, quando -RA é usada por algumas pessoas não cultas, com valor de Pretérito ou inclusive de Perfeito do Indicativo, costuma-se dizer que se trata de linguagem descuidada. Outra cita que traz é a de duas passagens da *Capitães da Areia* do escritor brasileiro Jorge Amado, onde aparecem exemplos da forma *cantara* alternando com a de *tinha cantado*, evidenciando assim que esta segunda também ocorre na linguagem literária. Ainda sobre esta obra de Jorge Amado comenta que este autor prefere utilizar *cantara* com verbos transitivos e *tinha cantado* com os intransitivos. Também fala que no estilo

literário e no arcaísmo encontra-se também a forma em -RA com valor de Potencial, mas que hoje se usa normalmente a forma de Potencial em lugar da -RA. E cita como exemplo: “(3) Se o contentamento fizesse milagres *tivera-me* nesta hora a seus pés” (Vázquez Cuesta & Mendes da Luz 1971: 527).

2.2.1. Alternância com -SE

Ao contrário do que ocorre em Espanhol, a forma -RA, anteriormente comentada não alterna de forma alguma com a outra -SE, não se pode de nenhuma maneira considerá-las como alomorfas. As duas fazem parte de tempos e modos verbais distintos, uma de Pretérito Mais Que Perfeito do Indicativo e a segunda de Imperfeito de Conjuntivo. Esta forma -SE tem a sua origem no Mais Que Perfeito do Conjuntivo no Subjuntivo latino, evoluindo desde o Latim Vulgar, passando por transformações fónicas e/ou morfológicas.

2.2.2. O Mais Que Perfeito em Português

Em Português o Mais Que Perfeito do Indicativo apresenta-se na forma simples e composta (em Espanhol só da segunda maneira) e têm como principais características:

—1. Pretérito Mais Que Perfeito Simples:

- conserva o valor do Mais Que Perfeito do Indicativo latino,
- a sua forma é -RA.
- utiliza-se às vezes em lugar do Condicional, na apódoses de orações condicionais (somente na língua literária de sabor arcaizante),
- sustitui o Condicional ou o Imperfeito do Conjuntivo em frases que expressem desejo, petição, ou de carácter exclamativo (frequência particular em locuções populares).

—2. Pretérito Mais Que Perfeito Composto:

- formado por uma perífrase com o Imperfeito do Indicativo do verbo *ter*³ e o particípio do verbo principal; exemplo: *tinha cantado*.

A maioria dos autores estão de acordo em que não há uma diferença clara que matize o uso indiferente de um ou outro, já que ambos expressam uma acção quando

³ Também se usa o verbo “haver” como auxiliar com quase o mesmo sentido que com “ter”. Com relação a isto, A. Nascente em seu “Esbozo de comparación del español como el portugués” (cit. en Barbieri Durão 1998: 137) trata-o como de uso um tanto arcaizado e que quase só aparece na língua culta. Já o segundo é mais amplamente empregado na linguagem coloquial (em substituição ao anterior).

outra se realizou ou realizava. Vejam-se os exemplos citados em Vázquez Cuesta & Mendes da Luz (1971: 208):

Ela *saíra* (ou *tinha saído*) de casa antes de minha mãe chegar.
O rapaz *partira* (ou *tinha partido*) e nós sem lhe dizermos adeus!

Também há os que comentem que, hoje em dia, predomina mais a composta que a simples na linguagem familiar e na língua escrita (principalmente na 3ª pessoa do plural, o que, dada a igualdade com o Perfeito pode ocasionar ambigüidade). Vejam-se novamente exemplos em Vázquez Cuesta & Mendes da Luz 1971: 209):

Tiveram de trabalhar muito para chegar àquilo.
Tinham tido de trabalhar muito para chegar àquilo.

Sobre o tema de uma ou outra forma verbal, há que comentar também que a comodidade é um dado determinante já que para o nativo de língua portuguesa resulta mais fácil a construção composta que a simples. Segundo Teyssier (1976: 210, cit. em Tláskal 1984: 242) a forma composta é um recurso do Português escrito e a simples do literário. Mas, analisando o Português familiar encontramos o Mais Que Perfeito Composto como a predominante, ainda que com a forte concorrência do Pretérito Perfeito Simples). Tláskal (1984: 251) e comenta que ambas vão desaparecendo do uso familiar, concentrando-se no Português padrão⁴.

2.3. Na Cortesia Verbal

Não é muito comum que, à hora de falar, um interlocutor ponha-se a pensar em que forma verbal utilizar, senão o que deseja, pelo menos numa fase inicial, é comunicar-se, realizar um acto comunicativo.

Segundo J. Vallejo (1922, cit. em Böckle 1984: 10), ao tentar explicar a razão de um determinado uso modal há que se considerar os factos lingüísticos que podem indicar o estado mental do sujeito que fala (um matiz psicológica) ou ser simplesmente un cliché (que obedece a circunstâncias particulares). Ainda que se deva considerar, por exemplo, que este mesmo falante sim é consciente que, em determinados casos, um uso modal ou outro seja obrigatório. Para “cortesia verbal” Haverkate (1994) cita duas definições de dicionário: a da RAE (1956, 375) que a atribui à “demonstração ou acto com que se manifesta a atenção, respeito ou afecto que tem uma pessoa por outra”; e a de María Moliner (1966, 785) que a trata como um “conjunto de regras mantidas no tratamento social, com as que as pessoas mostram entre si consideração e respeito”. E considera mais satisfatória esta última.

Comentaremos a seguir as considerações sobre este tema e como se dá em Espanhol e Português.

⁴ Talvez pela concorrência com o Pretérito Perfeito Simples.

2.3.1. Em Espanhol

Com relação ao uso da forma –RA~–SE em Espanhol, alguns autores a relacionam directamente com a cortesia verbal, considerando não só a alternância formal, como também o tempo verbal a que fazem parte e outro uso temporal ou modal.

Meyer-Hermann, falando sobre a cortesia, relaciona-a com o uso do Condicional, do Imperfeito e do Mais Que Perfeito, principalmente no que concerne à atenuação. Sobre a intencionalidade do falante, Böckle (1984: 26-57), quanto ao uso do Indicativo ou Subjuntivo, fala de seus usos nas diferentes orações (que logo apresentaremos em outro ítem). Lloyd (1993: 574), citando a Lapesa, ao falar da diferença entre o singular e o plural entre *amássedes / comiêssedes > amasses / comiesses*, considera-a especialmente importante, pois já em sua formação um uso ou outro tinha que ver com a cortesia verbal

2.3.2. Em Português

Sobre os usos em Português, quase não há bibliografia com rigores de detalhes como as citadas anteriormente, dado que os materiais para o ensino deste idioma como língua estrangeira não têm ainda a evolução pela que tem passado por exemplo o Espanhol, mas mesmo assim citam Vázquez Cuesta & Mendes da Luz um ou outro exemplo onde o uso se dá quando o Mais Que Perfeito do Indicativo substitui o Condicional ou ao Imperfeito do Subjuntivo, em frases que expressam desejo, petição ou que tem carácter exclamativo, todos de uso popular: *Quem me dera também!*; *Tomara que eu chegasse a tempo!*; *Bem quisera poder dizer-lhe sim!*; *Pudera!*; *Prouvera Deus!* Isto faz com que o estudante lusoparlante se confunda e logo a utilize indevidamente em casos em que o Espanhol não admite. Veiga (1996: 43) cita os usos “cortesias” de *pudiera*, *debiera*, *quisiera* em lugar de *podría*, *debería*, *querría* como os únicos usos que são resíduos do primitivo valor de Indicativo de *cantara* em Espanhol falado peninsular actual. E há quem fale de um “Condicional de modestia” com relação ao uso de um ou outro destes, comentando que isto ocorre em níveis mais cultos: “Quería un copo d’agua” / “Quisera um copo d’agua”.

3. COMPARANDO USOS

Não queremos aqui entrar em todos os detalhes sobre a teoria deste tema, cortesia verbal, actos da fala, implicaturas, máximas, etc., senão os contextos em que o falante os faz valendo-se da forma –RA aqui tratada. Para isto, tomamos como base a Fernández Cinto (1991) e Gelabert *et al.* (1996) onde podemos perceber que a utilização da forma verbal –RA nos Actos da Fala faz-se basicamente da seguinte maneira:

<i>Actos da fala</i>	<i>Ocorrência de –ra e/ou –se</i>	<i>Ocorrência de –ra e/ou –sse</i>
Apresentar pessoas	<i>Quisiera presentarte...</i>	<i>Queria apresentar-te...</i>
Sugerir algo a alguém	<i>Y si fuéramos al cine...</i>	<i>E se fôssemos ao cinema.../ E se a gente foie ao cinema...</i>
Conversar: pedir, tomar, manter, dar e recusar a palavra	<i>Yo quisiera decir...</i>	<i>Eu queria dizer... (Gostaria de dizer...)</i>
Prometer/oferecer: aceitar ou declinar uma proposição	<i>No hacia falta que se molestara; no es nada</i>	<i>Não tinha necessidade de que te incomodasses/preocupasses, não é nada. Não precisava se incomodar...</i>
Suplicar	<i>Por lo que más quieras, ten un poco de paciencia.</i>	<i>Pelo que mais queres, tem um pouco de paciência..</i>
Ordenar/proibir/permitir: dar. Indicações, instruções (segundo as diferentes circunstâncias)	<i>Con Iberia ya hubiera llegado. (publicidad de carretera)</i>	<i>Com a TAP já tinha/teria chegado.</i>
Aconselhar/recomendar/dar/ sugerir, aconselhar/desaconselhar	<i>Si estuviera en tu lugar (yo, en tu lugar), no lo haría. Si fuera tú, no lo haría. ¿Y si vinieras cuanto antes?</i>	<i>Se estivesse no teu lugar(eu, em teu lugar), não o faria. Se fosse você, não o faria. E se viesses o quanto antes?</i>
Recordar/esquecer: por si mesmo	<i>Lo recuerdo como si lo viera. Se me figura que estás desmemoriado; eso fue el año pasado.</i>	<i>Lembro como se o visse. Creio que estás desmemoriado; isso foi no ano passado</i>
Expressão de ignorância, de desconhecimento: estranheza a uma notícia (como resposta a um facto apresentado como verdadeiro/ Perguntas concretas)	<i>Nunca me lo hubiera creído Nunca me lo hubiera planteado.</i>	<i>Nunca teria/tinha creditado. Nunca tinha/teria pensado nisso.</i>
Julgar algo/alguém:	<i>Si no hubiera ido, no habría perdido nada.</i>	<i>Se não tivesse ido, não tinha/teria perdido nada.</i>
Como expressar a condição e as hipóteses	<i>Si fuera rico daría la vuelta al mundo. Si hubiéramos salido por la tarde, hubiéramos encontrado más coches. Incluso aunque me lo repitiera hasta la saciedad no me lo creería / dudo que me lo creyera. Aunque se volviera loca, continuaría queriéndola ¡Si hubiéramos llamado al médico! ¡Si yo hubiera estado allí! ¡Si vd. hubiera venido.</i>	<i>Se fosse rico daria a volta ao mundo. Se tivéssemos saído à tarde, tínhamos / teríamos encontrado mais carros. Inclusive, ainda que repetisse até cansar não acreditaria/duvido que acreditasse. Ainda que ela ficasse louca, continuaria amando-a Se tivéssemos chamado ao médico... Se eu tivesse estado ali... Se você tivesse vindo.</i>
Como expressar a finalidade	<i>Le llamó para que viniese. Se lo explicó de modo que lo entendieron.</i>	<i>Chamou-lhe para que viesse. Explicou de modo que o Entenderam.</i>
Como expressar a oposição-concessão	<i>Aunque te hubieras vestido de astronauta, te hubiera reconocido. Aunque fuera el único hombre sobre la tierra, no me casaría con él.</i>	<i>Ainda que tivesses vestido de astronauta, tinha/teria te reconhecido. Ainda que fosse o único homem sobre a face da terra, não me casaria com ele.</i>

Receber alguém	<i>Siéntase como (si estuviera) en su propia casa</i>	<i>Sinta-se como (se estivesse) em sua própria casa</i>
Excusar-se pedindo tempo	<i>Si tuviera la amabilidad de esperar, ahora estoy ocupado.</i>	<i>Se puder fazer o favor de esperar, agora estou ocupado.</i>
Responder a uma apresentação	<i>¡Me han hablado tanto de ti que es como si te conociera de toda la vida!</i>	<i>Já me falaram tanto de ti que é como se te conhecesse a vida inteira.</i>
Recusar um convite	<i>Me hubiera encantado haber podido aceptar su invitación. Muchas gracias por su invitación. Me hubiera gustado ir. ¡Qué más quisiera yo! Quisiera poder aceptar su invitación, pero...</i>	<i>Gostaria de ter podido aceitar o seu convite. Muito obrigado pelo seu convite. Gostaria de ter ido. Que mais quisera eu! Queria poder aceitar o seu convite, mas...</i>
Recusar um oferecimento	<i>Me sabría mal que vd. se ofendiera, pero [...] Si me lo hubiera dicho antes, pero es [...] ¡Sólo faltaría que tú tuvieras que [...] enfático</i>	<i>Eu sentiria/lamentaria muito se você se ofendesse,mas [...] Se tivesse me dito antes, mas é [...] Era só o que faltava, que tu tivesses que [...]</i>
Pedir ajuda	<i>Si fueras tan amable de ayudarme... ¿Y si hicieras algo por mí? Si fuera vd. tan amable, ¿podría [...]?</i>	<i>Seria tão amável em ajudar-me.../ Por gentileza,, poderia ajudar-me E se fizesses algo por mim? Se fosse tão amável, poderias [...]? (tom irônico)</i>
Oferecer ajuda e apoio	<i>Si usted quisiera, yo podría ayudarle. Quiero que sepas que puedes pedirme lo que quieras.</i>	<i>Se você quiser, eu poderia/posso lhe ajudar. Quero que saibas que podes pedir-me o que quiseres./ Quero que você saiba que pode me pedir o que quiser.</i>
Recusar uma oferta de ajuda	<i>Sólo faltaría que tú tuvieras que hacerlo por mí. No, gracias, pero le estaré tan agradecido como si lo hubiera hecho.</i>	<i>Era só o que faltava, que tu tivesses que fazê-lo por mim.. Não, obrigado, mas estarei (estar-lhe-ei) tão agradecido como se o tivesse feito.</i>
Pedir / Marcar hora	<i>Quisiera mantener una entrevista con [...] formal Quisiera concertar una cita con usted (formal)</i>	<i>Queria uma entrevista com... Queria marcar uma entrevista com o senhor... (formal)</i>
Aceitar ou conceder uma hora	<i>Vente cuando quieras</i>	<i>Vem quando quiseres / Venha quando quiser.</i>
Recusar ou não conceder uma hora	<i>Si fuera a otra hora... Ya sabe vd. que me hubiera gustado, pero [...]</i>	<i>Se fosse em outra hora... Você já sabe que eu teria gostado, mas [...]</i>
Agradecer	<i>Quisiera agradecerle</i>	<i>Queria agradecer-te</i>
Desejar boa sorte a alguém	<i>¡Dios quiera que todo te salga bien!</i>	<i>Deus queira que tudo dê certo</i>
Pedir desculpas a alguém	<i>Desearía que olvidaras lo sucedido. ¡Podrías hacer como si no lo hubiera visto? Quisiera que vd. hiciera el favor de excusarme con [...]</i>	<i>Gostaria que esquecesses o que aconteceu. Podias fazer de conta que não o viu? Queria que você fizesse o favor de desculpar-me com [...]</i>

Como se pode perceber, a forma -RA nem sempre tem a equivalência com a forma -SE em Espanhol; inclusive ocorrem casos em que se usam expressões próprias do Português, o Condicional ou ainda um tempo verbal particular deste idioma: o “Infinito Pessoal” .

4. INTERFERÊNCIAS EM SEUS USOS

Barbieri Durão (1998: 289) fala sobre o comentário que faz R. Ellis em seu “Understanding second language acquisition” (1990), onde considera que um dos mecanismos mais rentáveis para aprendizes de uma L2 é o reaproveitamento de sua L1, mas que também isto tem dois lados da moeda já que, devido à semelhança entre as línguas em questão, pode ocasionar transferências positivas ou interferências. A mesma autora (1998: 219) comenta que a forma -RA em Português tem uma significação modo-temporal diferente do Espanhol, já que primeiro expressa significado de Mais Que Perfeito enquanto que no segundo de Imperfeito do Conjuntivo. Além disto que em Português coloquial costuma-se ser trocado pela locução “ter” (em “Pret. Imperfeito” do Indicativo + Particípio). Também (1998: 132-173) aponta os principais problemas de luso-falantes de Espanhol e de hispano-falantes aprendizes de Português na seguinte porcentagem:

<i>Paradigmas</i>	<i>Erros por luso-falantes</i>	<i>Erros por hispano-falantes</i>
Nominais	19%	33%
Verbais	30%	20%
Outros	51%	47%

E que os mecanismos que determinam estes erros são:

<i>Mecanismos</i>	<i>Por luso-falantes</i>	<i>Por hispano-falantes</i>
Interferências	67%	68%
Sobregeneralização	23%	07%
Hipercorreção	06%	08%
Dificuldade de aprendizagem	04%	17%

Como se pode notar, a interferência é um dos mecanismos que apresenta a porcentagem mais alta e que os erros de paradigma verbal ocorrem em uma quantidade também considerável se se contrasta por exemplo com a de “outros” paradigmas (principalmente por luso-falantes).

Partindo destes comentários e da nossa experiência comentaremos aqui os possíveis problemas destes aprendizes com respeito ao uso da forma -RA (e consequentemente da -SE) e que relação pode ter se se toma por base, por exemplo, a mudança do modo verbal.

Se, como diz Hermerén (1992: 86), -SE usa-se cada vez menos no Espanhol da América, mas se em Português é a única forma para o Imperfeito do Conjuntivo, que Espanhol ensinar aos aprendizes luso-falantes no Brasil se se considera o Mercosur como um dos mais fortes motivos para que queiram aprender este idioma? Não se

trata aqui de fazer um estudo detalhado do uso do Indicativo ou do Conjuntivo, senão de ver a mudança de modo verbal ocorrida com a forma -RA (e consequentemente da -SE) em Português e em Espanhol e os problemas de interferências no uso destas por luso-falantes aprendizes de Espanhol e hispano-falantes aprendizes de Português.

Em Português, talvez não haja tanta consideração sobre o tema devido a que, na grande maioria dos casos, o idioma conserve -RA com o valor de Mais Que Perfeito do Indicativo latino, dentro do que cabe, lógico, qualquer uso coloquial ou de conteúdo intencional (pragmático?) por parte de um falante.

4.1. Por aprendizes de Espanhol luso-falantes

Segundo Ridruejo (1989: 11), no momento da aquisição de uma nova língua, o falante vai construindo progressivamente o seu próprio saber lingüístico, baseando-se por uma parte nos actos da fala aos que tem acesso, assim como no conhecimento da realidade, que vai obtendo simultaneamente com a sua capacidade inata para a comunicação lingüística.

Comentávamos antes sobre a ajuda e/ou complicação que pode trazer a semelhança entre dois idiomas. No caso de lusoparalantes o uso da forma verbal -RA, devido à semelhança da L1 com a L2, da-se geralmente da seguinte maneira:

Com o Imperfeito do Conjuntivo Espanhol:

Como têm em seu Imperfeito do Conjuntivo a forma -SE (ainda que com diferenças ortográficas) utilizam-na mais que a forma -RA; ou quizás porque esta forma corresponde a outro tempo verbal (hipótese menos provável, já que só em alguns casos o utilizam). A mudança ortográfica faz com que escrevam equivocadamente a forma -SE como em sua L1, com -SSE. Também pode ser que utilizem mais -RA que -SE, por encontrá-la, como os colombianos, mais elegante, mais culta, mais “chic”.

Barbieri Durão (1998: 139) também cita como um dos problemas na aprendizagem do Espanhol por luso-falantes a mudança que estes aprendizes fazem das desinências verbais -AN por -ON, o que gera uma aparente mudança de um tempo verbal por outro (do Pretérito Simples do Indicativo por Pretérito Imperfeito do Conjuntivo)⁶. Comenta ainda que a utilização de uma desinência por outra não está relacionada com problemas de discordância senão mais bem com a confusão ou descuido à hora de redactar as duas formas. E põe como exemplos: “[...] nunca viviran separados [...]”, “[...] otros escandalos aconteceran durante [...]”, “[...] tres años después elles casaran [...]”, “[...] los complices también fueran procesado [...]”.

⁶ Também é verdade que as equívocas ou o mal uso de um tempo verbal ou outro dá-se por interferência com o seu próprio idioma.

Para o uso do Mais Que Perfeito do Indicativo em Espanhol:

Querem construí-lo com a forma do Mais Que Perfeito Simples do Português em -RA, pela semelhança com a sua L1, e assim logo também o utilizam mal. Confundem-se à hora de usar “ter” por “haver”.

4.2. Por aprendizes de Português hispano-falantes

Utilizam -RA em lugar de -SE porque em Espanhol se pode usar uma ou outra, p. ex. em: “Por isso eles voltaram à sala de aula. Como -RAM também faz parte da estructura do Pretérito Perfeito Simples, e eles, à primera vista, acreditam que se tratar do Conjuntivo, enganam-se ao utilizá-la. -RA no Conjuntivo: tendência a usar como em Espanhol e a confundir-se com o Mais Que Perfeito do Indicativo. Também tendem a enganar-se à hora de utilizar o Imperfeito do Subjuntivo: querem usar -RA. Como em Espanhol no Indicativo existe nada mais que uma forma para o Mais Que Perfeito, tendem a equivocar-se. Entretanto, se consideramos que coloquialmente se usa mais esta forma que a outra, isto na realidade lhes ajuda. Ainda sobre isto há que comentar um que outro erro à hora de utilizar “ter” e “haver” (já que a primeira é mais comum, mais usual, mais coloquial que a outra). É lógico que há um melhor controle destas formas na escrita que na oralidade, pois ao escrever sempre se pode voltar ao texto e corrigi-lo, o que quase nunca é possível no outro caso dada sua “rapidez”, “o dito, dito está”.

5. SOLUÇÕES?

Ao ensinar estes idiomas, o que pode considerar um professor como solução a estes problemas, a estas interferências da LM na L2? é algo que sempre nos preocupa. E a “moda” da gramática comunicativa, o ensino baseado no aluno, a aprendizagem estratégica, a pragmática, onde “acoplá-la”? Há aqueles que acreditam que potenciar os típicos exercícios de “complete espaços em branco”, utilizar situações reais, usar jogos, dar uma “gramática disfarçada”, entre outras técnicas, metodologias, etc, é a solução. Ou talvez ainda uni-los em uma pedagogia eclética onde se deve utilizar o que possa com tal de que o aluno aprenda.

Pode ser que sim, para um nível de escolas de idiomas e liceus, mas se temos como “alvo” a possíveis futuros professores de Espanhol, muda a perspectiva já que, na maioria dos casos dos que entram em uma carreira de filologia o gosto pelo idioma nem sempre condiz com o percentual de conhecimento do que vão estudar. Assim o professor universitário terá ao mesmo tempo dois níveis diferentes de aluno e encino juntos: básico e aperfeiçoamento.

Lógico é também que o enfoque é diferente, pois em um primeiro momento os conceitos de irrealidade, verbos volitivos, entre outros não podem ser aplicados mas sim a ideia desde um princípio a nível pragmático (sem utilizar termos e/ou conceitos complicados, lógico), talvez assim o assunto se descomplique um pouco. Depois, em

um segundo momento sim porque se supõe que têm superada a primeira etapa e que se pode aprofundar o tema.

Não se pode, nem se deve considerar apenas um estilo, um caminho como meio a um fim muito específico como o domínio de um idioma. Mas talvez seja na contextualização de cada oração e uso de tempo e modo verbal, ou seja, a partir de um ponto de vista pragmático, onde se encontre se não a solução definitiva, pelo menos uma melhora no ensino de um idioma como L2.

6. CONCLUSÃO

Para um estudo completo da forma -RA há que ter em conta, logicamente, os factores que contribuíram para a mudança do modo verbal, sejam eles fonéticos, gráficos, etc.. Assim com, para uma melhor consideração e compreensão sobre o assunto, deve-se analisá-la sob aspectos sintácticos considerando o seu uso nas diferentes orações, desde suas origens até os dias de hoje.

Como pudemos perceber, estas mudanças ocorreram em épocas e situações específicas, tanto em Espanhol como em Português. Analizá-las é, pois, considerar conceitos duplos como Conjuntivo / Indicativo, objetividade / subjetividade, actualidade / inactualidade. Falar destas mudanças é, sem dúvida, ter em conta uma contextualização de cada uma das orações estudadas (como faz p. ex. Veíga 1996: 37 em sua “si fuera~se inglés tomaría té”, onde a proposição diz, além de tudo uma negativa implícita, não imediatamente percebida se não se considera sob um ponto de vista pragmático). Também é interessante ver como a evolução ocorre a partir do uso na prótasis ou na apódosis, questão tão discutida por muitos autores que procuram as justificativas de -RA e/ou -SE em determinadas orações.

E se para além de tomá-lo como um simples estudo, relacionamo-lo com o ensino do Espanhol a luso-falantes considerando por exemplo não só o nível básico de ensino do idioma mas também a formação para professor, deve-se mudar também a abordagem, seja fazendo uma mistura de técnicas e/ou metodologias em uma pedagogia ecléctica, mas sem esquecer nunca que a pragmática pode vim a ser um aliado a mais nesta grande batalha que é a aprendizagem de um novo idioma.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcos Llorach, Emilio. (1994): *Gramática de la lengua española*. 8ª reimpr. Madrid: Espasa-Calpe
- Barbieri Durão, Adja Balbino de Amorim. (1998): *Caracterización de la competencia Lingüística transicional de lusohablantes aprendices de español e hispanohablantes aprendices de portugueses*. Tesis doctoral. Universidad de Valladolid.
- Bockhorni, W. (1961): “Die Probleme des Konjunktivs der Vergangenheit im Spanischen. *Die Neueren Sprachen*, 227-230.

- Böckle, Klaus. (1984): "Para uma análise semântico do emprego dos modos nas orações llativas iniciadas por daí que e semelhantes correlatos". Em José G. Herculano de Carvalho & Jürgen Schmidt-Radefeldt: *Estudos de linguística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 7-55.
- Cinto, Jesús Fernández. (1991): *Actos de habla de la lengua española. Repertorio*. Madrid: Edelsa.
- Coseriu, Eugenio (1977): *Estudios de lingüística románica*. Madrid: Gredos.
- Cunha, Celso & Cintra, L. F. Lindley (1996): *Nova gramática do português contemporâneo*. 12ª ed. Lisboa: João Sá da Costa.
- Ferreira, Paulo Martins. (1984): "Algumas considerações sobre o conjuntivo nas línguas românicas". Em José G. Herculano de Carvalho & Jürgen Schmidt-Radefeldt: *Estudos de linguística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 257-392.
- Firsova, N. M. (1968): "Kontekstual'naja sinonimija imperfekta soslagatel'nogo naclonenija w ispanskom jazyke". *Filologiceskie nauki* 4, 51-60.
- Foth, Karl (1876): "Die Verschiebung lateinischer Tempora in den romanischen Sprachen". Em E. Boehmer (ed.): *Romanische Studien*, 2. Strassburg: Karl J. Trübner, 243-336.
- Gelabert, María José et al. (1996). *Repertorio de funciones comunicativas del español. Niveles umbral, intermedio y avanzado*. Madrid: SGEL.
- Haverkate, Henk.(1994): *La cortesía verbal. Estudio pragmlingüístico*. Madrid: Gredos.
- Hermerén, Ingrid.(1992): *El uso de la forma en RA con valor no subjuntivo en el español moderno*. Lund: Lund University Press.
- Kany, Charles H. (1945): *American-Spanish Syntax*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lamíquiz, Vidal (1971): "Cantara y cantase". *Revista de Filología Española* 34, 3-11.
- Lloyd, Paul M. (1993): *Del latín al español*. Madrid: Gredos.
- Matte Bon, Francisco. (1995): *Gramática comunicativa del español*. Madrid: Edelsa.
- Molho, Mauricio (1975): *Sistemática del verbo español*. Madrid: Gredos.
- Moliner, María (1983): *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos.
- Novikov. V. [=Nowikow, W.] (1979): "Acerca de la influencia del gallego en el empleo de las formas indicativas en -ra en el español de América". *Verba* 6, 225-34.
- Real Academia Española (1931): *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- (1956): *Diccionario de la lengua española*, 18ª ed. Madrid: Espasa-Calpe.
- (1973): *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Ridruero Alonso, Emilio (1982): "La forma verbal en -ra en español del siglo XIII (oraciones independientes)". Em Francisco Marcos Marín (ed.): *Introducción plural a la gramática histórica*. Madrid: Cincel, 170-185.
- (1989): *Las estructuras gramaticales desde el punto de vista histórico*. Madrid: Síntesis.
- (1990): "¿Cambios iterados en el subjuntivo español?". Em Ignacio Bosque (ed.): *Indicativo y Subjuntivo*. Madrid: Taurus, 361-382.
- Tláškal, Jaromír. (1984): "Observações sobre os tempos e modos em português". Em José G. Herculano de Carvalho & Jürgen Schmidt-Radefeldt: *Estudos de linguística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 237-253.
- Vallejo, José (1922): "Notas sobre la expresión concesiva". *Revista de Filología Española*, 9, 40-51.
- Vázquez Cuesta, Pilar & Mendes da Luz, Maria Albertina.(1971): *Gramática portuguesa*. 3ª ed. Madrid: Gredos.
- Veiga, Alexandre.(1996): *La forma verbal española cantara en su diacronía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Wright, Leavitt O. (1932). *The -ra verb form in Spain*. Berkeley: University of California Press.



De 25 a 28 de Setembro de 2000, a Faculdade de Humanidades de Lugo foi sede do Congresso Internacional de Linguística “Léxico & Gramática”. Organizado por professores e licenciados das três universidades galegas, este congresso reuniu mais de quinhentos participantes e nele foram apresentados cerca de trezentos trabalhos.

Centrado na inter-relação léxico-gramática, o âmbito do congresso estendeu-se a todos os domínios de investigação relacionados com a gramática no sentido mais amplo do termo, assim como aos da semântica e da lexicografia, compreendendo ainda investigações quer sincrónicas quer diacrónicas e aplicadas tanto à linguística geral como ao estudo de línguas particulares ou grupos de línguas.

Este volume recolhe vários trabalhos apresentados neste congresso que ilustram bem a importância que nele teve a participação portuguesa. Reúnem-se, aqui, diferentes temas, desde a morfologia ao estudo do léxico, na perspectiva tanto sincrónica como diacrónica. A presente publicação completa a série de volumes monográficos que desde 2001 foram dando a conhecer os resultados científicos de um congresso ao qual conferencistas e organizadores dedicaram todos os seus esforços e cujos resultados não podiam ficar inéditos.

